



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO
PRIMAVERA II EM MIRANDÓPOLIS/SP: limites e potencialidades**

MARCO AURÉLIO DA SILVA ARLINDO

**TRÊS LAGOAS
2015**

MARCO AURÉLIO DA SILVA ARLINDO

**TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO
PRIMAVERA II EM MIRANDÓPOLIS/SP: limites e potencialidades**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS – Área de Concentração Análise Geoambiental e Produção do Território, como exigência final para obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Rosemeire Aparecida de Almeida.

**TRÊS LAGOAS
2015**



Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG/PROPP)
Sistema de Gestão de Pós-graduação (SIGPOS)



Ata de Defesa de Dissertação
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às catorze horas, no Anfiteatro da Unidade VI, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos membros: Rosemeire Aparecida de Almeida (UFMS/CPTL), Eliane Tomiasi Paulino, Antonio Lázaro de Sant' Ana (Unesp) para julgar o trabalho do aluno: **MARCO AURÉLIO DA SILVA ARLINDO**, CPF 32430427800, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Mestrado, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título "**Territorialização camponesa no assentamento Primavera II em Mirandópolis/SP: limites e potencialidades**". A presidente da Banca Examinadora, Rosemeire Aparecida de Almeida, declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os Membros. A seguir, concedeu a palavra ao aluno que expôs sua Dissertação. Terminada a exposição, os senhores membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, a presidente da Banca Examinadora fez suas considerações como orientadora. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se para avaliação, e após, emitiu Parecer expresso conforme segue:

EXAMINADOR

Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida

Dra. Eliane Tomiasi Paulino

Dr. Antonio Lázaro de Sant' Ana

Dr. Rodrigo Simão Camacho (Suplente)

ASSINATURA

AValiação

RESULTADO FINAL:

☒ Aprovação

☐ Aprovação com revisão

☐ Reprovação

OBSERVAÇÕES:

Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela presença.

Assinaturas:

Orientadora

Aluno

Dedico este trabalho
aos meus pais: José Luiz e Rosa,
a minha irmã: Elen Poliani,
a minha namorada: Gabriela,
e aos camponeses do Assentamento Primavera II,
que lutam insistentemente para permanecer
na terra de trabalho e morada da vida.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível pela colaboração direta e indireta de muitas pessoas. Por isso, neste momento, manifestamos nossa gratidão a todas elas:

Primeiramente agradeço aos meus pais, José Luiz e Rosa Maria. Vocês são o alicerce na minha formação. Obrigado por acreditar na educação, e pelo incentivo.

À minha irmã Elen Poliani e meu cunhado/irmão Junior. Vocês são referência em minha formação. Obrigado por me apresentar a Universidade, e por acreditar que eu seria capaz.

À Gabriela, minha companheira de sempre, minha namorada, minha mulher. Obrigado pela força e pela compreensão. Você foi fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa. Te AMO.

Ao Sergio e Paula, pela confiança creditada em mim.

A toda minha família, em especial meus avós paterno, Custódia e Geraldo; e meus avós materno, Rosinha e Antônio.

Ao Frei Carlos, Munhoz, Tito e Frei Pedro (*in memorian*), pelo primeiro contato com os camponeses em luta pela terra, quando eu era apenas uma criança. Esse contado, possibilitou-me ver a luta pela terra de outra forma.

À professora Rosemeire Aparecida de Almeida pela orientação, mas principalmente pela inspiração. O teu sonho de um mundo mais justo, tem me inspirado desde as aulas de Geografia Agrária e Movimentos Sociais, ainda no período da graduação.

Aos professores da graduação e do mestrado, pelo convívio e o aprendizado.

Aos amigos da universidade, Marcos Prudêncio e Leandro (Migué); e os companheiros do Grupo de Estudos Terra e Território (GETT) e do Laboratório de Estudos Territórios (LABET): Talita Sgobi, Talita Casagrande, José Antônio, Thiago Rocco, Rodrigo Simão, e Mie. Em especial a Mariele, pela acolhida e carinho

quando cheguei ao laboratório. Obrigado a todos, pelos debates e construção do conhecimento sobre a questão agrária e campesinato.

Ao Danilo, também pela acolhida no laboratório, pelos debates, pela descontração nas viagens e trabalho de campo e, principalmente, por sempre estar disposto a ajudar.

Ao André Bersani, pela amizade construída no debate da questão agrária, e no anseio por um mundo melhor. Obrigado pela ajuda incessante, desde quando o mestrado ainda era um sonho.

À todos meus amigos, em especial Juliano, Li, Rodrigo, Ivan, Rafael, Jaqueline e família. Aos amigos da República, Marco, Gilson e Henrique pelo dia-a-dia em Três Lagoas.

Ao Professor Sedeval pela orientação no dia-a-dia e pela contribuição na qualificação. A professora Maria Celma, também pela contribuição e participação na qualificação.

Aos Professores Antonio Lázaro Sant'Ana e Eliane Tomiasi Paulino, pelos apontamentos e pela grande contribuição durante a arguição. Obrigado por ter aceito o convite para participar da defesa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFMS), e todos seus funcionários/trabalhadores. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro que possibilitou a realização da pesquisa.

Ao professores amigos da E.M.E.F Cel. Joaquim Franco de Mello onde leciono, em especial à Josiane, Rosilene, Graziela e Tinoca.

E por fim, aos camponeses do Assentamento Primavera II, pelo acolhimento e colaboração. À Silvani e Sr. Raimundo; Sr. Wilson e Sr. Luiz, pelos ensinamentos; a Sr. Joaquim e Sr.^a Olinda pela comida, cheia de amor e esperança. Obrigado a todos, a história de luta de vocês é inspiradora.

A todos, um muito obrigado!

*[...] os processos sociais que viabilizam
a existência do camponês
têm sido mais expressivos e fortes
do que aqueles que o levam à extinção.
É mais correto falar em recriação, redefinição
e até diversificação do campesinato
do que fazer uma afirmação finalista. [...]*

Margarida Maria Moura

RESUMO

O cerne da territorialização camponesa está em sua reprodução social, por isso a luta pela terra, assim como as práticas de resistência, são fundamentais para permanecer na terra. O município de Mirandópolis (SP) apresenta, contraditoriamente, a territorialização do capital sucroalcooleiro e a territorialização camponesa. Dessa maneira, o objetivo central da pesquisa é analisar no território capitalista o processo de territorialização camponesa. Especificamente, buscamos compreender por meio das fontes orais as dificuldades vivenciadas pelos camponeses no período do acampamento; assim como os bloqueios e sua superação no longo caminho de emancipação do campesinato via assentamento. Logo, apreendemos as práticas de resistência frente à monopolização do território pelo capital, em especial enfatizando a busca pelo trabalho livre, as formas organizativas de produção e comércio e a contribuição do mercado institucional (PAA) no processo de resistência camponesa. Para a consolidação dos aportes teóricos da pesquisa, realizamos análises bibliográficas a partir, principalmente, das obras de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e dos representantes da corrente da recriação camponesa. Para entender esse processo de territorialização camponesa, foi feito um recorte geográfico para realização de trabalhos de campo no Assentamento Primavera II, situado no município de Mirandópolis (SP). A pesquisa aponta para a existência camponesa, em particular do assentado, como processo permanente de luta. É por meio da luta como ser individual e coletivo, e das estratégias de flexibilização, que o campesinato tem garantido sua reprodução social em Mirandópolis-SP.

Palavras-chave: territorialização camponesa; assentamentos rurais; flexibilidade; resistência; PAA.

ABSTRACT

The nucleus of peasant territorialization is in its social reproduction, for this the fight by the land as well as practices of resistance are key to stay on land. This way, the central objective of this research is analyze the peasant territorialization process in capitalist territory. Specifically, we seek to understand through oral sources the difficulties experienced by peasants in camp period; as well as blockages and overcoming the long road of emancipation of the peasantry via rural settlement. Therefore, we use the practices of resistance against the monopolization of the territory by capital, particularly emphasizing the pursuit of free labor, the organizational forms of production and trade and the contribution of the institutional market (PAA) in the peasant resistance process. To consolidate the theoretical contributions of the research, we conducted bibliographic analysis from mainly the works of Ariovaldo Umbelino de Oliveira and representatives of line of thought of peasant recreation. To understand this process of peasant territorialization, a geographical cutout was made to conduct fieldwork in Primavera settlement, in the municipality of Mirandópolis (SP). The research points to the peasant existence, in particular of settlers, as a permanent process of fight. It is through fight as individual and collective being, and flexible strategies, that the peasantry has guaranteed their social reproduction in Mirandópolis-SP.

Keywords: peasant territorialization; rural settlement; flexibility; resistance; PAA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Projeto de Assentamento (PA) Primavera II	22
Figura 2- Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP)	49
Figura 3 - Mirandópolis: Localização na Mesorregião de Araçatuba (SP).....	55
Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Aguapeí/Feio	58
Figura 5 - Usinas de Cana-de-Açúcar e Destilarias – Mesorregião de Araçatuba (SP)	70
Figura 6 – Territorialização dos Assentamentos – Mesorregião de Araçatuba (SP) .	76
Figura 7 – Espacialização dos acampamentos - Mesorregião de Araçatuba (SP)....	78
Figura 8 – Destilaria Unidade Mundial (Raízen Energia S/A) - Mirandópolis (SP)	90
Figura 9 – Acampamento Egídio Brunetto	100
Figura 10 – Acampamento São Rafael Santa	100
Figura 11 – Acampamento Nova Esperança.....	103
Figura 12 – Ocupação Arranca Cana na fazenda Primavera	116
Figura 13 – Local de consulta médica no Assentamento Primavera II.....	126
Figura 14 – Estradas de acesso ao Assentamento Primavera II.....	129
Figura 15 – Estrada Dois Mourões – Programa Melhor Caminho	130
Figura 16 – Canavial envolta dos sítios.....	132
Figura 17 – Placa do Programa Proleite – Assentamento Primavera II	137
Figura 18 – Nomes de alguns Sítios	141
Figura 19 – Sítio: Terra, Trabalho e Família.....	147
Figura 20 – Produção dos camponeses assentados.....	151
Figura 21 – Hortas no Assentamento Primavera II.....	153
Figura 22 – Árvores frutíferas no Assentamento Primavera II.....	154
Figura 23 – Criação de animais.....	157
Figura 24 – Tratores no Assentamento Primavera II	166
Figura 25 – Poços caipiras	168
Figura 26 – Precipitações no Assentamento Primavera II (2009 a 2014)	169
Figura 27 – Atravessador no Assentamento Primavera II	179
Figura 28 – Tanque de resfriamento da COAPAR – Assentamento Primavera II ...	185
Figura 29 – Barracão da AOPRAP	195
Figura 30 – Distribuição dos produtos.....	197

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil – Número de Assentamentos Rurais até 2014	39
Tabela 2 – Brasil - Estrutura Fundiária do Brasil - 2006	42
Tabela 3 – Brasil – Projetos de Assentamentos – 1985 a 2014.	43
Tabela 4 – Estrutura fundiária da Mesorregião Geográfica Araçatuba (SP)	67
Tabela 5: Área plantada (ha) nos principais estados produtores de cana do Brasil – 1980, 1990 e 2012.	68
Tabela 6 – MG de Araçatuba (SP): Principais atividades, em área (há) – 1970 a 2014	68
Tabela 7 – Assentamentos Rurais na Mesorregião de Araçatuba (SP) – 1981 a 2014	75
Tabela 8 – Acampamentos Rurais na Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP)..	77
Tabela 9 - Mirandópolis: número de estabelecimentos – 1970 a 2006	87
Tabela 10 - Mirandópolis: área ocupada pelos estabelecimentos – 1970 a 2006	88
Tabela 11 - Mirandópolis (SP): pessoal ocupado no estabelecimentos	89
Tabela 12 – Estabelecimentos com Agricultura familiar e não familiar - 2006	90
Tabela 13 - Mirandópolis (SP): utilização das terras, segunda a área (hectares)	91
Tabela 14 – Mirandópolis (SP): evolução da área (ha) das principais atividades – 1960 a 2013	92
Tabela 15 – Assentamentos rurais em Mirandópolis (SP)	98
Tabela 16 – Acampamentos no município de Mirandópolis (SP)	99
Tabela 17 – Comercialização das famílias visitas – Assentamento Primavera II	183

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1 – Modalidades do PAA</i>	187
<i>Quadro 2: Mirandópolis (SP): Assentados participantes de 2009 a 2014</i>	187
<i>Quadro 3 – APRAF -Venda para o PAA, 2014</i>	189
<i>Quadro 4 – AOPRAP - Venda para o PAA, 2014</i>	192
<i>Quadro 5 – Entidades beneficiadas pelo PAA – Mirandópolis (SP)</i>	193

LISTA DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1 – Movimentos sociais nos acampamentos da Mesorregião de Araçatuba (SP)</i>	80
<i>Gráfico 2 – Relação dos estabelecimentos com a área (hectares) - 2006</i>	88
<i>Gráfico 3 – Área Plantada de Cana-de-açúcar em Mirandópolis (SP) - 1984 a 2014</i>	94
<i>Gráfico 4 – Atividade exercida antes do acampamento/assentamento</i>	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AOPRAP – Associação Oriente dos Produtores Rurais do Assentamento Primavera
APRAF – Associação dos Produtores Rurais do Bairro Água Fria
CAI - Complexos Agrícolas Industriais
CEASA – Centrais de Abastecimento de Alimentos
CEFNOB – Companhia da Estrada de Ferro Noroeste Brasil
CESP - Companhia Energética de São Paulo
COAPAR - Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP - Declaração de Aptidão do PRONAF
FNDE - Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
GGPAA - Grupo de Gestor do PAA
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IEA - Instituto de Economia Agrícola
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP - Fundação Instituto de Terra do Estado de São Paulo
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE - Programa Nacional de Abastecimento Escolar
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool
PROINF - Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais
PRONAF - Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar
Pro-Oeste - Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo
SDT - Secretária do Desenvolvimento Territorial
SigRH - Sistema de Informações para o gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo
SIRUM - Sindicato Rural de Mirandópolis (SP)

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

UNICA - União da Indústria de Cana-de-Açúcar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
ASSENTAMENTO PRIMAVERA II: CONTEXTUALIZAÇÃO	20
Cap. 1 – QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPESINATO NO BRASIL.....	23
1.1 <i>Questão agrária no Brasil: breve abordagem</i>	23
1.2 <i>Formação do campesinato no Brasil: algumas considerações</i>	32
1.3 <i>Luta pela terra e Reforma Agrária</i>	38
Cap. 2 – LUTA PELA TERRA NA MESORREGIÃO DE ARAÇATUBA (SP).....	48
2.1 <i>Apropriação e ocupação da terra</i>	48
2.1.1 <i>Formação do município de Mirandópolis (SP)</i>	54
2.2 <i>A questão agrária na Mesorregião de Geográfica de Araçatuba (SP)</i>	61
2.2.1 <i>Expansão da cana na Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP)</i>	63
2.2.2 <i>A luta pela terra</i>	71
Cap. 3 - TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO PRIMAVERA II	82
3.1 <i>Territorialização do Capital e dos camponeses em Mirandópolis (SP)</i>	86
3.2 <i>O Acampamento Nova Esperança: trajetória dos acampados</i>	102
Cap. 4 – LUTA E RESISTÊNCIA CAMPONESA.....	119
4.1 <i>Resistência camponesa no assentamento</i>	138
4.1.1 <i>Sobre o modo de vida camponês</i>	139
4.1.2 <i>Produção camponesa no Assentamento Primavera II</i>	148
4.1.3 <i>Autonomia camponesa (o relativo controle do tempo/espço de trabalho)</i>	160
4.1.4 <i>Solidariedade e parcerias no assentamento</i>	164
Cap. 5 – FLEXIBILIDADE CAMPONESA FRENTE À MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL.....	173
5.1 <i>Comercialização dos produtos via atravessadores</i>	176
5.2 <i>Flexibilidade camponesa na produção e na comercialização</i>	182
5.2.1 <i>Comercialização via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)</i>	185

CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS.....	207
ANEXO A	212
ANEXO B	215

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa o processo de *Territorialização Camponesa*, via luta para entrar na terra e para nela permanecer, dos camponeses de reforma agrária, pautando-se nos pressupostos teórico-metodológicos dos estudos da Questão Agrária brasileira. Pretendemos apreender o modo de vida, analisar as formas de organização e de comercialização da produção, assim como, entender o papel do mercado institucional, no caso, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no processo de resistência/permanência camponesa no assentamento, entendendo o próprio assentamento como território de resistência (FABRINI, 2002).

Para compreender o processo de luta e resistência no território camponês, a pesquisa teve como locus o Assentamento Primavera II, situado no bairro rural Terceira Aliança, município de Mirandópolis (SP).

Não diferente do restante do Brasil, também em Mirandópolis (SP), os camponeses vivem, em seu dia-a-dia, os problemas relacionados à concentração fundiária, onde há muitos com pouca terra e poucos com muita terra. Além da terra concentrada, os camponeses do município vêm, nas últimas décadas, sentindo uma transformação no uso da terra. Esse problema relaciona-se com a construção da destilaria ALCOMIRA - S/A, fundada em 1979, financiada pelo Estado. Isso, alterou, juntamente com a construção da destilaria, a estrutura produtiva do município, considerando-se que os médios e grandes estabelecimentos rurais arrendaram a terra para o setor sucroalcooleiro, promovendo, dessa forma, a territorialização do capital monopolista (OLIVEIRA, 2004).

No enfrentamento à territorialização do capital, que expulsa do campo os trabalhadores rurais, concentram-se os movimentos camponeses e de trabalhadores do campo e da cidade na luta por melhores condições de vida, por terra e reforma agrária. É nesse enfrentamento de luta pela terra e para nela permanecer que ocorre a territorialização camponesa, materializando-se nas ocupações e na constituição dos assentamentos. Essa territorialização tem como condição fundamental a ocupação de terras e a formação de assentamentos, resultando, ao menos em menor parte, na desterritorialização do capital (FABRINI, 2002).

É importante comentar que a luta camponesa para entrar na terra é uma luta por sua territorialização. Com ela, o camponês apropria-se de uma fração do

território capitalista, (re)produzindo seu modo de vida. Nessa perspectiva, a territorialização camponesa no município de Mirandópolis(SP), resultante da luta pela/na terra, concretiza-se na formação dos assentamentos. Fruto desta luta, o município conta com quatro assentamentos: Esmeralda, Florestan Fernandes I e II e Primavera II; e quatro acampamentos: Egídio Brunetto, Ernesto Che Guevara, Boa Esperança e Mandela.

A pesquisa estabeleceu como objetivo geral compreender o processo de territorialização camponesa numa pequena fração do território capitalista. Entre os objetivos específicos, buscamos: a) analisar as dificuldades vivenciadas pelos camponeses no acampamento e assentamento; b) apreender as práticas de resistência e organização camponesa frente à monopolização do território pelo capital; e, por fim: c) analisar a contribuição do mercado institucional (PAA) no processo de resistência camponesa, elucidando suas potencialidades e limites.

Para atingir esses objetivos, realizamos análise bibliográfica, sobretudo de conceitos que envolvem a questão agrária e o campesinato. Contudo, sendo o número de estudos sobre a questão agrária, e o campesinato brasileiro, muito amplos e com divergências, utilizamos a corrente teórica representada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, no tocante, como já apontado, à compreensão da questão agrária e a história dos camponeses, no Brasil. Opção justificada pela qualidade de suas obras na explicação desses processos.

Além de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1996, 2001, 2003, 2004, 2005, 2007, 2010, 2011 e 2012), a base teórico-metodológica reúne trabalhos de Antônio Thomaz Junior (2002), Bernardo Mançano Fernandes (1994, 1998, 1999, 2007 e 2012), Eliane Tomiasi Paulino (2006), João Edmilson Fabrini (2002 e 2008), José de Souza Martins (1981 e 1994), Rosemeire Aparecida de Almeida (2003, 2006, 2007 e 2008), entre outros. Desse modo, a revisão bibliográfica alicerçou-se nas obras sobre a questão agrária brasileira, em especial, o enfoque à reforma agrária. No decorrer da pesquisa, foram inseridos outros autores, com o objetivo de expandir as leituras sobre as temáticas.

Convém pontuar que, para compreender, de fato, a territorialização camponesa, o trabalho de campo torna-se indispensável para a pesquisa. Iluminados pelos teóricos da Questão Agrária, estudamos a realidade e a dinâmica que envolve o movimento camponês, isto é: “[...] Entendemos ser a teoria e o método instrumento de trabalhos fundamentais para compreender a realidade, e

não, ‘camisa-de-força’ para vestirmos a realidade” (OLIVEIRA, 1996, p.73). Desse modo, acreditamos ser fundamental, na análise da territorialização camponesa, no Assentamento Primavera II, via luta pela/na terra, ouvir e registrar a voz dos protagonistas desse processo, pois, como nos ensina Almeida (2006, p. 41),

[...] é na fala, isto é, no processo de revisitar sua memória, que o entrevistado, muitas vezes, se descobre como sujeito da história, interpreta os encontros e desencontros que a vida apresenta nos seus múltiplos aspectos, nos espaços de luta constituídos pelo desejo da terra. (ALMEIDA, 2006, p.41).

Nesse sentido, analisamos, a partir dos sujeitos, a luta dos trabalhadores do campo e da cidade para ter acesso à terra e para nela permanecer. Para isso, utilizamos, como caminho metodológico, as fontes orais¹, para apreender, por meio das entrevistas transcritas, o processo de transformação da fazenda Primavera em Projeto de Assentamento Primavera II, assim como, os caminhos e descaminhos da luta. Optamos pelas fontes orais, por compreendermos os camponeses assentados como sujeitos de suas histórias.

Para Portelli (1997, p. 27), as fontes orais nos fornecem informações importantes sobre o povo “iletrado” ou de grupos sociais não hegemônicos, como os camponeses, considerando que suas experiências de vida e cultura (concretas e simbólicas) foram ocultadas da história escrita contada pela classe hegemônica. Assim, entendemos as fontes orais essenciais para apreender as experiências das lutas camponesas. Portelli (1997, p.31) elucidou que as fontes orais possuem um “elemento precioso”, isto é, a apreensão das subjetividades das classes subordinadas ou, como o próprio autor denomina, “não hegemônicas”.

Nessa mesma perspectiva, apontando as fontes orais como imprescindível no trabalho de campo, Almeida (2006, p.42) enfatizou:

Uma das premissas importantes no trabalho com fontes orais é a de que essas têm ainda se constituído no caminho por excelência da história das classes oprimidas, uma vez que as entrevistas permitem que as “pessoas comuns” contem sobre fatos que, na maioria das vezes, são inéditos no tocante à história das classes não-

¹ Não é a intenção discutir sobre o lugar da História Oral, mas sim, enfatizar a importância das entrevistas (fontes orais) na compreensão das classes sociais não hegemônicas, ou seja, as fontes orais se tornam imprescindível na apreensão da luta pela terra e para nela permanecer. Sobre o assunto ver: SELAU, M. da S. *História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais*. In: **Revista Esboços**, Santa Catarina, v. 11, n. 11, p. 217-228, 2004; FIORUCCI, *História oral, memória, história*. **Revista História em Reflexão**: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010; PORTELLI, Alessandro. **O Que Faz a História Oral Diferente**. Tradução: Maira T. J. Ribeiro. 1997.

hegemônicas, verdadeiras “áreas inexploradas”. Isso significa dizer que as classes dominantes têm uma tradição escrita que permite deixar um abundante registro, ao contrário das demais classes.

As fontes orais revelam histórias específicas, descortinando, por meio das narrativas, os caminhos e descaminhos da luta pelo acesso à terra de trabalho e morada da vida; por isso, as entrevistas são carregadas de significados e permeadas pelas conquistas e perdas. Segundo Borges (2004, p. 42), as “lutas, as esperanças, as decepções e as alegrias, ao terem sido (e serem) vivenciadas pelos camponeses, serviram (e servem) como um elemento de unidade e um referencial de luta para a história da comunidade envolvida”.

Nesse sentido, o trabalho de campo foi realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, e, janeiro de 2015. Nesse estudo, 48 sítios do Assentamento Primavera II foram visitados. A partir do tema *luta pela terra e para nela permanecer*, coletamos aleatoriamente, 25 entrevistas semiestruturadas, sendo todas transcritas. Além das 25 entrevistas estruturadas, aplicamos questionários² (Anexo A) em outros 23 sítios, permitindo-nos analisar os assuntos ligados à temática. Dessa maneira, o trabalho de campo constituiu-se instrumento didático importante para a produção do conhecimento geográfico, atribuindo caráter qualitativo ao trabalho.

Ainda no desenvolvimento do trabalho, realizamos pesquisas em sites, a saber: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para coleta de dados secundários sobre as políticas públicas de reforma agrária e assentamentos. Também foram coletados dados secundários no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirandópolis-SP, Casa da Agricultura e nas associações: Associação Oriente dos Produtores Rurais do Assentamento Primavera (AOPRAP) e na Associação de Produtores Assentados da Água Fria (APRAF).

Seguindo essa metodologia, a dissertação foi estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, abordamos a origem da questão agrária e campesinato no

² Primeiramente realizamos as 25 entrevistas semiestruturadas, somente depois, foram aplicadas os questionários, em outros 23 sítios.

Brasil, evidenciando a nossa concepção teórica sobre a temática. Logo, debatemos a importância da luta pela terra dos camponeses no processo de reforma agrária, no Brasil. No segundo capítulo, iluminados pelos autores que analisam a questão agrária no Brasil, resgatamos o processo de ocupação e formação territorial da Mesorregião de Araçatuba (SP), enfatizando, ainda, a questão agrária e a luta pela terra na região, e também a expansão do agronegócio canavieiro.

No terceiro capítulo, analisamos o processo de luta pela terra, no município de Mirandópolis, assim como a expansão do agronegócio canavieiro. Resgatamos, por meio das fontes orais, o processo de luta pela fazenda Primavera, e a formação do acampamento Nova Esperança.

No quarto capítulo, valemo-nos também das fontes orais, para entender, por meio da história e da luta, as dificuldades e as práticas de resistência criadas no processo de construção do território camponês. Por fim, no último capítulo, procuramos esclarecer a flexibilização dos camponeses ante a monopolização do território pelo capital. Analisamos, ainda, o papel do Mercado Institucional, principalmente por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), nesse processo de resistência camponesa frente ao capital comercial.

ASSENTAMENTO PRIMAVERA II: CONTEXTUALIZAÇÃO

O Assentamento Primavera II divide-se em três núcleos (Figura 1): um deles localizado no município de Lavínia e, outros dois, no bairro rural Terceira Aliança, município de Mirandópolis. Os 105 lotes do assentamento situam-se às margens do córrego Água Fria, afluente do Rio Tietê, a uma distância da cidade de Mirandópolis de, aproximadamente, 28 quilômetros, sendo 18 quilômetros de estrada de chão batido, em más condições, sobretudo nas épocas de chuvas.

O assentamento é composto por 105 famílias, entre os três núcleos: 27 famílias no núcleo 1; 30 famílias no núcleo 2; e 48 no núcleo 3. Os núcleos 1 e 2 situam-se no município de Mirandópolis (SP) e, o núcleo 3, no de Lavínia (SP). Cada lote tem, em média, 12 hectares. O assentamento possui área de 1.767,068 hectares, incluindo lotes, reservas, estradas vicinais, Área de Preservação Permanente (APP) e as sedes. As famílias camponesas ficaram acampadas por 4 anos e 3 meses, no período de abril de 2003 a julho de 2007.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirandópolis-SP e os próprios assentados, as terras do assentamento pertenciam à Fazenda Primavera, cujo dono era o Coronel Joaquim Franco de Mello³, considerado um dos maiores grileiros⁴ de terras da região.

A fazenda Primavera conformava um território capitalista, desapropriado, contraditoriamente, pelo Estado, que, nesse processo, abriu possibilidade de transformação de território capitalista para território camponês. Nesse sentido, ao longo desses oito anos, o Assentamento Primavera II construiu uma unidade territorial que o distingue do território do entorno. O campesinato domina uma fração do território capitalista, desenvolvendo seu modo de vida e criando sua territorialidade, resultado de suas relações sociais específicas. O Assentamento Primavera II foi constituído por uma teia de relações sociais pré-existentes, visto que a maior parte dos assentados é oriunda do bairro rural Terceira Aliança e do município de Guaraçaí (SP). No entanto, há também famílias de diversas regiões do estado de São Paulo e de estados vizinhos.

³ Consta no item 2.1.2 (Formação do município de Mirandópolis), capítulo 2, que o Coronel Joaquim Franco de Mello, se apropriou de grande gleba de terras devolutas, localizadas parcialmente nos municípios de Mirandópolis e Lavínia. Mesmo depois de lotear cerca de oito mil alqueires, a família Franco de Mello possui muitas fazendas no município de Lavínia. Entretanto, essas propriedades são motivos de reivindicação por parte do MST, pois foram consideradas, em 2001 e 2002, improdutivas. A fazenda São Rafael Santana (comentada no capítulo 2.2.2 - Breve abordagem sobre a luta pela terra na Mesorregião de Araçatuba), pertencia a um dos filhos do coronel Franco de Mello.

⁴ “Os “grilos” nada mais eram que falsos títulos de domínio conseguidos de diversas formas. Usava-se papel com antigos timbres, antigos papéis com as armas do Império ou mesmo o envelhecimento destes por diversos métodos que iam do esfumaçamento nos girus à guarda dentro de recipientes sob a terra.” (GHIRARDELLO, 2002, p.90).

Figura 1 – Projeto de Assentamento (PA) Primavera II



Fonte: INCRA, 2013.

Cap. 1 - QUESTÃO AGRÁRIA E CAMPEsinATO NO BRASIL

Afirmamos a existência de uma questão agrária, no Brasil, justamente pelo fato de haver, também, uma questão camponesa a ser resolvida. Essa questão camponesa (ainda não superada) resultou da concentração fundiária iniciada no Brasil Colônia, criando camponeses sem terra, e agravando-se com a instituição da Lei de Terras de 1850. Nesse diapasão, a questão agrária deve ser debatida do ponto de vista da distribuição de terra que altere a posse e o uso, pois, enquanto houver camponeses sem terra e concentração fundiária, a questão agrária brasileira persistirá. Destaca-se, assim, que a questão camponesa é inerente à questão agrária, por isso, para compreender o processo de territorialização camponesa, torna-se importante entender conjuntamente a questão agrária e a questão camponesa.

1.1 *Questão agrária no Brasil: breve abordagem*

A questão agrária resulta na existência de problemas na forma de apropriação, posse e uso da terra, tendo como desdobramento uma estrutura fundiária concentrada. Nesse sentido, compreendemos que a questão agrária no Brasil tem origem na formação do território, desde a colônia, com as Capitâneas Hereditárias (1530), mas, principalmente, com a instituição, em 1549⁵, do Sistema de Sesmarias.

A divisão do território brasileiro em Capitâneas Hereditárias foi a primeira iniciativa da coroa portuguesa em ocupar e defender a terra colonial, cedendo, para isso, aos donatários, o usufruto de grandes porções de terra, com domínio pertencente à coroa. No entanto, segundo Silva (2008), o primeiro ordenamento jurídico da apropriação territorial, no Brasil, foi a instituição do sistema sesmario, tendo papel significativo na formação dos grandes latifúndios, assim como, bloqueando os pobres (livres e escravizados) de acessarem a terra, restando-lhe a posse⁶ como alternativa.

⁵ Sistemas de Sesmarias ver: SILVA, Lúcia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 2008.

⁶ “Nos primeiros séculos da colonização, a posse representou também a forma de ocupação do pequeno lavrador sem condições de solicitar uma sesmaria.” (SILVA, 2008, p.67).

O sesmarialismo não constitui, em si, o problema do latifúndio, no Brasil, mas a forma de aplicação que contribuiu para a formação do latifúndio. De acordo com Silva (2008, p. 43), a aplicação do sistema sesmarial distanciou-se do objetivo da Coroa Portuguesa. A administração colonial, por seu lado, era responsável pela aplicação do sistema⁷, cujo objetivo consistia em regulamentar, por meio de um ordenamento jurídico, a apropriação da terra no país.

Segundo Silva (2008), até o final do século XVII, as concessões de sesmarias eram regidas pelas Ordenações do Reino. A partir do final do mesmo século, contudo, foram adaptadas novas normas de aplicação, mudanças, essas, advindas da inserção da produção colonial no mercado mundial, principalmente da possibilidade do cultivo da cana-de-açúcar que necessitava de grandes porções de terras. Cabe ressaltar que as colônias se organizavam em função da produção de açúcar para o mercado europeu, produto fundamental para o desenvolvimento do capital no velho continente. Nesse particular, Silva (2008, p. 52) acrescentou que:

A estruturação da propriedade do solo em termos da grande exploração esteve vinculada, [...] às conveniências da produção colonial, determinada fundamentalmente pela necessidade de fomentar acumulação nos países metropolitanos. No período em questão, o mercado mundial abria espaço apenas para os produtos tropicais de que a Europa carecia. Foi, portanto, a forma de inserção da Colônia que, no amplo mercado mundial que se abria para determinados produtos, como, o açúcar, traçou o modelo da agricultura aqui instalada: latifundiária, monocultora e escravista.

Esse fragmento nos permite lembrar que, para atender os interesses do mercado mundial, a Coroa Portuguesa concedeu imensas áreas aos “homens com recursos”, formando os engenhos⁸ e os grandes latifúndios. Assim, até “meados do século XVII, a Colônia não teve concorrentes para o açúcar no mercado internacional. A ocupação, nessa fase, muito se deu à expansão canavieira [...]” (SILVA, 2008, p. 53).

Além da organização da economia canavieira, a pecuária também teve sua importância na consolidação dos latifúndios no Brasil Colônia. Segundo Silva (2008,

⁷ O Sistema de concessão de sesmarias foi uma transposição de um ordenamento jurídico existente em Portugal, para as terras da colônia brasileira. Essa ordenação, criada no final do século XIV, visava, em Portugal, evitar uma crise de alimentos e impedir o esvaziamento no campo. (SILVA, 2008, p.41).

⁸ “Dos núcleos iniciais, Bahia e Pernambuco, a ocupação foi-se alastrando, seguindo a costa, para o Norte principalmente, e um pouco para o Sul, no Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. [...]” (SILVA, 2008, p.53).

p. 54), a pecuária foi responsável pela ocupação do sertão, baseando-se na grande propriedade. A autora ainda enfatiza que as sesmarias destinadas à pecuária eram maiores do que as cedidas para a agricultura. Tanto a economia canavieira quanto a pecuária expandiam-se em extensões, na medida em que a busca por terras férteis crescia.

A partir de Silva (2008), entende-se que a disponibilidade de terras para a produção colonial, seja da cana ou da pecuária, só se tornou possível graças à introdução do trabalho compulsório, utilizado para resolver o problema de mão-de-obra da Colônia. Além de garantir o “sobrelucro” para a burguesia mercantil, o trabalho compulsório⁹ evitaria que trabalhadores se tornassem proprietários de terras, deixando de produzir para o mercado mundial para produzir para o autoconsumo.

A inserção do Brasil Colônia no mercado mundial, principalmente no que tange à produção de açúcar, criou um modelo de agricultura latifundiária-monocultor-escravista. Esse modelo, forjado no período colonial com a instituição do sistema de sesmarias, reflete nos dias de hoje. Para Silva (2008, p. 83), o sistema sesmarial: “[...] foi responsável pelo caráter latifundiário da nossa estrutura agrária [...]”, contribuindo “[...] para a formação do latifúndio colonial, na medida em que se adaptou os imperativos do sistema de colonização”, sendo fundamental para a consolidação do capital, na Europa.

O sistema de sesmarias, implantado na Colônia, permaneceu até 1822, e foi suspenso em 17 de julho do mesmo ano. Inúmeros são os motivos que levaram ao fim desse ordenamento e, entre eles, estão as transformações ocorridas na colônia no final do século XVIII, como o crescimento territorial, da economia e da população. Silva (2008), em seus estudos, destacou que o crescimento das posses também contribuiu para o fim do ordenamento jurídico, pois a apropriação de terras estava desordenada, fora do controle da administração colonial. A respeito das posses, cabe frisar, que, desde o início da colonização portuguesa, ela representou uma forma de apropriação da terra, principalmente pelos homens pobres. Entretanto,

⁹ A introdução do africano, como trabalhador escravo na Colônia brasileira resulta de várias injunções, sendo, em particular, o controle do tráfico negreiro pelos portugueses. (SILVA, 2008, 32).

essa forma de ocupação se expandiu com o fim das sesmarias, multiplicando-se até 1850¹⁰, quando foi criada a Lei de Terras.

A Lei de Terras, de 1850, foi um marco na luta camponesa, assim como na apropriação da terra pelo capital; por isso, analisamos o seu papel no processo de formação territorial brasileiro¹¹, e seus desdobramentos para a manutenção da questão agrária, no país. Assim, para compreendermos a Lei de Terras de 1850, é de suma importância recorrermos às análises de Martins (1981 e 2010).

[...] O Brasil decidiu, em 1850, pela cessação do tráfico negreiro [...] Optou pela imigração estrangeira, de trabalhadores livres. [...] com abundância de terras incultas e um regime fundiário de livre ocupação do solo, condenou-se, nesse ato, ao fim do latifúndio, e, [...] da economia escravista. [...] porém, o Brasil aprovou uma Lei de Terras que instituía um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio (dinheiro) para a compra da terra [...]. (MARTINS, 2010, p.09).

Segundo Martins (2010), a Lei de Terras foi criada em meio à crise do sistema escravista, após o fim do tráfico negreiro¹². Por isso, “[...] as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo à economia da grande lavoura, principalmente café e cana” (MARTINS, 1981, p. 41). Tais providências resultaram na instituição da Lei de Terras de 1850. Assim:

A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. Essa proibição era dirigida contra os camponeses da época, aqueles que se deslocavam para áreas ainda não concedidas em sesmarias aos fazendeiros e ali abriam suas posses (MARTINS, 1981, p.41-42).

Desse modo, a Lei de Terras de 1850 instalou a propriedade capitalista da terra, garantindo a monopolização dos latifundiários sobre as terras, afetando diretamente seu acesso aos camponeses. De acordo com Almeida (2003, p. 82),

¹⁰ Esse período (1822 a 1850) marcado pela expansão da posse, ficou conhecido, segundo Silva (2008), como “fase áurea do posseiro”.

¹¹ Além da Lei de Terras de 1850, outros mecanismos são significativos no processo de formação territorial do Brasil, resultando na formação dos latifúndios, sendo eles: Capitania Hereditárias, Regime de Sesmarias, processo de organização canavieira e cafeeira, entre outros.

¹² O fim do tráfico negreiro foi determinado pela Lei Eusébio de Queirós, nº 581, de 4 de setembro de 1850, e a Lei de Terras, nº 601, foi criada alguns dias depois, em 18 de setembro. A criação da Lei de Terras evidencia a correlação de força dos grandes latifundiários, pois por meio dela dão resposta a criação da Lei Eusébio de Queirós.

essa lei foi o divisor de águas no processo de luta dos camponeses pela terra, deixando explícitas as diferenças de classe (camponeses X latifundiários), até então encobertas pelo sistema escravocrata. Restou, assim, aos camponeses, o acesso à terra por meio da compra, ou pelo enfrentamento aos latifundiários, visto que a posse e o acesso da terra estavam ameaçados e, com isso, a reprodução social camponesa.

A Lei de Terras também foi uma medida para evitar o acesso à terra aos escravos que seriam libertos e aos imigrantes europeus, obrigando-os a trabalhar nas grandes lavouras, principalmente de café. A aplicação da Lei contribuiu para a concentração da estrutura fundiária, no país, já que “[...] transformava as terras devolutas em monopólios do Estado e Estado controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros” (MARTINS, 1981, 42).

Todavia, com a implantação da Lei de terras, domínio e a posse da terra passaram a pertencer à mesma pessoa, o que deu início à propriedade capitalista da terra no Brasil. Nesse particular, Martins (2010, p. 10) enfatizou que

[...] a propriedade da terra se institucionalizou como propriedade territorial capitalista, presidiu o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós, acasalou terra e capital, concentrou a repartição da mais-valia e avolumou a reprodução ampliada do capital [...].

Martins (1981 e 2010) considera que, a partir da Lei de 1850, a terra transformou-se em mercadoria, assumindo um caráter de renda capitalizada e modificando as bases das ordens políticas e sociais no campo brasileiro, facilitando a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Para ampliar a abordagem acerca da Lei de Terras, retomamos as análises de Silva (2008), que apontou outras pautas da lei, além das apontadas por Martins (1981 e 2010). Silva (2008) considerou dois motivos que levaram à discussão pela implantação da lei, caso se consolidasse o fim do tráfico de escravos.

O primeiro advém do papel do escravo, sendo um bem econômico do fazendeiro. “[...] Tudo aquilo que o escravo representa como mercadoria e capital imobilizado no antigo sistema deveria, em parte, ser substituído pela terra num futuro próximo” (SILVA, 2008, p. 136). Previu-se, portanto, o fim da escravidão, visto que a lei de Terras tornou a terra um bem econômico, ou seja, ao capital

imobilizado. O segundo resulta diretamente na transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

[...] o fim do tráfico colocava no horizonte, ainda que longínquo, o fim do trabalho escravo e a transição para o trabalho livre, e, na visão do governo imperial, a solução para que essa transição se operasse sem traumatismos era a imigração estrangeira, que por sua vez precisava ser financiada. Uma forma de financiar esse processo seria a venda das terras devolutas da coroa. [...]” (SILVA, 2008, p.136).

Assim, para obter créditos e financiar a vinda de imigrantes, era necessário colocar ordem na regulamentação da propriedade da terra no país. Para isso, era necessário vender as terras devolutas. Entretanto, é importante enfatizar que a vinda dos imigrantes estrangeiro foi financiada com dinheiro público, e não financiada com a venda das terras devolutas. Cabe atenuar, que a Lei de Terras de 1850 não pôs fim a grilagem¹³ de terras no Brasil (OLIVEIRA, 2007). Essa lei, que visava regulamentar a posse da terra, foi direcionada apenas aos camponeses, imigrantes e aos escravos que seriam libertos, enquanto, os detentores do poder se apropriavam ilegalmente de imensas áreas.

Nesse sentido, a Lei de Terras foi fundamental na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, pois garantia a continuidade do processo de acumulação. Assim, na resolução do problema de mão-de-obra, até então escrava, o Império utilizou o trabalho imigrante. Essa foi a forma encontrada para realizar essa transição, sem gerar impactos aos fazendeiros, cuja agricultura era voltada à exportação; assim como, para manter as bases no processo de acumulação do novo sistema, baseado no trabalho “livre”. Silva (2008) enfatizou, ainda, que a Lei de Terras de 1850, além de bloquear o acesso à terra aos homens pobres, visava regulamentar o acesso à terra aos grandes proprietários de terras. Outra pauta apontada pela autora consistiu na opção pelo imigrante europeu, estratégia essa cujo objetivo era o branqueamento da população brasileira. Esse processo evidencia a negação do negro como trabalhador livre.

Com a extinção do tráfico negreiro e a instituição da Lei de Terras, ambos em 1850, as lavouras destinadas à exportação passaram a ter, lado a lado, o trabalho imigrante e o trabalho escravo. Esse processo permaneceu até 1888, com a Lei

¹³ Silva (2008) aponta vários exemplos de irregularidades na apropriação de terras após a instituição da Lei de Terras de 1850.

Áurea, determinando a abolição da escravidão. Ainda sobre a Lei de Terras, Stedile (2011, p. 284) refere que:

A Lei de Terras de 1850 entregou as terras como propriedade privada apenas para os fazendeiros, para os capitalistas. Nascia assim, o latifúndio excludente e injusto socialmente. E os trabalhadores negros, impedidos de se transformarem em camponeses foram para as cidades. Nascia também a favela, pois, mesmo nas cidades, esses trabalhadores não dispunham de condições para comprar seus terrenos, normatizados pela mesma lei. Subiram os morros, ocuparam manguezais e locais de difícil acesso, e construíram suas moradias, únicos espaços dos quais a sanha do capital não havia se apropriado.

Logo após a abolição do trabalho escravo (1888), a República inicia (1889) com suas bases de ordem social alterada, em comparação ao Império, pois o trabalho escravo foi extinto e a propriedade da terra modificada. Nesse particular Martins (1981, p.45) elucidou que

[...] o monopólio da classe sobre o trabalho escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra. O senhor de escravos se transforma em senhor de terras. A terra que até então fora desdenhada em face da propriedade do escravo passa a constituir objeto de disputas amplas. A velha disputa colonial pela fazenda, pelos bens da família, transforma-se em disputa pela terra, pois essa é a forma de subjugar o trabalho livre.

Com a Lei de Terras, marco jurídico institucional, a terra se tornou o principal instrumento para subjugar o trabalho, ao contrário do período escravista, quando a propriedade da terra e o regime sesmarial eram produto do trabalho escravo e do tráfico negreiro.

Outro elemento importante no processo de apropriação capitalista da terra foi a organização da economia cafeeira, entre os séculos XIX até a sua decadência, nas primeiras décadas do século XX. Isso porque, na medida em que o café se expandia apropriando-se de novas áreas, expandia-se também a propriedade capitalista da terra¹⁴. Em consonância a esse processo, ocorria uma reorganização e dinamização das forças produtivas e nas relações de trabalho, pois o trabalho escravo estava sendo substituído pelo trabalho do colono, de origem europeia. Ao analisar a expansão da cafeicultura no interior de São Paulo, IANNI (2004, p.14), explicou que: “[...] à medida que avançava a monocultura cafeeira, ocorria a

¹⁴ Esse é o exemplo da expansão do café no Estado de São Paulo, muito bem analisado por Martins (2010) e IANNI (2004).

ocupação e concentração da propriedade fundiária e a formação de grandes empresas agrícolas.”.

É importante elucidar, que as fazendas de café teve papel fundamental no processo de apropriação capitalista da terra, contribuindo diretamente na permanência do monopólio das terras nas mãos dos fazendeiros¹⁵. Todavia, a hegemonia dos cafeicultores rompe-se com a crise do café e com a revolução de 1930¹⁶, consolidando o novo modelo econômico, baseado no trabalho “livre” e assalariado. A decadência do café obriga muitos fazendeiros a venderem suas terras para quitar as dívidas oriundas da crise, havendo, nesse contexto, uma disseminação da pequena propriedade, principalmente porque muitos colonos europeus compraram terras. Segundo Ianni (2004), esse período marcou a queda hegemônica do Estado Oligárquico. Logo, o poder político estava dividido, como outros grupos sociais, principalmente aqueles ligados à indústria.

O Governo Militar (1964-1985), período mais recente, também contribuiu diretamente na permanência do latifúndio no Brasil, pois criou políticas com o objetivo de estimular o espraçamento do capitalismo no campo brasileiro, incentivando a industrialização e mantendo a grande propriedade. Dessa forma, o Governo Militar eliminou o projeto de reforma agrária de João Goulart (presidente deposto no golpe de Estado de 1964). Esse período de incentivo à industrialização no campo foi denominado de modernização da agricultura brasileira¹⁷.

¹⁵ A formação da Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP), é um do processo de apropriação capitalista das terras, ocorrendo com a construção da estrada de ferro Noroeste Brasil e a formação das fazendas de café. Esse processo foi abordado no Item 2.1 (apropriação e ocupação da terra), do Capítulo 2 (Luta pela terra na Mesorregião de Araçatuba (SP)).

¹⁶ “Entre 1850 e 1930, o café foi o principal artigo de exportação da economia brasileira, associado em diferentes graus de importância e em diferentes momentos à exportação do açúcar e da borracha. Sendo ela uma economia agrária, de tipo colonial, desse modo, a mercadoria principal e aquela que marcou fundo a organização social e política da sociedade brasileira, principalmente a sociedade do Sudeste do país – Rio de Janeiro e São Paulo – que determinou acontecimentos social e politicamente fundamentais: a extinção do tráfico negreiro, em 1850, a libertação progressiva dos escravos negros e a abolição da escravatura, em 1888, a proclamação da República, em 1889, a industrialização, a partir dos anos de 1880, e a Revolução de 1930, que pôs fim à hegemonia política dos grandes fazendeiros de café.” (MARTINS, 2010, p.116).

¹⁷ A modernização do campo brasileiro se refere ao processo de transformação das bases técnicas da agricultura, e a produção agrícola se fez por meio do uso intensivo de máquinas, agrotóxicos e outros insumos, produção em grande escala, visando o aumento da produção para exportação. Esse processo de transformação se acentuou a partir de meados da década de 1960. A modernização do campo ocorreu de forma excludente, pois beneficiava os latifundiários-capitalistas, e deixava à margem desse processo os camponeses, em meio ao um intenso processo de expropriação, que resultou no “Êxodo Rural”. Esse “pacote” de equipamentos e técnicas, chamado de modernização, trouxe consigo sérios impactos ambientais, pelo intenso uso de venenos e pela expansão da produção em grande escala; e sociais, devido à expulsão dos camponeses expropriados para a cidade, e a produção de commodities em detrimento dos alimentos. Para Oliveira (2007, p.131-132)

Contraditoriamente, o Governo Militar promulgou o Estatuto da Terra (Lei nº4.504, de 30/11/64). Sobre essa lei, Martins (1981, p. 96) asseverou:

[...] O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe.

Nas palavras de Martins (1981, p. 96), fica nítida a intenção dos militares ao assinar o Estatuto da Terra, impedindo que a questão da terra se expandisse em âmbito nacional, político e de classe, assim como quis desmobilizar os movimentos sociais do campo, não efetuando a reforma agrária.

Ainda nesse contexto, a abertura do território brasileiro às grandes empresas multinacionais, pelos militares, também foi fator importante no agravamento da questão agrária, por contribuir, efetivamente, na manutenção e acentuação da estrutura fundiária concentrada. O espraiamento do modo capitalista de produção no campo provocou transformações significativas, e Oliveira (2007, p. 08) destacou que “[...] esse processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo”. Ocorreu, assim, a manutenção da concentração fundiária e a transformação das relações de produção e de trabalho, aumentando, contraditoriamente, o número de movimentos sociais do campo e, por conseguinte, intensificando a luta pela terra de trabalho e por melhores condições de vida no campo brasileiro.

Em comunhão com as ideias de Oliveira (2005), entendemos que a interpretação da modernização da agricultura brasileira passa pela compreensão do processo de mundialização (internacionalização) da economia, entendido pela questão da dívida externa do país, pois, para aumentar a produção, o Estado toma dinheiro emprestado no mercado financeiro internacional. Dessa forma, para saldar a dívida, o país se sujeita produzir para abastecer os grandes centros mundiais.

Com o alargamento do modo capitalista de produção no campo, a relação agricultura-indústria se intensificou, expandindo as relações capitalistas de produção

além do aumento da concentração fundiária, a modernização da agricultura brasileira foi fator importante na transformação dos capitalistas industriais e urbanos em grandes proprietários de terras, ou seja, grandes latifundiários.

e de trabalho (trabalho assalariado), contudo, “[...] o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção em produção ditadas pelo lucro capitalista. O desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória” (OLIVEIRA, 2005, p. 77). Isso faz com que a modernização da agricultura não seja entendida como um processo homogêneo, englobando todo o território brasileiro.

Ao analisarmos o processo histórico de formação e apropriação do território brasileiro e alguns fatores que contribuíram fortemente com a não democratização da terra, é possível compreender a conjuntura da questão agrária atual. Dessa mesma forma, entendemos melhor a questão camponesa que, no Brasil, é indissociável da questão agrária.

1.2 Formação do campesinato no Brasil: algumas considerações

O campesinato brasileiro possui peculiaridades distintas do campesinato europeu; é um campesinato migrante, desenraizado, e sua formação está marcada pela “mobilidade espacial”¹⁸ (ALMEIDA, 2003). Diferente do campesinato europeu, o campesinato brasileiro vive em luta constante, especialmente para entrar e permanecer na terra - seu instrumento de trabalho e morada da vida.

Por nascer à margem do sistema escravocrata, no Brasil Colônia, o camponês tem a posse como forma de acesso à terra. Isso ocorre porque o camponês nasceu excluído da economia colonial e da condição de proprietário de terra, porém, não excluído da posse da terra. Sobre a exclusão do campesinato, no sistema escravocrata brasileiro, as análises de Martins (1981, p.37-38) apontam que:

A exclusão do camponês [...] é aquela que marcou o período escravista, em que o trabalho na grande fazenda era fundamentalmente executado pelo escravo negro, de origem africana. Há algumas suposições fundamentadas para entendermos por que, ao invés de empregar o trabalho de índios e agregados na grande lavoura de exportação, preferiu-se empregar o trabalho cativo do negro. De um lado, porque o fundamento do trabalho escravo estava no tráfico negreiro, era no comércio escravista e não na fazenda escravista que a escravidão se recriava. Por outro lado, essa situação tinha o seu sentido, já que permitia aos traficantes de escravos fazer do cativo renda capitalizada, extrair renda da colônia

¹⁸ Sobre a mobilidade espacial do campesinato brasileiro ver: MARTINS, José de S. *Não há terra para se plantar neste verão*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

já antes da produção colonial, ao invés de extrai-la por meio de monopólio e renda territoriais. O tráfico negreiro e o trabalho era o que retiravam da colônia qualquer caráter feudal. Permitiam que, ao invés da metrópole tirar renda da terra através de uma elite territorial, de um monopólio de classe ou de um monopólio estritamente estamental sobre o solo, tirasse renda na circulação, fazendo o escravo produzir renda capitalizada antes de produzir mercadorias, cobrando tributo antes da produção e não depois da produção [...].

Esse caráter escravista do Brasil Colônia entra em decadência com o fim do tráfico negreiro e a instituição da Lei de Terras, ambos em 1850. A partir desse momento, o grande colono latifundiário torna a terra cativa e, por meio do seu monopólio, subjuga o trabalho do imigrante e dos escravos, libertos em 1888. Por conta da importância econômica do escravo, no Brasil Colônia e no Império, cabiam a estes as atividades de produção de mercadorias para exportação, dessa maneira, ao camponês restava as atividades de menor retorno econômico que não representava competição com o trabalho escravo, como: formar fazendas¹⁹, preparar a terra, derrubar a mata e, principalmente, produzir alimentos para o abastecimento interno.

No debate acerca da gênese do campesinato brasileiro, cabe ressaltar o papel das roças para o autoconsumo, tanto na Colônia quanto no Império, sendo importante para o abastecimento interno. A produção colonial era organizada visando abastecer a Metrópole Portuguesa e a Europa, porém, à margem desse sistema, havia uma produção agrícola voltada ao consumo interno. Mesmo em segundo plano, essa produção, desenvolvida na Colônia pelos camponeses, tinha o papel de produzir alimentos para a Colônia, evitando uma crise de alimentos, logo, evitando motins e revoltas. Por isso, a administração metropolitana, incentivava a produção de alimentos²⁰.

Nesse particular, é importante tomar como base as análises de Linhares e Silva (2009), quando esses estudiosos analisam a importância do abastecimento interno na formação do campesinato. Segundo os autores, no sistema escravocrata, existiam três formas de produção voltadas para o abastecimento interno: “[...] a) a

¹⁹ Na colônia era formar fazendas de cana-de-açúcar, abastecendo os grandes engenhos do Nordeste. Porém, a partir da metade do século XIX, no Império era formar fazendas de café.

²⁰ Os incentivos da administração metropolitana à produção de alimentos, atingia diretamente os detentores da terra, do poder e de escravos, que regiam burlando ao máximo as ordens da coroa, em favor da produção de exportação. (LINHARES; SILVA, 2009).

brecha camponesa²¹ constituindo um protocampesinato; b) os lavradores diretamente subordinados aos senhores de engenho; e c) os pequenos produtores do Agreste e do Sertão [...]”. (LINHARES; SILVA, 2009, p.133).

Sobre as brechas camponesas, os escravos forjavam suas roças no interior dos latifúndios, produzindo, nessas atividades, alimentos para o autoconsumo. Segundo Linhares e Silva (2009, p. 128), há “[...] indícios de que, apesar de todas as resistências do poder dominante, os escravos podiam não apenas cultivar para o próprio sustento, como também produzir excedentes que eram encaminhados ao mercado [...]”.

Havia, ainda, à margem do sistema escravocrata, os lavradores vinculados à produção do engenho, esses homens, porém, produziam, além da cana, mandioca, legumes, entre outros. Outra forma de produção, voltada ao abastecimento interno, e importante na formação do campesinato, eram os posseiros, formados por homens pobres e livres, e por escravos fugidos. Esses, geralmente, abriam suas posses, no sertão, longe do adensamento das lavouras de exportação, em geral, a cana.

Em relação aos posseiros, Linhares e Silva (2009, p. 131) enfatizam que eles “[...] formavam uma ampla franja demográfica na região do Agreste e mesmo do Sertão. [...]”. Logo, “[...] a produção de alimentos é a atividade principal, ao lado do plantio de algodão e/ou da criação de alguns animais de pequeno porte (cabras, porcos etc.)”.

Diante disso, os homens pobres e livres vincularam-se com a terra porque as mercadorias dedicadas às exportações eram feitas pelos escravos, restando aos camponeses a produção de gêneros alimentícios de consumo interno. Nesse sentido, de acordo com Martins (1981, p. 38):

[...] Foi assim nas fazendas de café de São Paulo e Rio de Janeiro. A formação da fazenda era processo demorado, levava uns cinco anos até o café estar em condições de oferecer as primeiras safras rentáveis. Só então entrava o escravo no trato do cafezal e na colheita do café. Como o escravo representava capital do fazendeiro, imobilizado sob a forma de renda capitalizada, o seu trabalho só tinha sentido em atividades que fossem imediatamente rentáveis, na produção de mercadorias. [...]

²¹ “A chamada “brecha camponesa”, [...] constituiu-se numa das formas que assumiu, no período colonial, a necessidade de produzir alimentos e escapar do alto custo e da precariedade do abastecimento metropolitano [...]” (LINHARES; SILVA, 2009, p.130).

Sendo assim, no período de formação das fazendas, o camponês tinha direito de plantar, entre os cafezais, gêneros alimentícios importantes: milho, feijão, arroz, algodão, entre outros. Merece destaque, nas reflexões de Martins (1981), o caráter capitalista-rentista do período escravista-latifundiário-exportador, no Brasil Colônia-Império.

Paralelamente ao latifúndio-exportador, havia homens pobres, livres e escravizados que forjavam brechas pelas roças, desvelando o lado perverso da concentração de terras e do poder, ou seja, a separação do homem e terra. Esse processo mostra que a terra já estava concentrada antes da Lei de Terras, de 1850, que só veio regulamentar a concentração. É certo que a política de distribuição de terras, no Brasil, nunca favoreceu a formação de um amplo campesinato. Não se pode negar, no entanto, a história de luta de persistências dessa classe no acesso à terra.

Reiteramos, também, principalmente a partir de Linhares e Silva (2009), que a agricultura, no Brasil Colônia-Império, não se restringia apenas à agricultura de mercado. Havia uma agricultura responsável pelo abastecimento interno, realizada por índios, escravos, homens pobres e livres e, mais tarde, no império, pelos imigrantes, todos juntos formando o campesinato brasileiro. Esses ainda, no atual Brasil, responsáveis diretos pela produção de alimentos, abastecendo o mercado local.

Contudo, as palavras, “camponês e campesinato”, foram introduzidas no vocabulário brasileiro pela esquerda, com o propósito de explicar os movimentos de luta pela terra, na década de 1950²². Antes disso, esse sujeito histórico era denominado a partir de termos pejorativos (Jeca, Caipira, Atrasado, entre outros), diferentes em cada região do Brasil. Da mesma forma, os proprietários de terra ganharam nova designação: latifundiários.

²² Foram vários os movimentos sociais que marcaram a luta pela terra no Brasil, até a década de 1950. Mas, merecem destaque as Ligas Camponesas do Nordeste. Segundo Martins (1981, p.76). [...] no Nordeste, particularmente em Pernambuco e na Paraíba que se desenvolveu o capítulo mais importante da história contemporânea do campesinato brasileiro. Ali, surgiu em 1955, no Engenho da Galileia, uma associação de foreiros denominada de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, logo conhecida como Liga Camponesa. As ligas se espalharam rapidamente pelo Nordeste, contando de início com o apoio do Partido Comunista do Brasil e com a severa oposição da Igreja Católica. Elas surgiram e se difundiram principalmente pelos foreiros de antigos engenhos que começavam a ser retomados por seus proprietários absenteístas, devido à valorização do açúcar e à expansão dos canaviais. Desde os anos de 1940 os foreiros vinham sendo expulsos da terra ou então, como vimos reduzidos a moradores de condição, passo para se tornarem trabalhadores assalariados não-residentes.

Mesmo fazendo parte do protagonismo dos grandes movimentos (Guerras de Canudos; Contestado; Movimento Arranca Capim, em Santa Fé do Sul-SP; as Ligas Camponesas no Nordeste; entre outras) e principais lutas de classes (camponeses X latifundiários) no Brasil, o camponês foi excluído da história oficial de formação do País, resultando no desconhecimento por parte da população da participação dos camponeses na história brasileira.

No campo acadêmico, muito se debate sobre o campesinato, ou melhor, sobre a existência (ou não) de uma via camponesa para resolução da questão agrária nacional. Na ciência geográfica, também não é diferente, pois a questão camponesa gera divergentes análises. Segundo Oliveira (1996), os autores que analisam a questão agrária concordam com a generalização e dominação do capital em todos os setores de produção (indústria, agricultura, campo e cidade), contudo em relação ao futuro do camponês, muito ainda se tem debatido. Oliveira (2005) apontou as três principais vertentes teóricas do pensamento geográfico sobre o lugar do campesinato no desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.

Para Oliveira (2005, p. 70):

[...] alguns autores defendem o ponto de vista de que no Brasil houve feudalismo, ou mesmo relações semifeudais de produção. Por isso, eles advogam a seguinte tese: para que o campo se desenvolva seria preciso acabar com essas relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo. Para esses autores, a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária seria um instrumento que faria avançar o capitalismo no campo. [...].

Assim, uma das vertentes²³ sobre o futuro do campesinato é aquela que coloca a proletarianização do campesinato como resultado da expansão do capitalismo no campo. Outra vertente²⁴ analisa o processo de desenvolvimento do capitalismo, em sua etapa monopolista, e entende os camponeses (e as relações não-capitalistas que eles representam) como “resíduos em vias de extinção”. Para essa segunda corrente

[...] o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer,

²³ Nessa vertente, os principais autores brasileiros são Caio Padro Jr., José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay, entre outros.

²⁴ Essa vertente é composta por autores brasileiros, como: Alberto Passos Guimarães, Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré etc.

pois eles seriam uma espécie de “resíduo” social que o progresso capitalista extinguirá. Ou seja, os camponeses ao tentar produzir para o mercado acabariam indo à falência e perdendo suas terras para os bancos ou até mesmo teriam que vendê-las para saldar as dívidas. Com isso, os camponeses tornar-se-iam proletários. (OLIVEIRA, 2005, p.71)

As duas primeiras vertentes, apontadas por Oliveira (2005), não acreditam na continuidade do campesinato com o avanço e expansão do modo de produção capitalista no campo e, assim, analisam o lugar histórico do camponês no processo de formação sociopolítica do país. Para os autores que compõem essas vertentes, a sociedade capitalista compõe-se por duas classes sociais: os capitalistas (proprietário dos meios de produção) e os proletários (trabalhadores assalariados). Em outras palavras, as duas vertentes mencionadas entendem o campesinato em vias de extinção.

A terceira vertente, entretanto, defende a recriação camponesa a partir de um processo contraditório. Para essa vertente, o campesinato nasce e se reproduz no seio do desenvolvimento do capitalismo, ou seja, o processo de desenvolvimento do capital é contraditório, pois se realiza, ao mesmo tempo, por relações tipicamente capitalistas no campo, utilizando-se, também, das relações não-capitalistas, no caso do campo brasileiro, o campesinato. Dessa forma, os autores dessa vertente confiam na perpetuação do campesinato e não em seu desaparecimento, como previsto nas outras vertentes. Nessa perspectiva, na terceira vertente, o

[...] estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalista (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do boia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 2005, p. 73).

A partir dos autores dessa terceira vertente, Almeida (2006), Fabrini (2002 e 2008), Fernandes (1994 e 1999), Martins (1981 e 1994), Oliveira (1996, 2003, 2005, 2007, 2011 e 2012) e Paulino (2006) analisamos a realidade do campo brasileiro e a territorialização do campesinato, por meio da luta para entrar na terra e nela permanecer.

Nesse sentido, entendemos o campesinato brasileiro, enquanto classe social, nascido no próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, possuindo

uma duplicidade, por ser trabalhador e proprietário de terra ao mesmo tempo, não se constituindo em uma “classe pura”. De acordo com Almeida (2006, p. 84-85),

[...] podemos dizer que o âmago da especificidade camponesa reside no fato de os camponeses não constituírem uma classe “pura” do modo capitalista de produção, já que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores, acrescido ao fato de que a organização do campesinato se funda uma relação não-capitalista. Aceitar tal assertiva implica trabalhar com a noção de formação socioeconômica na concepção marxista, que emprega para explicar a totalidade do processo do capital, cujo núcleo é o seu desenvolvimento desigual. Portanto, apesar de o campesinato ser uma relação não-capitalista, sua reprodução deve ser entendida com base nas diversas contradições do desenvolvimento desigual do capital, e, por isso, trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modos de produção.

Para compreensão da questão do campesinato, é fundamental entender o seu lugar na sociedade capitalista, como classe que se recria no processo contraditório e desigual do desenvolvimento do capitalismo no campo. Dessa maneira,

[...] ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo; entretanto, os camponeses continuam lutando para conquistar o acesso à terra em muitas partes do Brasil [...] (OLIVEIRA, 2005, p. 72).

A luta pela terra, em várias partes do Brasil, nos revela, portanto, a possibilidade da criação e da recriação da classe camponesa, ou seja, a territorialização camponesa tem, na luta pela reforma agrária, sua possibilidade de efetivação.

1.3 Luta pela terra e Reforma Agrária

É válido reafirmar que, com base em Oliveira (2005), o campesinato brasileiro nasce e se reproduz no processo contraditório do desenvolvimento capitalista. Nessa perspectiva, o desenvolvimento do capitalismo no campo, reproduz, ao mesmo tempo, relações de produção tipicamente capitalistas (trabalho assalariado) e subordina relações não-capitalistas de produção, no caso, o campesinato. Para Almeida (2006), é insuficiente analisar a reprodução do campesinato somente pelo

processo contraditório e desigual do desenvolvimento do capitalismo, deixando suas lutas, conquistas, sonhos e utopias às margens, pois o processo não é mecânico. Na verdade, as lutas pela terra têm possibilitado a (re)criação e territorialização camponesa. Assim,

[...] a (re)criação do campesinato como uma relação não-capitalista é parte contraditória do modo de produção capitalista, situação que, por sua vez, ao permitir a acumulação do capital, também contém sua negação, seja na luta contra a transferência de renda seja na luta pela *terra de trabalho*. Em suma, podemos dizer que o campesinato contraditoriamente é recriado pelo próprio processo de desenvolvimento do capitalismo, e que essa contradição se expressa no fato de que a unidade de produção camponesa representa uma relação não tipicamente capitalista, no entanto, é preciso não esquecer que essa recriação não é funcionalista, por isso ela se faz por meio da luta (ALMEIDA, 2006, p. 86).

O processo de *luta pela terra de vida e trabalho*, no Brasil, principalmente a partir da década de 1980, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), permitiu que um número significativo de trabalhadores, do campo e da cidade, tivesse acesso à terra. Por meio da Tabela 1, observamos que, no processo de luta pela terra, foram assentadas no Brasil, até o ano de 2014, 968.877 famílias, distribuídas em uma área de, aproximadamente, 88 milhões de hectares.

Tabela 1 – Brasil – Número de Assentamentos Rurais até 2014

	Assentamentos	Famílias	Áreas (ha)
Brasil	9.256	968.877	88.314.875

Fonte: INCRA, 2015. Org. pelo autor.

Nesse sentido, entendemos que a luta por terra, para plantar, colher, viver e morar, move os camponeses, outrora, expropriados pela modernização no campo brasileiro. Logo, concordamos com Fernandes (1998), quando esse autor diz que a luta dos camponeses para entrar na terra e nela permanecer é uma lição admirável, e está presente em toda a história nacional.

Desde as lutas messiânicas ao cangaço. Desde as Ligas Camponesas ao MST, a luta nunca cessou, em nenhum momento. Lutaram e estão lutando até hoje e [entraram] o século XXI lutando. Desde as capitâneas hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo. Esse modelo insustentável sempre se

impôs por meio do poder e da violência. Agora, ou fazemos a reforma agrária ou continuaremos sendo devorados pela questão agrária (FERNANDES, 1998, p.1).

A luta pela terra confunde-se com a história do país, pois, a luta e a resistência existem desde as fugas dos negros e a formação dos quilombos, da persistência na constituição das roças pelos pobres livres e escravizados na Colônia e no Império, desde a violência expropriatória, quando desceram nestas terras os portugueses. Percebe-se, assim, que a luta dos camponeses pela *terra de vida e trabalho* está presente na história; em contrapartida, a luta por reforma agrária é recente. A luta pela terra nasceu com a formação do latifúndio, agravando-se quando a terra foi transformada em mercadoria, resultado da implantação da Lei de Terras, de 1850. A luta por reforma agrária, de acordo com Oliveira (2007, p. 106), adquiriu dimensão nacional a partir da década de 1950, com as Ligas Camponesas. Fernandes (2008), por outro lado, diferenciou a luta pela terra da luta pela reforma agrária, pois, para ele, na luta pela reforma agrária, participam diferentes instituições e sujeitos e a luta pela terra é realizada pelos trabalhadores camponeses. Pergunta-se, então, o que é reforma agrária? Para Oliveira (2007, p. 68), a reforma agrária:

[...] constitui-se [...] em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território.

Convém pontuar, diante disso, que a reforma agrária foi medida utilizada em vários países capitalistas para o desenvolvimento amplo do capital. Após apontar sua concepção de reforma agrária Clássica, Oliveira (2007) procurou distingui-la da Revolução Agrária, considerando que essa última provoca alterações na estrutura fundiária com modificações estruturais do sistema capitalista. A Revolução Agrária “implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de outra sociedade” (OLIVEIRA, 2007, p. 68). A reforma agrária Clássica foi realizada em países, como, Estados Unidos da América e Alemanha; já a Revolução Agrária ocorreu em países, como, Rússia, no início do século XX, e Cuba, após a Revolução Cubana.

No Brasil, a “[...] luta pela reforma agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária” (FERNANDES, 1998, p.1). Nesse sentido, compreendemos que as políticas de assentamentos rurais são conquistas dos camponeses em luta, que denunciam a terra cercada, improdutiva e grilada, pressionando o Estado a cumprir a Lei de reforma agrária, prevista pelo Estatuto da Terra (1964)²⁵ e pela Constituição Federal de 1988. O Art. 184, Capítulo III, da Constituição Federal de 1988, determina:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º - As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º - O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º - Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º - O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º - São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

O Art. 184 foi uma conquista dos camponeses que lutam historicamente por terra e por reforma agrária e, uma vez colocada no papel, o desafio dos camponeses passa a ser pressionar o Estado a cumprir a Lei. Entretanto, a mesma Lei abrindo possibilidades do camponês ter acesso à terra, contraditoriamente, bloqueia a reforma agrária, pois a desapropriação só ocorre mediante a indenização ao proprietário do latifúndio, mesmo não cumprindo a função social²⁶. O bloqueio à reforma agrária agravou-se com a valorização da terra, realidade presenciada nas regiões onde o agronegócio se expandiu.

²⁵ LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.

²⁶ Art. 186, capítulo III, na Constituição Federal de 1988 estabelece:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

O Estado, para amenizar a pressão exercida pelos camponeses em luta, e para conter os conflitos por terra, respondeu estrategicamente com políticas de assentamentos rurais. Contudo, as políticas de reforma agrária não conseguiram transformar a estrutura fundiária, que permaneceu concentrada. Essa concentração fundiária pode ser analisada a partir dos dados da Tabela 2.

Tabela 2 – Brasil - Estrutura Fundiária do Brasil - 2006

<i>Grupos de Área Total (Hectares)</i>	Censo Agropecuário de 2006			
	<i>Nº de Estabel.</i>	<i>%</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>%</i>
<i>Produtor sem área</i>	255.019	4,93	---	---
<i>Até 10</i>	2.477.151	47,86	7.798.777	2,33
<i>10 – 200</i>	2.191.032	42,34	92.112.848	27,61
<i>Pequena (Até 200)</i>	4.932.202	95,13	99.911.625	29,94
<i>200 - 500</i>	150.698	2,91	46.384.925	13,90
<i>500 - 1000</i>	54.158	1,05	37.240.391	11,16
<i>Média (200 – 1000)</i>	204.856	3,96	83.625.316	25,06
<i>1000 - 2500</i>	32.242	0,62	48.640.082	14,58
<i>Acima de 2500</i>	15.336	0,30	101.503.014	30,42
<i>Grande (Acima de 1000)</i>	47.578	0,92	150.143.096	45
<i>TOTAL</i>	5.175.636	100	333.680.037	100

Fonte: IBGE, 2014. Censo Agropecuário 2006. Organizado pelo autor.

Na Tabela 2, observamos que, no Censo Agropecuário de 2006, 95,13% dos estabelecimentos (até 200 hectares), ou seja, 4.932.202 estabelecimentos detinham 29,94% da área (99.911.625 hectares). Por outro lado, os estabelecimentos acima de 200 hectares, representado por 4,88% (252.434) dos estabelecimentos, dominam 70,06% das áreas, isto é, 233.768.412 hectares. Dessa maneira, os dados do Censo Agropecuário de 2006 (Tabela 2) vêm confirmar a máxima de Oliveira: “Muitos com pouca terra, e poucos com muita terra”.

Nesse sentido, ao analisar a Tabela 2, notamos a necessidade de uma reforma agrária efetiva, que consiga desconcentrar a terra. Sobre a reforma agrária, Stédile é enfático ao dizer:

[...] No Brasil, as classes dominantes sempre impediram a possibilidade de democratizar a terra, mesmo que ela fosse apenas

uma reforma republicana e democrática. Mas a classe dominante brasileira se apropriou dos recursos naturais (da terra, da água, da semente), como propriedade privada; como se só eles tivessem esse direito na sociedade. Nós temos, [no Brasil] um Estado burguês, que funciona à serviço da burguesia, e impede que os trabalhadores tenham conquistas. [...] Mesmo quando a gente consegue eleger governos ou pessoas que estão comprometidas conosco, o Estado, através dos seus mecanismos, impede os avanços. [...] ²⁷

Stédile faz alusão ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT), no controle do Governo Federal desde 2003. O PT declarava-se a favor das reformas e ganhou as eleições de 2002, tendo como principal bandeira a efetivação da reforma agrária no Brasil. Entretanto, presenciamos, nos últimos anos, um retrocesso em relação às políticas de reforma agrária e cumprimento da lei. Podemos observar, na Tabela 3, a criação de assentamentos nos governos entre os períodos de 1985 a 2014.

Tabela 3 – Brasil – Projetos de Assentamentos – 1985 a 2014.

Governos	Assentamento	Famílias
Sarney (1985 - 1989)	504	88.443
Collor (1990-1992)	259	40.904
Itamar (1993-1994)	104	15.579
FHC (1995-2002)	4.310	461.066
Lula (2003-2010)	3.609	418.593
Dilma (2011-2013)	367	26.557

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta. Relatório Brasil 2014. Org. pelo autor.

Comparando com governos anteriores (Tabela 3), as políticas de assentamentos pouco avançaram no governo do PT, principalmente no Governo Dilma. Compreendemos que desde o Golpe Militar de 1964, que depôs João Goulart, a reforma agrária nunca esteve, de fato, em pauta nos governos, por ter sido utilizada pelos detentores do poder como estratégia para conter conflitos. Com a vitória de Lula, nas eleições de 2002, havia esperança de realização de reforma agrária ampla e irrestrita, mesmo no modelo clássico. O que se viu, no entanto, foi o avanço do agronegócio por todo o território nacional.

Nas últimas décadas, intensificou-se a apropriação da agricultura e dos recursos naturais (minerais, hídricos e biodiversidade) pelo capital financeiro

²⁷ Palestra proferida por João Pedro Stédile, no ato político do VI Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília-DF, entre os dias 10 a 14 de fevereiro de 2014, o lema do evento era: “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”.

nacional e internacional, utilizando-se do Estado para colocar à frente os seus interesses, em detrimento dos interesses e demandas da população. Esse processo, resultado da aliança entre latifundiários, burguesia nacional e internacional, impôs seu modelo de agricultura baseado na produção de *commodities* em grande escala, uso intensivo de agrotóxicos (e outros insumos) e aumento da concentração de terras. Essa aliança constitui uma das barreiras às políticas de assentamentos rurais.

Pela consequente inércia das políticas de reforma agrária, alguns intelectuais da questão agrária, como, Oliveira (2011) e Girardi, Fernandes (2008), procuram analisá-las sob diferentes ângulos, principalmente no que tange à realização (ou não) da reforma agrária, no Brasil.

Oliveira (2011) analisou os dois mandatos do governo Lula (2003/2006-2007/2010), considerando-os dois processos distintos. Caracterizou o primeiro mandato pela *Não Reforma Agrária* e, o segundo, pela *Contra-Reforma Agrária*²⁸. O primeiro mandato do governo Lula foi denominado, por Oliveira (2011), de “Não Reforma Agrária”, pelo fato de o governo não ter cumprido a meta estabelecida no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha o objetivo de assentar mais de 1 milhão de famílias, no período de 2003 até o início de 2007. Além de novos assentamentos, o plano previa a regularização e demarcação de terras indígenas e quilombolas. Entretanto, após desagregar os dados divulgados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Oliveira (2011) esclareceu que o governo cumpriu pouco mais de 1/3 das metas, promovendo uma política de regularização e ordenação fundiária, e não de reforma agrária. Segundo o autor, os dados divulgados pelo INCRA/MDA, sobre a “Reforma Agrária”, não correspondem à realidade, por incluir, como assentamentos novos, áreas de regularização, de reconhecimento de assentamentos antigos e reassentamentos de atingidos por barragens.

Para Oliveira (2011, p.2), no segundo mandato de 2007 a 2010, o presidente Lula “abandonou a política de reforma agrária e passou a adotar deliberadamente uma política de contra Reforma Agrária”, pois não elaborou nenhum programa de reforma agrária, transferindo imensas porções de terras públicas (devolutas), na

²⁸ Denominação referida à política de “Reforma Agrária” do governo PT, nos dois mandatos do presidente Lula (2003/2006-2010/2013).

Amazônia Legal²⁹, para empresas e latifundiários que as ocupavam ilegalmente (terras griladas), resultado da substituição da política de reforma agrária pela política de regularização fundiária.

De acordo com Oliveira (2011), o descompromisso do governo Lula com a Reforma Agrária evidenciou-se com o envio de duas Medidas Provisórias (MPV 422, em 2008, e a MPV 458, em 2009) para o Congresso Nacional, elevando, de 100 hectares para 1500 hectares, as terras passíveis de regularização na Amazônia Legal. As MPV 422 e 558 se caracterizam como políticas de legalização das terras devolutas da Amazônia Legal sob o domínio de grileiros. Em consequência, foram quase 70 milhões de hectares de terras, passíveis de Reforma Agrária, transferidas para grileiros. Assim:

[...] a política da não reforma agrária [e contra-reforma agrária] do governo do PT estava marcada por dois princípios: **não fazê-la nas áreas de domínio do *agribusiness* e, fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o *agribusiness***. Ou seja, a reforma agrária estava definitivamente no governo LULA, acoplada à expansão do agronegócio no Brasil (OLIVEIRA, 2011, p.8. Grifo do autor).

Segundo Girardi e Fernandes (2008, p. 78), a “reforma agrária é necessidade historicamente defendida para a resolução dos problemas agrários no Brasil”. Os autores denominaram as políticas de assentamentos rurais implantadas entre 1988 e 2006³⁰, pelos governos, principalmente o de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998-1999/2002) e do primeiro mandato do governo Lula, como Reforma Agrária Conservadora. Portanto, os assentamentos rurais foram implantados nas regiões Centro-Oeste e Amazônica para que a estrutura fundiária das regiões consolidadas (Centro-Sul e Nordeste), onde ocorrem os maiores números de ocupações, seja preservada. Dessa maneira:

[...] a não reforma de áreas de ocupação consolidada é uma decisão política para *conservar* a elite agrária, principalmente no centro-sul e Nordeste, e reservar as terras para a territorialização do agronegócio. Isso possibilita a esta elite ainda mais riqueza e poder, a exemplo do que vem ocorrendo em São Paulo com a cana-de-açúcar. Esta

²⁹ Resultado da Medida Provisória 458, aprovada pelo parlamento e pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2009, possibilitando a regularização e legalização de posses de até 1.500 hectares num total de 67 milhões de hectares na Amazônia.

³⁰ Girardi e Fernandes (2008) faz um recorte temporal, de 1988 a 2006 para analisar a luta pela terra. Segundo os autores ocorreu nesse período uma intensificação da luta pela terra no Brasil.

opção política é sem dúvida a principal causa da reforma agrária conservadora. (GIRARDI, FERNANDES, 2008, p.95).

Girardi e Fernandes (2008) apontaram também, como caráter da Reforma Agrária conservadora, a reforma agrária de mercado, iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a criação do Banco da Terra³¹. De acordo com os autores, o problema da Reforma Agrária conservadora encontra-se na não criação de assentamentos nas regiões onde se consolidam as ocupações, no caso, a região Centro-Sul e Nordeste. No entanto, a

[...] intervenção no ordenamento da fronteira agropecuária com a criação de assentamentos, reconhecimento de pequenas posses e criação de áreas de manejo sustentável exploradas por camponeses é sem dúvidas positivo: essas políticas permitem a territorialização do campesinato, garantem acesso aos recursos de crédito e fazem com que os camponeses “*invisíveis*” até então sejam reconhecidos e melhorem sua condição de vida (GIRARDI; FERNANDES, 2008, p. 96).

Para Girardi e Fernandes (2008), a criação dos assentamentos permitiu a recriação do campesinato e possibilitou aos camponeses uma vida mais digna.

Em contraposição a essa leitura de Girardi e Fernandes (2008), Oliveira (2011) afirmou não haver no Brasil política de Reforma Agrária, mas os assentamentos rurais criados por vários presidentes são resultado da luta, da conquista dos camponeses em movimento, que deixaram de ser telespectadores e passaram a ser sujeitos da sua própria história.

No Brasil, existe uma Lei de Reforma Agrária criada para não sair do papel, pois houve apenas desapropriações e criação de assentamentos devido à pressão dos camponeses ao Estado. Presenciamos, nas últimas décadas, um aumento na criação de assentamentos em regiões onde o agronegócio não se territorializou. Esse processo deixa claro que temos uma reforma agrária feita com concessão ao agronegócio, ou seja, ela só acontece em áreas que estão fora da lógica de desenvolvimento e acumulação do capitalismo no campo.

Por conta dos bloqueios e da lentidão da reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - um dos principais movimentos sociais do campo -, está mudando seu paradigma, considerando que, para o Movimento, a luta

³¹ “Este programa, que segue as indicações do Banco Mundial para a “reforma agrária”, tem como principal instrumento a concessão de crédito para a compra de pequenas propriedades. Dessa forma, o Estado se torna ainda mais distante das ações que, nesse caso, são ditadas pelo mercado de terras” (GIRARDI & FERNANDES, 2008, p. 96).

pela reforma agrária clássica³² passou do tempo. Segundo o MST, a luta agora é por território, ou seja, a luta é pela democratização da terra, dos recursos hídricos, dos recursos minerais, da biodiversidade, e pela soberania alimentar. Portanto, a luta agora é por uma Reforma Agrária Popular³³.

Por esse viés, analisamos, no próximo capítulo a luta pela terra e para nela permanecer dos camponeses do Assentamento Primavera II, como sujeitos de sua história, visto que o Projeto de Assentamento (PA) é resultado e conquista da luta pela terra, decorrente do enfrentamento contra o latifúndio e, principalmente, o Estado.

³² Aquela que ocorreu nos países capitalistas, como: EUA, Alemanha, sob a direção da burguesia industrial, cujo objetivo era o desenvolvimento do capitalismo.

³³ “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular” foi o tema do VI Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília-DF, entre os dias 10 a 14 de fevereiro, em 2014.

Cap. 2 – LUTA PELA TERRA NA MESORREGIÃO DE ARAÇATUBA (SP)

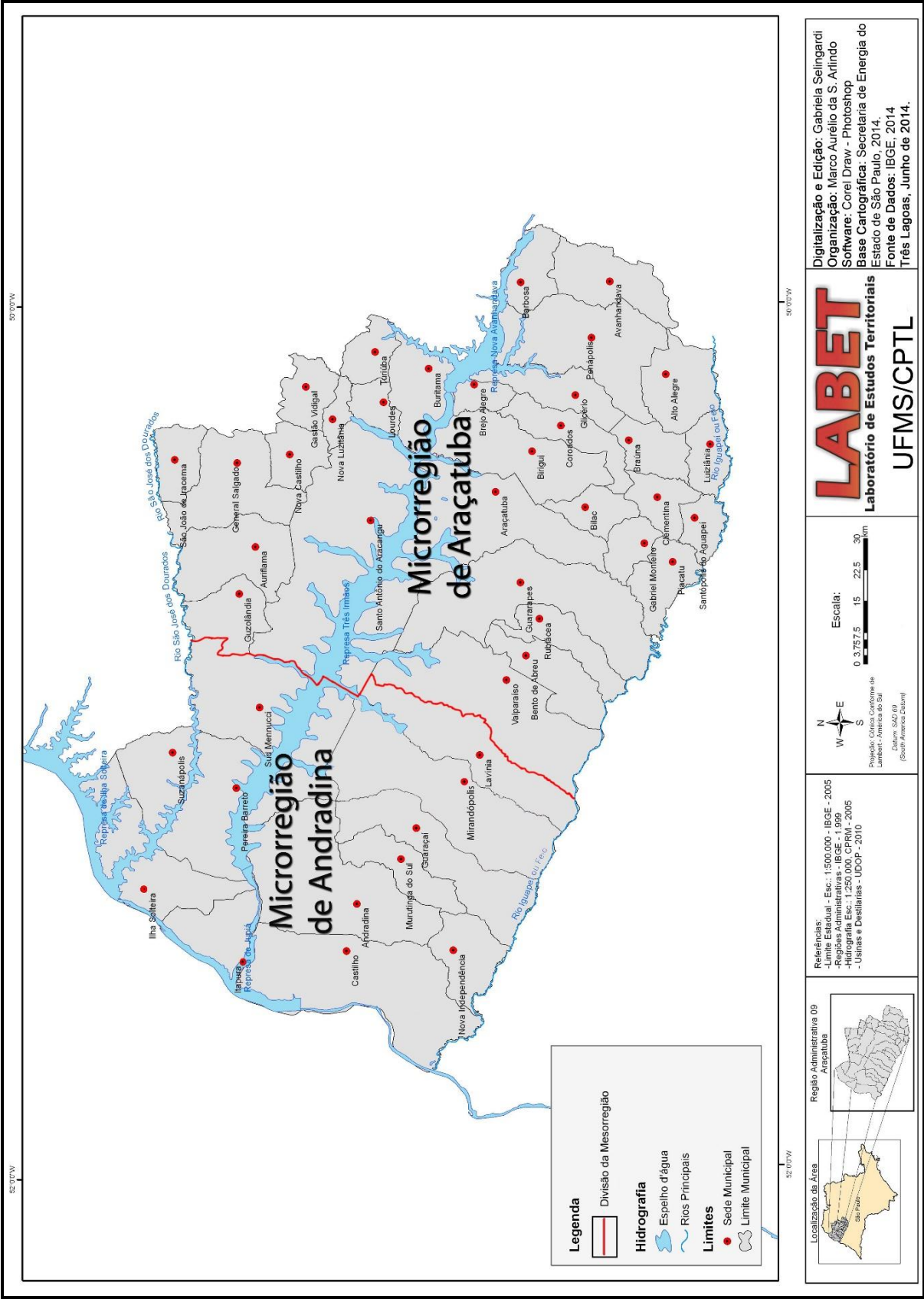
O município de Mirandópolis situa-se na Mesorregião Geográfica de Araçatuba, Noroeste do Estado de São Paulo. Essa região tem como características um contraste territorial, resultado da presença das grandes propriedades, de um lado e, de outro, as pequenas propriedades, formadas em parte, pelos projetos de assentamentos rurais, resultado da luta pela terra na região. Portanto, neste capítulo, tem-se como objetivo contextualizar a luta pela terra na Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP), contribuindo para entender a atual conjuntura do município de Mirandópolis. Para tanto, convém analisar o processo de ocupação e de apropriação das terras dessa região.

2.1 Apropriação e ocupação da terra

A Mesorregião Geográfica de Araçatuba (Figura 2), em conjunto com a Mesorregião Geográfica de São José do Rio Preto, formam a Região Noroeste Paulista, por isso, o processo de ocupação da Mesorregião de Araçatuba está estritamente ligado ao processo de formação regional do Noroeste Paulista. O interior do Estado de São Paulo teve um processo de ocupação pelos não-índios diferente, se comparado com a costa litorânea do Brasil, pois houve, durante algum tempo, certo isolamento, que se manteve até meados do século XIX.

O processo de ocupação da Mesorregião de Araçatuba (SP) insere-se no contexto de construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Antes da expansão da lógica capitalista de apropriação da terra, introduzida pelas grandes fazendas de café, consonante à construção da estrada de ferro, o Oeste Paulista era ocupado pelos índios caingangue, falantes da língua filiada à família Jê, e cultivadores de lavouras de milho, embora sua principal tradição fosse a caça e a coleta (RIBEIRO, 1977, p. 94). Segundo Monbeig (1984), os caingangues formam o grupo indígena mais importante da região Noroeste do Estado. Além dos caingangues, havia, também, nessa região, alguns caboclos formadores de posses, após a decadência das minas de ouro, em Minas Gerais.

Figura 2: Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP)



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC, 2014).

Segundo Ribeiro (1977), essa área do Oeste Paulista, cuja extensão vai do vale do Rio Tietê ao vale do Paranapanema e, daí, ao Paraná, só havia sido atravessada por bandeirantes que seguiram caminho para Mato Grosso e Goiás em busca de minas de ouro. Para tanto, utilizaram os rios como meio de comunicação entre o Paraguai e São Paulo. Desse modo até meados do

[...] século XIX, a Zona Noroeste do Estado de São Paulo raramente fora percorrida pelo homem branco. Sabe-se que no século XVIII algumas poucas expedições terrestres em direção às áreas mineradoras passaram pela região, particularmente pelo vale do Rio Aguapeí/Feio e pela “Serra de Ybitucatu”, atual Serra de Botucatu. (GHIRARDELLO, 2002, p.67-68).

Esse cenário do “Sertão Paulista” transformou-se com a exaustão das minas de ouro em Minas Gerais. A partir de então, intensificou-se a tentativa de penetração da frente pioneira na região, principalmente nas áreas próximas ao Estado de Minas Gerais. Entretanto, não foi, porém,

[...] apenas a exaustão das atividades extrativas que “expulsou” uma grande leva de migrantes mineiros em direção a São Paulo. A Lei n.601, de 18 de setembro de 1850, chamada “Lei de terras”, influenciou na vinda dessa população, aliás a maior do Império. Embora a lei tivesse sido criada, em parte, para estancar a ocupação de terras devolutas por posseiros, acabou por incentivá-la. Os prazos dados para o registro de terras ocupadas anteriormente à lei, por posse ou concessão governamental (sesmarias), e a impossibilidade de ocupação de terras devolutas posteriormente a ela, a não ser por compra direta do Estado, acabaram por estabelecer um espaço de tempo àqueles que desejassem ocupar ilegalmente terras devolutas. O governo, por sua vez, conforme a própria lei, deveria demarcar as terras devolutas de sua propriedade, reservando as que lhe interessasse e vendendo as demais (GHIRARDELLO, 2002, p. 68).

A abertura de muitas posses foi, no entanto, quase sempre, impedida pela resistência indígena, lutando pelo direito milenar do seu território. Mesmo diante dessa resistência, várias famílias³⁴ constituíram glebas de terras no Oeste Paulista, entretanto, o domínio dos caingangues sobre essas terras, sobretudo na Mesorregião de Araçatuba (SP), permaneceu até o início do século XX. Essa realidade, todavia, transformou-se com a construção da estrada de ferro e, conseqüentemente, da abertura das grandes fazendas de café. Sobre a construção da Estrada de Ferro Noroeste Paulista, Falleiros (1999) enfatizou que:

³⁴ Sobre a penetração das primeiras famílias na região Noroeste Paulista ver: Falleiros (1999), Nardoque (2002) e Monbeig (1984).

Com o início da construção da estrada de ferro e a consequente valorização das terras, as tentativas de penetração e de apossamento se multiplicam. Foram organizadas verdadeiras expedições de combate aos índios que, então, não mas puderam resistir. Foram completamente vencidos e obrigados a aceitar as reservas e os aldeamentos que lhes foram oferecidos (FALLEIROS, 1999, p.22).

Dessa forma, a construção da estrada de ferro, no Noroeste paulista, foi fator primordial no processo de dizimação da população indígena, no caso, os caingangues. Até o final do século XIX, as grandes lavouras de café sempre estiveram à frente dos trilhos, assim, a estrada de ferro era direcionada pelas grandes fazendas produtoras de café. O contrário ocorreu na Mesorregião de Araçatuba (SP), onde foram as linhas férreas que chegaram primeiro e, posteriormente, os latifúndios produtores de café. Dessa forma, foi “a estrada de ferro ordenadora do território, incentivando a colonização, auxiliando a agricultura e a indústria e promovendo a fundação de cidades” (NARDOQUE, 2002, p. 29). Ainda sobre a importância do café, o autor elucidou que:

O café exerceu importante papel no passado recente do Brasil e, especialmente, para o Estado de São Paulo, configurando-se como a principal riqueza por mais de cem anos. Além do mais, contribuiu para a ordenação territorial à medida que essa rubiácea foi se expandindo para o interior do Estado, dando origem a muitas cidades, estabelecendo redes de comunicação, em especial as ferrovias, movimentando portos, contribuindo para a constituição do parque industrial, para o incremento da imigração e do aumento da população (NARDOQUE, 2002, p. 26-27).

Portanto, as de estradas de ferro construídas no final do século XIX, assim como as construídas no início do século seguinte, como é o caso da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, tinham vínculo econômico, pois sua principal função era possibilitar a circulação da produção de café nas franjas “pioneiras”, levando-o aos principais portos do país, tendo como objetivo a exportação para abastecer o mercado mundial (GHIRARDELLO, 2002). Desse modo, a estratégia de integração nacional, ligando as províncias (Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Bahia, entre outros) ao Rio de Janeiro, se fazia em segundo plano.

De acordo com Bini (2011, p. 10), a construção da estrada de ferro, pela Companhia da Estrada de Ferro Noroeste Brasil (CEFNOB), resultou da parceria

entre fazendeiros e o poder público³⁵, com financiadores de capitais externos; e de “capitais mistos, brasileiro e franco-belga, com concessão de garantia de juros baixos pelo governo federal, a construção da Noroeste se iniciou em 1905”. Assim, as estradas de ferro do Estado de São Paulo (ferrovias Santos-Jundiaí, Sorocabana, Mogiana e Noroeste do Brasil) são exemplos de aberturas infraestruturais colocadas a serviço dos interesses geopolíticos do governo e da expansão territorial da cultura cafeeira, no Oeste Paulista. Diante disso, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ao contrário das outras, avançou nas áreas “despovoadas” do território paulista, no caso, a Região Noroeste, buscando novas áreas para aumentar a produção, atendendo o mercado internacional.

Nessa perspectiva, compreendemos a incorporação das terras do interior paulista, sobretudo da Mesorregião de Araçatuba (SP), devido à valorização pela lógica da propriedade capitalista. Os territórios dos posseiros e, sobretudo, os territórios indígenas, incorporaram-se a esse processo, ou melhor, esses territórios foram, aos poucos, “devorados” pelas grandes fazendas de café, principal atividade econômica do Brasil, nesse período, além da criação de gado.

O processo de ocupação e formação da Mesorregião de Araçatuba (SP), diante da construção da estrada de ferro, expropriou os indígenas e, pela grilagem de terras devolutas, formaram grandes fazendas. Por isso, entendemos que as grilagens e a construção da estrada de ferro estavam em consonância com os interesses dos capitalistas e do Estado.

Com a construção da estrada de ferro, a elite paulista³⁶ apropriou-se ilegalmente de imensas porções de terra ao longo dos trilhos, dando origem à elite agrária dessa região, os denominados coronéis³⁷.

Sobre a apropriação das terras devolutas pela elite paulista, Silva (1990), citado por Ghirardello (2002), afirmou:

³⁵ Na maioria das vezes fazendeiros e o político estavam personificados na mesma pessoa.

³⁶ Segundo Monbeig (1984) essa elite paulista era formada por grandes fazendeiros que, ao mesmo tempo, dirigiam as sociedades bancárias e as companhias responsáveis pela construção da estrada de ferro; bem como ocupava lugares na administração pública local.

³⁷ Sobre a figura do coronel: “Era em geral um comerciante endinheirado que de par com sua profissão, conhecia todo mundo em derredor, e fizera muitos amigos, sobretudo por entre a gente de pouco recursos, que lhe deviam algumas faturas. Assim se tornava o chefe político da zona. Organizava as eleições, tratava com as autoridades da capital e, se necessário, eliminava os adversários com o mais notável desembaraço. Eram de sua iniciativa as linhas de adução de água, a construção de escolas, a fundação de hospitais.” (MONBEIG, 1984, p.143). Ainda derivavam de suas atividades a venda de terras locais.

Em relação à ocupação de áreas devolutas, devemos salientar que a República, por meio da Constituição de 1891, alterará a legislação, passando o domínio das terras devolutas aos Estados. São Paulo aprova sua lei em 2 de agosto de 1898, sob o n.545, regulamentada pelo Decreto n.734, de 5 de janeiro de 1900 (Collecção das Leis..., 1901, p.2-36). Essa lei é bastante favorável em relação aos ocupantes, permitindo a legitimação de posses anteriores a 1878, bastando para isso a comprovação de títulos de domínio. Posses anteriores a 1868 poderiam ser registradas mesmo sem nenhuma documentação. E, ainda, posses efetivadas até 1895 poderiam ser legitimadas se tivesse havido, até a data, alguma cultura e moradia (SILVA³⁸ *apud* GHIRARDELLO 2002, p. 88).

Sendo assim, a maior parte das terras da Mesorregião de Araçatuba (SP) foi ocupada ilegalmente. Dessa forma, o processo de ocupação e apropriação, em consonância com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a posterior expansão do café, produziu uma região marcada por grandes latifúndios. Para Monbeig (1984), todo o Oeste Paulista sofreu com práticas de grilagem, resultando na apropriação capitalista das terras devolutas existentes nessa região. Por meio desse processo, a elite paulista, com o avanço da estrada de ferro, tornou-se uma elite de latifundiários.

Falleiros (1999) foi enfático ao dizer que a formação das grandes fazendas na região de Araçatuba (SP) é consequência do apossamento das terras devolutas por pessoas ligadas, ou com influência, à administração pública e por empresas de grande poder econômico, principalmente aquelas com relações diretas com a construtora da estrada de ferro. O autor apontou alguns dos latifúndios da região de Araçatuba (SP), inclusive da Fazenda Aguapeí³⁹, parcialmente situada nos municípios de Mirandópolis, Lavínia e Valparaíso. Segundo o autor:

Nesse vastíssimo território [região de Araçatuba], maior que alguns velhos países da Europa, estavam localizadas as denominadas “Fazendas” Baguaçu, Jacarecatinga, Jangada, São Joaquim e Guanabara, além da Aguapeí (cuja área, somente abaixo do salto Carlos Botelho, media 499,999 alqueires) e da Perobal, de propriedade da poderosa “The São Paulo Land, Lumber and Colonizacion Company”⁴⁰ [...] (FALLEIROS, 1999, p. 47).

³⁸ SILVA, L. M. O. *A lei da terra: um estudo sobre a história da propriedade da terra no Brasil*. São Paulo, 1990. 558p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

³⁹ A Fazenda Aguapeí ficou conhecida pela sua disputa na Justiça pelos seus supostos donos, esse fato ficou intitulado como o famoso “Grilo da Noroeste”.

⁴⁰ A *The São Paulo Land, Lumber and Colonizacion Company* “Formada por iniciativa de Manoel Bento da Cruz que, escudada nos grandes capitais de seus sócios ingleses [...] (FALLEIROS, 1999, p.47).

Para o autor, esses grupos mantinham a terra inexplorada, à espera de maior valorização, ou seja, a posse da terra daria o direito de especulá-la. Alguns dos latifúndios permanecem até os dias atuais como patrimônios de família. A ocupação e a formação da Mesorregião de Araçatuba (SP), assim como de todo o Oeste Paulista, foi marcada, também, por atos de violência.

Primeiramente foi o extermínio do bugre [índios caingangues], unicamente porque ocupava uma terra cobiçada pelo homem que se intitulava civilizado (e até humanitário e caridoso). Depois, foi a ação dos grileiros, que procuravam apossar da terra sem despende grandes quantias. Nessa época, uma vida humana não valia mais que o preço de uma carabina. Qualquer motivo, ou nenhum, ensejava a prática, impune, dos mais bárbaros assassinatos. (FALLEIROS, 1999, p.31).

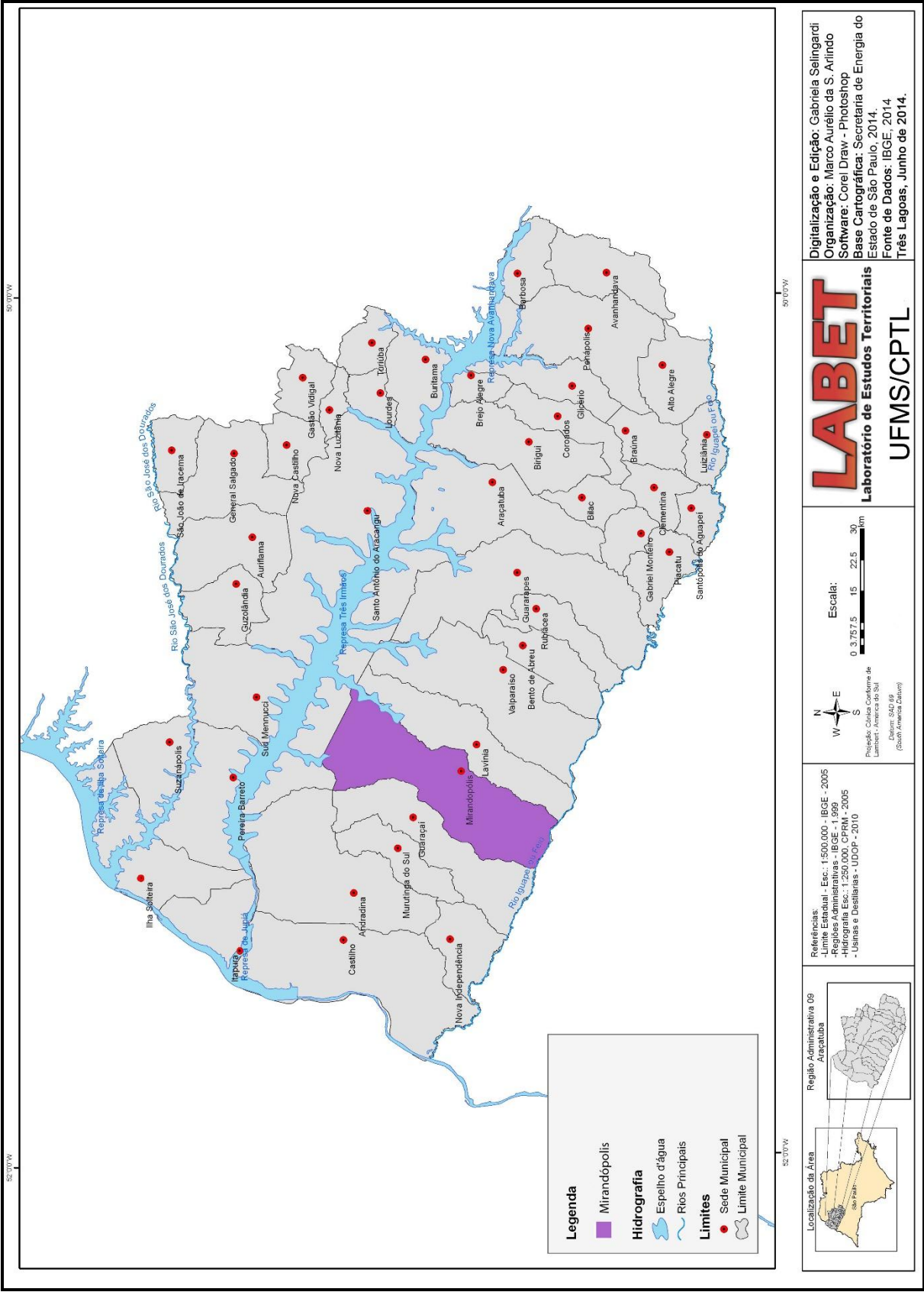
Em síntese, em meio a esses processos territoriais, que resultaram na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, surgiram vários municípios da Mesorregião de Araçatuba (SP), inclusive o município de Mirandópolis, ligada à estação ferroviária e às grandes fazendas de café. A formação do município de Mirandópolis será abordada na sequência.

2.1.1 Formação do município de Mirandópolis (SP)⁴¹

O município de Mirandópolis (SP) localiza-se na Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP) (Figura 3) e possui 27.483 habitantes, desses, aproximadamente, 3.028 habitam no campo. Sua área territorial é de 917,694Km²; a posição geográfica é determinada pelas coordenadas: Latitude 21° 07' Sul e Longitude 51° 05' Oeste, numa altitude média de 423 metros (IBGE, 2014).

⁴¹ As informações sobre o município de Mirandópolis (SP) constam em: FALLEIROS, A. **Mirandópolis: Sua evolução no Século XX**. Gráfica Dom Bosco, Três Lagoas, 1999.

Figura 3 – Mirandópolis: Localização na Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP)



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC, 2014).

A formação do município relaciona-se com a construção da estrada de ferro Noroeste Paulista e os primeiros povoamentos na região formaram-se em 1933, por ocasião da abertura da Estação de Aguapeí. Sendo montado, no local, onde seria a nona estação da companhia, em terra de Manoel Alves de Ataíde, o “Acampamento São João”, alojamento dos funcionários da CEFNOB. Em 1936, no dia 31 de março, inaugurou-se a Estação Mirandópolis, no Km 94,700, da variante Araçatuba-Jupiaí. No início, ainda distrito de Valparaíso, era denominada de Comandante Arbués, homenagem ao Comandante da Força Pública do Estado de São Paulo. Porém, a estação já tinha o nome de Mirandópolis, homenageando o Senador Rodolfo Miranda, logo, o nome da estação acabou nomeando o município. Sua emancipação ocorreu em 30 de novembro de 1944.

O território do município de Mirandópolis (SP) ocupa parte das terras que pertenciam à Fazenda Aguapeí. Essa fazenda foi motivo de disputa judicial para decidir quem era o verdadeiro dono dessas terras, localizadas à margem direta, no baixo curso, da Bacia do Rio Aguapeí⁴². Essa disputa judicial ficou conhecida nacionalmente como “Grilo da Noroeste”.

Segundo Falleiros (1999), a ocupação das terras do Vale do Rio Aguapeí foi esboçada em meados dos séculos XIX, antes da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Em 1845, Francisco Rodrigues de Campos apossou-se de imensa gleba de terras, o que não durou muito tempo, pois, em 1852, vendeu sua posse para Manoel Inácio Moreira que, por sua vez, a negociou com Joaquim Francisco de Resende. No início do século XX, Joaquim Francisco de Resende vendeu a fazenda ao Sr. Amadeu de Almeida dos Santos. Esse último repartiu as terras em quatro, ficando com uma parte e comercializando as outras partes para Elísio de Castro Fonseca, Antônio Januário de Vasconcelos e Joaquim Rodrigues Sobrinho. Logo depois, Joaquim Rodrigues Sobrinho revendeu sua parte ao Grupo Campos Sales.

Em 1904, os proprietários partilharam entre si, de forma amigável, todas as terras que compunham a bacia do Rio Aguapeí⁴³. Contudo, a posse e o domínio das propriedades foram questionados com a valorização das terras da região, resultante

⁴² O Rio Aguapeí é conhecido também como Rio Feio.

⁴³ A bacia hidrográfica do rio Aguapeí possui uma área de drenagem de 13.196 km², totalizando 1.319.600 hectares.

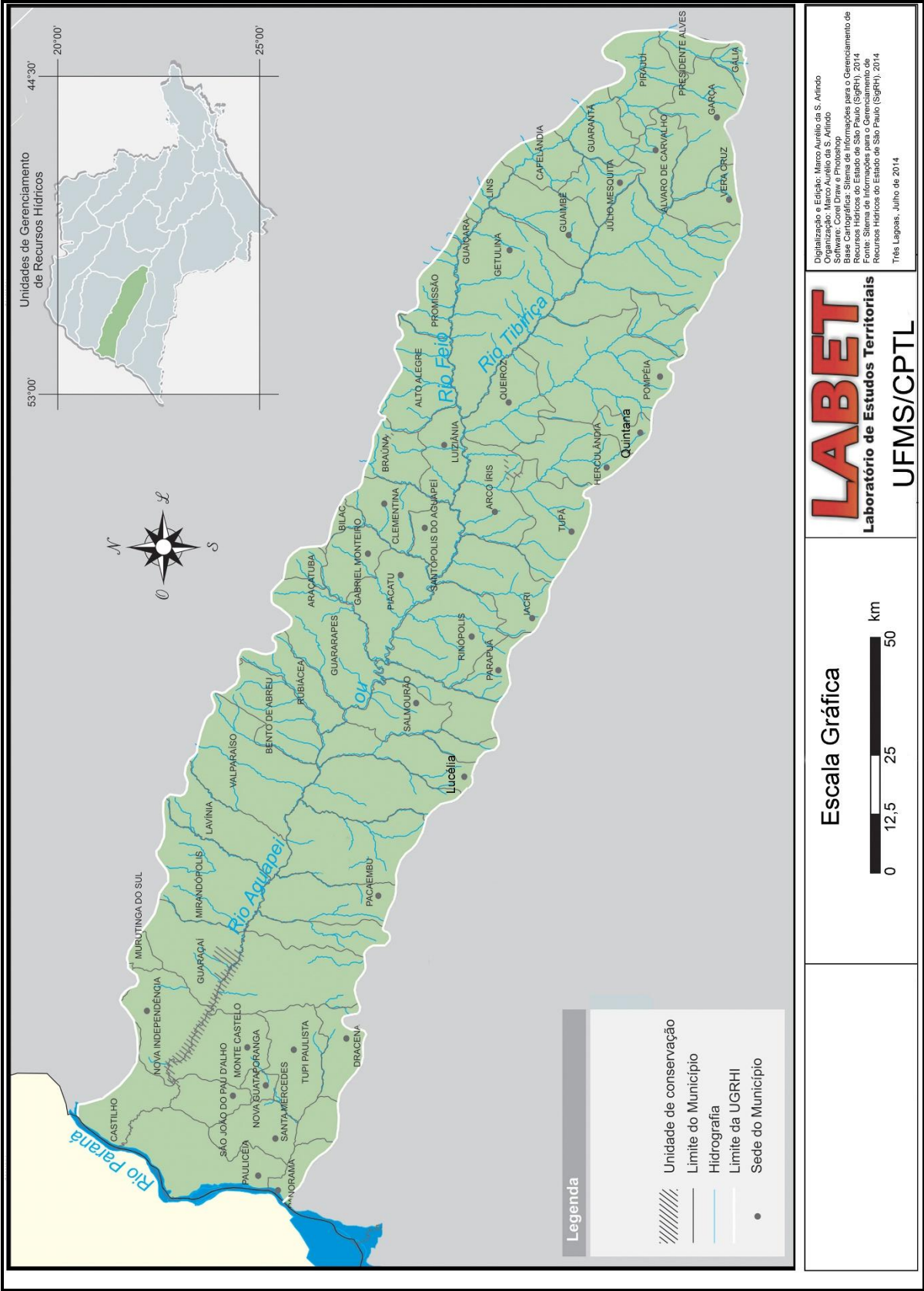
da construção da estrada de ferro, da variante Araçatuba-Jupiá. Para Falleiros (1999, p. 51):

Com a exploração da região, mandada proceder pelo Governo do Estado, e o conseqüente reconhecimento e localização dos acidentes geográficos, ficou constatado que as terras da bacia do rio Feio [Aguapeí] eram devolutas, ainda pertencentes ao patrimônio estadual. Isso alarmou e provou certa intranquilidade entre os pretensos proprietários da terra.

Diante disso, logo após o governo considerar as terras da Bacia do Rio Aguapeí (Figura 4) devolutas, Amadeu de Almeida dos Santos colocou as suas à venda. Nesse contexto, o Senador Luiz de Toledo Piza, representante dos supostos donos, por causa de sua influência no cenário político, conseguiu, por meio do Estado, o reconhecimento das propriedades aos sucessores do posseiro originário (Francisco Rodrigues de Campos). Em 1911, os supostos donos entraram em acordo com o Governo, diminuindo o tamanho de suas terras, que ficou sobre seus domínios no alto curso da bacia do Aguapeí.

Segundo Falleiros (1999), ficou determinado que as terras do baixo curso da Bacia do Aguapeí voltassem ao domínio do Estado. Portanto, a partir desse momento, intensificou-se o processo de grilagem na região, principalmente na área do baixo curso do Rio Aguapeí, considerada como terras devolutas. Os sucessores do posseiro originário venderam as terras consideradas devolutas. Dentre os vários exemplos, temos Amadeu de Almeida Santos, além de negociar suas terras com o Sr. Piza, vendeu, também, área considerada devoluta (correspondentes ao baixo curso do Rio Aguapeí) para o João Martins de Melo Júnior. Essa área foi requerida em juízo nas comarcas próximas, como, Araçatuba, Bauru e Penápolis, por vários barões do café, e coronéis. As ações, entretanto, não obtiveram nenhum resultado.

Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Aguapeí/Feio



Por conta da prática de grilagem, a região ficou marcada pela disputa de terras pelos coronéis, barões do café e, principalmente, pela fraude para obter a posse e o domínio da terra. Diante disso, Falleiros (1999, p. 54) explicou o processo de grilagem, nessa região:

A grilagem de terra da bacia hidrográfica inferior do Rio Aguapéi começou quando os advogados Teodoro Marcos Airoso e João Martins de Melo Junior compraram de Amadeu de Almeida Santos seus supostos direitos de posse sobre a quarta parte das terras em referência, embora tivessem ciência de que elas haviam voltado ao domínio do Governo do Estado em virtude do acordo feito em 1911.

Os compradores citados por Falleiros (1999) fundaram, em Araçatuba (SP), uma empresa imobiliária cujo nome era “A Rural”. Essa empresa loteou as terras devolutas localizadas no baixo curso da bacia do rio Aguapéi para, posteriormente, vendê-las. Para justificar e deixar “transparente” suas atitudes ante a opinião pública, essa empresa imobiliária criou o jornal “O Araçatuba”, dirigido por Manoel Ferreira Damião, gerente da empresa “A Rural”. Segundo Falleiros (1999), o governo omitiu-se diante dessa situação, atraindo novos interessados na área. Outras empresas foram criadas para lotear e vender as terras devolutas. Uma delas foi a empresa “Rural, Terras, Madeira e Colonização”, de domínio de Augusto Elísio de Castro e Manoel Bento da Cruz. Essa companhia também criou o jornal denominado “A Comarca”. De certo modo, essas empresas foram as que comandaram o processo de grilagem e disputaram as terras devolutas.

Dentro de pouco tempo ninguém mais sabia quais eram os verdadeiros donos das terras vendidas pelas duas companhias imobiliárias rivais e ninguém podia garantir a posse de suas glebas, tantas eram as intromissões e as invasões nas propriedades. (FALLEIROS, 1999, p.55).

Devido a essas disputas, muitos compradores de lotes, grandes e pequenos, de ambas as empresas imobiliárias, entraram na Justiça a fim de reconhecer seus direitos de posse. Esses processos fizeram recrudescer a luta pela posse da terra, na região, gerando mais conflitos. Com isso, a disputa entre posseiros realizou-se à bala e à força. Esses conflitos fizeram o Governo do Estado, em 1925, enviar para Araçatuba (SP) policiais fortemente armados para conter os conflitos e as ações dos grileiros. A força policial fez os donos da empresa “Rural, Terras, Madeira e

Colonização” proporem a resolução da questão na Justiça. Entretanto, a resolução não foi aceita pelos donos da empresa “A Rural”.

Assim é que parte da vertente da margem direita do rio Aguapeí, hoje integrante do município de Mirandópolis, foi ocupada por bem poucos proprietários. Dentre esses estavam [...] Raul da Cunha Bueno, Modesto Junqueira e Jeremia Lunardelli, além de alguns menores que conseguiram manter suas posses. Esses ocupantes, que certamente possuíam seus títulos de propriedade de área indeterminada, não gostavam que se lhes aplicassem o epíteto de “grileiros” e se dizem legítimos senhores e possuidores das terras (FALLEIROS, 1999, p. 58).

Dentre os proprietários adquirentes de glebas de terras, por meio dessas empresas imobiliárias, estava Manoel Alves de Ataíde que, posteriormente, em 1933, cedeu parte de suas terras à CEFNOB, empresa responsável pela construção da estrada de ferro, fundadora de Mirandópolis (SP), em 1934.

Manoel Alves de Ataíde comprou uma gleba de 50 alqueires do Cel. Manoel Bento da Cruz, dono da empresa imobiliária “Rural, Terras, Madeira e Colonização”. Por causa dos conflitos e das irregularidades dessas terras, Manoel Alves de Ataíde foi despejado, adquirindo, todavia, outra gleba, onde foi construída a estação Mirandópolis (SP). Ele despendeu parte de sua gleba, necessária à construção da estação, e o restante foi loteado e vendido, formando a cidade em volta da Estação Mirandópolis (SP).

Assim, as terras devolutas que compõem o município de Mirandópolis (SP), localizadas à margem direita do vale Aguapeí, foram ocupadas de forma ilegal por vários grileiros e, principalmente, pelos coronéis Raul da Cunha Bueno, Modesto Junqueira e Jeremia Lunardelli, restando a outra parte das terras do município, à margem do rio Tietê, ser apropriada pelo conhecido Senador Rodolfo da Cunha Bueno e o Coronel Joaquim Franco de Mello (fundador de Lavínia SP, cidade vizinha a Mirandópolis (SP)).

De acordo com Pinto (2005), o Senador Rodolfo da Cunha Bueno e o Coronel Joaquim Franco de Mello negociaram essas terras com o Coronel Francisco Schmidt.

O Coronel Francisco Schmidt, conhecido como “rei do café” em Ribeirão Preto, apossou de uma gleba de cerca de 48 mil alqueires [cerca de 115.200 hectares] na vertente [esquerda] do rio Tietê, que veio a constituir mais tarde dezenas de municípios. Era a chamada Fazenda Volta Grande. (PINTO, 2005, 22).

Ainda segundo Pinto (2005), o Coronel Francisco Schmidt transferiu grande parte dos 40 mil alqueires para o Senador Rodolfo Miranda, político muito conhecido, na época. Essa transferência ocorreu porque o Coronel temia que o Estado tomasse suas terras, em sua maior parte, devolutas. Assim, em “meados de 1921, o Coronel Joaquim Franco de Mello, juntamente com esse senador [Raul da Cunha Bueno], veio para a Alta Noroeste Paulista, com o intuito de adquirir terras pertencentes a Francisco Schmidt” (PINTO, 2005, p. 22). Segundo esse autor, em 1933, Joaquim Franco de Mello loteou cerca de 8 mil alqueires [19.200 hectares] de suas terras.

Obviamente, a história do município de Mirandópolis (SP) está marcada pela posse irregular de terras devolutas, ou seja, marcada pelo processo de grilagem de terra – marca singular da questão agrária nacional. Sem dúvida, o processo de ocupação e apropriação da terra, de forma fraudulenta (grilada), deu origem a um município com estrutura fundiária concentrada, permitindo a consolidação da propriedade capitalista da terra.

2.2 A questão agrária na Mesorregião de Geográfica de Araçatuba (SP)

Para a compreensão do processo de territorialização camponesa, é de suma importância analisar a gênese da luta pela terra nas frações do território capitalista. Para isso, elaboramos, neste subcapítulo, o recorte espacial da Mesorregião de Araçatuba (SP).

A Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP) é resultado das disputas territoriais entre latifundiários e camponeses, sendo que, esses últimos, lutam por um pedaço de chão para reproduzirem seu modo de vida. Dessa forma, as disputas territoriais do presente denunciam o processo ilegal de apropriação e ocupação da terra. Como discorrido anteriormente, esse processo de ocupação, e apropriação irregular da terra, resultou na concentração da terra e nos conflitos territoriais. Acrescenta-se, também, que o Brasil tem como característica a elevadíssima concentração de terra, possuindo, segundo Oliveira (2003), os maiores latifúndios registrados na história da humanidade. Assim, a concentração fundiária é reflexo do passado e coexistente no presente, sendo entrave à democratização da terra, situação produtora de desigualdades no campo e na cidade.

A concentração da terra torna-se indispensável para o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, pois quanto mais terra acumulada, maior a possibilidade de extrair renda da sociedade. Sobre a questão da renda da terra, Martins (1981) escreveu:

[...] A licença para a exploração capitalista da terra depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra. É muito frequente que a renda fundiária seja confundida com o aluguel. O aluguel apenas expressa, em certas circunstâncias, a existência da renda territorial, é manifestação exterior; é sinal da renda, mas não é a própria renda. (p.161).

A concentração fundiária foi, e continua sendo, fundamental para o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Nesse sentido, o capitalismo tardio dispensou a reforma agrária, pois a elite brasileira – latifundiária e industrial – não precisava estimular as relações capitalistas de produção para acumular capital. Essa singularidade do capitalismo brasileiro ocorreu porque o entrave da terra cativa foi resolvido via aliança terra-capital. Martins (1994) caracterizou esse processo como a “aliança do atraso”. No modo capitalista de produção, tende-se a apropriação de todos os meios de produção, organizando o território com a finalidade de extrair mais-valia do trabalhador e, no caso da propriedade da terra, a mais-valia social (renda da terra).

O processo de concentração fundiária se faz por meio da aliança entre a propriedade da terra e o capital, apadrinhado pelo Estado. Segundo Martins (1994), essa “aliança do atraso” é responsável pelo bloqueio do desenvolvimento social brasileiro (no campo e na cidade). Para esse teórico, o crescimento econômico é bloqueador do desenvolvimento social.

Quando se fala em bloqueio ao crescimento econômico do Brasil, é impossível não reconhecer a sugestão da precedência do econômico em relação a outras dimensões da vida social. Uma preocupação, porém, que poderia e deveria ser desdobrada criticamente para que pudéssemos, também, examinar a hipótese oposta e alternativa de que no fim das contas, é a modalidade de crescimento econômico o que, na verdade, bloqueia o desenvolvimento social e político da sociedade brasileira [...] (MARTINS, 1994, p.52).

Portanto, a concentração fundiária na Mesorregião de Araçatuba (SP) acentuou-se, ainda mais, com a expansão da cana-de-açúcar, na década de 1970. Por isso, é fundamental analisar a luta pela terra, na Mesorregião de Araçatuba, no

contexto da expansão da cana no Estado de São Paulo e, conseqüentemente, nas transformações ocorridas na agricultura paulista.

2.2.1 Expansão da cana na Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP)

A mundialização da economia brasileira, ocorrida no final do século XX, segundo Oliveira (2012), é central para a compreensão da expansão da cana-de-açúcar e seus desdobramentos na agricultura. No contexto da mundialização da economia, observamos, nas últimas décadas, a expansão de monoculturas, como: cana-de-açúcar, soja, laranja, milho, eucalipto etc., em detrimento de outros gêneros alimentícios presentes na mesa dos brasileiros. Para Oliveira (2012), a

[...] mundialização assumiu, portanto, as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital na escala mundial, criando as empresas mundiais. Ou seja, a ordem é produzir em "qualquer lugar do mundo" onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico vigente seja possível (OLIVEIRA, 2012, p. 03).

É no interior desse processo de internacionalização da economia mundial que a agricultura brasileira passa a conhecer profundas mudanças, visto que o Estado passa a ser guiado pelas grandes empresas e pelo capital internacional. Oliveira (2012) apontou alguns fatores para a transformação da agricultura nacional. Segundo esse autor, o neoliberalismo do mercado mundial proibiu os subsídios à produção agrícola de base camponesa, ocorrendo, também, a disseminação ideológica das políticas de segurança alimentar em substituição às políticas de soberania alimentar e territorial; sendo as decisões de mercado entre os países ditada pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Dessa forma, a agricultura, sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de commodities [exemplo, a soja], nas bolsas de mercadorias e nos monopólios mundiais. (OLIVEIRA, 2012, p. 06).

Desde sua formação, o território nacional serviu para abastecer o mercado externo, primeiramente no período do Brasil Colônia, depois, no Império, não sendo diferente na República e na Nova República. Contudo, no final do século XX, esse processo intensificou-se drasticamente por conta da internacionalização da economia, expandindo as monoculturas para atendimento ao mercado mundial.

Assim, a expansão da cana-de-açúcar no Estado São Paulo, nas últimas décadas, tem ligação direta com a mundialização da economia nacional, sobretudo a partir da criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975.

Para Thomaz Júnior (2002), a inserção da agroindústria canavieira deve ser compreendida à luz das ações do Estado, por meio do Proálcool⁴⁴, considerando-se que foi por meio dessa política que o Estado de São Paulo se consolidou como maior produtor de cana-de-açúcar do país. É importante, porém, salientar que, até meados do século XX, o Nordeste, principalmente Alagoas e Pernambuco, deteve a maior produção de cana-de-açúcar no Brasil. A partir da década de 1960, o Estado de São Paulo se destacou no setor sucroalcooleiro, quebrando a hegemonia nordestina.

Em 1965, antes mesmo do Proálcool (1975), os produtores de cana-de-açúcar, especialmente os paulistas, desfrutaram de intensa política de créditos subsidiados para essa produção; política, essa, de caráter nacional, denominada Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). De acordo com Thomaz Júnior (2002), essa política de subsídios resultou em poderoso instrumento criado no início do Governo Militar, visando fortalecer, em bases materiais, o crescimento econômico e a “modernização da agricultura”, no Brasil. O acesso a essa política beneficiou os grandes proprietários de terras, viabilizando a internacionalização da agricultura e criando os Complexos Agrícolas Industriais (CAI).

Dessa forma, a “modernização” da agricultura no Brasil associada à industrialização da agricultura e casada com a “revolução verde” –, potenciada e dirigida pelo Estado, via a incorporação diferencial e seletiva do “progresso técnico” – intensificou a integração Inter setorial através da constituição e consolidação do CAI, priorizando os produtos exportáveis, tais como: açúcar, suco de laranja concentrado, soja e seus derivados. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 82).

A partir de meados da década de 1960, com o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a agricultura paulista passou por intenso processo de transformação da sua base produtiva, resultado do desenvolvimento do capitalismo no campo e a consequente industrialização da agricultura. Entre as transformações, podemos elencar duas: a mudança no uso da terra, com a qual os proprietários interessarem-se por culturas de alto valor agregado, em detrimento dos produtos alimentícios e,

⁴⁴ Sobre o Proálcool ver: THOMAZ JÚNIOR, A. *Por trás dos canaviais, os nós da cana*. São Paulo: Editora Annablume/FAPESP, 2002

principalmente, a ocorrência da intensa concentração fundiária, devido à territorialização do monopólio da agroindústria canavieira. Sobre a concentração fundiária, resultado da territorialização do monopólio agroindustrial canavieiro, Fernandes (1994, p. 36) afirmou que:

No contexto das transformações recentes, principalmente no período 1970/85, ocorreu um aumento da concentração fundiária. No início da década de 70, os estabelecimentos agropecuários já ocupavam aproximadamente 82% da área total do Estado de São Paulo (24.7 milhões de hectares). Dessa forma, no período, ocorreu a incorporação de terras dos estabelecimentos de menos de 100 hectares e, em menor quantidade, de terras dos estabelecimentos de mais de 1.000 hectares, para os estabelecimentos de mais de 100 a menos de 1.000 hectares.

A análise de Fernandes (1994) permitiu-nos notar o aumento das médias propriedades e a diminuição dos pequenos estabelecimentos, no período de 1970-1985. Essas transformações, porém, intensificaram-se com a criação Proálcool, resultado da aliança entre Terra, Capital e Estado.

O Programa Nacional do Álcool (Proálcool) foi instituído pelo decreto 76.593 em 14/11/1975, selando a mediação do Estado na atividade sucroalcooleira, e privilegiando a burguesia nacional/internacional. Nesse sentido, Thomaz Júnior (2002, p. 82) elucidou que:

[...] O estado ao promover a industrialização da agricultura, beneficiando atores seletos (grandes proprietários de terras e grandes grupos empresariais e financeiros), o fez à base de profunda exclusão social, deixando à margem a imensa maioria dos produtores rurais, responsáveis até hoje, pela produção da maioria dos produtores da cesta básica.

A política do Proálcool, criada em meio à crise do petróleo, foi lançada estrategicamente como “alternativa de energia própria”. Inicialmente, os recursos foram direcionados para a compra de máquinas e insumos químicos, garantia de preços aos produtos, subsídios diretos e indiretos para o aumento da produção de matéria-prima, visando a produtividade e eficiência agroindustrial e, principalmente, a construção de várias destilarias (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

De certo modo, a política do Proálcool foi a solução para os grandes empresários do setor sucroalcooleiro, sobretudo paulistas⁴⁵, recuperando o padrão

⁴⁵ Segundo Thomaz Júnior (2002), desde a sua criação, os recursos, em sua maior parte, foi direcionada ao estado de São Paulo, gerando uma diferença regional no setor sucroalcooleiro.

de acumulação do capital. Ocorreu, naquele período, a articulação estratégica entre setor sucroalcooleiro e setor automobilístico. Assim, o álcool foi visto como alternativa à gasolina.

O Proálcool se materializou organicamente em escala nacional (THOMAZ JÚNIOR, 2002). O período pós Proálcool (final da década de 1970), foi importante para o processo de territorialização do capital monopolista⁴⁶, no campo paulista.

Bini (2011) dividiu o Proálcool em duas fases: a primeira compreende o período de 1975 a 1979 e, a segunda, o período a partir de 1979. Para o autor a primeira fase foi marcada pelo direcionamento dos recursos à implantação e ampliação das destilarias nas usinas, visando a produção de álcool anidro, adicionado à gasolina. Os financiamentos chegaram a 80% para as destilarias. A segunda fase caracteriza-se pela ousadia do programa, pois, com o “choque do petróleo”, o país tinha como meta produzir 7,7 bilhões de litros de álcool hidratado em cinco anos. Para atingir essa meta, o Proálcool expandiu-se sobre novas áreas, até então não dominadas pela monocultura da cana. Foi nesse contexto que a cana se alastrou para a Região Oeste do Estado de São Paulo.

A inversão de recursos do Proálcool rumo ao oeste paulista foi estimulada, no entanto, nessa etapa, pela Secretária de Estado da Agricultura e Abastecimento, através de uma política especial denominada Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo (Pro-Oeste), com o intuito de inserir essa porção do território à agroindústria sucro-alcooleira [...] (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 94).

É interessante comentar que grande parte dos recursos direcionou-se à construção de várias destilarias na Mesorregião de Araçatuba (SP), tanto que foi criada uma política específica denominada Pro-oeste, para expandir sobre essas novas áreas, transformando a paisagem, a estrutura fundiária (Tabela 4) e a dinâmica agrária dessa região. Notamos, por meio da Tabela 4, que a Mesorregião de Araçatuba dispõe de uma elevada concentração fundiária, na qual, 91,79% dos estabelecimentos, com até 200 hectares, possuem apenas 30,62% da área agricultável. Entretanto, 8,23%, compreendidos como médios (200 a 100ha) e grandes (acima de 1000 ha) estabelecimentos, que dominam a maior parte das terras da região, com 69,38% da área. Certamente, a Mesorregião de Araçatuba

⁴⁶ O conceito de Territorialização do Capital Monopolista será abordado no capítulo 3.

(SP) representa muito bem o cenário fundiário brasileiro, visto que a concentração fundiária é característica marcante.

Tabela 4 – Estrutura fundiária da Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP)

<i>Classes de Área por hectares</i>	Censo Agropecuário 2006			
	<i>Nº de Estabel.</i>	<i>%</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>%</i>
Total	13.843	100	1.245.058	100
<i>Sem Área</i>	74	0,53	X	X
<i>Até 10</i>	3.713	26,8	17.123	1,37
<i>10 – 50</i>	6.724	48,60	148.994	11,96
<i>50 – 100</i>	1.347	9,73	95.746	7,69
<i>100 – 200</i>	846	6,11	119.494	9,60
Pequena	12.704	91,79	381.357	30,62
<i>200 – 500</i>	712	5,14	221.207	17,77
<i>500 – 1000</i>	243	1,76	170.782	13,72
Média	955	6,9	391.989	31,49
<i>1000 – 2500</i>	132	0,95	197.792	15,89
<i>Acima de 2500</i>	52	0,40	273.919	22,00
Grande	184	1,33	471.712	37,89

Fonte: IBGE – Fonte de Dados SIDRA, 2014. Organizado pelo autor.

Em consequência do Proálcool, o Brasil enquadra-se entre os principais países produtores de cana-de-açúcar e exportadores de açúcar e etanol do mundo, dispondo da maior área cultivada, chegando a plantar, em 2012, 9.752.328 de hectares (UNICA⁴⁷). Logo, como pode ser visto na Tabela 5, o Estado de São Paulo possui hegemonia em relação ao restante do país, quando analisada a área plantada de cana-de-açúcar.

A Tabela 5 ilustra o domínio do Estado de São Paulo, em relação à área plantada, com 5.172.611 de hectares, em 2012, mais da metade de toda área plantada nacional. É evidente, também, ao observar a Tabela 5, o aumento em 4 vezes, entre 1980 a 2012.

⁴⁷ União da Indústria de Cana-de-Açúcar - UNICA

Tabela 5: Área plantada (ha) nos principais estados produtores de cana do Brasil – 1980, 1990 e 2012.

Estados	1980	1990	2012
São Paulo	1.088.480	1.811.980	5.172.611
Minas Gerais	222.295	301.710	882.624
Goiás	28.013	106.826	732.870
Paraná	59.887	159.420	655.509
Mato Grosso do Sul	11.976	67.921	558.664
Alagoas	349.059	561.217	433.300
Pernambuco	345.285	473.726	309.928
Brasil	2.768.514	4.322.299	9.752.328

Fonte: União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA, 2014.

A expansão da área de cana-de-açúcar, realidade na Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP), pode ser observada na Tabela 6, que mostra a evolução das principais atividades entre os anos de 1970 a 2014. Como salientamos, a expansão da cana-de-açúcar transformou a dinâmica agrária, e principalmente, produziu uma mudança na estrutura produtiva na MG de Araçatuba (SP).

Tabela 6 – MG de Araçatuba (SP): Principais atividades, em área (ha) – 1970 a 2014

Atividades	1970	1980	1995/6	2006	2014⁴⁸
Algodão	63.876	12.267	6.017	396	242
Café	30.752	37.670	5.313	2.322	196
Milho	60.848	95.911	68.079	43.441	43.847
Cana-de-açúcar	5.845	19.705	126.390	202.215	598.716
Feijão	1.088	5.610	9.305	4.556	3.425
Pastagem	478.957	1.168.838	1.023.260	689.615	636.806

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 2006 e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Nota: (--) Dados inexistentes. Organizado pelo autor.

Em 1970, antes do Proálcool, a pastagem dominava 478.957 hectares; o milho e algodão ocupavam mais de 60.000 hectares cada; o café, atividade importante na formação da região, já em decadência ocupava, 30.752 hectares; a

⁴⁸ Os dados do ano de 2014 foram obtidos pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

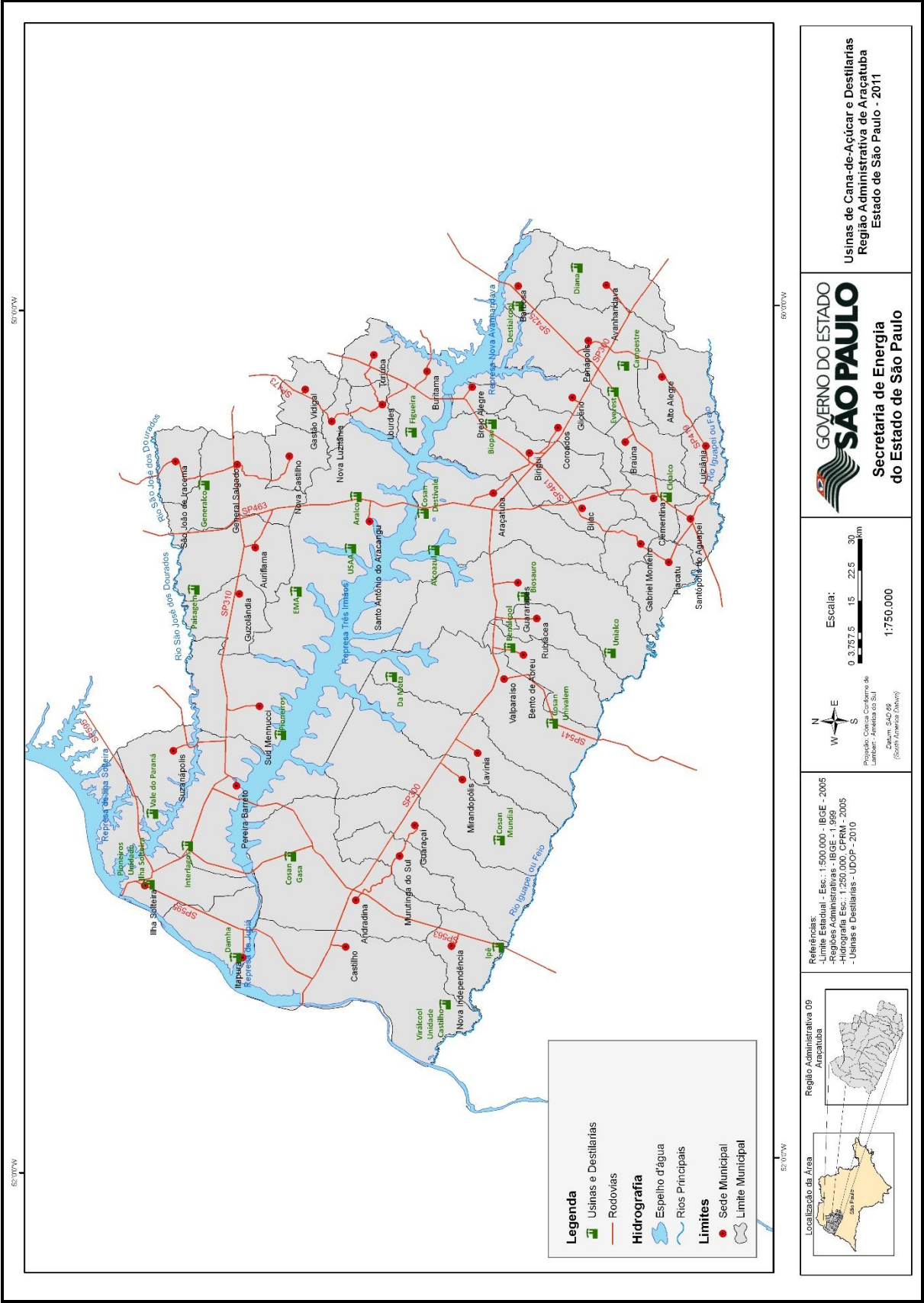
Link: <http://www.iea.sp.gov.br/out/index.php>. Acesso dia 27/01/2015.

cana-de-açúcar ocupava apenas 5.845 hectares e não se configurava entre as principais atividades. Por outro lado, quando olhamos os anos pós Proálcool, apreendemos uma expansão acentuada da cana, chegando a ocupar 598.716 hectares em 2014, disputando a hegemonia com o latifúndio improdutivo, representado pelas pastagens (636.806 hectares). Em contrapartida, as outras atividades diminuíram em muito a área ocupada em 2014. O algodão e o café ocupam irrisórios 242 e 196 hectares, respectivamente.

Essa expansão da cana-de-açúcar, nas últimas décadas, deve ser entendida como consequência do Proálcool, resultando na construção das usinas de açúcar e etanol na região, expandindo, assim, o setor sucroalcooleiro e transformando a estrutura agrária e o uso da terra. Vale lembrar, que atualmente, a MG de Araçatuba (SP) conta com 27 usinas (Figura 5); destas, cinco foram construídas em 1979: (Aralaco, em Araçatuba; Alcomira, em Mirandópolis; Univalem, Valparaíso; Campestre, em Penápolis); seis em 1981: (Benalcool, Bento de Abreu; Unialcool, Guararapes; Generalcool, General Salgado; e, Destivale, Alcoolazul e Cruzalcool, em Araçatuba), e o restante foram construídas posteriormente a década de 2000.

Concomitantemente à expansão da cana-de-açúcar na Mesorregião de Araçatuba (SP), eclodiu a luta pela terra. Nesse sentido, analisamos no item a seguir o processo de luta pela terra, na região.

Figura 5 - Usinas de Cana-de-Açúcar e Destilarias – Mesorregião de Araçatuba (SP)



Fonte: Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, 2014.

2.2.2 A luta pela terra

Desde sua formação, a Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP) apresenta, nas médias e grandes propriedades, latifúndios improdutivos e avançadas relações capitalistas de produção com a agricultura mercantil em grande escala, visando à exportação. Assim ocorreu, também, com o café, algodão, pecuária e, recentemente, com a cana-de-açúcar. Esse processo dinâmico de mercantilização, aliança entre agricultura e capital financeiro, intrínseco ao agronegócio, faz crescer, cada vez mais, a pobreza no campo e na cidade, como também fortalece, contraditoriamente, a luta pela terra no campo paulista - e em todo o Brasil. Contrariando o modelo agrícola, denominado agronegócio e, principalmente, a concentração da terra, encontram-se os movimentos sociais formados por camponeses e trabalhadores rurais expropriados e/ou expulsos de suas terras. Ambos lutam por reforma agrária, por justiça social, por terra e contra a territorialização do capital. Nesse sentido, a luta pela terra e para nela permanecer, é, antes de tudo, contra a expropriação e a exploração.

Por isso, o processo de modernização do campo e a luta pela terra têm produzido certo contraste territorial, solidificando a presença de lógicas distintas no campo paulista. De um lado, encontramos a propriedade capitalista da terra, altamente capitalizada, dominada pelas grandes empresas e com investimentos de capital interno e externo; de outro, a propriedade camponesa, predominando o trabalho familiar, a ajuda mútua e a produção de alimento; a terra é vista como instrumento de trabalho e morada da vida, necessária à reprodução familiar do campesinato. Os assentados fazem parte do campesinato brasileiro, e é no processo de luta pela terra que os camponeses assentados constroem seu lugar social, sua autonomia e liberdade e, principalmente, reproduzem seu modo de vida.

A principal experiência de luta por terra, na Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP), foi realizada, no início da década de 1980, por posseiros da fazenda Primavera⁴⁹, localizada nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência. Esses posseiros lutavam contra a exploração e a expropriação,

⁴⁹ Torna-se importante destacar que há na Mesorregião de Araçatuba (SP) dois assentamentos denominados de Primavera, que são diferenciados por I e II. O Assentamento Primavera I localiza-se nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, sendo este, a conquista da primeira luta pela terra na região, e que será abordado neste subcapítulo. O Assentamento Primavera II, localiza-se no município de Mirandópolis, e é o *lôcus* de análise dessa pesquisa. Ambos os nomes dos assentamentos referem-se a fazenda desapropriada.

impostas pela grande propriedade capitalista implantada na região. Sobre o conflito na Fazenda Primavera, que resultou no primeiro assentamento da Mesorregião de Araçatuba (SP), Fernandes (1999, p. 57) comentou:

A Fazenda Primavera, [...], era terra grilada. Nessa terra nasceu a primeira luta da gestação do MST em São Paulo. Há décadas, os posseiros da Primavera pagavam renda ao grileiro. Na década de 1970, o grileiro começou a trazer gado do Mato Grosso para engordar nos pastos da fazenda. Iniciava, assim, a expropriação dos posseiros, à medida em que o gado ia destruindo as lavouras. O grileiro também contratou jagunços para ameaçar os posseiros que se recusavam a pagar, por causa da destruição das lavouras. Os que resistiram, tiveram suas casas queimadas. Com o assassinato de um posseiro, os agricultores procuraram o Poder Judiciário, solicitando a intervenção para evitar que o conflito se intensificasse. Em setembro de 1979, a Comissão de Justiça e Paz de Andradina organiza a Comissão Pastoral da Terra, criando um espaço de socialização política, onde os posseiros passaram a se organizar.

Ainda sobre esse conflito:

Os posseiros começaram as negociações com o Incra, exigindo a desapropriação da Fazenda Primavera. Organizaram grupos de famílias em cada bairro rural da fazenda, onde realizavam reuniões para informar o andamento das negociações. Em julho de 1980, o general – presidente João Batista Figueiredo assinou o decreto, desapropriando os 9.385 hectares da Primavera. A vitória tornou-se uma luta e organização permanentes, pressionando o Incra para a implantação do assentamento. Esse processo demorou dois anos. Nessa experiência, os agricultores formaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste do estado de São Paulo. (FERNANDES, 1999, p.57).

A experiência de luta pela terra dos posseiros da fazenda Primavera marcou a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Estado de São Paulo⁵⁰. Sobre isso, Fernandes (1994, p. 79) escreve que a “gênese do MST está registrada na luta dos posseiros da Primavera [...] que continuou se desenvolvendo a partir de várias outras lutas”.

Convém esclarecer que o MST nasceu do processo de luta e resistência contra a política agrícola implantada pelo regime militar e, a partir do período de modernização do campo, surgiram novas formas de luta contra esse processo,

⁵⁰ De acordo com Fernandes (1994, p. 58), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) resultou das experiências de luta no decorrer dos anos setenta, a saber; as ocupações de terra ocorridas nos municípios de Ronda Alta-RS (1979), Campo Erê-SC (1980), no estado do Paraná - estas em virtude da construção da Barragem Itaipu (1980), e as ocupações em Naviraí e Glória de Dourados, assim como a Fazenda Primavera.

gerador de exploração e de expropriação/expulsão dos pobres no campo. Dentre as formas de lutas está o enfrentamento por meio das ocupações, denunciando a irregularidade das terras ditas particulares. Fernandes (1999, p. 78) explicou que essas novas formas de enfrentamento e resistência, dos movimentos sociais, surgidas na década de 1980, têm como objetivo a transformação da realidade por meio da conquista de frações do território.

A vitória dos posseiros da Fazenda Primavera resultou no primeiro assentamento da Mesorregião de Araçatuba (SP), conhecido como Assentamento Primavera, onde foram assentados, em julho de 1980, 315 famílias, numa área de 9.385 hectares. De 1980 a 1983, o movimento se preocupou em ocupar apenas terras públicas na região, como: fazendas do Estado, terras devolutas, áreas da Companhia Energética de São Paulo (CESP). Após meados da década de 1980, o MST começou a lutar por terras particulares de grandes latifúndios improdutivos.

Segundo Lourival Plácido de Paula⁵¹, dirigente estadual do MST/SP, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), aprovado em 1985, já havia constatado muitas terras improdutivas na região, entre elas, as fazendas Timboré⁵², em Andradina; a fazenda Pendengo, em Castilho, e a fazenda Esmeralda, resultando no primeiro assentamento do município de Mirandópolis (SP).

A luta dos trabalhadores rurais por terra, na fazenda Timboré, ficou marcada pela violenta repressão por parte dos latifundiários que tinham ao seu lado, além da polícia, capangas contratados pelo próprio fazendeiro. Entretanto, a ocupação da fazenda Timboré, também traçou o rumo da luta pela reforma agrária na região. Essa mudança pode ser observada no relato que segue:

A partir da Timboré, quando nós [MST], definimos que não vamos mais lutar apenas por uma fazenda, e que nós vamos estabelecer uma luta por todos os grandes latifúndios da região, é que nós

⁵¹ SEMINÁRIO PELA REFORMA AGRÁRIA, realizado no dia 25 de julho de 2014 na câmara municipal de Andradina- SP, onde o palestrante fez um diagnóstico da realidade dos acampamentos da Mesorregião de Araçatuba (SP).

⁵² A fazenda Timboré (3.393 ha) foi ocupada por 130 famílias, que haviam sido despejadas após uma ocupação na fazenda Pendengo (4.160 ha). Segundo Fernandes (1994, p.130) após despejo: “As famílias permaneceram acampadas na praça da Matriz por um mês. No dia 15 de março de 1989 resolveram ocupar a fazenda Timboré, de 3.393 hectares, localizada nos municípios de Andradina e Castilho. Esta fazenda, que também estava sob o domínio do mesmo grileiro da fazenda Pendengo, havia sido classificada pelo INCRA como latifúndio por exploração em 27/07/86, e foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária (Decreto número 93.021). Em 12/08/86, o grileiro entrou com uma medida cautelar, pretendendo suspender a ação desapropriatória. No dia 31 de março de 1989, a ação proposta pelo grileiro foi julgada improcedente facultando ao INCRA a execução da desapropriação.

organizamos um acampamento, que chamou “Acampamento Zumbi de Palmares”. No dia 20 de novembro [de 1995] [dia Consciência Negra, do Zumbi de Palmares] a gente ocupou a fazenda Anhumas, Andradina, com 700 famílias de trabalhadores de diversos municípios da região. Ali, pautamos que nós queríamos não a desapropriação só da fazenda Anhumas. Nós queríamos a desapropriação de todos os grandes latifúndios da região. Começamos a brigar com o INCRA e ITESP, para reivindicar que eles viessem aqui e fizesse uma varredura de fiscalização, para ver se as fazendas estavam cumprindo a Lei. Qual é a Lei? A terra tem que produzir, tem que cumprir a função social, tem que estar com os empregados registrados, tem que cuidar do meio ambiente. (Lourival Plácido de Paula)⁵³

Diante da pressão feita pelo MST, e de sua articulação com sindicatos e deputados apoiadores da luta pela terra e reforma agrária, o Estado de São Paulo, por meio do Fundação Instituto de Terra do Estado de São Paulo (ITESP) e em conjunto com o INCRA, colocou, em sua agenda, a vistoria das fazendas da região. Essa fiscalização iniciou-se em 2001 e terminou no final de 2002, e identificou 50 fazendas, das 160 fiscalizadas, como improdutivas. Ou seja, mais de 1/3 das fazendas não cumpriam os preceitos de terra produtiva preconizados pela Constituição de 1988. Segundo o dirigente estadual do MST/SP, essas vistorias revelaram outro momento da luta pela reforma agrária, na região, pois:

Os latifundiários da região, a maioria dos prefeitos e a maioria dos vereadores, se mobilizaram para tentar impedir que essas fiscalizações ocorressem. Nós no MST fizemos o jogo ao contrário. Começamos a mobilizar os trabalhadores [...] para fazer o enfrentamento de massa, e mostrar para o governo do estado, que tinha sustentação aqui, tinha necessidade de reforma agrária. [...] Então, a gente conseguiu vencer esse momento. O latifundiário não conseguiu travar a vistoria. (Lourival Plácido de Paula).⁵⁴

Com a divulgação dos resultados, no final de 2002, os proprietários das terras consideradas improdutivas entraram na Justiça, na tentativa de provar que as fazendas eram produtivas para, assim, evitar a desapropriação. Naquele momento, o poder judiciário demonstrou sua parcialidade, pois as desapropriações foram barradas na Justiça, em consequência da influência dos latifundiários, no judiciário e no legislativo.

⁵³ Fala no SEMINÁRIO PELA REFORMA AGRÁRIA, realizado no dia 25 de julho de 2014 na câmara municipal de Andradina- SP, onde o palestrante fez um diagnóstico da realidade dos acampamentos da Mesorregião de Araçatuba (SP).

⁵⁴ Idem 53.

A vitória dos posseiros com a conquista das terras griladas da fazenda Primavera, a ocupação da fazenda Timboré e a formação do acampamento Zumbi de Palmares, na fazenda Anhumas, abriram caminhos para novas lutas, possibilitando a territorialização do campesinato na região. As lutas camponesas na Mesorregião de Araçatuba (SP) resultaram na formação de vários assentamentos (Tabela 7).

Tabela 7 – Assentamentos Rurais na Mesorregião de Araçatuba (SP)⁵⁵ – 1981 a 2014

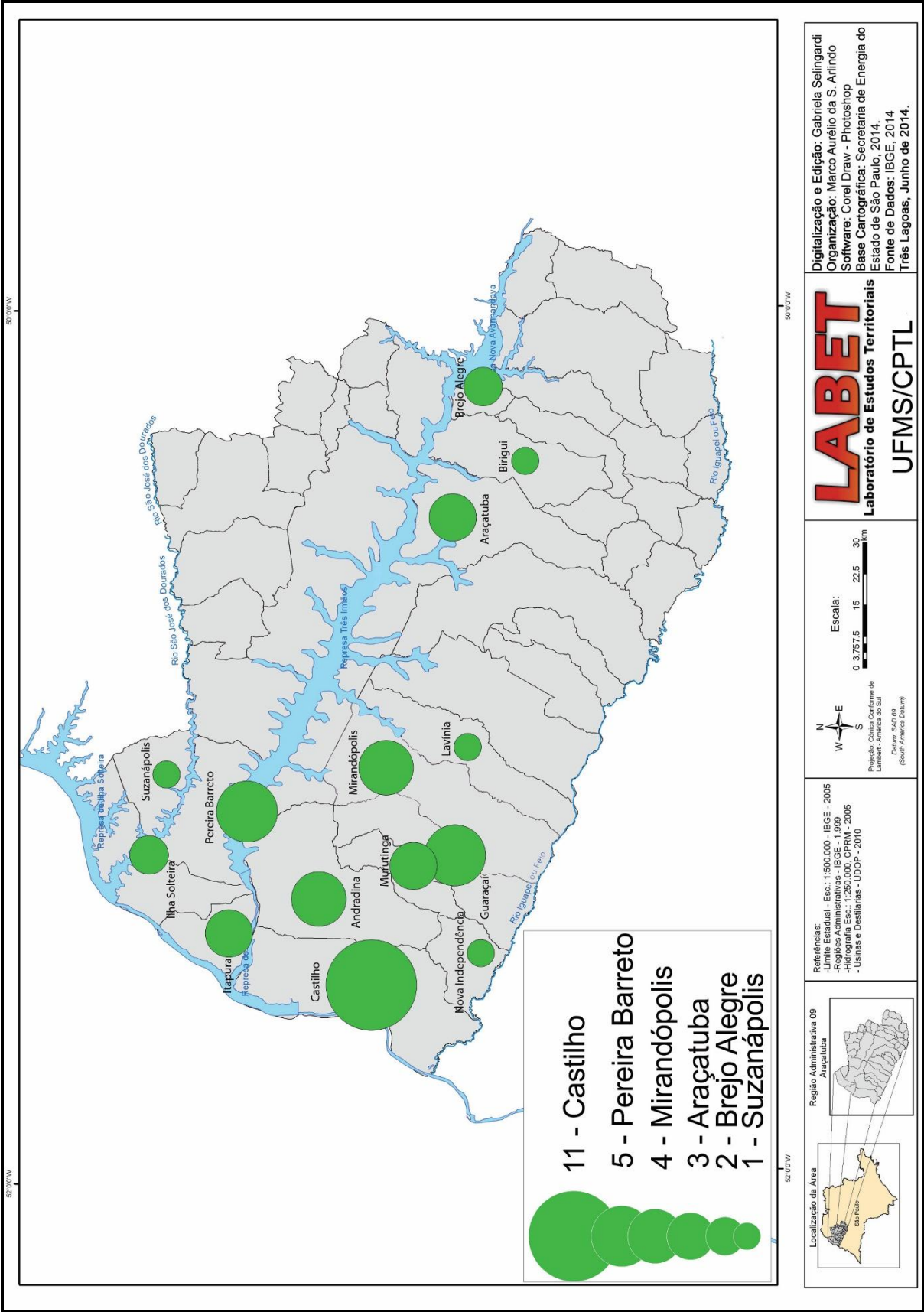
Municípios	Assentamentos	Área (ha)	Nº Famílias
Andradina	4	12.573,48	483
Araçatuba	3	6.862,848	407
Birigui	1	1.134,929	46
Brejo Alegre	2	526,03	22
Castilho	11	19.704,79	1.142
Guaraçaí	5	4.179,955	241
Ilha Solteira	2	4.066,52	285
Itapura	3	3.286,24	233
Lavínia	1	735,355	25
Mirandópolis	4	8.042,88	488
Murutinga do Sul	3	4.365,61	241
Nova Independência	1	929,7252	60
Pereira Barretos	5	6.037,71	291
Suzanápolis	1	2.906,3104	155
Total	46	75.352,38	4.119

Fonte: Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária – INCRA - 2014

Com base na Tabela 7, observamos 46 assentamentos na Mesorregião de Araçatuba (SP), com 4.119 famílias assentadas, ocupando uma área de 75.352,38 hectares. A territorialização camponesa, representada pelas famílias assentadas pela política de reforma agrária, só foi possível pelas lutas e manifestações organizadas e vividas em vários anos de lona preta, às margens das estradas. Na Figura 6 destaca-se a territorialização dos assentamentos, na Mesorregião de Araçatuba (SP).

⁵⁵ A Tabela 7 apresenta apenas os municípios da Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP) que possuem assentamentos. Sendo assim, em 2014, dos 43 municípios, apenas 14 possuíam Projetos de Assentamentos Rurais.

Figura 6 – Territorialização dos Assentamentos – Mesorregião de Araçatuba (SP)



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

A Tabela 8 apresenta os 35 acampamentos existentes em 2014 na Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP), onde estão acampadas 2.076 famílias às margens das estradas, denunciando a improdutividade, a grilagem e a apropriação de terras devolutas, ou seja, a irregularidade dos latifúndios na região, à revelia do discurso de produtividade do agronegócio.

Tabela 8 – Acampamentos Rurais na Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP)

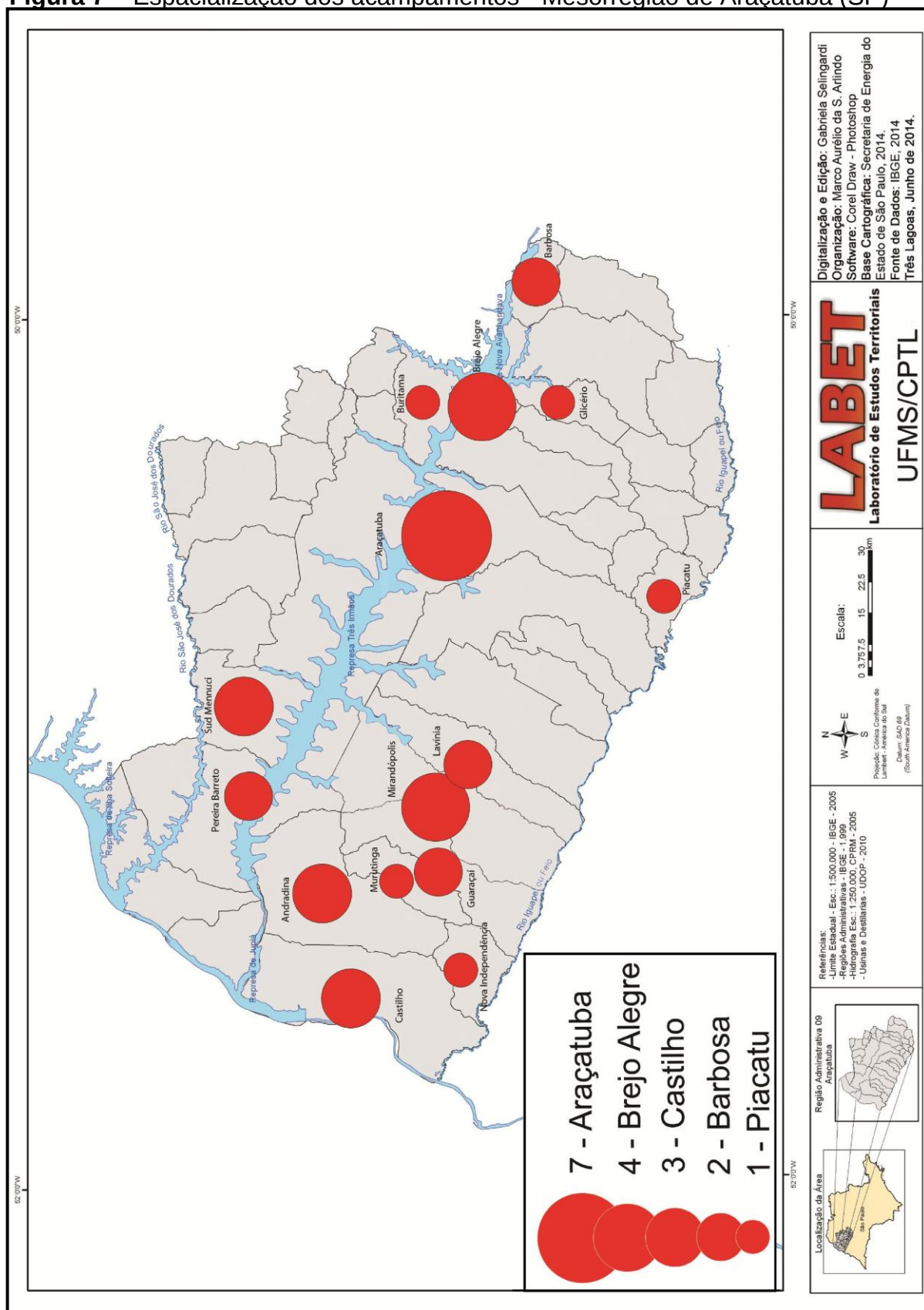
Municípios	Acampamentos	Nº Famílias⁵⁶
Andradina	3	96
Araçatuba	7	882
Barbosa	2	61
Brejo Alegre	4	210
Buritama	1	84
Castilho	3	119
Glicério	1	91
Guaraçaí	2	78
Lavínia	1	32
Mirandópolis	4	190
Murutinga do Sul	1	17
Nova Independência	1	33
Pereira Barreto	2	102
Sud Mennuci	2	63
Suzanápolis	1	18
Total	35	2.076

Fonte: Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária – INCRA - 2014

Na Figura 7, observamos a espacialização da luta pela terra, representada pelos acampamentos na Mesorregião de Araçatuba (SP). A Microrregião de Andradina possui um número maior de acampamentos, em relação à Microrregião de Araçatuba. Entendemos que essa diferença na luta pela terra, na Microrregião de Araçatuba e na Microrregião e Andradina, está ligada à forte presença do MST, em Andradina, cidade de origem do movimento no Estado de São Paulo.

⁵⁶ Os acampamentos tem uma dinâmica flexível que muda a cada mês/ano, por isso pode haver variação nos números das famílias acampadas.

Figura 7 – Espacialização dos acampamentos - Mesorregião de Araçatuba (SP)



⁵⁷ Fala proferida no SEMINÁRIO PELA REFORMA AGRÁRIA, realizado no dia 25 de julho de 2014 na câmara municipal de Andradina (SP), onde o palestrante fez um diagnóstico da realidade dos acampamentos da Mesorregião de Araçatuba.

aproximadamente, 739 hectares, considerada, na vistoria realizada pelo INCRA, em 2001, como improdutivo. Em outubro de 2013, o INCRA recebeu do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Araçatuba), a imissão de posse da fazenda. Assim, com a desapropriação da fazenda, o INCRA autorizou a entrada das famílias acampadas. Por conta da autorização, as famílias derrubaram os barracos da beira da estrada, montando, no interior fazenda, a esperada divisão dos lotes. Em volta dos barracos, plantaram flores e alguns alimentos, como: melancia, mandioca, quiabo, abacaxi, tomate, pepino. Entretanto, o sonho da terra conquistada estava com o tempo contado: em novembro, após um mês da imissão, o mesmo Tribunal a suspendeu e emitiu a reintegração de posse ao fazendeiro. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Araçatuba) alegou que o INCRA adiantou a decisão judicial e que o preço da indenização estava desatualizado.

Para o INCRA, a avaliação estaria correta e haveria risco de grave lesão à ordem e à segurança pública com o cumprimento das decisões do TRF-3, pelo risco de enfrentamento entre os trabalhadores e agentes estatais que deveriam fazer cumprir a ordem judicial. Haveria ainda, segundo a entidade pública, risco de dano à economia pública em razão de já terem sido disponibilizados mais de R\$ 3,6 milhões para o pagamento da indenização por desapropriação, além de outros investimentos relacionados ao assentamento.⁵⁸

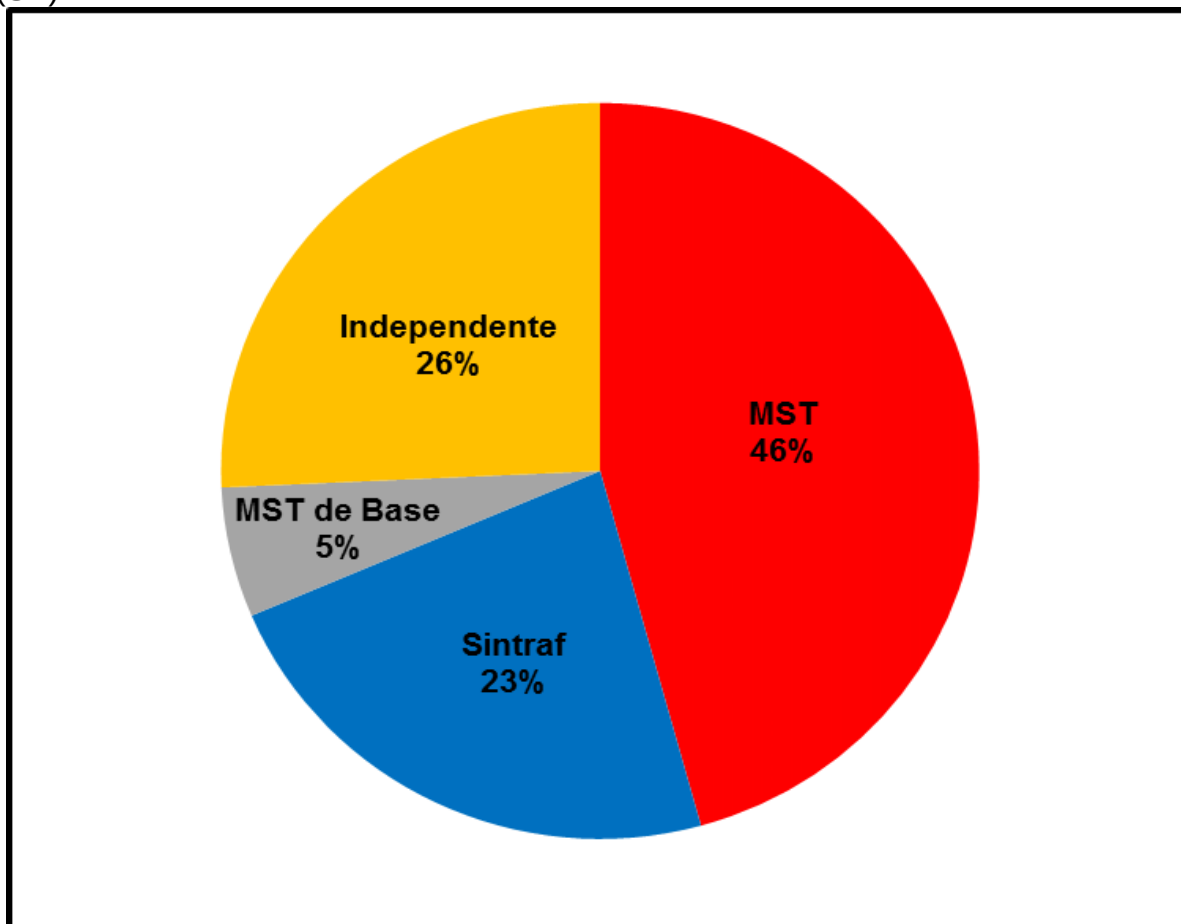
Devido à reintegração de posse ao fazendeiro, as 50 famílias tiveram que deixar a terra. Vale destacar que essa é uma região onde o preço da terra está elevadíssimo, devido à expansão da agroindústria canavieira, situação que dificulta as desapropriações. Esse processo revela, com nitidez, a Reforma Agrária de mercado, pois o elevado preço da terra impede a efetivação da reforma agrária na região.

Em relação à organização dos acampamentos, notamos uma participação maior do MST, em relação a outros movimentos. Essa presença deve-se ao importante papel do MST, como principal movimento social na história recente da luta pela terra, no Brasil, como também, pela influência dos posseiros da fazenda Primavera no município de Andradina (SP), fazendo parte do conjunto de manifestações que deram origem ao MST, no início da década de 1980.

⁵⁸ Revista Consultor Jurídico. STJ nega posse imediata de fazenda pelo INCRA. Link: <http://www.conjur.com.br/2014-jan-07/stj-nega-posse-imediata-incra-fazenda-aracatuba>. Acessado no dia 01 de julho de 2014.

O Gráfico 1 evidencia a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos acampamentos dos latifúndios improdutivos, na Mesorregião de Araçatuba (SP). Notamos, assim, que o MST coordena 46% dos acampamentos de terras na região.

Gráfico 1 – Movimentos sociais nos acampamentos da Mesorregião de Araçatuba (SP)



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - 2014

Mesmo com a reforma agrária paralisada pelo governo, a luta pela terra continua presente na região, envolvendo os trabalhadores do campo e da cidade no processo histórico de luta pela terra, contra a expropriação e a exploração que têm aumentado com a territorialização do capital monopolista do setor sucroalcooleiro.

Dessa forma, a luta pela terra no Estado mais rico da Federação, comprova a complexidade e as contradições do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, pois, além de expandir as relações tipicamente capitalistas, inerente à reprodução ampliada, o capital abre, por meio das desigualdades e contradições, a possibilidade de (re)criação das relações não-capitalistas de produção, no caso, com

a (re)criação do campesinato, além da luta camponesa para entrar na terra e nela permanecer.

Portanto, para compreender o processo de territorialização camponesa, objetivamos, pautando-nos nos pressupostos teórico-metodológicos da questão agrária no Brasil, analisar o processo de ***luta pela/na terra*** dos camponeses no assentamento Primavera II, localizado no município de Mirandópolis (SP).

Cap. 3 - TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO PRIMAVERA II

No primeiro capítulo explicitamos a concepção da Questão Agrária e do Campesinato, e, no segundo capítulo, a contextualização da luta pela terra e reforma agrária na Mesorregião de Araçatuba (SP). Essa sequência analítica permite entender a conjuntura atual da sociedade, na qual o Assentamento Primavera II, lócus da pesquisa, se insere. Assim, partimos do geral para o específico, e do específico para entender o geral.

A partir dessa dinâmica, o objetivo dos próximos capítulos é entender como o processo de territorialização camponesa, via luta pela terra e para nela permanecer, se reproduz numa pequena fração do território. O Assentamento Primavera II é entendido como território camponês enquanto fração do território capitalista (totalidade), portanto, com lógica distinta.

Assim, o território é a categoria geográfica que balizará o entendimento do processo de territorialização camponesa no assentamento, por isso, a necessidade de delimitar nossa concepção a esse respeito. Para evitar confusão com outro conceito geográfico, qual seja espaço, utilizamos a análise de Raffestin (1993, p. 144).

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço.

[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.

Como bem observou Raffestin (1993), o território é a produção social (concreta ou abstrata) do espaço. O autor, ao analisar o território, privilegia as relações de poder. Em uma perspectiva que se assemelha a de Raffestin (1993), encontramos Oliveira (2005), que concebe o território como “produto concreto das lutas de classes travadas”, no processo de produção, realizado no espaço, ao longo do tempo. Dessa forma, o território é entendido como produto da interação entre tempo, espaço e relações sociais. Nesse sentido, Oliveira (2005, p. 74), ao definir território, explicou:

[...] Parto da concepção de que o *território* deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O *território* é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra.

Conforme Raffestin (1993) e Oliveira (2005), o território é a produção social (concreta ou abstrata) do espaço, ou seja, o território é resultado das relações sociais, materializadas no espaço ao longo do tempo. Oliveira (2005) chamou-nos a atenção para a compreensão de que o território produzido pelo capitalismo é, essencialmente, contraditório e desigual.

O processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. (OLIVEIRA, 2005, p.74-75).

Essa contradição, e desigualdade, constituem a essência do modo de produção capitalista, refletido no território (totalidade). No entanto, esse processo “constrói/destrói” diferentes unidades territoriais, desiguais e contraditórias. Portanto, para compreendermos os processos territoriais, sobretudo a territorialização camponesa, é necessário considerar essa característica do modo de produção capitalista. Outra questão a ser considerada consiste no entendimento do campesinato como classe criada e recriada, contraditoriamente, no próprio desenvolvimento do capital. Ou seja, é classe social de dentro do capitalismo, visto que este ao se desenvolver, produz relações de produção capitalistas (trabalho do assalariado), assim como relações de produção não-capitalistas, no caso, o campesinato (OLIVEIRA, 2005; ALMEIDA, 2006).

Recorrendo a essa concepção de território (como produto das relações sociais materializadas no espaço, ao longo do tempo), entendemos que o município de Mirandópolis (SP) apresenta, no campo, território com lógicas distintas: de um lado, a propriedade capitalista, representado pelo setor sucroalcooleiro denominado

de agronegócio; e, de outro, a fração camponesa do território⁵⁹ (unidade de produção familiar camponesa), resultado da luta por terra e para nela permanecer.

O principal mote dessa distinção se encontra nas relações sociais expressas internamente na construção do território. Nas frações do território dominado pelos camponeses, sobretudo nos assentamentos, expressam-se relações sociais não-capitalistas, sendo, o trabalho familiar, a base do território camponês. A produção baseia-se na policultura em pequena escala, com baixa mecanização e pouco uso de agrotóxicos. A lógica camponesa centra-se na tríade terra, família e trabalho (ALMEIDA, 2006), fatores fundamentais para a reprodução social do campesinato. Essa lógica camponesa baseada na terra, trabalho e família pode ser compreendida no trabalho de campo que reproduzimos a seguir: *“Sem a terra não te vida não, não tem jeito de viver sem ela, eu não tenho. Depois da água é ela”* (José⁶⁰, jan. 2014). A terra é elemento nuclear no processo de reprodução da família camponesa. Esse aspecto pode ser muito bem observado quando o entrevistado nos relata: *“A terra pra nós é vida. Se não fosse a terra nós não tinha produto pra nós come, nós já tinha morrido, porque vai viver do que?”*. O “nós”, muitas vezes falado, refere-se à família, à preocupação de que sem a terra *“nós já tinha morrido”*.

A terra pra nós é vida. Se não fosse a terra nós não tinha produto pra nós come, nós já tinha morrido, porque vai viver do que? A terra é muito importante pra gente, a terra é a nossa vida. A nossa vida sem a terra, como é que nós vai viver? A terra nos gera, a terra nos vive e a terra nos consome. Então tem tudo sobre a terra. Nós é pequenininho, vai crescendo, vivendo da terra. Depois nós morre, pra onde nós vai? Pra terra. Pra tudo tem que ter a terra. (Euclides⁶¹, fev. 2014).

Entendemos que, nesse processo de reprodução da família camponesa, a terra não deve estar dissociada do trabalho e da família. Nesse sentido, quando se diz trabalho, se está querendo dizer o trabalho familiar, pois, no sítio, todos desempenham um papel fundamental na reprodução social camponesa.

Aqui trabalha nós tudo, eu a muié e os muleques. Quando eu e a muié ta pra roça, eles estão fazendo coisa em casa, tratando de um porco, de uma galinha. Todo mundo trabalha, o menino busca a

⁵⁹ Cabe ressaltar que a pesquisa analisa o território camponês, formado via Lei de Reforma Agrária. Entendemos que o campesinato brasileiro é heterogêneo, podendo ser reconhecidas por diversas formas, nas várias regiões, a saber: posseiro, assentados, meeiros, etc.

⁶⁰ Assentado.

⁶¹ Assentado.

colheita, a menina limpa a casa, a muié já ta mais eu. Então quer dizer, todo mundo faz parte do trabalho. (Wilson⁶², jan. 2014).

Com base nas análises das falas dos camponeses assentados, concordamos com Paulino e Almeida (2010), quando essas autoras afirmam que o objetivo da propriedade familiar camponesa é a sua reprodução, é a permanência na condição de camponês.

[...] a propriedade familiar camponesa não é instrumento de exploração de trabalho alheio e, por isso, o objetivo não é obter o lucro médio, mas a reprodução da família camponesa, e mesmo nos casos em que há apropriação da renda da terra, excedente econômico, a renda é usada para propiciar, na perspectiva chayanovianna, melhorias na qualidade de vida, como, por exemplo, diminuição do sobretrabalho. Então faz sentido ela ser considerada renda camponesa (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 51).

Em oposição à lógica camponesa, encontra-se a propriedade capitalista, representado pela agricultura capitalista. Esse, por sua vez, vê a terra como instrumento de acumulação de capital, como *terra de negócio* e de lucro, terra da exploração do trabalho alheio. Os capitalistas latifundiários do agronegócio estão mais interessados na renda produzida na propriedade fundiária. Essa renda é possível porque os latifundiários mantêm o monopólio das terras sobre as outras classes sociais. Sobre esse assunto, Martins (1981, p.119) explanou que

[...] *os grandes proprietários não estão principalmente interessados na concentração da propriedade da terra, mas estão principalmente interessados na acumulação do capital. Não são favoráveis aos pequenos estabelecimentos agrícola do posseiro, mas são favoráveis ao pequeno estabelecimento agrícola do colono. É que há uma distância histórica entre a posse do posseiro e a propriedade do colono. O colono paga uma renda pela terra quando a compra, paga um tributo à classe de proprietários de terra. O posseiro não. A questão, portanto, não é o tamanho da propriedade e sim a renda fundiária. Ela está profundamente inserida no processo de acumulação de capital na sociedade brasileira.* (Grifo do autor).

Essa lógica capitalista se expressa na exploração do trabalho alheio, pois as relações capitalistas de produção, dominantes no território capitalista (propriedade capitalista da terra), têm sua produção baseada na monocultura de *commodities* em grande escala, com trabalho assalariado, grande presença de máquinas, sementes transgênicas e uso intensivo de agrotóxicos. Esse modelo agrícola, adotado pelo

⁶² Assentado.

Estado brasileiro, é denominado, atualmente, de agronegócio, embora carregue a mesma lógica do latifúndio. Sendo assim, o

[...] agronegócio não é novo, seu ideário é fruto da Revolução Verde ou Modernização da Agricultura como alguns denominam. O novo aí, se podemos chamar de novo, é que ele agora aparece como categoria homogeneizadora. Com isso, o latifúndio perde o foco [...]. O problema é que essa pseudo transformação em borboleta, acaba-se por produzir uma espécie de blindagem do latifúndio esquecendo que o agronegócio, na essência, não difere deste, logo que sua base de sustentação continua sendo rentista, pois o orgulho da nação (em que se transformou o latifúndio travestido de agronegócio) se nutre de violência, de super exploração do trabalho, do fundo público, para assim se colocar como eficiente economicamente a partir da aliança terra-capital (ALMEIDA, 2008, p. 309).

Por conta dessas lógicas distintas, apreendemos, no município de Mirandópolis(SP), territórios em disputas (como fração camponesa que resiste a expansão do território capitalista/agronegócio) analisados no item seguinte.

3.1 Territorialização do Capital e dos camponeses em Mirandópolis (SP)

No município de Mirandópolis (SP), observamos a existência de uma concentração fundiária, assemelhando-se à realidade agrária do país. Tal concentração pode ser observada na Tabela 9 e 10, utilizando os dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1985, 1995/6 e 2006.

Ao analisar as Tabela 9 e Tabela 10, observamos que em 1970, os 388 estabelecimentos (38,8%), com até 10 hectares, possuíam apenas 3,01 % da área total. Em 2006, nesse mesmo extrato de área, 328 estabelecimentos (31,68%) tinham 2,19% da área total do município. Cabe enfatizar, a título de complementação, que nos estabelecimentos até 10 hectares, a área média em 1970, era de 5,56 ha; em 1985 4,54 ha; já em 1995/96 era de 4,92 ha; e no Censo de 2006 a média caiu para 4,03 ha.

Nos estabelecimentos de 10 a 100 hectares, a extensão média, em 1970 era 31,6 ha; em 1985 a média era 35,5 ha; no Censo de 1995/96 era de 37,3 ha; e 32,2 ha em 2006. Já os estabelecimentos com área de 100 a 200 hectares, possuíam, em 1970, uma extensão média de 138,2 ha; em 1985 de 142,4 ha; já em 1995/96 era de 139,3 ha; e em 2006, uma área de 141,2 ha.

Os estabelecimentos com extrato de área de 200 a 500 hectares, a extensão média era de 198,7 ha em 1970; em 1985 era 298,7 ha; em 1995/96 era de 297,5 ha; e de 306,01 ha, no ano de 2006. Em relação aos estabelecimentos com área de 500 a 1000 hectares, observamos que em 1970 a área média era de 645,7 ha; em 1985 era 635,1 ha; no ano de 1995/96 uma média de 673,1 ha; e em 2006 a média era de 631 ha. Ainda analisando as Tabelas 9 e Tabela 10, identificamos nos estabelecimentos com área acima de 1.000 hectares, que em 1970 a extensão média era de 1.703,6 ha; em 1985 era de 1.541,5 ha, já no Censo de 1995/96 era de 2.041 ha; e no último Censo Agropecuário, em 2006, a média era de 2.010,4 ha.

Desse modo, a Tabela 9 e a Tabela 10, evidencia que no período de 1970 a 2006 houve uma aumento na concentração fundiária no município, pois os estabelecimentos com até 10 hectares diminuíram a área média. Essa queda na área também ocorre nos estabelecimentos de 10 a 100 hectares. Por outro lado, a área média dos estabelecimentos acima de 1.000 hectares teve uma aumento acentuado, apontando uma estrutura fundiária desigual. Observamos ainda na Tabela 10, o sumiço de pelo menos 11.376 há, se compararmos a área total do município nos Censos Agropecuários de 1970 com o de 2006. Esse número salta para 13.321 há, comparando os Censos de 2006 com o 1995/6. Portanto, essa distribuição desigual entre número de estabelecimento e área, evidenciada nas Tabelas 9 e 10, corrobora com a afirmativa de que a estrutura fundiária é concentrada no município de Mirandópolis (SP).

Tabela 9 - Mirandópolis: número de estabelecimentos – 1970 a 2006

Classes de Área por hectares	1970		1985		1995/96		2006	
	Nº de Estab.	%	Nº de Estab.	%	Nº de Estab.	%	Nº de Estab.	%
Sem Área	---	---	---	---	---	---	4	0,4
Até 10	388	38,8	376	35,3	176	22,01	328	31,68
10 - 100	480	48	523	49,1	464	58,01	581	56,13
100 - 200	57	5,7	85	7,98	83	10,38	55	4,93
200 - 500	45	4,5	48	4,50	50	6,25	51	4,85
500 - 1000	17	1,7	21	2	19	2,38	11	1,06
+ 1000	13	1,3	12	1,2	8	1,01	5	0,49
Total	1.000	100	1.065	100	800	100	1.035	100

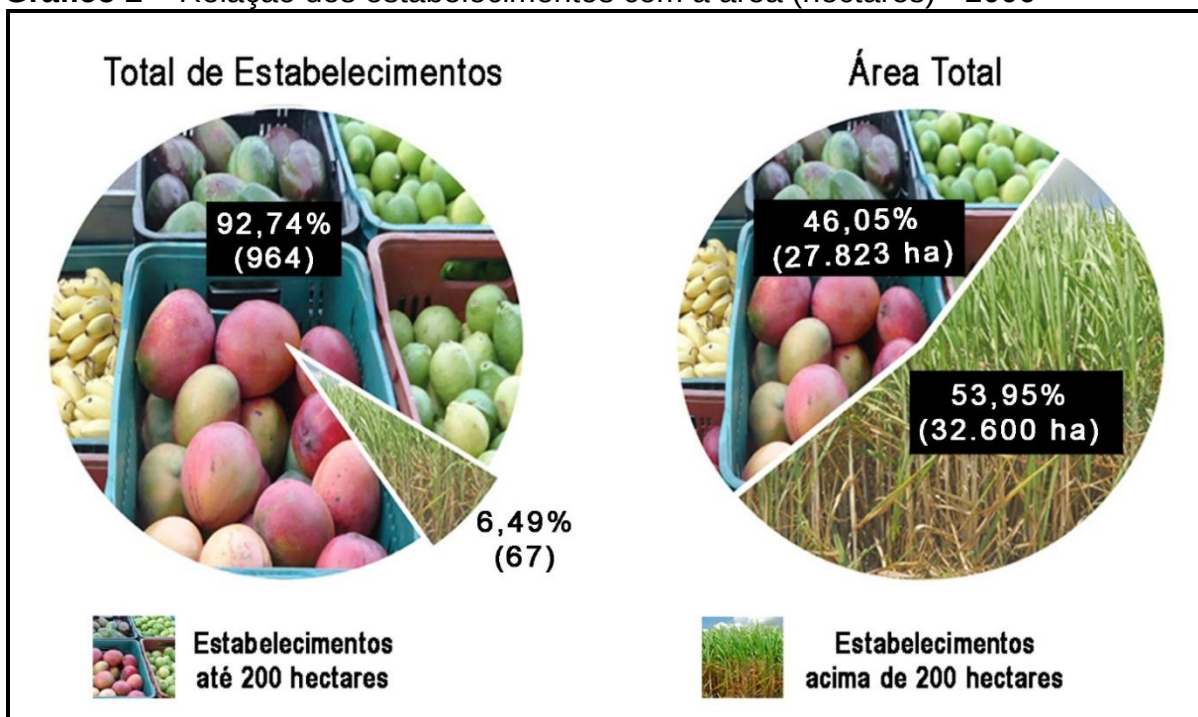
Fonte: IBGE, SIDRA, 2014. Censos Agropecuários 1970 e 1985. Organizado pelo autor.

Tabela 10 - Mirandópolis: área ocupada pelos estabelecimentos – 1970 a 2006

Classes de Área por hectares	1970		1985		1995/96		2006	
	Área do Estab.	%	Área do Estab.	%	Área do Estab.	%	Área do Estab.	%
Sem Área	---	---	---	---	---	---	0	0
Até 10	2.160	3,01	1.709	2,17	866	1,17	1.322	2,19
10 - 100	15.186	21,12	18.606	23,67	17.313	23,48	18.731	31
100 - 200	7.882	10,97	12.108	15,40	11.565	15,68	7.770	12,86
200 - 500	13.445	18,80	14.338	18,24	14.880	20,18	15.607	25,83
500 - 1000	10.978	15,30	13.339	17	12.790	17,36	6.941	11,49
+ 1000	22.148	30,80	18.496	23,52	16.321	22,13	10.052	16,63
Total	71.799	100	78.596	100	73.744	100	60.423	100

Fonte: IBGE, SIDRA, 2014. Censos Agropecuários 1970 e 1985. Organizado pelo autor.

Nessa perspectiva, o Gráfico 2 permite visualizar melhor a distribuição dos estabelecimentos rurais em relação à área. Em 2006, os estabelecimentos pequenos (até 200 hectares) representavam 92,74% do número total dos estabelecimentos, e ocupavam apenas 46,05% da área. Ao contrário, os estabelecimentos médios (200 a 1000 hectares) e grandes (maior que 1000 hectares) correspondiam a 6,49% dos estabelecimentos, e 53,95 da área total.

Gráfico 2 – Relação dos estabelecimentos com a área (hectares) - 2006

Fonte: IBGE – Fonte de Dados SIDRA (Censo Agropecuário de 2006). Organizado pelo autor.

Mesmo com área inferior, 46,05% da área total, os 92,74% dos estabelecimentos pequenos se destacam pelo número de pessoas ocupadas, ou seja, pessoas que praticam atividade remunerada ou não no estabelecimento. A Tabela 11 aponta, no ano de 2006, 2.420 pessoas ocupadas nos estabelecimentos rurais, sendo 88,43% dessas pessoas ocupadas nos estabelecimentos com até 200 hectares. Por outro lado, os estabelecimentos acima de 200 hectares, dominando a maior parte da área (53,95%), conta com apenas 11,57% das pessoas exercendo atividades nos estabelecimentos. Os Censos de 1995/6 também elucidam essa discrepância, pois os estabelecimentos pequenos possuíam a maior parte das pessoas ocupadas, sendo 84,02%, contra 15,98% nos estabelecimentos acima de 200 hectares. Diante do exposto, entendemos os pequenos estabelecimentos, em Mirandópolis, onde predomina a agricultura familiar, como sinônimo de trabalho; sendo contraponto dos estabelecimentos com áreas superiores a 200 hectares, pois, possuem uma grande extensão de área, mas pouco trabalho.

Tabela 11 - Mirandópolis (SP): pessoal ocupado no estabelecimentos

<i>Classes de área</i>	1995/6		2006	
	<i>Nº</i>	<i>%</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
<i>Pequeno (menos de 200 ha)</i>	2.365	84,02	2.140	88,43
<i>Médio (de 200 a 1000 ha)</i>	347	12,33	235	9,7
<i>Grande (1000 ha acima)</i>	103	3,65	45	1,87
<i>Total</i>	2.815	100	2.420	100

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1995/6 e 2006. Organizado pelo autor.

Pelos dados do IBGE (Tabela 12), observamos que dos 1.035 estabelecimentos em 2006, 768 estabelecimentos tinham sua produção de base familiar, possuindo apenas 34,07% da área total. Enquanto em 25,80% (267 estabelecimentos) predomina a agricultura capitalista, com 65,93% de área total dos estabelecimentos de Mirandópolis (SP).

Assim, 74,20% dos estabelecimentos, onde a produção é de base familiar, representa, em tese, o território camponês, com predomínio do trabalho familiar, opondo-se ao trabalho assalariado. Esse, por sua vez, é hegemônico nos 25,80% dos estabelecimentos, dominando a maior área, ou seja, 65,93% do campo mirandopolense.

Tabela 12 – Estabelecimentos com Agricultura familiar e não familiar - 2006

	Nº. Estabele.	%	Área (hectares)	%
<i>Agricultura familiar</i>	768	74,20	20.584	34,07
<i>Agricultura Não-familiar</i>	267	25,80	39.840	65,93
Total	1.035	100	60.423	100

Fonte: IBGE – Fonte de Dados SIDRA (Censo Agropecuário de 2006). Organizado pelo autor.

Esse problema agrário, de concentração de terras, não é exclusividade do município. Na verdade, essa realidade agrária é produto do processo de apropriação e ocupação das terras pelo não-índio, concentrando-se nas mãos de poucos, em toda a Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP).

Os Censos Agropecuários de 1970 a 2006 confirmam, no município de Mirandópolis (SP), uma estrutura fundiária desigual, agravando-se ao longo dos anos. Entendemos esse aumento na concentração fundiária no município como reflexo da construção da destilaria ALCOMIRA – S/A (Figura 8), fundada em 1979⁶³.

Figura 8 – Destilaria Unidade Mundial (Raízen Energia S/A) - Mirandópolis (SP)

Fonte: [//www.google.com.br/maps/@-14.239424,-53.186502,4z](http://www.google.com.br/maps/@-14.239424,-53.186502,4z). Acesso dia 10/02/2015.

⁶³ A destilaria ALCOMIRA - S/A (Sociedade Anônima), fundada em 1979, e pertencente à família do ex-prefeito Jorge de Faria Maluly.

A instalação da agroindústria canvieira, além de concentrar a terra ainda mais, gerou uma mudança no uso da terra, provocada pelo avanço do monocultivo da cana-de-açúcar, em ressonância com a modernização da agricultura brasileira, amplamente financiada pelo Estado. Esse quadro pode ser confirmado pela construção da própria destilaria ALCOMIRA –S/A, com 100% de financiamento pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sendo aprovado na 1ª Fase do Proálcool⁶⁴ (1975-1979), cujo objetivo era a ampliação das destilarias de álcool, pelo Brasil.

O município de Mirandópolis (SP) pertence a uma região⁶⁵ caracterizada historicamente por apresentar uma estrutura fundiária concentrada, tendo, como principal atividade produtiva nas últimas décadas, a pecuária e a cana-de-açúcar. Por isso, Mirandópolis (SP) não foge à regra da região de Araçatuba (SP). A Tabela 13 mostra a utilização das terras do município, por meio dos Censos Agropecuários de 1970 a 2006. Entre esse espaço temporal, notamos que as pastagens continuam predominando, sendo superiores a 70% da área total. Essa hegemonia confirma a pecuária como principal atividade, no município. Pela grande disponibilidade de terra, a pecuária é praticada predominantemente de forma extensiva, contribuindo para a improdutividade das terras. Nesse sentido, compreendemos, que o latifúndio improdutivo, ainda monopoliza a maior parte das terras no município.

Tabela 13 - Mirandópolis (SP): utilização das terras, segunda a área (hectares)

	<i>Lavouras</i>		<i>Pastagens</i>		<i>Matas e Florestas</i>		<i>Terras Incultas</i>		<i>Outros</i>		<i>Total (ha)</i>
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	
1970	12.509	17,42	54.991	76,59	2.013	2,80	745	1,04	1.541	2,15	71.799
1980	14.429	19,12	55.710	73,85	2.367	3,13	364	0,48	580	0,76	75.430
1995/6	12.930	17,53	55.815	75,69	2.605	3,54	2.392	3,24	--	--	73.744
2006	9.733	16,11	44.448	73,56	3.755	6,22	613	1,02	1.875	3,1	60.423

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1960 a 2006. Nota: (--) Dados inexistentes. Organizado pelo autor.

⁶⁴ A 1ª Fase do Proálcool aprovou, na Mesorregião de Araçatuba (SP), quatro projetos de construção de destilarias, a saber: Aralco (Araçatuba), Alcomira (Mirandópolis), Univalem (Valparaíso) e Campestre (Penápolis).

⁶⁵ Ver Capítulo 2.

Na Tabela 13, observamos a predominância das pastagens em relação às outras atividades, tendo as lavouras como a segunda atividade a ocupar a maior parte da área do município, sendo, em 1970, 17,42% da área total. Notamos que área das lavouras se alteraram pouco, comparando-se aos próximos Censos Agropecuários, dominando 17,42%, em 1970, e 16,11%, em 2006. Entretanto, se analisarmos a Tabela 14, veremos uma mudança no uso da terra, destacando-se que alguns cultivos foram sendo substituídos por outros.

No município de Mirandópolis (SP), na década de 1960 até 1985 (Tabela 14), a produção das lavouras baseava-se na policultura, destacando-se o cultivo de café, milho e algodão. Outros cultivos se destacavam, sendo eles, o arroz e o feijão. No entanto, houve uma diminuição na área plantada desses cultivos, ao longo dos anos. O algodão e o arroz, por exemplo, não constam nos dados do IBGE e IEA, em 2014.

Tabela 14 – Mirandópolis (SP): evolução da área (ha) das principais atividades – 1960 a 2013

	1960	1970	1980	1985	1995/6	2006	2014⁶⁶
Algodão	1.243	2.171	677	4.629	--	--	--
Arroz	1.012	371	585	730	53	15	--
Café	9.836	3.690	3.171	1.955	263	113	68
Cana-de-açúcar	--	2	--	5.727	4.801	5.825	27.614
Feijão	981	27	284	588	253	500	35
Milho	3.002	3.804	3.797	7.600	2.307	1.200	1.100
Pastagem	55.100	54.991	55.710	50.973	55.815	44.448	45.904

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1960 a 2006 e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Nota: (--) Dados inexistentes. Organizado pelo autor.

Nesse sentido, o café chama atenção, pois, em 1960, essa atividade ocupava 9.836 hectares, diminuindo para 68 hectares em 2014. Assim como o café, o feijão também perdeu espaço, ocupando, em 2014, apenas 35 hectares. Em contrapartida à diminuição da produção do café, algodão, arroz, milho e feijão, a produção da cana-de-açúcar teve um aumento significativo. Entre 1960 a 1980, era praticamente ausente a plantação de cana-de-açúcar, porém, a partir do Censo de 1985, essa atividade apresentou um elevado crescimento: eram cultivados com cana-de-açúcar 5.727 hectares, em 1985, passando para 27.614 hectares, em 2014. De acordo com o Instituto de Economia Agrícola (IEA), dos 27.614 hectares plantados de cana,

⁶⁶ Os dados do ano de 2014 foram obtidos pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Link: <http://www.iea.sp.gov.br/out/index.php>. Acesso dia 27/01/2015.

apenas 800 hectares eram de cana de forragem, os 26.814 hectares de cana plantada destinavam-se à indústria, ou seja, 97,1% voltavam-se para a produção de açúcar e etanol.

Observamos ainda, na Tabela 14, a presença marcante das áreas de pastagens, sendo em 1960, 55.100 ha, e em 2014, 45.904 hectares. Mesmo tendo uma certa diminuição na área da pastagem notamos que o latifúndio improdutivo é hegemônico em Mirandópolis, ocupando aproximadamente duas vezes mais a área de cana-de-açúcar. Portanto, os dados da Tabela 14 mostram mudanças significativas na área ocupada pelas principais lavouras, no município, com forte redução na produção de milho, feijão, arroz, algodão e, principalmente, o café. Por outro lado, notamos um aumento expressivo na produção de cana-de-açúcar e a permanência do latifúndio improdutivo, representado pelas pastagens. Entendemos essa mudança no uso da terra como resultado da construção da destilaria ALCOOMIRA. Dessa forma, o cultivo da cana-de-açúcar expandiu-se sobre áreas de lavoura, e também pelas áreas de pastagem (Tabela 14), já que houve uma pequena alteração, entre os anos de 1960, com 55.100 hectares, e 2014 com 45.904 hectares.

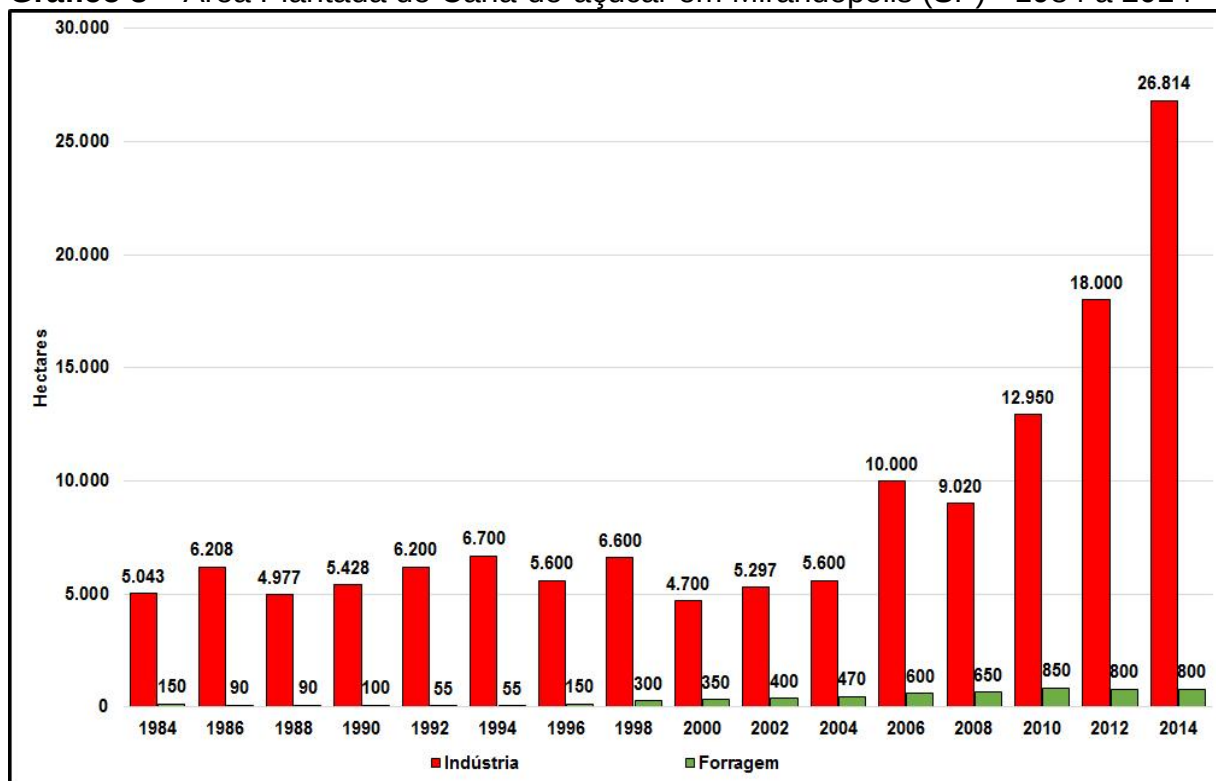
O monocultivo da cana-de-açúcar ganhou destaque a partir da década de 1980, estendendo-se pelos estabelecimentos rurais, alterando o uso da terra, principalmente nas áreas de lavouras. Em especial, essa expansão ocorreu por meio do arrendamento das terras para a usina ALCOMIRA-S/A. Em 2003, a ALCOMIRA-S/A⁶⁷ foi vendida para o empresário Walter Soares Heolz, e passou a se chamar, a partir de 2004, Usina Mundial.

A expansão da área de cana-de-açúcar plantada no município de Mirandópolis pode ser verificada no Gráfico 3. Desse modo, é possível observar que, no período de 1984 a 2004, a área plantada de cana, em Mirandópolis, pouco se alterou, tendo, em 2000, a menor área plantada, 4.700 hectares e, no ano de 1994, a maior área plantada, ou seja, 6.700 hectares. Nesses 20 anos, de 1984 a 2004, não houve crescimento acentuado, a área plantada com a cana foi, em média, de 5.669 hectares/ano. Por outro lado, quando analisamos os últimos 8 anos, percebemos um aumento expressivo da área plantada de cana, no município. Em

⁶⁷ A Usina Alcomira foi pivô de disputa judicial entre o ex-prefeito Jorge Maluly Netto e o empresário Márcio Pavan. Esta disputa judicial culminou na venda da destilaria pra Walter Soares Hoelz, acionista majoritário da Companhia Têxtil do Nordeste (CTN).
Ver link: <http://www.folhadaregiao.com.br/jornal/2003/03/22/econ08.php>

2006, há um salto para 10.000 hectares plantados, multiplicando-se, em 2014, para 26.814 hectares a área de cana destinada à indústria para a produção de açúcar e, principalmente, para a produção de etanol.

Gráfico 3 – Área Plantada de Cana-de-açúcar em Mirandópolis (SP) - 1984 a 2014



Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA). Organizado pelo autor.

Essa expansão da cana-de-açúcar, em Mirandópolis (SP), a partir de 2006, relaciona-se à compra⁶⁸ da Usina Mundial pelo grupo COSAN, no final de 2005; na época, o grupo era considerado um dos maiores produtores de açúcar e etanol, do Brasil e do mundo. Entendemos, também, que a expansão dessa cultura, pós 2006, está associada à estratégia nacional de ampliação da produção de etanol, subsidiada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS) e com grandes investimentos de capitais estrangeiros. Nesse período do “Proálcool do governo Lula”, a fabricação do “carro flex” foi fio condutor, e álibi para ampliar os investimentos no setor sucroalcooleiro. Por isso, com o aumento da produção de

⁶⁸ “O Grupo Cosan, maior conglomerado sucroalcooleiro do país, adquiriu, nesta terça-feira, mais uma usina no Oeste Paulista, a Mundial (antiga Alcomira), de Mirandópolis, a 73 quilômetros de Araçatuba. A companhia adquiriu a empresa por R\$ 105,5 milhões, valor que inclui as dívidas da destilaria. [...] Com a aquisição, o Grupo passa a ter 14 usinas, todas no Estado de São Paulo, sendo quatro na região Oeste, apontada como a nova fronteira da cana-de-açúcar em função da disponibilidade de terra para o avanço da cultura”. Disponível: <http://www.folhadaregioao.com.br/Materia.php?id=50503>. Acesso no dia 17/12/2014.

“*motor flex*”, aumentou também, a produção de etanol. A redução da emissão de carbono na atmosfera também foi importante estratégia para a ampliação desse setor.

Diante disso, o governo tinha como objetivo principal a exportação do etanol, colocando-o como *commodities* no mercado global. A retomada do Proálcool colocou o Brasil, ao lado dos EUA, como principal produtor e exportador de etanol no mundo. Essa ampliação ocorreu principalmente no estado de São Paulo, por isso, a Mesorregião de Araçatuba, assim como o município de Mirandópolis (SP) presenciou, nos últimos anos, a expansão de setor sucroalcooleiro.

Esse modelo de agricultura conhecido com agronegócio, gera impactos ambientais e sociais irreversíveis; oferece pouco emprego, pois é altamente mecanizado; expropria o trabalho rural do campo, pois necessita de grandes extensões de terras agricultáveis. Além do mais, esse modelo de agricultura é responsável pela lentidão da reforma agrária na Mesorregião de Araçatuba, assim como no Brasil. Atualmente, a Usina Mundial pertence ao grupo RAÍZEN⁶⁹, empresa que detém o monopólio do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo e no Brasil. Notamos (Gráfico 4) que, a partir de 2011, a expansão da cana se acentua ainda mais com a fusão entre as empresas SHELL e COSAN. Essa fusão de empresas nacionais e transnacionais é reflexo da internacionalização da economia brasileira.

O município de Mirandópolis (SP) não está dissociado do contexto brasileiro, por isso, o caminho para compreender as transformações que vêm ocorrendo na agricultura brasileira, assim como a expansão da cana-de-açúcar em Mirandópolis (SP), a partir de 2006, passa pelo entendimento da produção do território, ou seja, pela compreensão dos processos territoriais, muitos bem analisados por Oliveira (2004; 2012), sendo eles: *Territorialização do Capital Monopolista e a Monopolização do Território*⁷⁰ pelo capital monopolista.

Nesse sentido, compreendemos o processo de expansão do setor sucroalcooleiro, no município de Mirandópolis, como resultado da Territorialização do Capital Monopolista, já que esse processo “[...] atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária” (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

⁶⁹ Criada a partir da junção das empresas Shell e COSAN, no ano de 2011.

⁷⁰ O conceito de *Monopolização do Território* será analisado no capítulo 5.

Desse modo, a Territorialização do Capital Monopolista (2004, p.42) nos possibilita entender a expansão da cana-de-açúcar no município de Mirandópolis (SP), assim como em toda a Mesorregião de Araçatuba (SP). Para Oliveira (2004, p. 42), a Territorialização do Capital Monopolista:

[...] ocorre com as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, onde atualmente indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa ou uma só empresa. Para produzir, utilizam o trabalho assalariado dos boias-frias que moram/vivem nas cidades.

O exemplo das usinas mostra-nos o capital, a partir de seu desenvolvimento contraditório e desigual, territorializando-se, ou seja, apropriando-se e dominando o território, impondo a Territorialização do Capital Monopolista na agricultura brasileira (OLIVEIRA, 1994). Esse processo ocorre geralmente onde são desenvolvidas atividades agrícolas altamente rentáveis, como, por exemplo: a soja, em Mato Grosso e Goiás; a laranja, na região de Araraquara (SP); o eucalipto, no leste de Mato Grosso Sul, principalmente em Três Lagoas; assim como, a cana-de-açúcar, na Mesorregião de Araçatuba (SP) e Ribeirão Preto (SP). Por serem atividades lucrativas, compensa ao capitalista dispor de uma parcela do capital para comprar a terra. Os preços desses produtos e seus derivados são definidos pelas bolsas de valores, e as mercadorias transformadas, no mercado mundial, em *commodities*.

Ainda sobre esse processo territorial, Oliveira (2004) enfatizou suas consequências ao afirmar que a territorialização do capital

[...] varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (boias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. O capitalista/proprietário de terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e da renda da terra gerada por essa atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (OLIVEIRA, 2004, p.42).

Esse processo expulsa e expropria o camponês da terra, imprimindo sobre o território relações tipicamente capitalistas, o trabalho assalariado. Isso ocorre porque o capital precisa realizar-se em sua plenitude, ou seja, a Territorialização do Capital é o caminho para a reprodução ampliada no campo brasileiro; para isso, o capitalista

necessita controlar a lógica de reprodução do território. Nas atividades agrícolas lucrativas (a cana, por exemplo), o capital necessita dominar e se apropriar do território, para, assim, extrair, além do lucro, a renda da terra.

No enfrentamento dessa expropriação e expulsão, causado pelo processo de territorialização do capital, no campo, estão os movimentos sociais, os camponeses e trabalhadores do campo e da cidade, lutando por terra, reforma agrária e por melhores condições de vida. Como evidência deste descontentamento destacamos a fala de um acampado, ao contar os seus anseios e suas preocupações com a expansão da cana, no município de Mirandópolis:

Eu tô lavrador, mas só que tô esperando um pedacinho de terra pra trabalhar, pra gente mesmo. Por enquanto nós somos todos empregados. Trabalhando para dar futuro para os outros [está se referindo ao patrão]. Nós mesmos estamos ficando prá trás. Mas vamos lutar aí, pegar uma terrinha e ver o que vai virar, né? Trabalhar, segurar na mão de Deus e ver o que vai dar. A coisa não tá fácil não. Daqui uns tempo, do jeito que vai indo as coisas, quem não tiver um pedacinho de chão vai passar fome. Por que hoje, o sucroalcooleiro tá tomando conta, por isso mesmo, nós tá esperando na estrada para pegar um pedacinho de chão, para não virar só canavial. E se vira canavial nós vai passar fome [...] vai comer o quê? Chupar cana, né? (Entrevista com acampado⁷¹, jan. 2014).

Nesse processo de luta pela terra e por reforma agrária, os camponeses constroem seu lugar político, sua autonomia e liberdade, reproduzindo seu modo de vida. No enfrentamento a esse modelo agrícola, que privilegia a propriedade capitalista da terra, o campesinato constrói a fração camponesa do seu território. A territorialização camponesa tem como condição fundamental a ocupação de terras e a formação de assentamentos resulta na desterritorialização do capital. Compreendemos a territorialização camponesa, de acordo com Fabrini (2002):

A ocupação de terra e a realização dos assentamentos são a territorialização dos sem-terra e a desterritorialização dos latifundiários, pois a partir da conquista da terra imprime-se no território do latifúndio novas relações com capacidade de ampliação territorial. Constrói-se o território do camponês (p. 64)

A luta camponesa, para entrar na terra, leva o camponês a lutar por sua territorialização. Com isso, ele consegue deter uma fração do território capitalista, reproduzindo, assim, seu modo de vida. Nessa perspectiva, a territorialização

⁷¹ Acampamento Egídio Brunetto.

camponesa, no município de Mirandópolis (SP), resultante da luta pela/na terra, concretiza-se com a formação dos acampamentos e assentamentos. Por conta dessa luta pela/na terra, o município tem quatro assentamentos (Tabela 15): Esmeralda, Florestan Fernandes I, Primavera II, Florestan Fernandes II; e quatro acampamentos (Tabela 16): Egídio Brunetto, Ernesto Che Guevara, Nelson Mandela e Oziel Alves.

Tabela 15 – Assentamentos rurais em Mirandópolis (SP)

Projeto de Assentamento	Fazenda desapropriada	Ano de criação	Famílias	Área/lote
Esmeralda	Esmerada	1987	85	12 hectares
Primavera II	Primavera	2006	105	12 hectares
Florestan Fernandes I	São Lucas	2007	68	12 hectares
Florestan Fernandes II	Retiro	2013	210	12 hectares

Fonte: INCRA, 2014.

O Assentamento Esmeralda foi o primeiro do município de Mirandópolis-SP, criado em 1987, e tendo assentadas, segundo o INCRA, 85 famílias. A criação desse assentamento ocorreu seis anos depois do primeiro assentamento do Estado de São Paulo, o Assentamento Primavera I, localizado no município de Andradina (SP). É importante lembrar a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no processo de luta por reforma agrária, em Mirandópolis (SP), pois teve (ainda tem) papel fundamental na organização dos acampados e na luta pela desapropriação dos latifúndios improdutivos. Em Mirandópolis, estão assentadas 468 famílias pelo projeto de reforma agrária, conquista das lutas e manifestações organizadas e vividas em vários anos de lona preta, às margens das estradas.

O processo de Reforma Agrária, em Mirandópolis (SP), possibilitou acesso à terra a várias famílias. Por outro lado, podemos observar, na Tabela 16, atualmente, ainda quatro acampamentos, somando 190 famílias reivindicando o direito de acesso a terras consideradas improdutivas ou devolutas, pelo INCRA e ITESP.

Tabela 16 – Acampamentos no município de Mirandópolis (SP)

Acampamentos	Fazenda ocupada	Ano da ocupação	Famílias	Movimento Social
Egídio Brunetto	Faz. Oba	2006	64	MST
Ernesto Che Guevara	Faz. São José	2007	40	MST
Boa Esperança	Faz. São Rafael Santana	2004	50	MST
Mandela	Faz. Água Amarela	2005	36	SINTRAF

Fonte: MST/Andradina-SP, 2014 e INCRA, 2014.

A Figura 9 e a Figura 10 ilustram dois dos três acampamentos localizados no município de Mirandópolis (SP). As famílias do Acampamento Egídio Brunetto (Figura 9) estão acampadas há nove anos, sob a coordenação do MST. Cabe ressaltar que a Fazenda Oba está sendo reivindicada desde 2002. No início, tinha outra coordenação, mas o acampamento perdeu força e muitas famílias desistiram da luta. Foi quando, em 2006, o MST ocupou novamente a fazenda. O nome do acampamento é uma homenagem a Egídio Brunetto, assentado e militante do MST, morto em um acidente de carro, em Ponta Porã (MS). Segundo os acampados, o acampamento tinha o nome da fazenda, porém, com a morte de Egídio Brunetto, o nome do acampamento passou, de ‘Acampamento Oba’ para ‘Acampamento Egídio Brunetto’. O acampamento se localiza em frente à fazenda pleiteada, na estrada vicinal Kenji Matsuzawa, bairro rural da Primeira Aliança, Mirandópolis (SP).

O Acampamento Boa Esperança⁷² (Figura 10) está localizado na divisa entre os municípios de Mirandópolis e Lavínia, e completa 11 anos, em 2015. É importante destacar que a fazenda São Rafael Santana, reivindica pelos acampados, pertence à família Franco de Mello, a exemplo da antiga fazenda Primavera, hoje transformada em Assentamento Primavera II. As duas fazendas foram consideradas improdutivas pelo INCRA. Os acampamentos Egídio Brunetto (Figura 9) e São Rafael Santana (Figura 10) representam as 190 famílias, divididas em 4 acampamentos, na luta por terra, em Mirandópolis (SP).

⁷² O acampamento São Rafael Santana foi mencionado no item: 2.2.2 – A luta pela terra na Mesorregião de Araçatuba (SP).

Figura 9 – Acampamento Egídio Brunetto



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2013. Fotos do autor.

Figura 10 – Acampamento São Rafael Santana



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2013. Fotos do autor.

Os camponeses vivem em luta constante para entrar na terra sonhada, e continuam lutando para permanecer nela; lutam contra a expropriação e, principalmente, contra a monopolização do capital que, ao dominar a circulação extraí das mãos dos camponeses a renda da terra. Sobre a luta camponesa, Oliveira (2001, p.189) enfatizou que:

[...] teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtora de alimentos fundamentais a sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas.

É interessante pontuar que a luta não cessa com a territorialização camponesa, com a conquista camponesa de fração do território capitalista, pois “[...] a partir da terra conquistada se desdobram novas lutas num processo que se realiza no enfrentamento entre a territorialização das relações capitalistas e territorialização do campesinato [...]” (FABRINI, 2002, p. 74). Isto é, os camponeses enfrentarão novos obstáculos e novos desafios; novas lutas, travadas contra a expropriação, pois a territorialização do capital não está divorciada de sua monopolização (OLIVEIRA, 2004), sendo, essa dinâmica, também, um desafio para a classe camponesa, ou melhor, para sua territorialização. Devido a esses processos (territorialização do capital e monopolização do território pelo capital), os camponeses criam e reinventam antigas práticas de resistência para permanecer na terra.

Ressalta-se, então, que analisar o processo de territorialização camponesa no assentamento Primavera II é importante também para a compreensão dos (des)caminhos da Reforma Agrária e seus desdobramentos na sociedade mais ampla, enquanto contraponto à insustentabilidade da propriedade capitalista.

Diante disso, analisamos, nos próximos itens, por meio das fontes orais coletadas em trabalho de campo, o processo de territorialização camponesa do Assentamento Primavera II, entendido como resultado da luta para entrar e na terra permanecer. *A priori*, analisamos o processo de luta para entrar na terra, a trajetória dos trabalhadores rurais, e os vários anos sob a lona preta.

3.2 O Acampamento Nova Esperança: trajetória dos acampados

Em 2001 e 2002, foram realizadas, na Mesorregião Geográfica de Araçatuba (SP), várias vistorias⁷³ por parte do INCRA, em convênio com o ITESP, em 160 fazendas. Dessas 160 áreas vistoriadas, 50 foram consideradas improdutivas e declaradas⁷⁴ de interesse social para fins de reforma agrária. Dentre as fazendas declaradas improdutivas, estavam as fazendas Primavera, São Lucas e Retiro, situadas no município de Mirandópolis (SP), e transformadas em assentamentos, resultado das lutas dos camponeses.

As fazendas Primavera e São Lucas pertenciam à família do Coronel Joaquim Franco de Mello, antigo grileiro da região⁷⁵. Vejamos o relato de um assentado: *“A fazenda [Primavera] era tudo arrendada pra boi, produzia nada. O dono também mora fora, nem no Brasil, acho que não mora. Descobriram que eram improdutiva e montaram o acampamento”* (Antônio⁷⁶, fev. de 2014).

Além da improdutividade evidenciada na vistoria, outra característica marca a Fazenda Primavera: sua ilegalidade em relação à apropriação das terras. Esse ato ilegal, denominado de “grilo”, é confirmado em diversas entrevistas, tais como:

Quando nós entramos aqui, o pessoal contava, e a gente tem também uma família que trabalhou com os Franco de Mello. Eles falou que essas terras aqui, era tudo terra que tinha pequenos posseiros, e eles foram tomando. [...] Muitas pessoas falam que tinham os sítios e eles chegaram e mataram essas pessoas, e enterraram por aí. [...] A gente sabe que o fazendeiro não ia conseguir tanta terra assim. [...] as terras deles vai de lá do fundo de Lavínia, até na beira do Rio Tietê. (Raimundo⁷⁷, 20 jan. de 2014).

Por conta das irregularidades, o MST organizou, na região de Araçatuba (SP), várias ocupações nas fazendas consideradas improdutivas, a fim de pressionar o Estado a realizar a desapropriação das fazendas que não cumprem sua função social. Nesse contexto, no dia 14 de abril, o *Abril Vermelho*⁷⁸, de 2003, ocorreu a

⁷³ É importante lembrar que as vistorias só foram realizadas por causa da pressão do MST contra o Estado.

⁷⁴ Esta determinação judicial poder ser observada no Anexo B (Decreto de 21 de Novembro de 2002), com algumas das fazendas consideradas improdutivas.

⁷⁵ No capítulo 2 foi discorremos sobre o Coronel Joaquim Franco de Mello.

⁷⁶ Assentado.

⁷⁷ Assentado.

⁷⁸ O *Abril Vermelho* iniciou-se com a mobilização do movimento “Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária”, em 1997, assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, durante operação da Polícia Militar, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. O dia 17 de abril, data do

ocupação da Fazenda Primavera, dando origem ao Acampamento Nova Esperança (Figura 11).

Figura 11 – Acampamento Nova Esperança



Fonte: SILVA, S. R. 2004. - Assentado

massacre, teve repercussão internacional, tornou-se o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/9460>. Acesso no dia 28 de agosto de 2014).

No início da ocupação⁷⁹, organizada pelo MST, estavam 46 famílias. Em pouco tempo, o Acampamento Nova Esperança contava com 86 famílias. As primeiras famílias (46) acampadas vieram do município de Guaraçaí (SP); pouco tempo depois, chegaram várias famílias da Primeira, Segunda e, principalmente, da Terceira Aliança⁸⁰, bairros rurais do município de Mirandópolis (SP). Logo, o acampamento Nova Esperança recebeu famílias de outros bairros do município, assim como de outras cidades da região.

Entendemos o acampamento como espaço importante no processo de luta pela terra. Para Fernandes (1999, p. 282), os acampamentos são resultado de ocupações, tornando-se espaços de luta e resistência, fundamentais para o processo de territorialização camponesa; são, ainda, espaços e tempos de transição que transformam a realidade dos sujeitos envolvidos na luta. Nas palavras do autor, os:

[...] acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. (FERNANDES, 1999, p.282).

A entrevista, a seguir, evidencia a intenção das famílias ao acampar e ocupar a fazenda Primavera, melhor dizendo, com o objetivo de pressionar e reivindicar a desapropriação do latifúndio improdutivo:

Antigamente o povo aqui, principalmente aqui em Mirandópolis, achavam que os Sem-terra chegava e tomava terra do fazendeiro. Sem Terra nunca tomou terra do fazendeiro, é a justiça. A justiça também num toma, porque o governo paga tudim. As vezes os Sem Terra entra numa fazenda, para enquadra a justiça. Já que a terra foi decretada pra reforma agrária, vamos acelerar o negócio ai. É por isso que acontece a *ocupação*. Não é *invasão*, é *ocupação*. Acontece que a justiça é muito lenta. Ai o povo tá ali na beira da estrada 1 ano, 2, 3, 4 anos. Igual teve acampamento ai de 17 anos. 17 anos na estrada. (Raimundo⁸¹, jan. de 2014). (Grifo nosso)

⁷⁹ “Ao usar o termo ocupação, o MST se refere ao direito constitucional de todo cidadão brasileiro de ter acesso à terra, conforme o Estatuto da Terra (lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), que, em seu artigo 2º, assegura “a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social” (Brasil, 1964)” (ROSA, 2012, p. 513)

⁸⁰ Vale destacar que o Assentamento Primavera II está situado no bairro rural Terceira Aliança, com distância de 10 km entre a sede do Assentamento e o distrito Terceira Aliança. Isso explica o grande número de famílias da Terceira Aliança no Assentamento Primavera II.

⁸¹ Assentado.

No Brasil, a ocupação de terras é um importante instrumento no processo de luta pela terra e pela reforma agrária. Por meio dessa ação, os movimentos sociais, em especial o MST, pressionam o Estado a desapropriar áreas consideradas improdutivas, como é o caso da Fazenda Primavera. Atualmente, outra ação eficaz tem sido denunciar as desigualdades sociais geradas pelas cercas do latifúndio. Dessa forma, os movimentos sociais fazem emergir as apropriações ilegais dos grandes latifúndios, questionando a gênese do cercamento das terras.

Compreendemos, de acordo com Fernandes (1999, p. 270), que a “[...] ocupação é um processo sócio espacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação”. Desse modo, a ocupação, como acesso à terra, tem levado parcela significativa do campesinato a territorializar-se. Para Fernandes (1999, p. 270), a:

[...] territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice e versa. Evidente que esses processos não são lineares, tampouco separados e contém a contradição porque na territorialização de um está contida a produção e a reprodução de outro. No interior do processo de territorialização do capital há a criação, destruição e recriação do trabalho familiar.

A ocupação, como forma de luta popular e de resistência, tem sido importante também no processo de (re)criação do campesinato brasileiro; ocorrendo, contraditoriamente, no cerne do desenvolvimento do capitalismo, no campo brasileiro. Neste sentido, fundamental se faz as explicações de Oliveira (2005, p. 80-81):

[...] o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo o canto e lugar destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele (o capital) cria, recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela, a acumulação possa aumentar. Assim, esse processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo gera ao mesmo tempo a expansão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades ou estabelecimentos.

A reprodução ampliada do capitalismo só é possível porque o sistema capitalista, em seu desenvolvimento, utiliza-se de relações tipicamente capitalistas (assalariamento) articuladas com relações não-capitalistas de produção (trabalho familiar-camponês), ou seja, seu desenvolvimento é contraditório, desigual e

combinado (OLIVEIRA, 2005). Dessa maneira, o desenvolvimento do capital tem criado possibilidades da reprodução e produção do campesinato.

Esse processo de (re)criação do campesinato pode ser confirmado a partir das falas dos assentados, pela narração de suas experiências e trajetórias de vida, antes do acampamento. Ao analisarmos esses relatos, entendemos o acesso à terra como objetivo primordial, mesmo que, para isso, tenham que viver em condições precárias.

Eu era trabalhador urbano, na cidade de Guaraçaí (SP), depois eu andei pro mundo, conquistei a profissão de soldador, trabalhei de metalúrgico muito tempo, e as coisas foi complicando, por causa da crise que o país atravessou. E depois da crise, que melhorou um pouco, a gente ficou pra trás, porque não tinha estudo. As metalúrgica foi se modernizando, aí eu não acompanhei. [...] Depois fui trabalhar de boia-fria, entrei no corte da cana, trabalhei de serviço rural bastante tempo. E saiu o acampamento aqui, aí eu falei: quer saber, eu não tenho rumo, vou arriscar lá, por que se eu fica na cidade, vou ter que roubar. Aí eu vim, e foi duro adaptar em um barraco de lona. (José⁸², jan. de 2014).

O relato anterior nos faz pensar no processo de exclusão e expropriação gerado pela expansão do capital. *“[...] trabalhei de metalúrgico muito tempo, e as coisas foi complicando [...] Depois fui trabalhar de boia-fria, entrei no corte da cana [...]. E saiu o acampamento aqui [...]”* O caso do Senhor José denuncia essa realidade de não ter opção na cidade, sujeitando-se a ir para baixo da lona preta, vivendo situações precárias. Sobre esse processo de expropriação e exploração que afeta os trabalhadores Sem-Terra, Fernandes (1999, p. 269) ressaltou que:

Em seu desenvolvimento desigual, o modo capitalista de produção gera inevitavelmente a expropriação e a exploração. Os expropriados utilizam-se da ocupação da terra como forma de reproduzirem o trabalho familiar. Assim, na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política - para se ressocializarem, lutando pela terra e contra o assalariamento - que é a ocupação da terra. Portanto, a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra.

⁸² Assentado.

A exploração e a expropriação têm levado os trabalhadores, do campo e da cidade, a ocupar terras improdutivas e griladas como meio de obter acesso. Em muitos casos, as famílias vão para o acampamento porque sonham com uma vida melhor, e veem na terra essa possibilidade. Esse é o caso do Sr. Joaquim que, sem trabalhar, por motivos de saúde, vê, no acampamento, a possibilidade do acesso à terra.

Eu trabalhava na Usina, 12 anos antes de vim pra cá. Eu machuquei a coluna e fiquei 2 dois anos e 3 meses encostados. Eu aposentei pela usina. Ficamos dois anos acampamento, meio sofrido de luta, foi lutado chegar aqui. Ou enfrenta pra você ficar, ou larga. Naquele barraquinho, se pega tempo de chuva, no tempo do calor você só no barraquinho de plástico. Só que eu não arrependi não, graças a Deus estou contente. (Joaquim⁸³, jan. de 2014).

Há casos semelhantes ao do Sr. Joaquim, situações em que, mesmo aposentado, o sujeito busca na terra uma mudança de vida. O relato a seguir nos revela o sonho de sair da cidade grande e viver novamente no interior e, ainda, o desejo de retornar ao modo de vida em que a terra, a família e trabalho são elementos essenciais. Essa possibilidade passa pela ocupação e pelo o acampamento. Pois: “[...] *Então seria uma forma de adquirir um pedaço de terra do governo com maior facilidade*”.

Eu trabalhei 11 anos e meio na Mercedes, e 16 anos de segurança na Estrela Azul, hoje ela é falida. A gente já veio de roça, eu sou de Cardoso-SP [...], e eu fui pra Campinas com a média de 10 anos, e eu sempre tive em mente que de Deus me ajudasse, que se conseguisse esse lado de trabalhar, de aposentar, eu gostaria de voltar pra trás. O meu sonho era voltar pra Cardoso-SP, mas como eu casei em 1985 com ela, e o pai dela aposentou e em 1990 veio pra cá, por que já tinha bastante parente deles, na cidade de Andradina. Ai eu resolvi vim pra cá também. Ela falo que queria ficar perto do pai e da mãe. E vamos entra em acampamento, que é uma forma, porque pra mim comprar eu não teria condição. Então seria uma forma de adquirir um pedaço de terra do governo com maior facilidade. Maior facilidade no dizer né, porque é muito custoso. (Luiz⁸⁴, jan. 2015).

“A gente já veio de roça [...].” Essa é uma fala comum entre os assentados entrevistados. Das 48 famílias entrevistadas, todas afirmaram ter relação com a terra, ou seja, em todos os casos, os pais são ou foram “da roça”.

⁸³ Assentado.

⁸⁴ Assentado.

Nós morava em Mirandópolis (SP). Nós era do sítio, desde de pequeno nós morava no sítio. Aí nós veio pra cidade, acaba negócio de sítio, modo da cana, foi acabando negócio de sítio, aí nós teve que vim morar na cidade. Eu fui criado no roça, nós trabalhava por mês, fazia tudo também. Tinha o patrão que plantava a roça e a gente ia trabalhando. A gente ficou acampado 5 anos em Lavínia, aí depois nós veio pra cá. (Conceição⁸⁵, fev. 2014).

Nessa fala, também fica nítido o processo de exploração e expropriação gerado pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, sendo representado, no caso de Mirandópolis, pela expansão da agroindústria canavieira.

Nessa perspectiva, é importante destacar a percepção de Dona Conceição em relação à sua ida para a cidade, em consequência da expansão da monocultura da cana. Outra questão importante, na trajetória dos trabalhadores Sem Terra, é que muitos passaram por mais de um acampamento, evidenciando os caminhos e descaminhos da luta pela terra, na qual muitas famílias ficam no meio da estrada, por inúmeros motivos:

Junho nós entro no acampamento, junho de 1996. E aí ficamos lutando, vai numa área não dava certo, e depois a coordenação tirava a gente e levava para outro. Nós ficamos na Santa Helena e Santa Luzia de Guaraçaí, ficamos mais de uma ano lá. Aí a terra não sai, fomos pra Itapura, ficamos um bom tempo em Itapura. Itapura também não deu certo. Naquela época era bem mais difícil, jagunço ficava de um lado e a gente de outro lado. Se passava eles matavam. Em Itapura, a coordenação tirou de novo. Vamos ter que ir pra Entre Rios. A fizemos a ocupação em Entre Rios. A polícia tirou, e nós ficamos na estrada. Ficamos lá um bom tempo, e aí o pessoal resolveu ir pra Inhumas. Muito longe, e a gente acabou desistindo, viemos embora pra casa; Nós desistimos, ficamos um ano e meio fora do movimento, em Guaraçaí. Aí falaram que ia sair a Dois Irmãos em Murutinga. O Raimundo doido por causa da terra, aí eu falei: foi muito sofrimento. Ele respondeu: vamos de novo, vamos tentar. (Silvani⁸⁶, fev. de 2014).

No relato, notamos a peregrinação das famílias em busca de um pedaço de chão para plantar. Nessa luta pela terra, passaram-se, aproximadamente, 10 anos à beira da estrada, embaixo da lona preta. Essa peregrinação por um pedaço de chão, que é também morada da vida, é uma peculiaridade do processo de luta pela terra, no Brasil, e do campesinato brasileiro, que, por sua vez, tem como característica a mobilidade espacial. As falas, a seguir ilustram muito bem essa mobilidade espacial do campesinato brasileiro.

⁸⁵ Assentada.

⁸⁶ Assentada.

Eu sou natural de Pernambuco. Meus pais sempre foi agricultor. Só que lá é pior que aqui. Com 10 anos eu vim pra São Paulo, em 1960. Fiquei em São Paulo um bom tempo, depois voltei de novo, aí conheci a Celma [esposa], casemo em 2002. Conheci Mirandópolis. Vim pra Terceira Aliança, comecei a trabalhar com o japonês. Trabalhei de pedreiro sete anos em Mirandópolis (SP). Aí vim trabalhar na roça do japonês, trabalhei de meeiro com ele. Tocava roça, pepino, abóbora, jiló, manga, e aí saiu o acampamento, daí 3 dias a gente veio em 8 famílias, 8 parente. Montamo o barraco e ficamos 3 anos de baixo da lona preta. (Severino⁸⁷, fev. 2014).

Ainda nessa perspectiva:

Antes eu era de Mato Grosso do Sul, aí vim em 95 pra Terceira Aliança. Comecei trabalhar de diarista para a japonesada, na colônia do japonês aqui. Primeiramente eu trabalhei no T. S., trabalhei um ano registrado, na goiaba, no abacate e jiló. Aí ele foi embora pro Japão, e eu fui pro S., na Terceira Aliança também. Trabalhei uns 6 anos na banana. Daí diz que essa terra aqui ia sair, fizeram uns barracos a beira da estrada. Eu cheguei em casa cansado, falei: muié eu vou fazer um barraco também, eu vou. Aí fiz o barraco, trabalhava um semana lá, uma semana no barraco, e fui fazendo assim. Aí saiu a reforma agrária pra nós. Dos barraco nós foi pra outros barracos [pré-assetamento], que tinha dado a emissão de posse da terra. Dali nós esperamos um ano, até ajeitar todas as papeladas do INCRA. Aí saiu a terra, fomos direto pro lote. (Wilson⁸⁸, Jan. de 2014).

As falas descrevem a trajetória migrante dos trabalhadores em busca da terra, objetivando a reprodução social com melhores condições. Entretanto, em muitas dessas trajetórias, os camponeses ficam longe da terra, ou seja, eles são forçados a migrar para a cidade, sujeitando-se, muitas vezes, ao trabalho assalariado. Sendo assim: “Ao longo de sua carreira migratória, o campesinato dissolve a dicotomia rural-urbano, unificando, em sua experiência de vida, as experiências da cidade e do campo” (WOORTMANN, 2009, p. 217). Ao se verem forçados a migrar para a cidade, o camponês, muitas vezes, nega a condição de camponês, sujeitando-se ao trabalho assalariado, entretanto, essa é uma estratégia de reprodução. Esse processo de assalariamento: “[...] se converte em estratégias de resistências, *um negar-se para continuar sendo aquilo que nunca deixaram de ser*”, camponeses. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p.21). Na primeira possibilidade de retorno à terra, o camponês se coloca em movimento de retorno.

⁸⁷ Assentado

⁸⁸ Assentado

Compreendemos a migração como estratégia de resistência, importante na reprodução do campesinato brasileiro. Segundo Schreiner (1999, p. 94), a migração é uma estratégia social, cujo objetivo se concentra na reprodução das unidades familiares e de seus modos de vida. Para Woortmann (2009, p. 217):

A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa.

Nesse sentido, concordamos com Woortmann (2009) e Schreiner (1999), quando esses autores analisam a migração como estratégia social, já que migrar pode ser condição de permanência camponesa. Para Silva e Menezes (2006), a migração é um processo social, sendo os migrantes sujeitos contraditórios desse processo de permanência da condição de camponês. A contradição é uma forma de resistência para se manter camponês. Os camponeses:

São sujeitos sociais que, apesar das forças desagregadoras, desenraizadoras do latifúndio e do agronegócio, constroem em seu cotidiano e em suas trajetórias de vida múltiplas estratégias de resistência de modo a garantir a sobrevivência e dignidade de suas famílias (SILVA & MENEZES, 2006, p.9-10).

Portanto, ocupar e acampar é, para muitos, a possibilidade de retornar a suas origens, de mudar de vida. Esse desejo está explícito nos relatos de suas trajetórias e experiências de vida. Todos partilhavam da utopia do pedaço de terra para plantar, viver e morar e, principalmente, para deixar a condição de empregado, de ser explorado pelos patrões:

Deixar de trabalhar para os outros, deixar de ser meeiro, trabalhar para gente mesmo. Tinha vez da gente tocar um roça e não sobrar nenhum centavo. Os donos era eles né? Dava um revolta de não sobrar nenhum centavo. Os que mais trabalhavam eram o que menos ganhavam. (Flordenice⁸⁹, 20 de janeiro de 2014).

Segundo outro assentado:

Muitos vão naquela esperança de deixar o trabalho, o trabalho escravo para os outros, porque a maior parte desse pessoal aqui trabalhavam de empregado, tinha as casas, eles tinham as casas deles, mas não passavam daquilo. Hoje a maior parte tem sua casa, tem seu carro bom na garagem, porquê? Trabalhando. São pessoas que veio num sonho de querer um pedaço de terra para poder

⁸⁹ Assentada.

trabalhar. Muito desse povo aqui era quase um escravo do japonês. Enquanto na cidade a gente ganhava R\$10,00, os boias frias estavam ganhando R\$5,00. (Silvani⁹⁰, 20 de janeiro de 2014).

Inúmeras são as situações e condições que levam os trabalhadores, que lutam pela terra, a viver vários anos em condições precárias, debaixo da lona preta. Segundo Dona Silvani: *“São pessoas que veio num sonho de querer um pedaço de terra para poder trabalhar.”* No entanto, a vida no acampamento sinaliza uma situação de penúria, de sujeição às intempéries do nosso clima tropical (chuvas, calor extremo, frio, entre outras). Nas palavras do Seu José:

As condições são todas precárias, não tinha banheiro, é tudo precário, tudo difícil. Difícil para tomar banho, para comer, difícil para dormir. Tudo complicado. Não tem mordomia, cama boa pra dormir, não tem chuveiro para tomar banho, tem que improvisar. Não pode comer carne por que não tem geladeira, e nem podia comprar também, por causa da situação, da condição. Era difícil. (José⁹¹, 21 de janeiro de 2014).

Alguns desistem, ficam pelo caminho, perdem tudo, porém, outros continuam vivendo anos nessas condições, sonhando com dias melhores, com a terra. Para Fernandes (2012, p. 23), “Estar no acampamento é resultado de decisões difíceis tomadas com base nos desejos e interesses de quem quer transformar a realidade. Todavia, decidir pelo acampamento é optar pela luta e resistência”. As falas a seguir expressam muito bem o sofrimento que é o viver no acampamento.

O período de acampamento é sofrido. É o mais difícil, da vontade de desistir, ir embora, muitas lágrimas. Por que até você conseguir a terra, você perde muito, você para de viver. Ou você ganha a terra ou vai viver na cidade. Não dá pra fazer os dois. Então quando fala 6 anos, 10 anos de acampamento, é 10 anos de sofrimento. Por mim eu teria desistido, por que geralmente um é mais fraco, no meu caso era eu. Por que você vê assim uma luzinha no fim do túnel. É difícil, é complicado. Você tem quase tudo na cidade, de repente você se vê aqui, de baixo de uma lona, bebendo água quente. O povo passa, solta aquela poeira na sua cara. Quando vem pra beira da estrada ninguém dá trabalho, não tem valor nenhum. Você fica sem endereço, nem crédito, porque quando você fala: sou do Sem Terra ninguém te dá crédito. Por que não tem como comprovar renda. É difícil. (Eliane⁹², 21 de janeiro de 2014).

⁹⁰ Assentada.

⁹¹ Assentado.

⁹² Assentada.

Além das condições de extrema miséria, os acampados também sofrem com o preconceito da sociedade e com o descaso do poder público. Ao recordar do período do acampamento, todos os entrevistados mencionam o preconceito sofrido. “O pessoal passava e chamava a gente de vagabundo”. Por meio da fala a seguir, é possível entender o preconceito sofrido pelos acampados:

[...] a gente sofremo muito com isso, ficamo um mês sem água, tivemos que buscar água no córrego. O pessoal passava e chamava a gente de vagabundo. Passavam igual doido, não sei se era medo [...], com medo da gente segurar. As pessoas acham que os acampados são um bando de pessoas que quer pegar a terra. As pessoas estão ali, é diferente, tá ali na luta pela terra, e a gente não vem querer assaltar ninguém. Esse não é o objetivo da gente. O objetivo da gente é a terra para produzir. Mesmo porque, a maior parte das pessoas, já vieram de tradição ali na roça, tava trabalhando de empregado. (Silvani⁹³, jan. 2014).

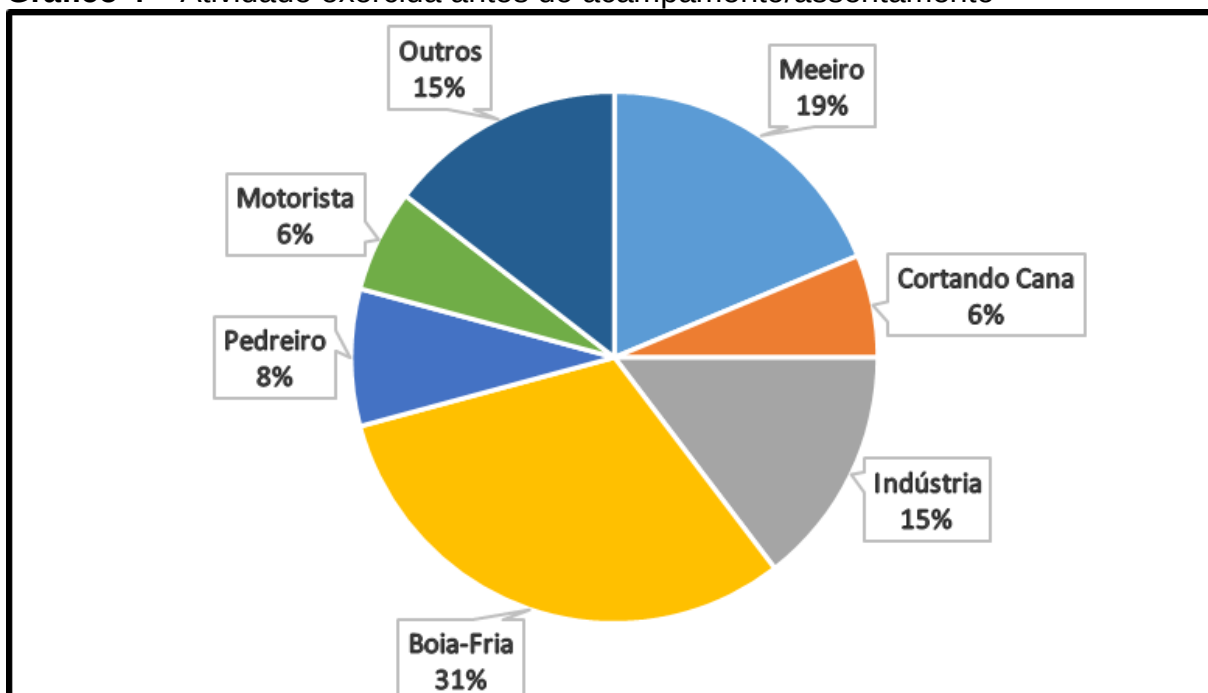
Em meio a tanto sofrimento, preconceito e descaso, os trabalhadores compartilham de uma utopia, sendo o acampamento, espaço de luta e resistência, o caminho para melhorar suas condições de vida. Eles compartilhavam o desejo da terra, lutavam com um propósito, expresso na fala de Dona Silvani: “O objetivo da gente é a terra para produzir”. Esse mesmo sonho aparece também na fala a seguir.

Pra adquirir um pedaço de terra, pra pode trabalha pra sobrevive, pra ter uma sobrevivência melhor. Graças a Deus hoje tamo aqui, trabalho aqui. Já estamos assentado a mais de 6 anos, graças a Deus não tenho o que queixar, é coisa que mais gosto. Eu principalmente estou satisfeito. (Cícero⁹⁴, fev. 2014).

Percebe-se, assim, que o Acampamento Nova Esperança foi constituído por famílias com distintas trajetórias e experiências de vida, sendo formado por trabalhadores do campo e da cidade que exerciam diferentes atividades, eram meeiros, boias-frias, arrendatários, trabalhadores da agroindústria canavieira, cortadores de cana, pedreiros, entre outros. No entanto, duas atividades (Gráfico 4) são predominante entre os trabalhadores que formaram o Acampamento Nova Esperança, são elas: meeiros e boias-frias (incluindo cortadores de cana) que, juntos, correspondem a 56% do total. A atividade “outros” (15%) corresponde a professor, balconista na cidade, técnico agrícola e motorista. Nesse sentido, o Gráfico 4 ilustra as principais atividades encontradas no trabalho de campo.

⁹³ Assentada.

⁹⁴ Assentado.

Gráfico 4 – Atividade exercida antes do acampamento/assentamento⁹⁵

Fonte: Trabalho de campo, 2014 e 2015. Organizado pelo autor.

Muitos assentados, ao longo de sua trajetória de vida, experimentaram várias atividades antes de “ganhar terra”. Esse processo é evidente na fala a seguir, mostrando-nos, sobretudo, que a luta pela terra tem levado à (re)criação do campesinato. O senhor Eiji era fazendeiro, foi professor, comerciante, trabalhou em ferro velho e, por meio da luta pela terra, transformou-se em camponês. Tal transformação pode ser analisada na sequência.

Aqui na Primeira Aliança, eu era pecuarista [risos], tinha fazenda, depois da fazenda, fui pra cidade, onde lecionei 10 anos, depois trabalhei no comércio de tapeçaria em Mirandópolis (SP). Depois fomos para Valparaíso (SP). Em Valparaíso nós trabalhamos no ramo de ferro velho. Depois nós viemos para o acampamento, pra ganhar terra. (Eiji⁹⁶, jan. de 2014).

Em relação aos meeiros e aos boias-frias, grande parcela desses trabalhadores residia nos bairros da Primeira e Terceira Aliança e trabalhava nas colônias japonesas. Esse foi o caso no Senhor Jorge, trabalhador nas terras do “japonês”.

⁹⁵ Cabe destacar que os dados do Gráfico 5 são com base no trabalho de campo realizado com 48 famílias/lotês do assentamento.

⁹⁶ Assentado.

Eu era da Terceira Aliança, trabalhava para o japonês, por dia. Eu trabalhava por dia, ganhava R\$12,00 por dia, pra 5 boca. Lá era mexendo com frutas pro japonês, catando manga, carambola, abiu, de baixo de chuva tem que ir, feriado e domingo. Nós dependia do japonês. Todo dia a marmitinha de baixo de chuva, ganhava R\$12,00, cinco boca. Aí eu vim junto com os meninos, não foi só eu, também vieram um bucado da Terceira Aliança. Entrei nisso aí, fiz um barraquinho na beira do barranco. Aí fomo lutando. Lutemos e hoje tá aí, Graças a Deus. (Jorge⁹⁷, 22 de janeiro de 2014).

É evidente que vários são os motivos que levam os trabalhadores à decisão de lutar pela terra; no entanto, transparece, nas falas, a insatisfação em “trabalhar pros outros”, em “trabalhar de escravo”, em ser empregado. Nesse sentido, o acampamento é o caminho para a mudança social, trabalhando em sua própria terra.

O Acampamento Nova Esperança foi montado à beira da estrada⁹⁸, em frente à fazenda Primavera, organizado pelos militantes do MST/Andradina. Os trabalhadores ficaram três anos acampados, de abril de 2003 a abril de 2006, ano da desapropriação da fazenda Primavera, pelo INCRA. A partir desse momento, os trabalhadores entraram na fazenda e permaneceram por mais de 1 ano acampados na sede, quando, em julho de 2007, o INCRA fez a divisão da fazenda em 105 lotes. Esse período foi denominado pelos assentados como pré-assentamento, quando os barracos, construídos no barranco, foram reconstruídos na sede.

Nos três anos de acampamento, os trabalhadores participaram de várias manifestações, ocupando fazendas, sede do INCRA, prédios públicos, entre outros, visando pressionar o INCRA a acelerar o processo de desapropriação. Vale destacar uma ocupação que mobilizou os acampados e militantes do MST/Andradina e que se tornou um marco. Com base nos relatos dos assentados sobre esse momento histórico, nomeamos a mobilização de “Ocupação Arranca Cana”. Nesse particular, a fala do Sr. Renê é elucidativa: *“Uma vez na Jornada de Abril, nós fizemos uma atividade de arrancar as mudas de cana, foi muito bonito isso aí”*. Para compreender

⁹⁷ Assentado.

⁹⁸ Com a criação da Medida Provisória – MP - nº 2.109-50, de 27 de março de 2001, os acampamentos deixaram de ser montados dentro da fazenda reivindicada, passando a ser montada na beira da estrada, geralmente em frente à fazenda pleiteada. Essa MP, criada sob a gestão do Fernando Henrique Cardoso, suspende por dois anos a desapropriação de áreas ocupadas pela primeira vez e por quatro anos as ocupadas por duas ou mais vezes. Essa MP tinha como objetivo conter a luta pela terra via ocupação/acampamento, desmobilizando assim os movimentos sociais, principalmente o MST.

esse fato histórico na luta pela fazenda Primavera, nada melhor do que a fala dos próprios sujeitos.

Uma vez na Jornada de Abril, nós fizemos uma atividade de arrancar as mudas de cana, foi muito bonito isso aí. De manhã ainda estava escuro, que nós fomos pra lá com todo mundo. Nós tínhamos avisado a imprensa para registrar o ato. E aí nós fomos em cima dessas áreas, porque os fazendeiros tentaram fazer maquiagem na fazenda. A fazenda era improdutiva, eles tentaram transformar a fazenda para dizer que era produtiva. Então nós arrancamos as mudas. Foi um ato muito legal, o pessoal gostou, animou todo o pessoal. Uma atividade que ficou na história. Fomos com a enxada na cana, jogamos pra fora, depois veio a reintegração, tivemos que recuar de novo, mais serviu como pressão. (Pe. Renê, mar. 2014).

A “Ocupação Arranca Cana”, realizada no dia 8 de abril de 2004, teve repercussão em todo o Brasil⁹⁹. Os próprios coordenadores convocaram a imprensa com o objetivo de chamar a atenção de todos sobre a questão da improdutividade dos latifúndios. Esse ato histórico foi registrado pelos próprios trabalhadores, como ilustra a Figura 12.

Também era objetivo da ocupação pressionar e acelerar o processo de desapropriação da fazenda Primavera, e outras fazendas consideradas improdutivas, na Mesorregião de Araçatuba. As terras já estavam analisadas, o Título da Dívida Agrária (TDA) já havia sido depositado. No entanto, o fazendeiro, para desmobilizar os acampados, arrendou a terra para a usina Mundial Açúcar e Álcool, de Mirandópolis, com o objetivo de “*fazer maquiagem na fazenda*”, ou seja, encobrir sua improdutividade. Para isso, foram plantados, aproximadamente, 150 hectares de cana-de-açúcar, mesmo a fazenda estando declarada improdutiva, com acampamento as suas margens. Diante dessa situação e pressionados, os acampados ocuparam a fazenda e arrancaram a cana plantada e, no lugar do canavial, semearam sete alqueires de feijão e milho. Logo após a ocupação, foi dada a reintegração, e os trabalhadores foram expulsos pela polícia, retornando ao acampamento. “*A polícia vinha, tirava, um dia o pessoal ficou revoltado, tinha muita cana plantada aqui. O pessoal todo entrou pra dentro da cana com a enxada, com o enxadão. Aí a federal veio para tirar a gente.*” [...] (José Ap. 23 janeiro de 2014).

⁹⁹ Notícias sobre a Ocupação Arranca Cana: **Sem Terra destrói canavial durante invasão em São Paulo**. link: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sem-terra-destroem-canavial-durante-invasao-em-sp,20040408p35375>.

Figura 12 – Ocupação Arranca Cana na fazenda Primavera



Fonte: SILVA, S. R. 2004. - Assentado

Indignados com a situação e principalmente com o descaso do poder público e judiciário, os trabalhadores organizaram outra ocupação, na fazenda, 9 dias depois, tendo, essa ação, novamente repercussão nacional¹⁰⁰, porém foi marginalizada pela mídia. Nesse sentido, o relato a seguir nos revela o sofrimento e a pressão causada pela usina. A pressão devido à farsa montada na tentativa de encobrir a improdutividade da fazenda, e o sofrimento, resultado do trabalho das máquinas da usina que procuram estar sempre próximo aos barracos, fazendo barulho e muita poeira no acampamento.

Nesse Abril Vermelho, dia 17 de abril [2004], nós entro aqui, por que a usina para fazer pressão em cima de nós, encheu isso aqui de cana. Eles pararam na Semana Santa e nós entramos arrancando a cana. Arrancamos tudo, fizemos a maior baderna aqui dentro. Aí deu a maior polêmica, foi notícia até no Japão. (Raimundo, 20 de janeiro de 2014). Na época da usina a gente sofreu, por que a gente tinha criança no acampamento. Eles só trabalhavam perto dos barracos à noite. As crianças iam para no hospital. (Raimundo, 20 de janeiro de 2014).

Para Fernandes (1999), esses atos de ocupações do latifúndio, organizados e realizados pelas famílias acampadas, demonstram a intenção dessas famílias em enfrentar condições precárias à beira da estrada, em barracos, mas “demonstram que também estão determinadas a mudar os rumos de suas vidas, para a conquista da terra, na construção do *território camponês*” (FERNANDES, 1990, p. 23).

É importante esclarecer que 22 famílias, 40 pessoas, permaneciam diariamente no acampamento e o restante ficava no final de semana porque a maioria trabalhava de boias-frias nas colônias japonesas, na Primeira e Terceira Aliança, e alguns trabalhavam também no corte da cana. A renda obtida nesse trabalho é destinada, também, a poupança, para não entrar sem nada na terra.

Diante de todo(a)s os relatos e experiências, entendemos que essas trajetórias são histórias de exploração, expropriação e exclusão, histórias de idas e vindas, ocorridas nos meandros do desenvolvimento do capital. As trajetórias desses trabalhadores são também de histórias de luta, resistência e conquista, histórias construídas coletiva e individualmente, guiadas pela utopia, pelo desejo da terra para produzir e morar, e reconstruir-se socialmente.

¹⁰⁰ Notícias sobre a Ocupação Arranca Cana: *MST invade pela 2ª vez fazenda no interior de SP*. Link: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/316633/mst-invade-pela-2-vez-fazenda-no-interior-de-sp?referencia=navegacao-lateral-detalle-noticia>.

A história desses homens e dessas mulheres foi também alicerçada pelo sonho da liberdade e da autonomia. Portanto, é nesse contexto que se inscreve a história dos trabalhadores Sem Terra. Lutando por terra, para transformar o território do latifúndio em território da vida, em território camponês.

Assim, no capítulo quatro, analisamos a luta dos camponeses para permanecer na terra, por meio de suas práticas de resistência.

Cap. 4 – LUTA E RESISTÊNCIA CAMPONESA

Após a conquista da terra, em 2006, resultado da luta pela desapropriação da fazenda Primavera, e a divisão em lotes, em 2007, os camponeses assentados começaram uma nova batalha, essa para permanecer na terra, resistindo ao sistema vigente e sua conseqüente homogeneização. No assentamento, a luta é para não ser expropriado; luta contra o modelo agrário/agrícola dito “moderno”, para escapar, parcialmente, da monopolização do território (OLIVEIRA, 2004; 2012). Isto é, da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1981). Logo, a luta busca a conquista da autonomia camponesa, eliminando os mecanismos de exploração e expropriação do capital (CARVALHO, 2014). Essa luta é permanente e as dificuldades se apresentam de diversas maneiras nas diferentes esferas do poder público: Federal, Estadual e Municipal.

Para Carvalho (2014, p.2):

Os camponeses se defrontam no seu viver pleno de contradições não apenas com os interesses de classe das empresas capitalistas do campo e da cidade como, também, com as concepções e práticas das políticas públicas dominantes exercidas pelas instituições dos governos e, amplo senso, pelo Estado, este como poder político da classe dominante.

Compreendemos o Estado como representante dos interesses da classe dominante, atuando sempre como agente fundamental na reprodução do capital. Esse papel do Estado, como agente do capital, reflete-se diretamente nas políticas públicas, mesmo naquelas consideradas sociais. Carvalho (2014) acentua que as políticas públicas sociais, “ditas compensatórias”, contribuem com a “subalternidade” do camponês ao capital. De acordo com o autor, as ações do Estado realizam “um processo seletivo que consolida e privilegia os mais aptos economicamente, sejam eles capitalistas sejam camponeses, sem contribuir para romper com a subalternidade dos camponeses em relação ao capital” (CARVALHO, 2014, p. 2).

Concordamos que as políticas sociais do Estado, voltadas aos assentamentos, não rompem com a subalternidade do camponês ao capital, entretanto, não podemos negar que, algumas delas, como o Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ou principalmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Abastecimento Escolar

(PNAE), têm contribuído diretamente com o processo de reprodução do campesinato.

Essa permanente luta pós acampamento, é facilmente compreendida nas falas dos assentados, elas expressam a luta cotidiana no assentamento, considerando-se que “se a luta parar, para tudo”. De acordo com uma entrevistada:

Quando a gente entra na terra campaneiro, aí que a luta continua. E realmente a luta não para, você entra aqui, tem as lutas dos créditos, vai a gente lutar por crédito. Aí o nosso assentamento que pegou todos os recursos, a gente não tem infraestrutura, não tem estrada (Silvani, jan. 2015).

É evidente que a luta e as dificuldades dos camponeses, no Assentamento Primavera II, foram se revelando em suas falas. Dessa forma, os camponeses entrevistados relataram suas dificuldades e seus anseios, tanto individuais e/ou coletivos; todos, porém, fundamentais para a compreensão do processo de construção do território camponês.

Observamos, no capítulo anterior, inúmeras situações que levaram os camponeses a lutar pela terra, sendo que, grande parte deles, acampa em situações precárias, chega ao acampamento sem nada, movidos apenas pelo desejo de conquistar a terra. Vimos, também, acampados trabalhando de meeiros em fazendas e sítios, guardando dinheiro para investir no lote, mesmo estando acampados. Essa prática pode ser observado na entrevista que segue:

Eu mesmo tinha um tratorzinho, a gente já tava trabalhando pra fora, já sabendo que tinha que ter um dinheirinho pra comprar o óleo, pra fazer o primeiro prédio [risos]. Morei um ano dentro dele, e aí a gente deixou o dinheirinho pra ir comprando o óleo, e plantando as primeiras rocinhas. As primeiras rocinhas que a gente plantou a gente acertou (Adésio¹⁰¹, fev. 2014).

Observa-se que o trabalhador já tinha o trator quando entrou no acampamento, e ainda trabalhava para fora, nos sítios vizinhos, guardando dinheiro para construir a casa, comprar óleo e, posteriormente, preparar a terra. Por outro lado, houve trabalhadores que chegaram ao acampamento sem nada, mais vulneráveis, necessitando rapidamente dos recursos do INCRA. Esse é o caso do Senhor José, sem nada, sem dinheiro, porém trazia consigo a “força do braço” e o sonho de preparar o pedacinho de terra e produzir.

¹⁰¹ Assentado.

Passou 3 anos e meio da na estrada, viemos pra cá, entremos no lote, eu cai no lote com 5 alqueire de braquiária, sem nenhum real no bolso, e aí foi luta. A gente não tem recurso nenhum, tudo que vai fazer é na força do braço. E paga pra um tomba um pedacinho de terra, e o resto é na força do braço. É o que eu to fazendo até hoje. Agora que deu uma clareada que eu comprei uma micro-trator tobata. (José, jan. 2014).

Entendemos que as diversas situações e condições dos trabalhadores acampados geraram certa diferenciação econômica entre eles, pois alguns já entraram no lote com seu trator, com o dinheiro para fazer benfeitorias, com algumas vacas e, outros, sem nada. Por isso, merece ser destacada a importância dos recursos do INCRA para os assentados, visto que a maior parte deles chega ao lote sem nenhuma condição, sem nenhum dinheiro. Entendemos, assim, a importância em discutir, mesmo que sucintamente, por meio dos próprios sujeitos, a respeito dos recursos do INCRA, como o Fomento e, principalmente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essas políticas públicas são fundamentais para o processo de territorialização camponesa e, conseqüentemente, da construção de seu território. É importante ressaltar, também, a luta dos assentados para acelerar o acesso a esses programas do INCRA.

Como já abordado, em abril de 2006, houve a desapropriação da fazenda Primavera, com a justiça dando a posse aos trabalhadores. Feito isso, os acampados entraram e montaram seus barracos na sede da fazenda, permanecendo por mais de um ano nesse pré-assentamento, quando, em julho de 2007, o INCRA dividiu a fazenda em 105 lotes. A partir de então, as famílias transferiram seus barracos para os respectivos lotes.

Os primeiros recursos saíram ainda no período de pré-assentamento, foram liberados dois Créditos¹⁰² de Instalação, o *Apoio Inicial* e o *Fomento* para cada família, no valor de R\$ 2.400,00 (cada modalidade). De acordo com os assentados, a modalidade *Apoio Inicial* destinava-se à compra de lasca de aroeira e arame para cercar os lotes; e a modalidade *Fomento* para gastos com comida. No entanto,

¹⁰² O Crédito de Instalação visa assegurar o mínimo de infraestrutura inicial nos assentamentos da reforma agrária. Segundo o INCRA, esse recurso visa “suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de unidades habitacionais e atender necessidades hídricas das famílias dos projetos de assentamento, o Crédito Instalação é concedido nas seguintes modalidades: Apoio Inicial, Apoio Mulher, Aquisição de Materiais de Construção, Fomento, Adicional Fomento, Semiárido, Recuperação/Materiais de Construção e Crédito Ambiental.”. Link: <http://www.incra.gov.br/credito-instalacao>. Acesso dia 10 de fev. 2015.

algumas famílias deixaram de comprar comida e investiram o Fomento na compra, por exemplo, de vaca leiteira, garantindo, assim, uma renda mínima. Compreendemos essa atitude, na fala da Senhora Conceição.

A primeira foi de R\$2.400,00, que é o tal do fomento. Nesse muita gente comprou comida, foi no mercado e fez uma compra enorme, e estocou em casa. Nós compramos gado, duas vacas. Ele [marido] falo assim: a comida a gente vai batalhar, agora esse dinheiro nós vai comprar a vaca, porque pode tirar um pouco de leite e vender. Ai veio o segundo, a mesma coisa, compramos mais gado. E assim a gente foi crescendo de vagarzinho. Depois teve o outro financiamento no banco de R\$20.000,00, pra comprar o gado, o banco liberou o PRONAF. Ai nós compramos nove vacas e um touro. (Conceição, fev. 2014).

Houve, também, casos em que a família resolveu usar o dinheiro do Fomento para furar um poço cacimba, conhecido também como poço caipira. É preciso destacar, neste caso, que, logo após a divisão da fazenda, o INCRA construiu um poço semi-artesiano em cada núcleo, ou seja, três poços para atender 105 famílias em suas atividades diárias. Dessa forma, muitos sofreram com a falta d'água e, por isso, resolveram utilizar o dinheiro do Fomento e do Apoio Inicial para a construção de poços cacimba. De acordo com um assentado: *“Na época eu furei o poço, esse poço cacimba ai saiu com o dinheiro desse fomento. Uns aplicou só na cerca, outros aplicaram na comida”* (Silvani, jan. 2015).

A utilização dos recursos em outras benfeitorias foi questionada pelos técnicos do INCRA, que não aceitavam essa mudança. Os assentados, por sua vez, questionaram e lutaram para que esses recursos fossem utilizados de acordo com as necessidades de cada família. Os técnicos do INCRA querem implantar projetos de cima para baixo, não levando em conta, muitas vezes, as peculiaridades do assentamento, ou de cada família. Muitos assentados questionam essa visão hierárquica por parte do INCRA.

Um dia falei pro cara do INCRA, tem que ver a necessidade do produtor. Mas não, eles chegam implantam a situação deles, sem viver a situação do produtor. Muitas vezes a reforma agrária da errado é por isso. Eles estão na cidade e não sabe o que o produtor precisa. Naquela época foi um briga com o pessoal do INCRA porque tinha pessoas que já tinham cerca. (Silvani, fev. 2015).

Com o PRONAF também ocorreu, entre os assentados e os técnicos do INCRA, uma discussão sobre o seu uso. No segundo ano (2008), após a divisão dos

lotes, os assentados tiveram acesso ao PRONAF¹⁰³, foram R\$20.000,00 para cada família utilizar com a compra de gado. Desse total, os assentados pagariam R\$ 12.600,00, parcelado anualmente, com carência de cinco anos. O dinheiro do PRONAF destinou-se à compra de vacas leiteiras. Percebemos, nas falas, a importância do PRONAF para a melhoria na vida dos assentados, particularmente para a aquisição de vacas leiteira, espécie de poupança dos camponeses pobres. Por meio desse recurso, os assentados começaram a aumentar sua renda e, logo, a investir mais lotes. Nesse particular, o relato da Senhora Flordenice (fev. 2014) é importante: *“Depois que governo liberou o PRONAF, tudo melhorou, graças a Deus. Melhorou mais ainda. Pelo menos o dinheirinho pra gastar no mês você tem, porque você vende o leite”*.

Nessa perspectiva, a fala a seguir também corrobora:

Foi importante, porque a renda daqui do assentamento é o leite, a turma vive do leite, se não for o leite vai fazer o que aqui dentro. Tem uns que planta roça, tem uns que já não gosta né. Hoje nós tá com 16 vaca leiteira. (Conceição, fev. 2014).

Alguns assentados, logo após adquirirem as vacas leiteiras, resolveram vender algumas para investir no sítio. Esse é o caso do Sr. Cícero, que investiu o dinheiro da venda das vacas na compra do trator. No entanto, é notória a intenção do assentado em comprar mais vacas e, assim, garantir renda por meio da atividade leiteira.

Na época, o INCRA forneceu os 20 mil pra comprar as vacas, aí comprei as vacas, mas também queria mexer com a lavoura, porque só leite não compensava. Aí eu tive que vender as vacas pra comprar o trator, aí vendi um pouco das vacas e comprei o tratorzinho pra poder me ajudar. Agora devagar a gente vai comprando outras. (Cícero, fev. 2104).

É inegável a importância das políticas públicas voltadas aos assentamentos, fundamentais para a permanência do campesinato da reforma agrária. Todavia, entendemos que esses recursos devem ser tecnicamente orientados, para evitar

¹⁰³ “O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.”

Link: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>. Acesso dia 11 de fev. 2015).

problemas. Destacamos isso porque os assentados foram vítimas de um golpe, chamado por eles de “conto do vigário”, em relação ao recurso do PRONAF.

Segundo um entrevistado:

[...] nós entremo no “conto do vigário”. Veio um vendedor de vaca, trouxe aquelas vacas cocheira, refugio lá de Minas. Chega aqui aquela vacona bonita, mas tudo cocheira, é linda mais é véia, sabe? Todo mundo entro nessa, tudo vaca véia. Depois jogou nessa braquiária aqui, a seca veio, morreu vaca adoidado. Vaca de concheira entra numa braquiária dessa, ninguém tinha cana plantada, não tinha Napier, não tinha nada. Menino, o céu fico preto de tanto urubu, mas morreu vaca. Tô com a dívida pra pagar do PRONAF. A gente foi mal informado, mal orientado (José, jan. 2014).

Grande parte dos assentados caiu nesse golpe, perdendo, em alguns casos, todas as vacas compradas com o recurso do PRONAF. A maior parte dos assentados trabalhava como boias-frias e meeiros, mas, segundo eles, nunca tinham trabalhado com pecuária leiteira, por isso, ficaram vulneráveis ao “conto do vigário”. Para os assentados, faltou orientação por parte do INCRA. Devido a esse golpe, muitos não tiveram condições de pagar a primeira parcela do PRONAF, em 2014.

Em 2009, o Assentamento Primavera II teve acesso ao Crédito de Instalação, sendo o recurso destinado para Aquisição de Materiais de Construção, disponibilizando R\$ 25 mil por família. Logo após esse recurso para a construção das casas, o assentamento foi beneficiado pela rede de energia elétrica.

Na verdade, as dificuldades apresentam-se de várias formas, tanto no período do acampamento, quanto no de assentamento. No entanto, os obstáculos políticos, principalmente os de escala local (do município), fazem parte das dificuldades mais evidenciadas nas falas dos assentados.

A luta não para, você entrou aqui dentro, você acha que a luta para? Não para, se a gente parar, para tudo. A luta da gente é complicada. O Padre Renê sempre fala: companheiro a luta não para. E na realidade não para mesmo, é constante. É politicamente, é de todo o jeito. É muito difícil, porque quando a gente tem apoio é mais fácil (Silvani, fev. 2014).

A política municipal de Mirandópolis (SP) não teve, entre as últimas gestões, prefeito algum que representasse os interesses do povo, dos menos favorecidos, sobretudo, dos trabalhadores rurais. Dessa forma, fica claro nas falas dos assentados que, para o município, seus problemas seriam de responsabilidade do

governo federal, do INCRA. Todas as conquistas dos assentamentos são fruto da luta e da reivindicação, por isso, os assentados explicitam que a luta não cessa, sendo constante, ou seja, o tempo todo. A fala, a seguir, ilustra a indignação dos assentados com o poder público local:

A cidade de Mirandópolis sempre achou assim. Sempre entra um prefeito, entra um e vai outro, eles acham que a gente não é problema da cidade, a gente é problema do governo federal. Não é só o governo que tem o nosso voto, eles também, como governo da cidade nós também votamos neles. [...] Eles tem obrigação com nós também, porque ninguém sai daqui do assentamento e vai gasta lá em Araçatuba e Andradina. Vai tudo pra Mirandópolis. A gente tá gerando imposto pra Mirandópolis, então eles tem obrigação com nós. (Raimundo, jan. 2014).

O descontentamento dos assentados em relação à política municipal é devido à ausência de assistência e políticas sociais voltadas aos assentados, como na área da saúde, por exemplo. O posto de saúde mais próximo do assentamento fica no bairro rural Terceira Aliança, a 10 km de distância, sendo 6 km de estrada de chão batido; onde o médico atende uma vez por semana. A Unidade Básica de Saúde é responsável por atender, além da população do bairro Terceira Aliança e dos sítios próximos, as 173 famílias dos assentamentos Primavera II e São Lucas. Em relação à saúde, um assentado afirma:

A saúde pra gente foi um fato bem complicado, porque a Terceira Aliança tem um médico uma vez por semana e não comporta todos assentados. A gente vai lá marcar uma consulta, leva trinta dias, e a doença tem que esperar. A gente tem muita dificuldade com médico. Nós tinha médico a cada 15 dias, ajudou muito a gente, aí eles corto, foi uma dificuldade tremenda. Tá voltando agora dia 24 tem a primeira consulta. (Aparecido, jan. 2014).

A prefeitura de Mirandópolis (SP) disponibilizou, em 2008, médicos para atenderem no Assentamento, mas logo foi cortado: *“Nós tinha médico a cada 15 dias, ajudou muito a gente, aí eles corto, foi uma dificuldade tremenda”* (Aparecido, jan. 2014). Essa atitude mostra muito bem o descaso da prefeitura em relação ao assentamento. Em 2014, seis anos depois, a prefeitura disponibilizou, novamente, médicos para atenderem no assentamento. Essa vitória resultou da luta dos assentados, por estarem sempre pressionando o governo municipal por melhores condições de vida no assentamento. Os médicos atendem os assentados em uma

casa da antiga sede, localizada no núcleo 1 do Assentamento Primavera II. Esse local, onde ocorrem as consultas médicas, pode ser observado na Figura 13.

Figura 13 – Local¹⁰⁴ de consulta médica no Assentamento Primavera II



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2015. Fotos do autor.

Mesmo com essa vitória, fica a incerteza de até quando terá médico atendendo no assentamento. Essa desconfiança com o poder público está presente nas falas dos assentados: *“Agora vai de novo, vamos ver até quando que vai”*¹⁰⁵. A incerteza e a desconfiança com o Estado, independentemente de sua esfera governamental, são peculiaridades dos camponeses da reforma agrária, podendo ser entendida até mesmo como uma resistência, pois eles sempre foram olhados de forma marginalizada:

Saúde agora que vai te. Quanto anos que tem? Seis anos, agora que vai ter. No começo teve, mas acho que durou o que? Dois meses parou. Agora vai de novo, vamos ver até quando que vai. (Flordenice, jan. 2014).

¹⁰⁴ Essa casa, além de ser o posto de saúde improvisado, é também local das reuniões.

¹⁰⁵ No trabalho de campo realizado no Assentamento Primavera II, em janeiro de 2015, constatamos que os médicos ainda estão atendendo no assentamento.

Além da questão da saúde, outros dois problemas foram levantados por, praticamente, todos os assentados entrevistados, são eles: a má condição da estrada e a ausência de trator. Esses foram os problemas mais denunciados, todos relacionados à ausência de políticas do governo municipal voltadas para os assentamentos.

O Assentamento Primavera II, localiza-se no bairro rural Terceira Aliança, e conta com duas estradas de acesso à sede do município. As duas alternativas de ligação, entre o assentamento e a sede, possuem trechos de terra, isto é, estrada de chão batido. Esses trechos de estrada de chão batido são vulneráveis às chuvas, sendo que, em períodos de muita chuva, os assentados ficam praticamente isolados no Assentamento, sem condições para levar a produção à cidade, e as crianças de frequentarem a escola. Vejamos o relato que segue:

O prefeito, um vereador, um secretário deveria dar uma força pra gente conseguiu um trator aqui. Pra você vê, médico está com promessa de vir agora, depois de 6 anos, agora que tá promessa de chegar um. Dentista nunca veio. A estrada aqui tá na promessa de vim. Criança daqui não estuda, esse ano pode ser que estuda porque não choveu ainda. A criança entra de férias e aí vem a chuva, tudo bem tá tudo de férias. Quando chega o tempo de entra na escola o ônibus vem, aí da aquela chuvada, o ônibus não vem por causa da chuva, acaba com a estrada. Depois que a chuva passa, até o prefeitura concertar a estrada vai mais de 15 dias. Arruma a estrada, vem a chuva de novo. (José Pereira, jan. 2014).

A má condição da estrada que liga o assentamento à cidade torna-se um grande problema para os assentados, principalmente para as crianças que precisam estudar, pela necessidade de acordar muito cedo para pegar o ônibus e ir à escola. Essa questão é um fator importante quando se analisa o mau rendimento escolar dos alunos que residem no assentamento. A distância, e o fato de a estrada não estar em boas condições, é um empecilho não só para as crianças que precisam ir à escola, mas para todos que, por diversas razões, precisam ir até à cidade e, especialmente, em casos de emergência médica.

A estrada “A” (Figura 14) possui 25 km de distância entre o assentamento e a sede do município, com o maior trecho de estrada de chão batido, sendo 16 km. Por ser o assentamento cercado pela monocultura da cana-de-açúcar, a estrada é também o caminho dos caminhões que transportam a cana para a usina de Mirandópolis (SP), além de caminhões de outras usinas que arrendam cana na

região, como a Unidade Gaza, em Andradina (SP), e a Unival, em Valparaíso (SP). Esse movimento de caminhões deixa a estrada em condições precárias, inviabilizando a rodagem de carros de passeio e caminhonetes.

A estrada “B” (Figura 14) tem o caminho mais longo de acesso, distância de 37,4 km, desse total, 6 km de chão batido para chegar ao Assentamento. Depois de tanto lutar por uma estrada com melhores condições, os camponeses assentados conseguiram, com o governo do estado de São Paulo e o municipal, a aprovação do Programa Melhor Caminho, luta essa que começou desde o tempo do acampamento, e pode ser identificada na fala da coordenadora do assentamento. A coordenadora e assentada comenta sobre o programa e algumas dificuldades enfrentadas pelos assentados do Primavera II e São Lucas.

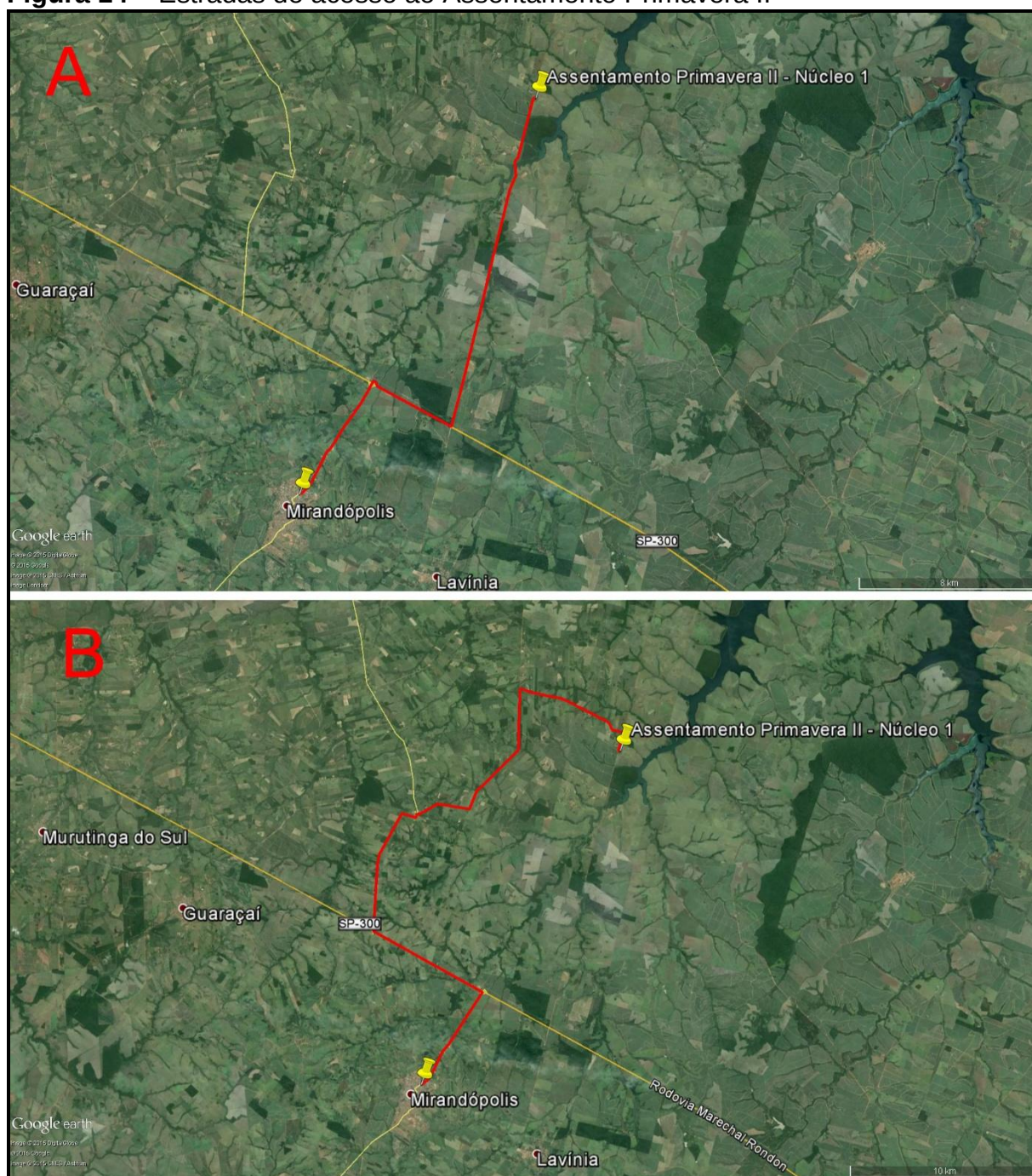
Até hoje não tem estrada, diz que vai sair o melhor caminho. É uma luta, a estrada nós lutamos desde 2003. [...] Eu tenho certeza e tá todos os assentamentos sofrendo igual a gente. Igual a São Lucas, choveu não é diferente da gente, as crianças ficam 30 dias sem aula, por causa da chuva, não tem estrada. (Silvani, fev. 2014).

O Programa Melhor Caminho, conquistado pela insistência dos camponeses assentados, recuperou a estrada (chão batido) conhecida como Dois Mourões, ligando a vicinal Kenji Matsuzawa ao Assentamento. A vicinal Kenji Matsuzawa é a via de acesso entre os bairros rurais Primeira Aliança e Terceira Aliança.

Esse programa¹⁰⁶ do Governo do estado de São Paulo, em parceria com os governos municipais, trabalha na recuperação de estradas rurais. Na figura 13, é possível observar as duas estradas de ligação entre o Assentamento Primavera II e a sede do município.

¹⁰⁶ O Programa Melhor Caminho foi instituído pelo Decreto nº. 41.721 de 17 de abril de 1997, destinado à elaboração de convênios entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e prefeituras municipais para a execução de obras de recuperação de estradas rurais de terra e não consta, nem pode constar no escopo do Programa Melhor Caminho, o revestimento asfáltico da estrada de terra.
Disponível em: <<http://www.codasp.sp.gov.br/site/index.php/servicos/melhor-caminho/programa-melhor-caminho>>. Acesso dia 15 de janeiro, 2015.

Figura 14 – Estradas de acesso ao Assentamento Primavera II



Fonte: Google Earth.

As obras de recuperação da estrada Dois Mourões começaram em setembro de 2014, e foram concluídas em janeiro de 2015. No dia 16 de janeiro, a estrada foi oficialmente concluída, beneficiando assentados e sitiantes. Segundo o site do município de Mirandópolis (SP), o investimento foi de R\$ 1.121.447,41¹⁰⁷,

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://www.mirandopolis.sp.gov.br/noticias/produtores-rurais-comemoram-obra-na-dois-mouroes/>>. Acesso dia 15 de fev. 2015.

recuperando 6 km de estrada. A estrada recuperada pode ser observada na Figura 15.

Figura 15 – Estrada Dois Mourões – Programa Melhor Caminho



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2015. Fotos do autor.

No entanto, a estrada recuperada, cujo objetivo¹⁰⁸ era melhorar o tráfego dos assentados e moradores da região, não resistiu à primeira chuva forte. Mesmo com

¹⁰⁸ Os objetivos do Programa Melhor Caminho são: Readequação das plataformas das estradas rurais de terra, com ou sem a elevação do “greide estradal”, para a implantação de sistema de

todo esse investimento, na primeira chuva forte, os assentados ficaram isolados novamente sem poder ir à escola, levar a produção, isto é, sem sair do assentamento. A fala, a seguir, revela a indignação do assentado ao tentar trafegar pela estrada:

E ainda bem que a chuva parou, quem diria que eu falaria isso a alguns meses atrás. Ontem quando entramos nos Dois Mourões começou o rali, eu me senti em um desfile de carnaval, de tanto que a gente sambo no barro, tá certo tinha alguns trechos bons, mas, minoria se comparado com o resto. O pior foi quando entramos no sítio do seu mikio, na hora da saída, não existia saída, e para variar atolamos, aí a gente pensa aonde essa cambada de vagabundo enfiou todo aquele dinheiro? Cadê o nosso tão sonhado melhor caminho? Pelo jeito ele ficou no papel, e nós vamos continuar no barro. (Rogério¹⁰⁹, fev. de 2015).

Nesse contexto, a territorialização do setor sucroalcooleiro, e a consequente expansão do plantio de cana-de-açúcar, tornou-se um grande problema, pois, além de deteriorar as estradas, afeta diretamente a produção de alguns assentados, principalmente aqueles cujo sítio fica no limite, entre o assentamento e os plantios de cana. O Assentamento Primavera II está cercado por plantações de cana pertencentes às usinas de Mirandópolis (SP) e de Valparaíso (SP). Sendo assim, os sítios dos assentados, situados no limite do assentamento, sofrem de várias formas, como, por exemplo, as pulverizações realizadas pelos aviões das usinas: *“Quando a cana tá nova, eles passam pra não nascer mato, e quando chove muito eles passa pra madura a cana rápido, pra dá ponto de corte”* (Joaquim, fev. 2014). Essa pulverização afeta diretamente a produção do assentado, levando, muitas vezes, à perda da lavoura:

Já houve pessoas que já perdeu lavoura de tomate. Quando o avião passa veneno, igual as cana perto ali. Ainda bem que nós só temos pasto aqui, se tivesse lavoura era perigoso perde tudo. O avião faz a volta aqui dentro. Eles não tão preocupados com a gente. Se a gente começar a plantar ali acontece igual no núcleo 3, nosso companheiro

drenagem superficial eficiente; Dotar os pontos de sangra da estrada (deságue) de estruturas que evitem a ocorrência de processos erosivos nas propriedades lindeiras, como terraços ou bacias de captação, favorecendo a infiltração das águas pluviais e a recarga do lençol freático; Melhorar as condições de suporte e rolamento das pistas das estradas rurais com a execução de revestimento primário.

Disponível em: <<http://www.codasp.sp.gov.br/site/index.php/servicos/melhor-caminho/programa-melhor-caminho>>. Acesso dia 15 de fevereiro, 2015.

¹⁰⁹ Assentado.

plantou a lavoura de tomate e perdeu com veneno da cana. Lá o sítio dele tá vizinho com a cana. (Sr. Raimundo, fev. 2014).

Alguns assentados plantaram pasto, no limite do sítio, para proteger suas lavouras, plantadas mais para o interior do sítio. Dessa forma, eles protegem suas produções dos venenos pulverizados pelos aviões. A figura 16 mostra a cana em volta de alguns sítios.

Figura 16 – Canavial envolta dos sítios



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2015. Fotos do autor.

Mesmo os assentados deixando a área de pastagem próxima da cana-de-açúcar, a produção é impactada com a pulverização, já que, muitas vezes, o vento leva o veneno para dentro do sítio, deixando-os sem alternativa. Observamos essa situação na fala do S. José: *“Semana passada o avião vinha pra pulveriza aqui, o vento tá vindo de lá pra cá. Passou veneno na cana, só que o vento de lá pra cá. A gente respira isso aí. O que a gente vai fazer?”* (jan. 2014). A fala evidencia, também, a preocupação com a saúde, pois além de contaminar a produção, o veneno pulverizado é aspirado pelos assentados.

Essa é a situação na qual se encontram os assentados. Por isso, a luta é fundamental para o processo de territorialização camponesa, ou seja, para a permanência dos camponeses assentados na terra. O descaso do poder público em relação aos assentados é escancarado. Esses trabalhadores estão à margem das políticas públicas, principalmente municipais. Dessa maneira, muitas falas revelaram a insegurança e a dúvida sobre qual governo é o responsável por eles: *“Nós somos problemas de quem?”*. Apesar da insegurança e dúvidas sobre a atuação do governo municipal, os assentados sabem a importância econômica deles para o comércio local:

Nós somos problemas de quem? Se nós compramos em Mirandópolis. Hoje eu falo assim: se pegar o dia da compra, são dois ônibus que sai daqui. Todo mundo com seus pagamento do leite, pagamento do PAA, vai lá pro mercado. É compra de 700, 800, 900 reais, fica tudo lá no mercado. Quanto que o PINA não arrecada nessa daí? Ele tá devolvendo imposto pra prefeitura. Nós não tamo ajudando? Mas mesmo assim eles não vê, sempre aparece: Vocês é problema do governo federal (Silvani, jan. 2014).

Nessa perspectiva, outro assentado enfatiza:

Eles tem obrigação com nós também, porque ninguém sai daqui do assentamento e vai gasta lá em Araçatuba e Andradina. Vai tudo pra Mirandópolis. A gente tá gerando imposto pra Mirandópolis, então eles tem obrigação com nós (Raimundo, fev. 2014).

Entendemos que, por trás da ausência de políticas públicas municipais voltadas aos assentados, há uma disputa partidária, visto que os últimos prefeitos eram oposição ao governo federal, no caso, ao Partido dos Trabalhadores (PT). Com exceção do Assentamento Esmeralda, criado em 1987, todos os outros foram criados no governo PT. No governo Lula, foram criados os Assentamento Primavera (fazenda Primavera), em 2006, e o Assentamento Florestan Fernandes I (fazenda

São Lucas), em 2007. Em 2013, foi criado o Assentamento Florestan Fernandes II (fazenda Retiro). Por isso, os prefeitos deixam os assentados às margens de suas políticas, sendo que, para eles, os assentamentos seriam responsabilidade do INCRA e do Governo Federal. Dessa forma, os assentados lutam e pressionam o governo municipal por políticas e assistência nos assentamentos. Por meio das falas dos assentados, apreendemos vários casos de negligência do governo municipal, sobretudo em relação ao Assentamento Primavera II.

Ganhamos um recurso no PROINF 2012, de 100 mil reais, que era pra comprar o caminhão. Eles [prefeitura] perderam. Aí veio falar pra mim que ia atrás de outro. Deixaram perder o recurso mas não passou. Conclusão, ficamos sem caminhão (Silvani, fev. 2014).

Esse é apenas um dos vários casos de negligência de recursos disponibilizados pelo Governo Federal que se perderam por conta dessas diferenças partidárias. Depois de muita luta, a coordenação do assentamento conseguiu um recurso de R\$100.000,00, do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (PROINF), cujo objetivo foi adquirir um caminhão para o assentamento. É interessante esclarecer que o PROINF é um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em conjunto com a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), e objetiva:

Viabilizar infraestrutura produtiva rural de produção, de beneficiamento, transporte, de armazenamento e/ou para a comercialização de produtos de empreendimentos coletivos da agricultura familiar em Territórios Rurais e Territórios da Cidadania. Parcerias com estados e municípios têm apoiado a aquisição de equipamentos e a construção de infraestrutura para a produção, beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos da agricultura familiar. Estes resultados posicionam o PROINF como importante instrumento indutor dos processos de inclusão produtiva, de geração de trabalho e renda e de autonomia econômica de famílias e empreendimentos da agricultura familiar nos Territórios Rurais. (MDA/SDT, 2014, p.02).

O acesso a esse recurso depende da parceria entre os estados, municípios e Governo Federal. Porém, o município não fez questão de acessar o programa, dando uma pequena contrapartida, que beneficiaria o Assentamento Primavera II com dinheiro para comprar um caminhão, veículo importante para os assentados transportarem sua produção, evitando os atravessadores. Outros programas do

Governo Federal, como Terra Sol¹¹⁰ e Terra Forte¹¹¹, necessitam de parcerias entre as três esferas do governo. Porém, mais uma vez, a prefeitura de Mirandópolis (SP) tratou com descaso as necessidades dos assentados, em benefício de interesses partidários. A fala, a seguir, enfatiza muito bem essa questão:

Todos os assentamentos [de Andradina] pegou um trator do projeto Terra Sol e Terra Forte. Um deles contempla associação com trator. Só que nós não podemos ir lá tirar, porque é a prefeitura que tem que ir. A prefeitura não vai pagar nada, faz um projeto, vai lá e tira um trator para a associação. Mas infelizmente a nossa prefeitura não tem nenhum vereador e prefeito interessado pra ir lá tirar pra nós. Aí fica nós aqui, sem condições de ir trabalhar. (Silvani, jan. 2015)

A negligência da prefeitura municipal tem gerado a indignação dos assentados, principalmente quando ocorre a perda de recursos para a compra de equipamentos, fundamentais no processo de produção e transporte. A ausência do trator, principalmente, já levou a várias desistências¹¹²; famílias assentadas que não tiveram outra saída a não ser “vender” o lote: *“Houve pessoas que foi embora daqui, era associado e falou assim: vou passar meu sítio e estou indo embora, porque eu não consegui preparar o solo pra plantar”* (Silvani, jan. 2014). A coordenadora refere-se a uma família desistente que aguardou, por um bom período, o trator da prefeitura que, mesmo agendado, não apareceu. Assim, sem condições de pagar para alguém preparar a terra, a família resolveu *“passar”* o lote, ou seja, vender. Há outros casos de assentados que agendaram o trator na Secretaria Municipal de Agricultura, porém, o tratorista não apareceu para preparar a terra, e quando o fez, não realizou o serviço completo.

O problema nosso é trator, que nós não tem. Hoje eu quero prepara uma terra, eu tenho um companheiro que prepara pra gente, mas, quando desocupa o dele, às vezes já passou da hora pra plantar. A gente planta sempre depois dos outros. A dificuldade é isso aí que a gente tem. É o trator. Aí quando vem o trator com o nome da associação nossa aqui, a prefeitura toma conta. Larga pra lá, não quer solta pra cá. E quando tem o projeto pra aceitar pelos projetos

¹¹⁰ “O Terra Sol é um programa de fomento à agroindustrialização e à comercialização por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão e implantação/recuperação/ampliação de agroindústrias. Atividades não agrícolas - como turismo rural, artesanato e agroecologia - também são apoiadas.” Disponível em: <http://www.incra.gov.br/programa_terra_sol>. Acesso dia 03 de fev. 2015.

¹¹¹ O Programa Terra Forte tem como objetivo geral a: “Implantação e/ou modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, criados ou reconhecidos pelo Incra, em todo o território nacional.” Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/terraforteprograma>>. Acesso dia 03 de fev. 2015.

¹¹² Segundo a coordenação do assentamento nesses 8 anos, 16 famílias desistiram do lote.

da associação, a prefeitura fala pra população que foram eles ganharam. (Wilson, fev. 2014).

Além da importância do trator para os assentados, a fala elucida a ajuda mútua no assentamento, já que, muitos assentados proprietários¹¹³ de tratores, auxiliam seus vizinhos a preparar a terra, não é possível, porém, ajudar a todos. Por isso, alguns recorrem ao trator da prefeitura, agendam e esperam a boa vontade da Secretaria Municipal de Agricultura. Para os assentados, *“O trator é uma mão da roda”*. E essa importância está explícita nas falas:

O trator é uma mão da roda. Geralmente, você precisa planta uma coisa hoje, o vizinho tem trator, mas ele tá apertado também, ou na hora você não tem o dinheiro pra pagar. E ele precisa abastecer o trator pra vim fazer o serviço. E o você tendo seu tratorzinho não, você vai lá comprar um pouquinho de óleo, não dá pra fazer um pedaço grande, cê faz um pedaço pequeno. E nisso nós tamo tocando. (Cícero, fev. 2014).

O dinheiro cobrado pelo dono do trator não visa à acumulação, ele é utilizado na compra do óleo para abastecer o trator e preparar a terra.

Por meio das falas dos assentados, apreendemos algumas das principais dificuldades encontradas no Assentamento Primavera II. Temos clareza de que essas dificuldades são facilmente encontradas em outros assentamentos do município, como os próprios assentados afirmaram: a luta não para e, se parar, para o assentamento.

Essas lutas resultaram, por exemplo, na conquista de um curso, coordenado pelo Programa Proleite (Figura 17). O objetivo do programa é “capacitar o produtor rural no sistema intensivo de produção de leite a pasto, com a finalidade de alcançar, em curto prazo, a melhoria na produtividade e, consequentemente, melhores ganhos”¹¹⁴. O curso só se realizou no Assentamento porque a coordenadora, há vários anos, o solicitou no Sindicato Rural de Mirandópolis (SIRUM).

¹¹³ Alguns acampados trabalhavam de meeiros no período do acampamento e, por isso, conseguiram entrar no lote com mais condições se comparado com aqueles que não trabalhavam. Os assentados que trabalhavam para os japoneses de meeiros, alguns compraram tratores, outros perderam tudo do processo de luta pela terra.

¹¹⁴Disponível em: <<http://www.faespsenar.com.br/senar/pagina/exibe/senar/formacao-profissional-rural/proleite/240>>. Acesso em: 12 de fev. 2015.

Figura 17 – Placa do Programa Proleite – Assentamento Primavera II



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2014. Fotos do autor.

Assim, é por meio da luta que os camponeses vão construindo seu território e, desse modo, ela não deve parar, pois, a ausência dela compromete a territorialização dos camponeses. Para Fabrini (2002, p.19), a luta para entrar e permanecer na terra faz dos camponeses sujeitos políticos, logo, esse processo de enfrentamento garante sua existência no sistema capitalista. Mesmo sendo fruto do desenvolvimento contraditório do capital no campo, o camponês só garante a sua existência por meio da luta. Dessa forma, a luta travada contra esse modelo expropriatório atua para garantir sua reprodução social. Sobre o processo de luta e resistência, Fabrini enfatizou:

A existência dos camponeses está garantida mais pela luta e resistência que eles desenvolvem contra a ordem expropriatória e concentradora do capitalismo do que pela possibilidade que o capitalismo na sua contradição cria ou abre para os camponeses. A contradição e desigualdade das relações capitalistas estão no enfrentamento e na recusa a proletarização e pagamento da renda da terra que surge em descompasso ao desenvolvimento das forças produtivas. Se o capitalismo fecha seu futuro, os camponeses abrem possibilidade de existência por meio de lutas e resistência (FABRINI, 2002, p. 44).

Compreendemos a luta travada pelos camponeses, no processo de construção do seu território, como prática de resistência, envolvendo sua reprodução social. Diante dessa luta permanente, travada no território, os camponeses assentados desenvolvem práticas de resistência para garantir a existência.

4.1 Resistência camponesa no assentamento

Vimos que a construção do território camponês está relacionada à sua luta, nos diferentes espaços e momentos. Entendemos a luta camponesa como processo contínuo, pois, com a conquista da terra, novos embates surgem, logo, como já afirmado, a luta no assentamento é para permanecer na terra. Diante desse enfrentamento, formas de resistências são praticadas no processo de territorialização camponesa.

Segundo Fabrini (2008)¹¹⁵, existe uma luta e uma resistência camponesa “para além dos movimentos sociais”, considerando-se que, com a terra conquistada e a consequente formação dos assentamentos, os camponeses utilizam outras práticas de luta e resistência diferentes daquelas do momento de luta pela terra, período em que o movimento social é fundamental.

A resistência, intrínseca ao modo de vida camponês, permitem a apreensão de algumas práticas de resistências, no Assentamento Primavera II: a produção para o autoconsumo, a policultura, as relações pré-existentes entre os assentados como a solidariedade entre vizinhos, a autonomia do trabalho (controle do tempo/espço, sempre relativo), as parcerias entre os assentados e, principalmente, a flexibilização da comercialização frente à monopolização do território.

A partir da análise de Fabrini (2008, p. 239), compreendemos que essas práticas se manifestam no território e “se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista”. Para o autor, elas são construídas a partir do local, apresentando desdobramentos políticos, culturais e econômicos. O autor destacou:

É possível verificar entre os camponeses diversas formas de resistência construídas a partir de ações locais e laços comunitários

¹¹⁵ Fabrini (2008) em seu artigo enfatiza a existência de outras formas de resistência camponesa na terra conquistada. No entanto, ele dá relevo aos movimentos sociais no processo de luta pela terra. Segundo o autor, os movimentos sociais são paradigmáticos nas lutas, são as mais eficiente resistência camponesa.

e solidários. Neste sentido, é necessário referir-se a ideia de território para visualizar as ações de resistência localmente construídas. Há que se atentar para estas práticas de resistência camponesa assentada no território, pois poderão ser reconhecidas e somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante expropriatória e desumana. (FABRINI, 2008, p.254/255).

Esse autor acrescenta que o “território se ergue como possibilidade de resistência a esquemas de dominação e subordinação engendradas na sociedade capitalista” (2008, p. 258). Partindo dessas concepções, analisamos as práticas de resistência construídas no processo de territorialização camponesa, sendo elas utilizadas no enfrentamento ao processo predatório do capital de territorialização e monopolização do território.

4.1.1 Sobre o modo de vida camponês

Antes de analisar as práticas de resistência dos camponeses assentados, é importante esclarecer a nossa opção pelo termo *sítio* em vez de *lote*. Decidimos por esse termo por acreditarmos que o *sítio*, enquanto espaço, é produto do modo de vida camponês. Assim, *sítio*, que é morada da vida, expressa o modo de vida camponês, sendo a materialização de sua territorialização.

Woortmann (1990), ao analisar a campesinidade, isto é, a ordem moral do campesinato, explicou o termo *sítio*. Segundo este autor, esse termo apresenta três significados: a) “o *sítio* é um território de parentescos”; b) “*sítio* é resultado do trabalho, [...] lugar do trabalho por excelência”, ou seja, *sítio* é a *terra de trabalho* se opondo à *terra de negócio*; e, por fim:

[...] A palavra *sítio* designa, igualmente, o espaço de trabalho do *pai* e da reciprocidade deferida *pai-filho* no contexto da hierarquia familiar. Neste sentido, o *sítio* é o lugar ideal da *terra de trabalho*. Finalmente, em seu terceiro significado, *sítio* designa o espaço da *mãe* no contexto da complementaridade *casa/roçado*. (WOORTMANN, 1990, p.31).

Portanto, a nossa concepção de *sítio* pauta-se nas análises de Woortmann (1990), assim, decidimos nos valer desse termo por causa dos próprios camponeses assentados, pois, no trabalho de campo, foi recorrente ouvir, nos relatos, o termo *sítio*, ao invés do termo *lote*. Esse é o caso da Sra. Flordenice (fev. 2014) que, ao falar do seu *sítio*, disse: “*Eu falo que o meu sítio hoje não tem dinheiro, não tem preço*”. Também é o caso do Senhor José (jan. 2014): “*Mas com tudo assim, eu*

*prefiro ficar no **sítio** aqui, é melhor do que rouba na cidade. Tem o rio aí. Aqui tem a liberdade, tem até paz de espírito aqui”.*

Enquanto, para o Estado, o *Lote* de cada assentado carrega um número de identificação, o *sítio*, na concepção camponesa, expressa liberdade, melhores condições de vida e lugar de moradia. Segundo Almeida (2007), essa diferença dos termos, *lote*, utilizado pelo Estado, e *sítio*, concebido pelo camponês, faz emergir as distintas concepções e significados em relação à terra. Desse modo, é possível apreender a concepção camponesa de *sítio/terra*. Para o Sr. José (fev. 2014): *“Sem a terra não tem vida não, não tem jeito de viver sem ela, eu não tenho. Depois da água é ela”.*

O termo *lote* é utilizado pelo INCRA, e carrega um número para identificar o lote do assentado, por isso, todos os sítios visitados possuem, na entrada, uma placa com o número de identificação, mas, em maior evidência, também está a denominação do sítio. Algumas dessas placas de identificação podem ser observadas na Figura 18.

Na maioria dos casos, o sítio tem um nome simbólico ligado à história da luta pela terra e às crenças camponesas. As fotos A e B, da Figura 18, representam a relação do nome do sítio com essas crenças. Por exemplo, os nomes “União Vital” e “Monte Moriá” têm ligação direta com a religião, como pode ser apreendido na fala do Senhor Aparecido (jan.2014): *“União Vital é um nome que eu achei num, a gente é evangélico, e a gente tinha um hinário. Naquele hinário tinha um hino chamado “União Vital”, que fala sobre a união”.* Assim como na fala do Senhor José (jan. 2014): *“Monte Moriá é um nome bíblico e significa Deus proverá”.*

É notória a presença da religião na escolha do nome dos sítios, por outro lado, há outras relações, como, por exemplo, na foto C, da Figura 18, que está relacionada com a história da luta pela terra, relatando uma história curiosa. O nome do sítio deveria ser “Nova Esperança”, nome do acampamento que originou o Assentamento Primavera II. No entanto, a empresa que produziu as placas colocou o nome errado. Sendo assim, o Sítio recebeu o nome de “Nova Aliança”.

Figura 18 – Nomes de alguns Sítios



Fonte: Trabalho de campo, 2014 e 2015. Fotos do autor.

Entendemos, assim, que o termo sítio está inerente ao modo de vida do campesinato. Diante disso, a nossa concepção de campesinato pauta-se nas contribuições de Teodor Shanin, economista que tem dedicado a estudar o campesinato russo, em especial. Para Shanin (2008), o campesinato é, sobretudo, um modo de vida, podendo ser considerado classe social quando os camponeses lutam por seus interesses. Antes de ser classe social específica, e isso depende das condições em que se encontra o campesinato, ele é um modo de vida. Nas palavras do autor:

[...] Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, saberemos se é uma classe ou não. Mas em todas as condições, quando luta ou não luta, o campesinato é um modo de vida, e isso é essencial para compreendermos a sua natureza. Acredito que esse aspecto é mais central que qualquer outra coisa em sua definição. (SHANIN, 2008, p.37).

Desse modo, entendemos que, além de um modo vida, o campesinato do Assentamento Primavera II é uma classe social, visto terem lutado (e ainda lutam) por seus interesses, fundamentais para a reprodução social de suas famílias. Contudo, o campesinato não se constitui em uma “Classe Pura”, devido à duplicidade que carrega, sendo, o camponês, ao mesmo tempo, trabalhador e proprietário de terra.

Vimos que a luta dos camponeses pelo acesso à terra e para nela permanecer tem levado à sua existência, isto é, à reprodução social da família camponesa. Desse modo, entendemos as várias práticas de resistência camponesa como desdobramentos do seu modo de vida, cuja lógica centra-se na tríade: terra, família e trabalho (ALMEIDA, 2006). Em outras palavras, defendemos a ideia do modo de vida camponês como principal fator de resistência, tendo como elementos fundamentais, à sua reprodução, o *trabalho familiar sobre a terra*. Esses elementos relacionam-se e são intrínsecos ao modo de vida camponês. Contudo, a ausência de um dos elementos compromete a reprodução da família camponesa.

De acordo com Shanin (2008), o trabalho familiar é o principal instrumento no processo de existência camponesa, o que torna a economia familiar importante no processo de reprodução do campesinato. Para o autor, a economia familiar é muito mais eficiente que as economias de mercado e a estatal. É, por isso, que os camponeses existem e resistem. No entanto, ambas as economias, a de mercado e a estatal, nutrem-se da economia familiar. Shanin (2008) ressaltou:

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não-camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa. (SHANIN, 2008, p.27).

Moura (1986) também considerou o campesinato como modo de vida. Para a autora: “O trabalho familiar caracteriza o vínculo social do camponês com a terra. Nuclear ou extensa, a família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social deste grupo de pessoas” (MOURA, 1986, p. 54).

O trabalho familiar, elemento fundamental do modo de vida camponês, foi evidenciado no trabalho empírico, mediante relatos dos próprios camponeses:

Aqui trabalha nós tudo, eu a muié e os moleques. Quando eu e a muié ta pra roça, eles estão fazendo coisa em casa, tratando de um porco, de uma galinha. Todo mundo trabalha, o menino busca a colheita, a menina limpa a casa, a muié já ta mais eu. Então quer dizer, todo mundo faz parte do trabalho. [...] Nós levanta muito cedo, nós dá conta. Eles ajuda a trabalhar, mas não o horário de escola, é depois do horário de escola deles. O horário de escola são horário de escola. Às vezes tem atividade pra fazer, hoje eu não posso porque tem atividade, aí eu tenho que respeitar as atividades deles. Porque eu não vou explorar, é quando dá. (Wilson, jan. 2014).

A fala enfatiza a importância dos membros da família no trabalho, no interior da unidade de produção camponesa. Refletindo sobre a fala, chama-nos a atenção a preocupação do patriarca da família com os estudos dos filhos, pois mesmo o trabalho sendo responsabilidade do grupo familiar, ele não pode atrapalhar o horário destinado às atividades da escola.

Outra questão importante, merecedora de destaque, é a divisão do trabalho no interior do sítio. Sabemos que cabe ao chefe de família a organização e o desempenho das atividades da lavoura e o trato com os animais de grande porte. Todavia, a mulher desempenha um papel fundamental na economia familiar. Segundo Moura (1986, p. 54):

Em certas áreas do Brasil rural, a mulher do sitiante não vai à roça trabalhar; em outras, o trabalho feminino inclui a participação no plantio e na colheita, atividade que acumula com as tarefas desempenhadas no corpo da casa e no quintal contíguo.

O trabalho infantil também está presente nas atividades domésticas, na manutenção do quintal, e também nas atividades agrícolas, principalmente nos momentos de colheita. A fala, a seguir, também evidencia a participação de todos os

membros do grupo familiar no trabalho, assim como a relação da produção com o número de membros envolvidos.

Trabalha eu, ele e as crianças, a hora que não tem escola. O que tem é suficiente, a gente já plantou um total para que nós dois viesse da conta. Porque se você vai envolver mão-de-obra acaba ficando mais caro. Então a gente já calculou o total pra que nós dois possa da conta (Silvani, fev. 2014).

A gente já planta aquele tanto que a gente da conta, aquela etapa (Flordenice, fev. 2014).

A relação da produção com o número de pessoas, na unidade de produção camponesa, revela a busca dos membros da família por um equilíbrio interno, evitando “*envolver mão-de-obra*”. Esse processo foi analisado e denominado por Chayanov de balanço entre trabalho-consumo (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Para Chayanov¹¹⁶ (1974), é impossível compreender a organização da unidade camponesa considerando apenas os aspectos econômicos. Segundo ele, é imprescindível levar em conta os aspectos subjetivos do campesinato. Outra questão importante, nessa análise, é o conceito de heterogeneidade do campesinato¹¹⁷. O autor “[...] admite a heterogeneidade do campesinato e elege o balanço trabalho-consumo como o ponto nodal na definição do seu objeto de estudo” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 33).

Segundo Chayanov (1974), dependendo do número de pessoas na unidade familiar camponesa, a produção ora se contrai, ora se amplia (PAULINO; ALMEIDA, 2010). Esse processo do equilíbrio trabalho-consumo é inerente ao modo de vida camponês, e está presente nos sítios do Assentamento Primavera II, onde os assentados cultivam uma quantidade suficiente ao trabalho dos membros da família, evitando a utilização da mão-de-obra de pessoas externas ao sítio. Por outro lado, quando a produção foge ao equilíbrio da família, o pai se sujeita a contratar mão-de-obra externa ao sítio, mas não externa ao Assentamento. Cabe ressaltar que essa prática foi pouco mencionada nas conversas com os assentados.

¹¹⁶ A questão do balanço trabalho-consumo, é analisada, por Paulino; Almeida (2010), a partir da obra: CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Bueno Aires: Nueva Visión, 1974.

¹¹⁷ “Chayanov (1974), no processo de discussão da natureza do campesinato russo, identifica e procura entender a diferenciação camponesa. Isso se deve, em parte às críticas recebidas, fruto da disseminação das ideias de Lênin sobre a diferenciação social do campesinato e de seu consequente desaparecimento”. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 33).

Paulino e Almeida (2010) afirmaram ser possível compreender o balanço (equilíbrio) trabalho-consumo analisado por Chayanov:

Esse princípio básico de equilíbrio é reflexo, no entanto, de uma harmonia entre terra, força de trabalho e capital (situação ótima). Quando existe um desequilíbrio desses elementos, por exemplo, terra insuficiente, esse fator passa a ter função limitante no volume da atividade agrícola. Cabe, então, à mão de obra da família buscar ganhos externos, até em atividades não agrícolas, para assim, atingir o grau de satisfação das necessidades. No caso da falta de capital, a família camponesa a compensa com um aumento da exploração da força de trabalho, não gerando a diminuição do volume de atividade, mas sim uma mudança nas condições de trabalho. A busca pelo equilíbrio se fará à custa do bem-estar. (PAULINO, ALMEIDA, 2010, p.34)

Dessa forma, entendemos a lógica camponesa partindo da família para a terra, sendo objetivo central o bem-estar da família. Para Woortmann (1990, p. 23): “Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família”.

Oliveira (1994), ao analisar o campesinato, agrupou os elementos da produção camponesa¹¹⁸ em dois grupos; o primeiro ligado à força de trabalho familiar, sendo: “[...] a presença da força de trabalho familiar característica básica e fundamental da produção camponesa” (OLIVEIRA, 1994, p. 56). O segundo relaciona-se aos meios de produção, principalmente à propriedade da terra.

Entendemos, assim, que, além do trabalho familiar, a propriedade/posse da terra é fundamental para a existência e reprodução da classe camponesa. É dessa importância que deriva a luta pela terra, no Brasil, tanto dos que foram expropriados, quanto daqueles que nunca tiveram acesso à terra. Nesse sentido, a compreensão da luta pela terra e para nela permanecer passa pelo entendimento de que a terra é fundamental para o campesinato reproduzir-se socialmente. A fala, a seguir, corrobora para o entendimento:

Tudo isso aqui pra mim, se torna importante, por isso, que eu dou valor, eu não quero destruir isso aqui. Se a minha família quiser, vai se tornar eterno, passar de filho pra neto, pra bisneto, pra que todos cuidem disso aqui. Vai chegar certos momentos, que quem tem terra tem, quem não tem não vai ter. Vai chegar um tempo em que as coisas vão se afunilando de certa maneira, que a terra passa ser ouro. A terra é ouro [...].

¹¹⁸ Oliveira (1994) analisa esses elementos por meio do livro **Colonos do Vinho** de Tavares dos Santos.

Até que Deus me mantenha sobre a terra, eu quero tirar proveito, mas com o meu suor. Eu não quero ficar tacando veneno em terra, não quero ficar fazendo adubo químico em cima de terra. Eu quero aprender a mexer com a terra, de modo que eu não venha prejudicar a terra. Eu não vejo vantagem nessas pessoas com bomba de veneno, de Roundup, pra baixo e pra cima, e depois acaba de passar veneno, tem que colocar adubo em cima. Porquê? Porque o veneno está matando a terra, e esquece que tá matando ele também, tá matando a natureza. São coisas que pra mim não é voltar a ser retroativo aos tempos dos nossos ancestrais. Não isso. É você ter um pouco mais de cuidado com a terra. Eu tenho que pensar que a minha filha gosta disso aqui. E se ela quiser tirar proveito da terra, eu vou deixar a terra boa pra ela. [...] Logicamente que tem certas culturas que não desenvolvem, não vai pra frente, você tem que fica passando um venenininho. Não fique tanto adubando, jogando veneno nesse mata-mata. Tenta carpi, planta um mato, ir aprendendo fazer uma coisa diferente, evitar de ficar tacando muito veneno em pé de planta. É isso que eu quero, poder depender da terra, mas não achar que tem que ser a única forma do meu sustento. Se possível procurar outras maneira de ganhar dinheiro, sem tá nesse negócio dê se matar embaixo do sol, matar a terra, e a você mesmo. (Sr. Luiz¹¹⁹, jan. 2015).

Analisando a fala, fica evidente a importância da terra para o camponês e sua família: *“Tudo isso aqui pra mim, se torna importante, por isso, que eu dou valor, eu não quero destruir isso aqui”*. Revela-se, aqui, a preocupação do patriarca em preservar a terra que será passada para sua filha: *“Se a minha família quiser, vai se tornar eterno, passar de filho pra neto, pra bisneto, pra que todos cuidem disso aqui.”*. Notamos, também, a preocupação do pai em deixar uma terra *“saudável”*, sem muitos danos causados pelo uso intensivo de agrotóxico. Importante registrar, por meio do trabalho de campo, o uso de venenos, pelos assentados; entretanto, temos que salientar a baixa frequência dessa prática, se comparada com o agronegócio. Inúmeras vezes, o uso de veneno é a saída para não perder a produção. É inegável, contudo, a preocupação dos assentados em relação a essa prática predatória.

Outra lógica fundamental no modo de vida camponês revela-se na relação do homem com a natureza. Essa preocupação, do assentado com a terra, possibilita-nos compreender a percepção do camponês como parte da natureza: *“Porque o veneno está matando a terra, e esquece que tá matando ele também, tá matando a natureza”*. Compreendemos essa relação harmoniosa do camponês com a natureza como fundamental em seu processo de reprodução.

¹¹⁹ Assentado.

À luz das contribuições de Woortmann (1990), e analisando a fala do Sr. Luiz, entendemos que o camponês não vê a terra como simples instrumento de trabalho, sim, como patrimônio de sua família, onde o seu trabalho significa o próprio sustento (Figura 19). Diante disso, notamos sua preocupação em preservar a terra, patrimônio da família. Nas palavras de Woortmann (1990), o camponês:

[...] não [...] vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não com natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. (WOORTMANN, 1990, p.12)

Figura 19 – Sítio: Terra, Trabalho e Família



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2014. Fotos do autor.

Diante dessa discussão, entendemos que a compreensão do modo de vida camponês passa pela tríade Terra, Trabalho e Família. Entendemos, também, que as práticas de resistência camponesa (produção para o autoconsumo, policultura, solidariedade entre os camponeses, autonomia camponesa, controle do tempo/espaço de trabalho, parcerias entre os assentados e a flexibilização frente a monopolização do capital) são desdobramentos de seu modo de vida.

4.1.2 Produção camponesa no Assentamento Primavera II

Analizamos, no item anterior, a importância da terra, assim como do trabalho familiar, na reprodução do campesinato, sendo esses elementos essenciais no modo de vida camponês. Sendo assim, para o camponês, a terra carrega em seu bojo um intenso significado, sendo morada, lugar do trabalho e, também, de onde o camponês tira o sustento para alimentar sua família. É interessante pontuar que a terra, para o camponês, está inundada de significados, como já destacamos, é o lugar da reprodução da vida, de onde ele tira todo seu sustento, seus alimentos, enfim, é onde eles se reproduzem socialmente. Para o camponês, a terra tem relação direta com a comida e, por isso, falar em terra é falar em comida, é remeter-se à vida.

Woortmann (1990) frisou a importância da comida na relação moral existente entre o campesinato. Logo, a comida para o camponês tem significado simbólico, inerente a terra, trabalho e família. Para o autor, “[...] Comida, trabalho e terra são, [...] categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homes e deles com a natureza” (WOOTMANN, 1990, p. 37).

É a terra, por meio do trabalho camponês, que fornece a comida para a família. Ela é elemento central na produção e no consumo, realizado a partir do trabalho familiar camponês. Para Paulino e Almeida (2010), a comida, produzida na terra de trabalho, é fator importante na sociabilidade do camponês. Essa sociabilidade é revelada na fala do Sr. Cícero que, ao comparar a vida no sítio com a vida na cidade, elucida:

Isso aqui pra nós representa tudo. Daqui você tira o sustento de tudo, você come se pode planta. Na cidade não, se você quer comer uma coisa, se não tiver dinheiro pra comprar, você não come. Aqui não, você come uma coisa, você tem a terra, você planta ela, colhe e come, e dá pros vizinhos. (Seu Cícero, fev. 2014).

A concepção da terra, para o camponês, é distinta da concepção de mercado; essa última considera a terra como mercadoria, cujo objetivo principal é o lucro: “Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio” (OLIVEIRA, 1995, p.68). Nesse sentido:

É também a terra como fonte de comida, enquanto produção e consumo, que tem marcado a separação entre camponeses e capitalistas, pois os primeiros precisam dela para reproduzir-se como camponeses, os segundos, para explorar o trabalho alheio, para especulação e acumulação (ALMEIDA, 2007, p.11).

Mesmo diante das dificuldades, os camponeses são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos que compõe a dieta básica consumida diariamente pelos brasileiros. Portanto, as pequenas propriedades produzem mais (alimentos) do que o grande proprietário (latifundiário), sendo responsáveis, como afirma Oliveira (2001, p.189), por 50% da produção de batata-inglesa, feijão, fumo, mandioca, tomate, agave, algodão em caroço arbóreo, banana, cacau, coco, guaraná, pimentão-do-reino, uva, e a maioria absoluta dos hortigranjeiros, e [...] mais de 50% do rebanho suíno, das aves dos ovos e do leite. Por outro lado, a grande propriedade se preocupa apenas em produzir monoculturas, por elas terem maior valor agregado (soja, trigo, cana-de-açúcar, entre outras), visando o lucro, se possível, acima da média.

A diversidade na produção camponesa é facilmente encontrada no *roçado* dos sítios do Assentamento Primavera II, podendo ser observada na fala dos camponeses assentados. Dona Conceição (fev. 2014) refere-se à roça, ao falar de sua produção: “*Sempre nós planta roça, sempre. A gente planta acerola, tem pé de limão, a gente tira o leite, e sempre tá surgindo, milho, pepino, vagem, quiabo, um pouquinho de cada coisa*”.

Notamos que a expressão *roça* aparece frequentemente nas falas dos camponeses e, por isso, entendemos que essa importância se relaciona com o fato de a comida ser derivada da roça, ou seja, do *roçado*, como denomina Heredia (1979), ao analisar a organização interna das unidades de produção dos camponeses da Zona da Mata Pernambucana. Para Heredia (1979, p. 122): “É o *roçado* que fornece comida da casa, adquirindo a expressão comida um significado especial”. Sendo assim, a “maior parte do roçado é dedicado ao cultivo dos produtos considerados fundamentais na dieta alimentar” (p. 123).

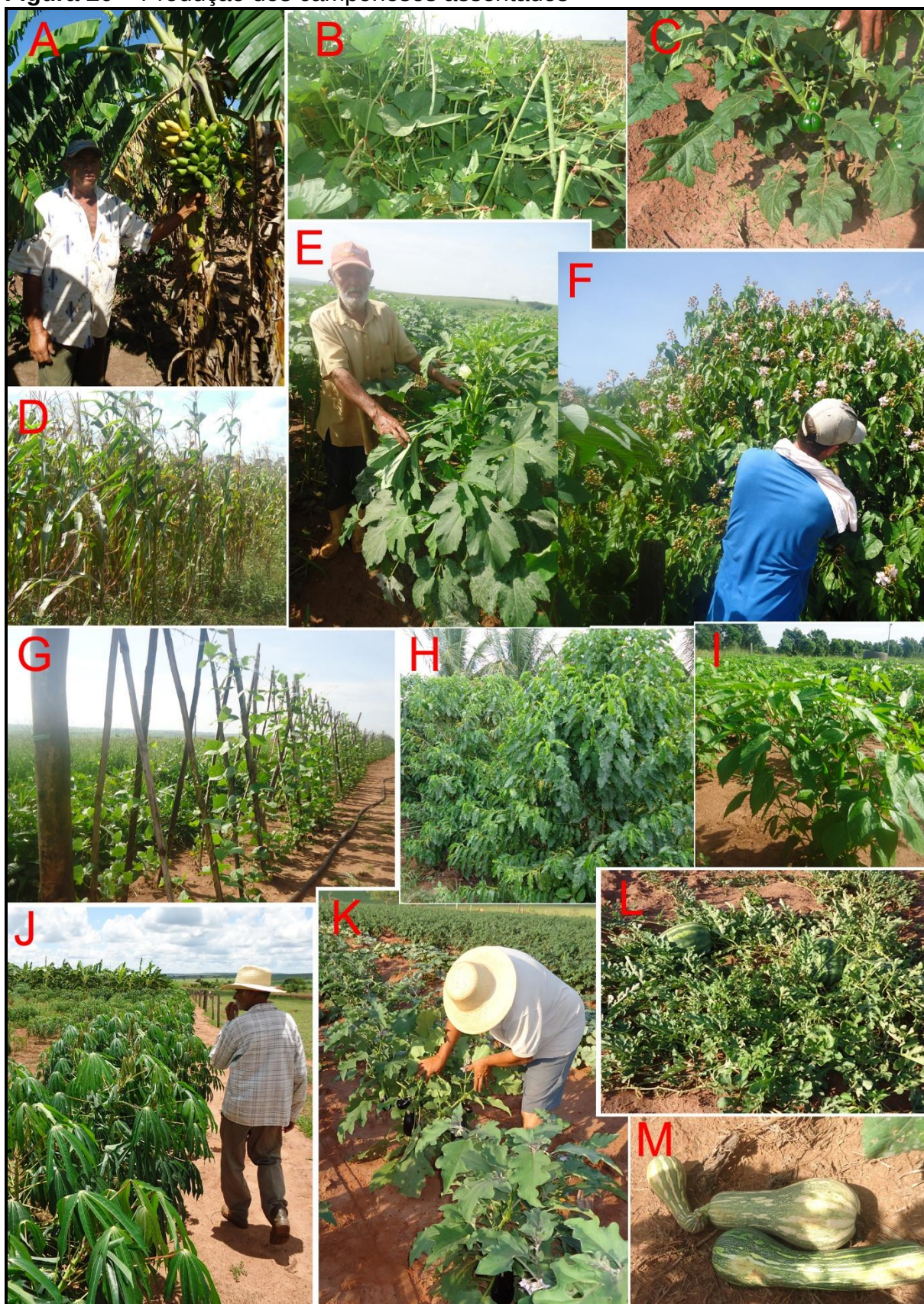
Segundo a autora, os cultivos que caracterizam o *roçado* são: milho, mandioca e feijão: “[...] A mandioca, o milho e o feijão são os cultivos que definem com a sua presença a existência do *roçado*” (HEREDIA, 1979, p. 50), porém, outros cultivos também são incorporados ao *roçado*.

Ao analisar a fala do Sr. Cícero, observamos a presença do feijão, caracterizado por Heredia (1979), como produto de suma importância no *roçado*. Notamos, também, a presença de outros cultivos: “*Hoje eu produzo de tudo um pouco, um pouco, banana, feijão gurutuba, limão, jiló, abobrinha, quiabo, Então essa é a força*” (fev. 2014).

Quando o assentado afirma: “*Então essa é a força*”, entendemos, ao refletir sobre a fala, que a diversidade na produção camponesa “*é a força*” no sítio, constituindo-se como uma prática de resistência, já que essa diversidade diminui a dependência do camponês para com o mercado.

A figura 20 apresenta a diversidade da produção de alguns sítios do Assentamento Primavera II. Observamos a produção de banana-maçã (A), feijão (B), jiló (C), milho (D), quiabo (E), urucum (F), vagem (G), café (H), pimenta (I), mandioca (J), berinjela (K), melancia (L) e abóbora (M). Além dos produtos presentes na Figura 20, percebemos outros cultivos, como: pepino, cana para alimentar animais, maxixe, limão, laranja, abacaxi, batata doce, cebola, pimentão, pimenta (vários tipos), outras variedades de bananas, tomate, entre outros.

Figura 20 – Produção dos camponeses assentados



Fonte: Trabalho de campo realizado em: 2014 e 2015. Fotos do autor.

Parte da produção destina-se ao consumo familiar, porém, é evidente, nas falas dos assentados, a intenção de produzir certo excedente para venda¹²⁰. O dinheiro recebido pela venda da produção visa à obtenção de mercadorias não produzidas no sítio, isto é, constituem instrumentos para o auxílio no trabalho familiar, compra de produtos dos quais necessitam, assim como: remédios, materiais escolares para os filhos, etc.

Essa prática se confirma na fala do Sr. Cícero. (fev. 2014) [...] *Tudo é pro consumo próprio e pra venda também. “[...] No mercado nós só compra mesmo o arroz e o feijão, o óleo, o alho, essas coisas. Mas, legumes não, compra nada”*. Nessa perspectiva, compreendemos que:

[...] os produtos do *roçado* não cobrem todo o conjunto de bens reconhecidos socialmente necessários ao consumo familiar. Existem bens que se consomem mas que não são produzidos pelo pequeno produtor, como café, a carne, o açúcar, o sal, o querosene, etc.; todos esses produtos devem ser adquiridos de forma periódica e para sua aquisição é necessário a venda prévia dos produtos do *roçado*. Em consequência, os produtos do *roçado* são aqueles que, através de sua venda, permitem a compra desse tipo de bens” (HEREDIA, 1979, p. 124).

Observamos, em alguns sítios, a presença da horta (Figura 21). Os produtos cultivados nas hortas podem ser vendidos, no entanto, também são consumidos internamente. A horta localiza-se no quintal, sendo de responsabilidade da mãe e dos filhos. O quintal também é o espaço do pomar, onde estão as árvores frutíferas (Figura 21), compondo parte dos alimentos consumidos pelos membros da família. Desse modo, as frutas se integram aos cultivos do *roçado* no consumo interno, e na venda via Programa de Aquisição de Alimentos.

Aqui eu tenho a mexerica, a ponkan, a murigota, laranja pera, abiu, tenho manga de quatro qualidade, tenho mamão, tenho banana mais já acabou, tenho limão de três qualidade. Fora isso nós temos aqui outras variedades de frutas. Temos goiabinha do mato, goiaba normal, gabiobinha, açai, tem fruta do Norte, amora, bacupari, carambola que é o guaranazinho que passarinho gosta de mais. Adoro ter fruta pra passarinho comer. Nós temos aqui vários pés de carambola, vários de jabuticaba, de caju, framboesa, cajá, tem cajá-manga, tem seriguela, tem jaca, e outras arvores frutíferas pra passarinho. [...] Nós temos graviola, acerola, tem conde, atemoia, essas coisas ai. É tudo pra consumo. (Luiz, jan. 2015).

¹²⁰ Não consideremos a venda da produção como externa à lógica camponesa, porém esse assunto será abordado no Capítulo 5.

Notamos, na fala do Sr. Luiz, a preocupação com os animais, como, por exemplo, os passarinhos, ao mencionar: “*é o guaranazinho que passarinho gosta demais*” e “*árvores frutíferas pra passarinho*”. Fato esse, que enfatiza a relação do camponês com a natureza.

Na Figura 21, observamos as hortas encontradas em alguns sítios. Cabe salientar que a prática da produção de hortaliças não está presente em todos os sítios.

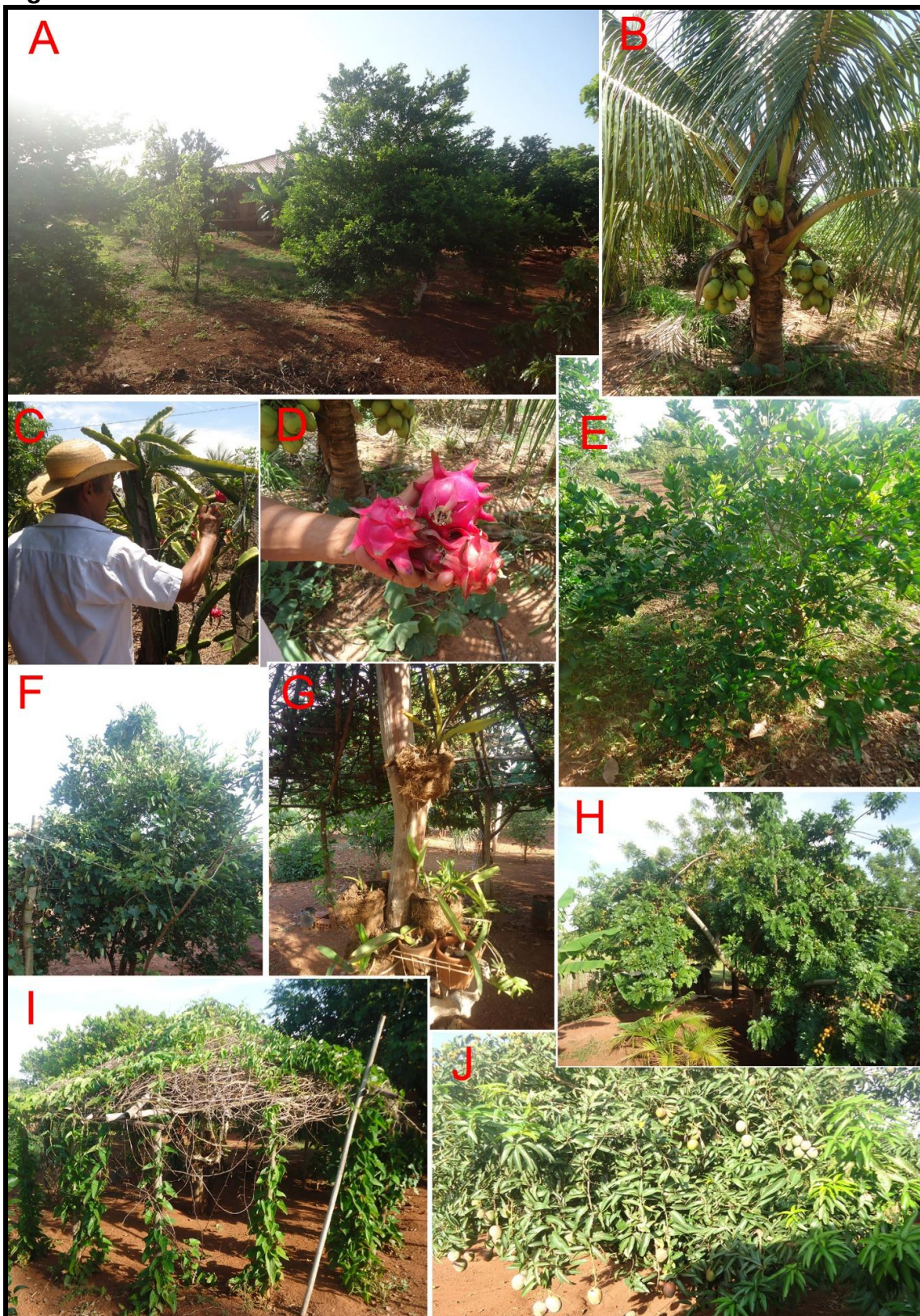
Figura 21 – Hortas no Assentamento Primavera II



Fonte: Trabalho de campo realizado em: 2014 e 2015. Fotos do autor.

Mais adiante, a Figura 22 corresponde ao quintal de alguns sítios no assentamento, sendo possível observar as árvores frutíferas.

Figura 22 – Árvores frutíferas no Assentamento Primavera II



Fonte: Trabalho de campo realizado em: 2014 e 2015. Fotos do autor.

A diversidade da produção camponesa vai além do *roçado*. A Figura 22 nos possibilita apreender a variedade de plantas, árvores e frutas encontradas no quintal (A), observa-se a presença de coqueiros (B), pitaia (C e D), limão (E), laranja (F), orquídea (G), seriguela (H), parreira de maracujá (I) e manga (J).

No entanto, o sítio do camponês não se restringe somente ao *roçado* e às árvores frutíferas do quintal. Além das plantações, eles também têm criações, destinadas ao próprio consumo, são elas: porcos, galinhas, gado de corte, cabritos.

Alguns assentados possuem vacas leiteiras das quais retiram o leite, parte dele para o consumo familiar e outra parte para a venda na cooperativa. Em alguns lotes, parte do leite também se destina à produção de queijo que, além de ser consumido, é vendido de forma direta, fato que exclui a sujeição da renda, contida nesse produto, ao atravessador. Essa diversificação existente no sítio camponês se revela na fala de Dona Conceição, evidenciando além da produção a presença do leite como fonte de renda: “*Nós vivemos da renda do leite. Galinhas, porcos temos, mandioca, horta*”. O leite desempenha um papel fundamental na reprodução da família camponesa, pois, mesmo que de forma mínima, garante uma renda mensal. Além, é claro, de ser alimento importante para a comunidade camponesa.

Nós vivemos da renda do leite. Galinhas, porcos temos, mandioca, horta. Eu não compro verdura não, sempre tem pra mim comer em casa, não uso agrotóxicos, nada. Igual eu falo, o alimento sadio é aquele que você produz dentro da sua casa, porque você vê o que você tá usando. Então a gente procura fazer uma coisa que a gente vê que não é prejudicial pra saúde. Eu vejo que muita gente na banana, usa algum produto pra amadurecer por igual. Eu falei pra ele não. Eu quero aqui em casa tudo natural, a gente já passa por tantos problemas de saúde, e se for pra esse lado acho que morre mais cedo. Então é melhor deixar tudo no natural. (Conceição¹²¹, fev. 2014).

Refletindo sobre a fala de Dona Conceição, compreendemos a importância da policultura para o processo de resistência camponesa: “*Eu não compro verdura não, sempre tem pra mim comer em casa [...]*”. Sendo assim, quanto mais variedades de produtos existirem no sítio, menor a dependência em relação ao mercado.

Outra questão relevante, na fala da Dona Conceição, é a preocupação com o alimento saudável, sem agrotóxicos: “*[...] não uso agrotóxicos, nada [...] Eu quero*

¹²¹ Assentada.

aqui em casa tudo natural, a gente já passa por tantos problemas de saúde, e se for pra esse lado acho que morre mais cedo”. A preocupação com o alimento saudável é característica do campesinato, e compõe o seu modo de vida. Como já salientamos, muitos camponeses do assentamento utilizam agrotóxicos para não terem perdas maiores na produção.

A partir das contribuições de Heredia (1979, p. 139), entendemos que, em alguns sítios visitados, a criação de animais, como, o gado, a galinha, o porco, entre outros, subordina-se ao roçado. Assim, consideramos a existência dessas criações, no sítio, fundamental para a reprodução da família camponesa, garantindo a “reprodução de novos ciclos agrícolas”. Essa funcionalidade da criação, no sítio camponês, pode ser analisada na fala do Seu Raimundo (jan. 2014). *“Nós temos os bezerrinhos que é uma poupança. Chega no final de tudo a gente pode vender”*.

A fala do Sr. Wilson também deixa clara a funcionalidade da criação, sobretudo do gado, na unidade de produção familiar:

Leite eu tiro só para o gasto, quando tá novo os bezerro. Eu tenho bezerro, mas eu deixo mama pra vender um bezerro mais gordo, mas bem criado no leite. Hoje o cara que vende um bezerro tirando leite, o cara vem aqui e paga 400, 500 conto no bezerro. Hoje bezerro meu sorto no pasto, na hora que da 10 meses o cara vem comprar é 800, 900 conto. Então pra mim vale a pena, porque sem ser o leite, eu me viro com lavoura, aí quando é época de vende o bezerro já um dinheiro extra pra fazer outras coisas pra fazer no sítio. Tudo é investimento no sítio, não tem jeito. Pra pode a gente não sair pra fora, então tudo é investimento. (Wilson, jan. 2014).

Desse modo, o dinheiro adquirido com a venda do bezerro torna-se uma reserva de poupança para os momentos de dificuldades. Esse “extra” serve também para comprar instrumentos de trabalho, pois, como afirma o Sr. Wilson: *“Tudo é investimento no sítio, não tem jeito. Pra pode a gente não sair pra fora, então tudo é investimento”*.

A Figura 23 permite-nos observar algumas criações encontradas nos sítios. A criação de gado bovino (A) é encontrada em todos os sítios, seja vaca leiteira ou gado de corte; encontramos também a criação de codornas (B), de porcos (C), Java porco (D), bezerros (E), frango de corte e galinha d’angola (F), cabritos (H) e frango caipira (I).

Figura 23 – Criação de animais



Fonte: Trabalho de campo realizado em: 2014 e 2015. Fotos do autor.

Almeida (2007), ao analisar o sentido da terra para o camponês, enfatizou a importância da criação para o campesinato. Segundo a autora:

A criação tem como função garantir a reprodução do grupo familiar e não propiciar a acumulação capitalista (apropriação do sobretrabalho de outrem). É também uma espécie de poupança para os dias menos afortunados, pois ela permite uma certa garantia de consumo e renda monetária. Ela teria, por essa perspectiva, um papel complementar à lavoura, tanto no sentido do consumo direto, como de renda monetária para a família, derivando desta lógica a não classificação, ou melhor, a não separação agricultores e criadores. (ALMEIDA, 2007, p.08).

Nessa perspectiva, entendemos que a diversificação da produção - seja no *roçado*, no quintal com as frutas, seja na criação de animais – é de suma importância no processo de existência e resistência do campesinato. Ela é uma prática de defesa do campesinato, responsável pela reprodução de sua família, tanto por meio direto do consumo, quanto pela venda da produção. É importante destacar que a produção camponesa, no assentamento, não se restringe apenas as lavouras e as criações. Assim, o trabalho de campo evidenciou outras atividades no assentamento, como: a produção de queijo, de pão e de farinha de mandioca; a criação de alguns instrumentos de trabalho como a irrigação por gotejamento. Compreendemos que todas essas atividades compõem a produção dos camponeses assentados.

Ao analisar a diversificação na produção camponesa, Paulino (2006, p. 112) explicitou que:

A diversificação da produção é uma maneira de se proteger das formas predatórias de extração de renda, perpetradas por diferentes agentes do capital. Assim, quanto maior for a variedade de cultivos, criações e demais atividades afeitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade de os camponeses se apropriarem da renda gerada internamente. Combinado a isso, um caminho possível de apropriação máxima da renda se define pela eliminação dos intermediários na comercialização da produção.

Nesse momento, é importante ressaltar que nem todos os sítios visitados utilizam a prática da policultura, ou seja, em alguns sítios não foram encontrados *roçados*. Nesses sítios, havia apenas a criação de gado, de corte ou de leite. Entretanto, essa decisão de não ter *roçado* no sítio não contradiz a existência do modo de vida camponês.

Diante do exposto, entendemos que, para o camponês, a terra tem um significado diferente da que tem para o latifundiário–capitalista. O camponês retira dela o alimento essencial para sua família e o excedente da produção contribui para aumentar sua renda, assim, ele vê a terra como parte de seu sustento, como meio de reprodução social. Para o camponês, a terra é, ao mesmo tempo, instrumento de trabalho e lugar da reprodução, é dela que o pai tira os alimentos para o sustento de sua família. Ao analisar as sociedades camponesas, Wolf (1970, p. 28) pontuou que a unidade de produção camponesa não é somente o lugar do trabalho, “ela é também uma unidade de consumo, ou seja, ela tem tanto “bocas” para alimentar quanto “mãos” para trabalhar”.

Nesse sentido, a fala do Sr. Wilson colabora para o entendimento da questão do consumo e da importância do alimento, fruto do trabalho, na produção camponesa:

Aquele que tem um bom emprego, ele não quer vim. Aquele coitadinho que tem uma salário mínimo sequinho, ele tá louco pra saber como é, porquê? Ele só ganha um salário mínimo, pra compra arroz, feijão, óleo, carne, açúcar, remédio, aluguel, água e luz. Não dá! Se ele vim aqui, vai evitar muito. Ele não vai comprar a abóbora, o jiló, ele não vai comprar um mandioca, ele não vai compra um milho verde. Se ele planta milho ele tem, na época do milho verde que é uma vez por ano, ele faz o milho empacotado, põe no frizer ai pra congelar. Ele passa o ano comendo a pamonha, passa o ano comendo o milho cozido ou frito. Isso ai já não vai comprar no mercado. A banana no fundo de quintal, ele não vai comprar banana no mercado, ele vai come a banana maçã, a banana nanica. Tudo dá, melancia, só ele plantar e ter coragem de trabalhar. O arroz ele vai lá comprar, porque hoje o arroz pra nós plantar aqui não tem a máquina. A gente tem vontade de plantar o arroz. Feijão carioquinha eu colho pra comer o ano todinho. Feijão não compro no mercado, a gordura só compro porque quero, porque tenho o porco pra fazer a gordura. O sabão a muié faz, compra um pouco de sebo pra fazer sabão. (Wilson¹²², jan. 2014).

Na fala, explicita-se, também, a baixa dependência que o camponês tem em relação ao mercado, quando comparado com o assalariado: *“Ele só ganha um salário mínimo, pra compra arroz, feijão, óleo, carne, açúcar, remédio, aluguel, água e luz. Não dá! Se ele vim aqui, vai evitar muito”*. Essa baixa dependência, se comparada com o trabalhador assalariado, relaciona-se com a diversidade da produção, resultado do trabalho familiar imposto pela terra. Nessa questão, emerge

¹²² Assentado.

outra importante: a comparação entre a vida no campo e na cidade. Mesmo com todas as dificuldades, o trabalho na terra proporciona aos camponeses assentados uma vida melhor.

Baseados em Wolf (1970), e principalmente nas falas dos assentados, entendemos que a terra é o lugar da produção e do consumo, por isso, a posse dela, para o camponês, é condição basilar para sua reprodução, enquanto classe social.

Ter terra, portanto, é sinônimo de comida e de fartura, é liberdade de plantar e colher, de oferecer uma vida melhor para a família. Por isso, torna-se difícil falar da terra sem relacioná-la à comida; é essa relação do camponês com a terra que o diferencia infinitamente do capitalista-latifundiário que vê a terra como caminho para se apropriar da mais-valia social.

4.1.3 Autonomia camponesa (o relativo controle do tempo/espço de trabalho)

A conquista da terra possibilitou aos camponeses do Assentamento Primavera II certa autonomia, não experimentada pelos trabalhadores assalariados tanto do campo, quanto da cidade. Essa autonomia reside no fato de os camponeses serem, ao mesmo tempo, proprietários da terra e trabalhadores. Em consequência dessa duplicidade, o camponês conquistou certo controle do seu tempo e espaço de trabalho. Para Bombardi (2004, p. 200), “[...] ter a própria terra significava concretizar o sonho de liberdade e autonomia. Esta autonomia diz respeito ao controle total do processo de trabalho na terra, o que significa ser senhor do próprio tempo e do próprio espaço”.

Partilhando dessa concepção, Fabrini (2008, p. 260) explanou que:

As relações camponesas são marcadas por certa *autonomia e controle do processo produtivo*, diferentemente do que ocorre na produção em escala do agronegócio, por exemplo. Embora subordinados, os camponeses não estão alienados como os operários assalariados no processo formal e real de subordinação. A alienação que atinge os trabalhadores expropriados não atinge o camponês da mesma forma, pois este é conhecedor do processo de produção.

Mesmo os camponeses estando subordinados ao mercado, por meio da circulação de sua produção, eles têm controle sobre o processo produtivo, ou seja, eles controlam o seu próprio trabalho. Esse controle no processo produtivo pode ser

observado na fala do Sr. José: *Aqui é uma liberdade total*". Mesmo sendo árduo, o trabalho na sua própria terra expressa tal liberdade.

Se escravo do relógio é coisa difícil. Aqui não, a gente levanta de acordo com a necessidade. Agora que eu tô na colheita da banana tem que levantar mais cedo um pouco, tira um pouquinho de leite, depois vai fazer a colheita. Colhe, embala, aí só na outra semana. Aqui é mais sossegado. Aqui é uma liberdade total, às vezes trabalha a morre, se for um plantio ou uma colheita, tem que acabar né? Então você trabalha a morre, acabou de colher acabou. É livre de tudo. A gente trabalha de acordo com a necessidade. (José¹²³, jan. 2014).

A terra, para o camponês, tem um forte valor simbólico. Em seu sítio, ele pode sentir o gosto da liberdade; liberdade, essa, não experimentada pelo trabalhador assalariado da cidade e do campo, que deve cumprir determinada carga-horária imposta pelo patrão, assim como metas na produção. No sítio, o camponês, com sua situação dúplice (proprietário da terra e trabalhador), não tem que cumprir um horário determinado, isso porque, é ele mesmo, junto com a sua família, que faz seu próprio horário, que não é regido sobre as lógicas capitalistas e nem controlado pelo tempo do relógio *"Ser escravo do relógio é coisa difícil"*. Nesse particular, embora a

[...] produção camponesa esteja integrada aos mercados capitalistas mundiais, a família se constitui numa unidade econômica de produção e apresenta uma lógica diferente da empresa, pois é regida pelas necessidades, consumo e sobrevivência do grupo. (FABRINI, 2008, p. 261).

A lógica do campesinato baseia-se na reprodução social da família, isto é, visa, por meio do trabalho na terra, suprir as necessidades da família; por isso, sua produção é para o autoconsumo, assim como para a venda. Segundo Fabrini (2008, p. 261), o "ideário da produção para autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são os camponeses os produtores diretos dos meios de vida".

A negação do relógio, instrumento de controle do trabalho e do tempo, foi recorrente em muitas falas, a exemplo da fala do Sr. Jorge: *"Trabalha até 10 horas, esquentou demais, para. Mais tarde vai fazer outro servicinho, almoça"*. Desse modo, observamos que o tempo de trabalho, para o camponês, se encontra embasado nas condições naturais da natureza, como, por exemplo, o clima e,

¹²³ Assentado.

muitas vezes, o posicionamento do sol. Portanto, os camponeses estão inseridos numa lógica que se aproxima da natureza que, por outro lado, também nega a lógica do capital, controlada pelo relógio.

Hoje levo o relógio ali pra tirar o leite, pra modo do sol não sai, se o sol sai não dá pra tirar o leite. [...] Trabalha até 10 horas, esquentou de mais, para. Mais tarde vai fazer outro servicinho, almoça. Não tem ninguém pra tá te cobrando. A tarde vamos acaba de fazer, carpi, passar um veneno, quando o sol tiver fresquinho. Lá não, era com sol quente, uma foice, uma enxada, deu o horário se tinha que ir. Só parava 5 horas também. Aqui não, quando o sol esfriar mais, vamos passar um veneno, vamos catar a mercadoria. O almoço é uma, duas horas, toma um banho, estamos em casa mesmo. Depois torna colocar a roupa do serviço, tem uma vaca que tem que buscar. 6 horas o sol tá alto, nós deixa pra 7 horas. (Jorge, jan. 2014).

Ao analisar a fala do Sr. Jorge, percebemos a relação do camponês com o tempo de trabalho, diferente daquela do assalariado. A autonomia pode ser facilmente entendida no processo de trabalho, pois quando o sol está mais quente, os camponeses vão para casa almoçar e só retornam ao trabalho *“quando o sol tiver fresquinho.”*. Essa situação só é vivenciada pelo camponês porque ele tem o controle do seu tempo, do seu trabalho. Para Oliveira (1996), a jornada de trabalho constitui elemento importante na produção do campesinato, sendo carregada de particularidades, o que a diferencia da produção capitalista. Nessa perspectiva, na jornada de trabalho do camponês, não “[...] há uma rigidez de horário diário como na produção capitalista; a jornada de trabalho camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados. [...]”. (OLIVEIRA, 1996, p.64).

De acordo com Woortmann (1990, p. 43), a “liberdade do *sitiante*, do agricultor [...] – sempre um pai de família, ou mesmo um patriarca [...] – tem como uma de suas dimensões a autonomia do processo de trabalho e do saber que a este informa, transmitido de pai a filho. [...]”. Todavia, esse controle do processo produtivo deriva do acesso à terra, sendo assim, trabalhar na sua própria terra é: *“Muito diferente. Mais liberdade”*.

É mais gostoso trabalhar pra gente, você vem almoçar na hora que quer, você descansa duas, três horas, depois das 4 horas você vai trabalhar. Lá não, deu 11 horas você tem que colocar o sapatão no pé, o boné, deu a hora de almoço, para as quatro. Mas aqui é diferente, lá levanta 4 horas da manhã, fazê marmitta. E o tempo do frio em cima de caminhão. Aqui não, levanta 8 horas pega o leitinho leva no tanque. Chovendo ou não chovendo vendo do leite, e a rocinha também. Muito diferente. Mais liberdade. (Jorge, jan. 2014).

Alguns assentados, ao expressar uma sensação de liberdade, muitas vezes comparam essa condição atual do trabalho livre, com o período em que trabalhavam como boias-frias, meeiros, assalariados, entre outros. Segundo Sra. Conceição,

[...] trabalhar de empregado é uma coisa, você num cantinho seu é totalmente diferente. Lá você obedece ordens, aqui você é que tem que rebolar, porque lá tem salário. Só que aqui eu acho melhor. Aqui você tem liberdade, eu sempre falo que hoje eu tô rico, porque a gente trabalhando a gente tem as coisinhas pra come (Conceição¹²⁴, fev. 2014).

Na mesma perspectiva, a fala do Sr. Cícero compara o trabalho livre no sítio com o trabalho alienado na cidade, sendo que nessa última: “[...] *you tem cartão pra bater, 7 horas you tinha que tá no pé do relógio. Se chega um minuto atrasado o encarregado já te chama a atenção. Pico o cartão ali, ai tem que trabalhar, tem os horários certo*”. É notória, na fala, a negação do camponês em relação a rigidez do horário do trabalho assalariado e a satisfação em não ter mais patrão:

O horário de eu levantar aqui é 5:00 horas. Tanto faz eu ter serviço, ou ter que sair pra algum lugar, a minha hora é 5:00 horas, todo dia. O relógio meu é esse. Deu 5:00 horas o galo cantou, talvez até antes do galo canta eu já levantei. Faço meu café, sento aqui, deu 6:30 horas ligo a TV ali, vou no curral, tiro meu leitinho, vou lá no tanque, entrego meu leite, ai chego aqui e vou fazer as outras obrigações. Se eu tenho que carpir já passa a mão na enxada e vai carpir o quiabo, se tem que carpi o feijão, eu vou. Não para, até oito horas. No correr do dia, no almoço, você para um pouco, o sol ta muito quente, descansa um pouquinho. Dali umas duas, três horas de novo, torna pegar o serviço novamente, e vou até as oito. Ta fresquinho, hora de trabalhar né. Meu batidão é esse. O horário quem faz é eu. Na cidade por exemplo, você tem cartão pra bater, 7 horas você tinha que ta no pé do relógio. Se chega um minuto atrasado o encarregado ja te chama a atenção. Pico o cartão ali, ai tem que trabalhar, tem os horários certo. É uma preocupação a mais, o funcionário ta sabendo que no outro dia ele que manter o mesmo horário. Eu, por exemplo, se quiser dormir até 5:30hs eu posso dormir, eu sou meu patrão. Lá não [risos]. Tem mais liberdade com certeza. (Cícero¹²⁵, fev. 2014).

A fala do Sr. Cícero sintetiza muito bem o controle do tempo e do espaço de trabalho, quer dizer, da autonomia dos camponeses assentados. A autonomia do camponês relaciona-se ao fato de ele decidir o que plantar, quais técnicas utilizar, e de ter conhecimento de qual será o produto do seu trabalho. Dessa forma ele pode

¹²⁴ Assentada.

¹²⁵ Assentado.

controlar o ritmo de trabalho, seu e de sua família. Por essa possibilidade, entendemos que o camponês tem o controle do tempo e do espaço. Entretanto, essa autonomia não elimina as dificuldades encontradas no processo contínuo de luta para permanecer na condição de camponês. Sendo assim, mesmo os camponeses tendo certa autonomia no processo produtivo, a reprodução social de sua família depende da luta e de sua resistência, uma vez que sua reprodução social se faz num processo hegemonicamente dominado por relações sociais capitalistas.

Nesse processo de controle relativo do tempo e do espaço, os camponeses, por meio de suas relações sociais específicas e do trabalho familiar, vão construindo seu território, reproduzindo, assim, seu modo de vida.

4.1.4 Solidariedade e parcerias no assentamento

O Assentamento Primavera II é composto, em sua maior parte, por trabalhadores dos bairros rurais Primeira, Segunda e Terceira Alianças e, também, do município de Guaraçaí (SP). Em consequência disso, o assentamento é formado por grupos familiares que já tinham relações sociais pré-existentes, porque muitos são parentes e/ou já se conheciam. Essa peculiaridade aprofundou a solidariedade entre os trabalhadores, criando uma identidade de luta já no período do acampamento, e que se desenvolveu ainda mais no processo de luta para permanecer na terra. Essa relação de solidariedade, materializada no espaço, ao longo do tempo, é fundamental na construção do território camponês. Notamos que a solidariedade se efetiva mais entre os vizinhos que, muitas vezes, fazem parte da mesma família.

Para Fabrini (2008, p. 264), essa relação de vizinhança entre os assentados, elucida a dimensão local do modo de vida camponês, permitindo “uma sociabilidade forjada num pequeno círculo de famílias que vivem próximas umas às outras, pois as pessoas se identificam com um pequeno grupo”.

É válido lembrar que a comida constitui elemento fundamental na compreensão da solidariedade entre os camponeses. Segundo Almeida (2007, p. 11), “[...] é pela comida que necessariamente passam os laços de solidariedade [...]”. Essa relação de solidariedade entre os vizinhos, por meio da comida, pode ser apreendida na fala do Sr. Cícero, ao comparar a vida, na cidade e no campo: “*Aqui*

não, você come uma coisa você tem a terra, você planta ela, colhe e come, da pros vizinhos”. Analisando a fala a seguir, entendemos o que foi discutido anteriormente, isto é, a importância da terra para o camponês:

Isso aqui pra nós representa tudo. Daqui você tira o sustento de tudo, você come se pode planta. Na cidade não, se o você quer comer um coisa, se não tiver dinheiro pra comprar você não come. Aqui não, você come uma coisa você tem a terra, você planta ela, colhe e come, da pros vizinhos. (Cícero, fev. 2014).

Essa solidariedade desenvolvida na construção do território, por meio das relações sociais específicas do campesinato, pode ser apreendida na ajuda mútua e nas parcerias desenvolvidas entre os assentados. A ajuda mútua se expressa de várias formas, sendo elas: a troca de serviço, a ajuda com o trator, os mutirões, as trocas de conhecimentos e de experiências sobre como lidar com a terra, a ajuda em relação à falta d'água, entre outras. Assim, a ajuda mútua revela-se em diversas formas de troca realizadas no Assentamento Primavera, sendo regulada por uma relação diferente das relações mercadológicas. Para Woortmann (1990), essas relações seguem uma lógica camponesa baseada nos princípios de uma “ordem moral”. Portanto, entendemos a solidariedade como resultado de uma identidade coletiva criada na luta pela terra, sendo assim, os camponeses assentados veem no outro um igual.

A troca de serviços é uma prática solidária muito encontrada no Assentamento Primavera II. Essa prática acontece nos períodos de lavouras, quando a quantidade de membros da família é insuficiente para a colheita. Nesse particular, a fala a seguir é enfática:

Na época da safra nós colhe, levante cedo e chega o porrete. De vez em quando, nós chama o vizinho, dois né, pra poder ajudar. Ai a gente paga a diária pra eles. Conforme um ta mais folgado chama o outro e depois paga a diária pra eles. (Cícero, fev. 2014).

A presença da força de trabalho temporária é facilmente encontrada nos sítios em períodos de colheitas, geralmente essas pessoas são os vizinhos, e o trabalho é pago em dinheiro. Analisando a fala, percebemos que esse trabalho, realizado nos momentos de aperto, é, na visão do camponês: “[...] *pra poder ajudar* [...]” o vizinho. Assim, “a ajuda não pode significar a relação com o *outro*, mas apenas com o *vizinho*, um igual” (WOORTMANN, 1990, p. 29).

A relação de ajuda entre os vizinhos ocorre também no contexto da ausência do trator, uma vez que isso é um grande problema para a maioria dos assentados, principalmente no momento de preparar a terra. A presença dos tratores, assim como de outras máquinas (Figura, 24), é fundamental para a reprodução camponesa, já que possibilita ao camponês minimizar a auto exploração de sua família.

Figura 24 – Tratores no Assentamento Primavera II



Fonte: Trabalho de campo realizado em: 2014 e 2015. Fotos do autor.

Notamos, no trabalho de campo, que apenas uma minoria dos assentados é proprietária de trator. Por isso, eles sempre procuram ajudar seus vizinhos. Desse modo, entendemos que, nessa ajuda com o trator, também existem laços de solidariedade. Essa solidariedade vinculada à presença do trator está presente na fala a seguir.

Isso aí foi a mão na roda pra mim. Já ajudou, esses tempo atrás eu carregava tudo na carriola, eu e meu menino. Colhia lá e fica o resto da tarde carregando. Mas agora graças a Deus, já comprei a carretinha. Eu tenho certeza que melhora, pra tomba terra, risca, gradear, isso aí mesmo já tá bom. Sempre tava pagando pros outros, mas agora eu vou ganhar aí. Eu comprei pro gasto só do meu sítio mesmo. Meu vizinho ali que precisar, na hora que for passar veneno meu né, porque eu não vou passar nas costas, vou passar com ele, vai também passar o dele. Pra melhorar pra ele também. Não pra todos, pra alguns, porque eu não vou ter tempo também. (Wilson, jan. 2015).

Percebemos, na fala do Sr. Wilson, a importância do trator, quando se compara o trabalho antes e depois de possuí-lo. Logo, o trator é “[...] *pro gasto só do meu sítio mesmo. [...]*”. Como também, observamos a preocupação em ajudar o vizinho: “[...] *Pra melhorar pra ele também. Não pra todos, pra alguns, porque eu não vou ter tempo também*”.

Encontramos, em alguns sítios do Assentamento, problemas também, relacionados à falta d’água. Nessa questão, de falta d’água, notamos a solidariedade entre os assentados. Essa solidariedade pode ser observada na fala do Sr. José, quando ele diz:

A roça a gente faz aqui, mil pés de pimenta, mas do que isso não consegue colher mesmo. Mil de jiló, e tem mil pés de banana e vaca tocando aí. Agora que a coisa clareou um pouco, comprei a Tobata, mas o poço secou. Eu tô pegando água do vizinho. Fiz um poço caipira, aguentou 4 anos e agora secou (José, jan. 2014).

No início do assentamento, o INCRA construiu um poço artesiano em cada Núcleo para o uso de todas as famílias, porém esses poços foram insuficientes, não atendendo às necessidades dos camponeses. Com o dinheiro do fomento, muitos abriram poço caipira¹²⁶ (Figura 25). Com o passar dos anos, alguns assentados com melhores condições financeiras furaram poços semi-artesianos; no entanto, a maior

¹²⁶ O poço caipira é perfurado manualmente, e muito encontrado nos sítios camponeses.

parte dos sítios visitados ainda depende dos poços caipiras para o abastecimento da casa e do roçado.

Figura 25 – Poços caipiras

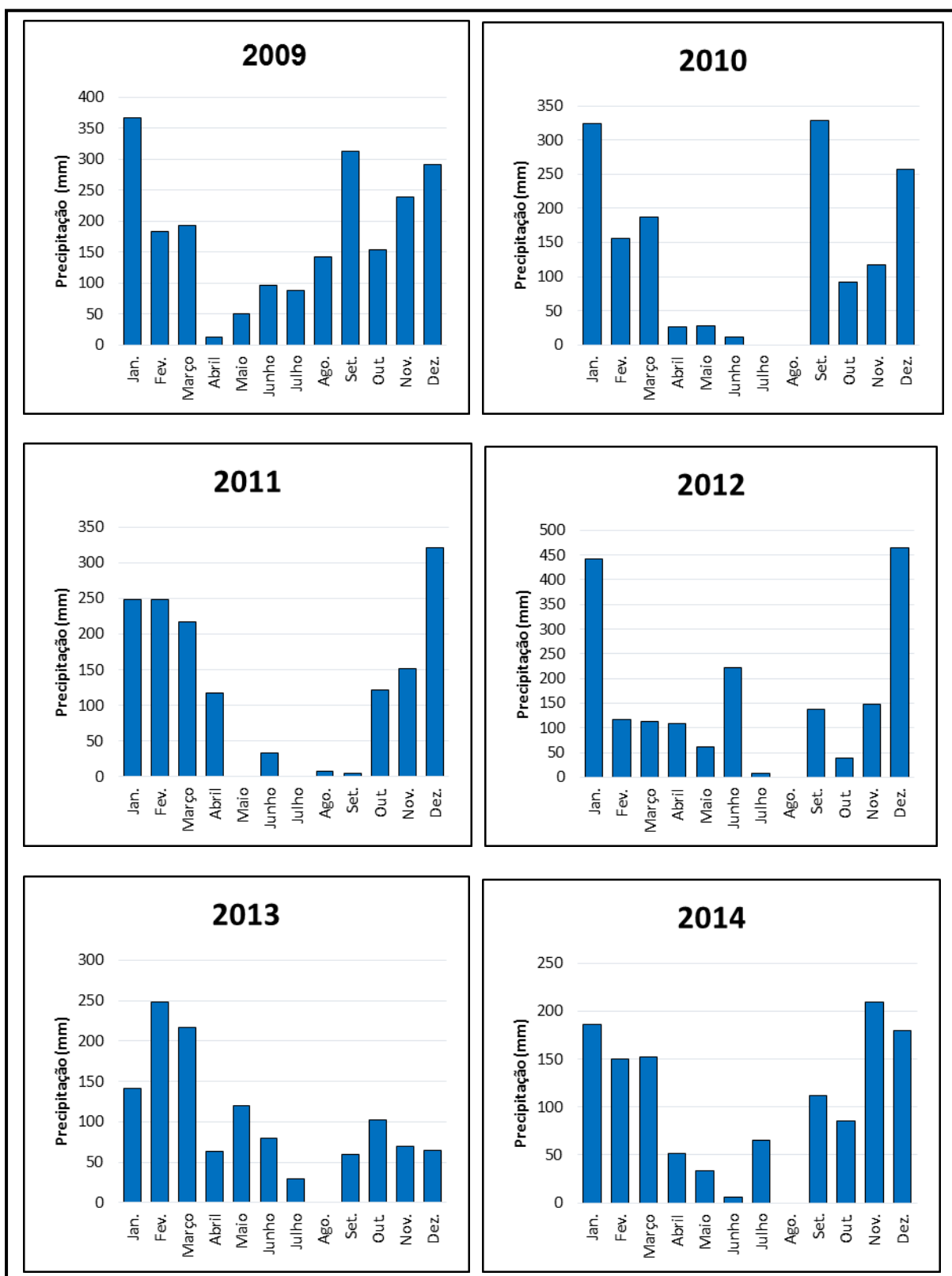


Fonte: Trabalho de campo realizado em: 2014 e 2015. Fotos do autor.

A situação do Sr. José está sendo vivenciada por grande parte dos camponeses do Assentamento, principalmente aqueles que não tiveram condições de furar os poços artesianos. Segundo eles, os poços estão secando devido à estiagem dos últimos anos, afetando diretamente os dependentes dos poços caipiras.

A Figura 26¹²⁷ ilustra, por meio de gráficos, a diminuição do volume de chuva, entre 2009 e 2014. Em 2009, a média de precipitação foi de 177,5 mm; já, em 2014, essa média caiu para 102,75 mm. Em 2009, o mês de janeiro foi o mais chuvoso, com volume de mais de 350 mm; por outro lado, em 2014, o mês mais chuvoso foi novembro, com pouco mais de 200 mm. Essa falta de chuva afeta diretamente os camponeses, já que, para produzir, eles necessitam de água. Notamos que 2012 foi um ano bastante chuvoso, com mais de 450 mm, em dezembro; porém, a partir desse ano, o volume das precipitações vem diminuindo.

¹²⁷ Os dados pluviométricos foram captados por um assentado, em seu próprio sítio, pois, possui um pluviômetro.

Figura 26 – Precipitações no Assentamento Primavera II (2009 a 2014)

Fonte: Joel¹²⁸, jan. 2015.

¹²⁸ Segundo o assentado, a coleta de dados pluviométricos visa a melhora do pasto, e consequentemente aumentar a produção do leite tirado das vacas.

Diante dessa dificuldade, em relação à falta d'água, há camponeses dividindo a água de seu sítio com os vizinhos. Esse é o caso da Sra. Silvani (jan. 2015): *“Hoje meu cunhado está sem o poço, já tem uns três meses né? Nós estamos passando água pra ele. Estamos com o semi, pra ele pra nós e pros gado”*. Essa atitude, mais uma vez, evidencia a solidariedade existente entre os camponeses. Aqueles com poços semi-artesianos dividem sua água com os assentados que não os possuem e cujo poço caipira secou.

A solidariedade é também encontrada na troca de conhecimento entre os assentados. Essa sociabilização do saber pode ser observada na fala do Sr. Luiz, trabalhador urbano sem conhecimento do manejo com a terra, que tem ajuda do vizinho: *“[...] uma pessoa que já é da terra [...]”*.

Esse plantar eu não conheço, não sei a forma que é feito, então o meu amigo [lote vizinho], que é uma pessoa que já é da terra, pega o trator, ele vem aqui tomba pra mim, ele gradeia, explica pra mim como é que planta, que adubo que eu tenho que compra, passar um veneninho se for o caso. Ele é uma pessoa que ta sempre disponível pra ajudar a gente. Quando tem certas época a gente ajuda ele também. A nossa amizade não tem preço. Ele se tornou pra mim um consultor. [...] Esse ano [...] ele preparou a terra pra mim, me ensinou como que faz. O quiabo ele falou que não seria bom plantar numa máquina porque é pouco, não compensa entrar com trator pra plantar 12 ruas de quiabo. Ensinou como que mexe com matraca, o milho ele veio plantou com o trator, a batata mostrou como que faz, a mandioca. Tudo isso. Hoje a gente sabe mexe com bastante coisa, mas porquê? Através de uma pessoa. Como a gente não tem muito a presença dos técnicos do INCRA, COATER hoje, então a gente tem que se envolver com que sabe. (Luiz, jan. 2015).

A troca de conhecimentos entre os assentados cumpre, muitas vezes, o papel da assistência técnica que deveria ser do INCRA, e tem contribuído para a permanência do homem na terra. A fala também destaca o processo de recriação camponesa mediante a luta pela terra, isso porque, o Sr. Luiz era um trabalhador urbano que, devido à Reforma Agrária, experimenta a condição de camponês. Diante das dificuldades e da ausência de conhecimento de como lidar com o trabalho na terra, a solidariedade entre os vizinhos é de grande ajuda: *“A nossa amizade não tem preço. Ele se tornou pra mim um consultor. [...] Esse ano [...] ele preparou a terra pra mim, me ensinou como que faz [...]”*.

As relações pré-existentes no assentamento, além de fortalecer os laços de solidariedade, elemento importante no modo de vida camponês, possibilitou a

formação de parcerias entre alguns assentados: *“Nós trabalha em parceria aqui dentro”*. Convém esclarecer que a parceria tem como função suprir a ausência de força de trabalho dentro do sítio, pois, em muitos casos, os membros da família são insuficientes para o trabalho: *“[...] ou você agrega alguém pra trabalha, ou você tem que trabalha sozinho”*.

Nós trabalha em parceria aqui dentro. Tem vez que a gente toca roça lá no lote dele, tem vez que nós toca aqui. Ele me ajuda e eu ajudo ele. É uma situação difícil, ou você agrega alguém pra trabalha, ou você tem que trabalha sozinho. (José Muniz, fev. 2014).

Assim, a parceria é a maneira encontrada pelos assentados para equilibrar o trabalho com a produção. No caso do Sr. José Muniz, essa parceria é feita com o vizinho: *“[...] Ele me ajuda e eu ajudo ele”*. No entanto, as parcerias não se restringem aos sítios vizinhos. Encontramos também parcerias entre assentados de núcleos diferentes. Esse é o caso do Sr. Antônio, cujo sítio situa-se no núcleo 2, mas mantém parceria com assentados do núcleo 3: *“[...] Eu planto em parceira com mais dois lá, trabalha também as mulheres deles”*. Essa parceria é uma prática coletiva onde se junta a força do trabalho familiar para fortalecer a produção, evitando, também, a autoexploração dos membros da família.

Eu planto banana, aqui, no outro lote também, em parceria. Trabalha nós, o cara tem a terra e não tem trator né, aí eu pego com ele lá, levo a muda daqui, prepara lá, planta. Fica na ameia, racha os adubos, veneno e vai tocando assim. Quiabo, planto jiló, ano passado mesmo tinha bastante jiló. Esse ano ainda vai plantar quiabo e melancia. Só que a gente trabalha de sol a sol. Mas o forte é banana, esses dias tinha melancia plantada, parceria também. Abóbora também, é o ano todo. Eu planto em parceira com mais dois lá, trabalha também as mulheres deles. Então a gente combina bem. Pra colher não precisa pagar ninguém. Em parceria é melhor, a gente pega cedo até meio dia, uma hora, se tiver de colher já colhe. (Antônio, fev. 2104).

Enquanto o Sr. Antônio disponibiliza o trator e as mudas, os outros assentados disponibilizam a terra. Todos trabalham, inclusive as mulheres. O trator, necessário no preparo da terra, viabiliza a produção, consolidando, dessa forma, a parceira e a produção: *“Fica na ameia, racha os adubos, veneno e vai tocando assim”*. A parceria também é uma estratégia do camponês para evitar o assalariamento nos períodos de colheitas: *“Pra colher não precisa pagar ninguém”*. Portanto, as parcerias entre os camponeses assentados, apreendidas no trabalho de

campo, podem ser entendidas como um caminho para diminuir a dependência externa do assentado.

Compreendemos essas formas de solidariedade, apreendidas no trabalho de campo, como fundamentais para a reprodução social do campesinato, compondo o modo de vida camponês, esse que, por sua vez, está firmado na economia familiar. Diante disso, os principais objetivos dos camponeses concentram-se na reprodução de seu modo de vida, e, por isso, resistem, adaptam-se, são conservadores e revolucionários ao mesmo tempo.

Já afirmamos, que as práticas de resistências são fundamentais para a existência camponesa, logo, elas se manifestam no processo de territorialização do campesinato, sendo inerentes ao seu modo de vida. Essas práticas, construídas a partir do processo de construção do território, evidenciam a resistência do campesinato ao modo de produção capitalista. Partindo dessas concepções, analisamos, no próximo capítulo, a flexibilização do campesinato frente à monopolização de seu território pelo capital.

Cap. 5 – FLEXIBILIDADE CAMPONESA FRENTE À MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL

Por meio da territorialização monopolista¹²⁹, o capital alcança sua reprodução ampliada, desenvolvendo-se em sua plenitude, e expandindo o trabalho assalariado no campo. Entretanto, a territorialização do capital monopolista não se desenvolve isoladamente no campo brasileiro. A extração direta da mais valia do trabalhador, pelo capital, resultado do assalariamento, evidencia apenas uma face do desenvolvimento do capital no campo; isso, porque, onde o capital não se territorializa, ele cria mecanismos para monopolizar o território, apropriando-se da renda da terra, nas frações do território dominada pelos camponeses. A monopolização do território pelo capital é desenvolvida:

[...] pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo (OLIVEIRA, 2012, p. 10).

Esse processo de monopolização do território é praticado pelo capital comercial, industrial e financeiro, sujeitando a agricultura aos seus interesses, controlando a produção dos camponeses e capitalistas do campo¹³⁰, assim como os consumidores, por meio do controle dos preços no mercado.

Ao contrário da territorialização do capital, que ocorre nas atividades agrícolas lucrativas (exemplo o setor de celulose a sucroalcooleiro), o processo de monopolização do território pelo capital ocorre, em grande parte, nas atividades agrícolas menos rentáveis, geralmente aquelas destinadas à produção de alimentos de consumo interno, sendo essas produzidas essencialmente pelos camponeses. Por isso, o capital cria meios para extrair a renda da terra. Esse processo ocorre porque o capital monopoliza o território, controlando a comercialização e a circulação da mercadoria, extraindo, assim, a renda da terra contida na produção camponesa.

¹²⁹ Abordado no Capítulo 3.

¹³⁰ Nas propriedades capitalistas temos como exemplo da sujeição da renda da terra, a pecuária bovina. Porém nesse setor, onde o capital também monopoliza, o lucro médio é dividido tanto pelo capital industrial, quanto pelo capitalista do campo, restando ao consumidor pagar o preço acordado entre pecuarista e capital industrial. (OLIVEIRA, 2010).

Cabe lembrar que a extração da renda da terra não se restringe apenas ao controle e à circulação da mercadoria camponesa, ou seja, “esse setor não está só na comercialização, ele é parte do conjunto dos processos econômicos a que os lavradores estão submetidos” (OLIVEIRA, 2010, p. 25). Sendo assim, além do destacado, há outros meios de apropriação da renda da terra. São eles: a ação do capital financeiro, por meio dos empréstimos e o controle do preço dos insumos agrícolas pelas indústrias. Segundo Martins (1981), esse processo revela que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Sobre esse processo, o autor enfatizou:

[...] O capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado, como os que já foram indicados, o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe (1981, p. 175).

Pautando-se nas concepções de Oliveira (2004, 2010 e 2012) e Martins (1981), apreendemos que o sentido da monopolização do território está na sujeição da renda da terra ao capital, ocorrendo, principalmente, nas unidades de produção onde predomina as relações não-capitalistas de produção, setores onde a renda da terra é baixa. Desse modo, o capitalista extrai o sobre-trabalho do camponês contido em sua produção, objetivando acumular; logo, reproduzindo seu capital, sem necessariamente expropriar o camponês.

Partindo dessas premissas, compreendemos que a produção de relações sociais não-capitalistas é importante para o desenvolvimento e expansão do capital. A reprodução ampliada do capital necessita de uma prévia produção do capital, derivada da sujeição da renda da terra nas unidades de produção camponesa. Mesmo sendo processos intrínsecos, não podemos confundir produção do capital e reprodução do capital. Sobre a diferença entre produção e reprodução do capital, Martins (1981, p. 170-171) comentou:

[...] A produção do capital nunca é capitalista, nunca é produto de produção, baseada pois no capital e no trabalho assalariado. Quando o dinheiro e a riqueza entra nesse último tipo de relação, já não estamos diante da produção capitalista, mas da *reprodução* capitalista do capital. Só a reprodução é capitalista.

Portanto, a produção do capital, realizada por meio da utilização de relações não-capitalistas, é fundamental no processo de reprodução ampliada do capital, por isso, onde o capital não atua extraíndo a mais-valia direta do trabalhador, ele procura extrair a renda da terra (mais-valia social). Essas contradições do sistema ocorrem, simultaneamente, de forma articulada e combinada, na produção do território brasileiro (OLIVEIRA, 2004).

Por isso, os processos de territorialização do capital e monopolização do território revelam a contradição inerente no desenvolvimento capitalista. Mesmo sendo parte do processo de expansão do capital, a monopolização do território se apresenta de forma menos bárbara, se comparada com a territorialização do capital, pois possibilita a permanência do camponês na terra. Mesmo que em condições subalternas, e muitas vezes precárias, abre a possibilidade da reprodução social do camponês. Nas palavras de Oliveira (2004, p. 42):

[...] o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado, e a população rural pode até se expandir. Nesse caso, o desenvolvimento do campo camponês pode possibilitar, simultaneamente, a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, que nem sempre são grandes.

Esses processos, analisados por Oliveira (2004; 2010; 2012) e Martins (1981), oferecem suporte para a compreensão da agricultura brasileira e suas transformações, nas últimas décadas, revelando a contradição do capital, refletida no território enquanto totalidade.

O processo de monopolização do território, praticado pelo capital comercial, atinge diretamente os camponeses do Assentamento Primavera II, uma vez que eles necessitam vender parte de sua mercadoria para comprar aquilo que não produzem. Por meio da comercialização, o capital tem subordinado os assentados, sujeitando-os à renda da terra contida em seus produtos.

Diante disso, procuramos entender, neste capítulo, como os camponeses do assentamento têm se desviado dos bloqueios causados pela monopolização do território. Para isso, analisamos as formas de comercialização dos produtos dos sítios visitados, evidenciando uma flexibilidade dos camponeses assentados frente a

esse processo, principalmente a partir da participação, via associação, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

5.1 Comercialização dos produtos via atravessadores

No capítulo 4, analisamos algumas práticas de resistência no Assentamento Primavera II, entre elas, a produção de seus próprios alimentos, possibilitando ao camponês uma menor dependência em relação ao capital. Outro elemento importante, entendido como prática de resistência camponesa, foi a diversidade na produção. Dessa produção, uma parte é destinada ao consumo interno e a outra destinada à venda. Portanto, compreendemos a venda dos produtos como prática importante e necessária à territorialização do campesinato.

A venda e a circulação dos produtos, dos sítios analisados no Assentamento, configuram-se numa *produção mercantil simples*, sendo distintas da circulação da produção capitalista. De acordo com Oliveira (1996), a produção camponesa segue a fórmula *Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria (M-D-M)*. Nessa lógica, a troca da mercadoria por dinheiro, visa à obtenção de outras mercadorias, como: instrumentos para auxílio no trabalho familiar, compra de produtos dos quais necessitam e não produzem, assim como, remédios, materiais escolares para os filhos etc. Nesse sentido, a fala do Seu Wilson¹³¹ (jan. 2015) é elucidativa: “*Com o dinheiro da pimenta eu comprei um trator, e a mulher vai precisar fazer um cirurgia, já tá pago também. E sobra um pouquinho pra manter a outra roça*”.

Por outro lado, a lógica de circulação da produção capitalista se dá por meio da fórmula *D-M-D'*, cujo objetivo é o lucro médio, isto é, a acumulação de capital. Nessa perspectiva, a análise de Oliveira (1996, p. 52) torna-se importante:

[...] Na produção capitalista temos para definir seu movimento a fórmula *D-M-D* na sua versão simples e *D-M-D'* na sua versão normal, ampliada portanto. Enquanto na produção camponesa estamos diante do movimento expresso na fórmula *M-D-M*. Por conseguinte, a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar.

¹³¹ Assentado

Desse modo, a relação do camponês com o mercado se apresenta de forma distinta em relação a produção capitalista. Assim, os camponeses do assentamento estão inseridos no mercado pela circulação do seu produto. Todavia, é nesse processo de circulação da mercadoria que o capital tem subordinado a produção dos assentados, sujeitando a renda da terra, via monopolização do território. Cabe lembrar que o camponês, mesmo estando subordinado ao capital por conta da circulação de sua mercadoria, tem certa autonomia, não vivenciada pelos operários, por controlarem, ao mesmo tempo, sua força de trabalho, seu tempo, e principalmente a terra. “[...] Em face dessa especificidade, o campesinato integra o sistema de trocas mercantis por intermédio da venda da sua produção e não do seu trabalho, como fazem os assalariados” (PAULINO, 2006, p. 108).

A venda dos produtos camponeses visa suprir as necessidades da família e do sítio, ou seja, os camponeses vendem sua produção para comprar de forma direta aquilo que necessitam para viver. Enquanto a produção capitalista visa o lucro, a produção camponesa visa a sobrevivência e o bem-estar da família camponesa. Dessa forma, no “mundo camponês, o excedente é necessidade da família, tem valor de uso e não somente valor de troca” (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2010, p. 69).

Apreendemos, então, que a produção agrícola camponesa, no Assentamento Primavera II, é comercializada por duas vias: uma relacionada às ações de intermediários, atravessadores, empresas de transportes e cooperativas (no caso do leite); a outra, comercializada por meio do mercado institucional, no caso o PAA. Pela fala do seu Wilson, é possível entender essas vias de comercialização.

Hoje eu produzo banana, jiló, produz berinjela, melancia, pimenta, pepino caipira pra come em casa, abóbora paulista, tudo em produzo. Eu vendo pro PAA (CONAB), CEASA/SP e cooperativa de Mirandópolis. Tenho essas três escoação. (Wilson, jan. 2014).

Mesmo com todas as dificuldades, o assentamento se destaca pela sua produção, tanto pela quantidade quanto pela diversidade. Essa característica se desdobra nos diversos meios de escoar seus produtos. Nessa perspectiva, a fala a seguir é elucidativa: *“Aqui eu vendo pra CONAB, os feirantes tudo pega, a transportadora Nomizo pega também, aqui pra vende as coisas é bom”* (José Ap. Jan. 2014).

O município de Mirandópolis (SP) não conta com uma feira consolidada, com a participação dos assentados. Portanto, a feira é realizada aos domingos (bairro Centro), às terças (Bairro Nossa Senhora Aparecida) e às sextas (bairro Terceira Aliança), e se compõe, em grande parte, pelos produtores tradicionais, e também, pelos atravessadores, que buscam a produção no assentamento, vendendo-a na feira.

A ausência de caminhão, necessário para escoar a produção, deixa os produtores do assentamento vulneráveis às ações dos atravessadores. Assim, muitos deles, sem alternativa, veem nos atravessadores a possibilidade de vender a sua produção. Nesse particular, a fala a seguir é esclarecedora:

O meu sonho, com a associação, é a gente unir e comprar um caminhão, pra gente mesmo começar a transportar as mercadorias. Eu não sonho nem com o trator, porque eu posso paga uma pessoa pra vim aqui, mas o caminhão, eu queria ter o caminhão aqui, pra gente tá trabalhando e também ta transportando a mercadoria da gente. Se você paga o frete, você sabe que pagou aquele "X" daquele caminhão, e você sabe o que vende lá é seu, não tem que dividir com ninguém. (Nice, fev. 2014).

Os intermediários e atravessadores são representantes do capital comercial que buscam, no assentamento, a produção, distribuindo nos mercados locais e regionais, assim como vendendo nas feiras da região. Como salientamos, a ausência de meios para vender diretamente a produção tem facilitado a ação desses agentes que, na maior parte, dos casos são donos dos caminhões. Esses agentes, denominados de atravessadores e intermediários, são conhecidos, também, pelos assentados, como *“pipoqueiro”*. A expressão pode ser observada na fala do Seu José Pereira (jan. 2014): *“Vem muito pipoqueiro aqui, vem um de Presidente Prudente, já vendi pimenta pra ele. Ele enche o caminhãozinho de uma coisa, de outra, de abóbora menina, paulistinha, mandioca, vagem”*. A figura 27 ilustra a presença dos atravessadores, no Assentamento Primavera II.

É por meio desses agentes que o capital subjuga a produção dos camponeses, apropriando-se de grande parcela do excedente econômico do camponês, contido em sua produção. Esse processo tem resultado na transferência da renda da terra dos assentados ao capital comercial. Além dos atravessadores, ou dos *“pipoqueiros”*, a produção camponesa é comprada pelas transportadoras, cujo papel é efetuar a intermediação entre o assentamento e as Centrais de

Abastecimento de Alimentos (CEASA). A empresa Nomizo cumpre esse papel no assentamento e é responsável por adquirir a produção e levá-la à Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

Figura 27 – Atravessador no Assentamento Primavera II



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2013. Fotos do autor.

Muitas vezes, essa intermediação entre os centros de abastecimento e o assentamento, é feita pelo próprio atravessador, que leva a produção para as Centrais de Abastecimento de Alimentos, de Araçatuba (SP) e de Presidente Prudente (SP): *“Vem de Presidente Prudente, de Araçatuba, o caminhão do CEASA entra aqui pra pegar o que produz: pimenta, jiló, abóbora, banana, maxixe, tudo eles levam, feijão-catador. Se não quer vender pro CEASA, vende pro atravessador (Silvani, jan. 2014).”*

Assim como os atravessadores, os representados dos CEASAs:

Vem buscar com caminhão pequeno e põe na carreta deles e leva para o CEASA em SP. Quando, o preço tá bom lá em São Paulo você ganha, quando o preço tá ruim você tem que pagar o frete. É consignado. Não é igual o PAA, que você põe na caixa, pesa, e já sabe quanto vai ganhar. (José Muniz, jan. 2014).

Para Oliveira (2010, p.24), os CEASAs são espaços importantes no processo de sujeição da renda da terra dos pequenos agricultores ao capital. Para o autor, esse espaço, que tem garantido a transferência da renda da terra ao capital, é criado pelo próprio Estado: “[...] Aí o capital comercial se instala confortavelmente subsidiado pelo Estado que lhe constrói toda infraestrutura necessária. [...]”. Dentre os representantes do capital comercial, as transportadoras (representantes dos CEASAs) têm subjugado com eficácia a produção camponesa no assentamento. Nessa relação comercial, muitas vezes, o assentado fica com todo o ônus do transporte, já que o frete é de sua responsabilidade.

Outra questão importante nessa relação é a forma da venda, sendo ela consignada. Assim, o assentado entrega sua produção sem saber o quanto vai receber e, muitas vezes, o dinheiro da venda não paga nem a caixa, que é paga também por ele. Dessa maneira, a riqueza produzida pelos camponeses, na maior parte das vezes, vai se realizar nas mãos de outros, ficando para ele o ônus da produção. A fala, a seguir, evidencia essa relação com os CEASAs:

Esses dias veio o japonês ali das Alianças, comprou pra vender no CEASA de Araçatuba-SP, tem o Koga de Lavínia-SP que também andou levando pra vender. Agora o jiló nós vende pra eles também, mas a maioria o Nomizo leva pra São Paulo. O CEASA de São Paulo não é uma coisa de confiança. Você acha que o preço tá lá em cima. Você manda a primeira vez, o preço tá lá em cima, aí vai começando, mando as outras, o preço cai lá embaixo, às vezes fica até devendo. O INCRA fala que nós tem que tirar os atravessador, mas nossa salvação aqui é o atravessador. A CONAB mesmo só pega na terça-

feira, se você planta um quiabo como é que você vai esperar de uma terça pra outra terça, o quiabo cresce e já não presta mais. Então sempre vai te esse atravessador no meio, não vai ter jeito (Nice, fev. 2014).

Essa fala é reveladora, pois, ao mesmo tempo que expõe as artimanhas dos CEASAs para extrair a renda da terra, mostra a dependência dos assentados em relação aos atravessadores: “[...] *mas nossa salvação aqui é o atravessador. [...]*”, pois para muitos, o único caminho para vender a produção tem sido o atravessador.

Diante disso, compreendemos que a monopolização do território pelo capital tem se apresentado no assentamento por meio dos atravessadores e pelas empresas de transportes atacadistas. Nesse processo, ambos drenam a riqueza gerada pelo trabalho camponês, restando a ele uma pequena parcela. Porém, essa parte, na maioria das vezes, não cobre nem o custo da produção, mesmo esse custo sendo baixo.

A relação (injusta) dos assentados com os atravessadores se apresenta de forma contraditória, pois, mesmo reconhecendo a importância dos atravessadores (e outros intermediários), como possibilidade de venda da produção, os assentados conseguem perceber que, nesse processo o “[...] *atravessador ganha bastante com isso aí.*”.

Diretamente do produtor para o consumidor, isso aí é bonito, não tem atravessador. Eu mesmo levar, é diretamente do produtor para o consumidor, não tem atravessador. Através disso o atravessador vive louco pra ve se destrói você pra não fazer isso. Ele vem aqui, compra um pouco a mais meu, pra não ir lá levar. [...] ele vem aqui, paga a mais pra mim, pra não ir lá e ele tomar a frente lá. Atravessador ganha bastante com isso aí. (Wilson, jan. 2014).

Esse mecanismo do capital comercial para abocanhar a renda da terra é compreendido pelo próprio camponês assentado e, nesse sentido, a fala do Sr. Wilson é explicativa. Essa percepção se torna possível porque o camponês acompanha todas as etapas da produção, assim, ele consegue acompanhar o processo de produção e o resultado do seu próprio trabalho, por isso, entende essa relação como injusta, pois o atravessador “ganha bastante” nesse processo. O mecanismo de drenagem da renda da agricultura camponesa ocorre no momento em que o camponês coloca sua produção nos meandros do capital comercial, vendendo para os atravessadores e intermediários a preços desvalorizados.

A seguir, analisamos outras formas de comercialização dos assentados, que têm contribuído para a diminuição das ações dos atravessadores, assim como, possibilita, aos produtores, apropriarem-se de uma parcela maior da renda.

5.2 Flexibilidade camponesa na produção e na comercialização

Para fugir das ações dos atravessadores e defender o máximo da renda possível, os assentados procuram outras formas de comercializar seus produtos, não se submetendo apenas às armadilhas do capital comercial. Dessa forma, observamos que, além da venda aos atravessadores e intermediários (ambos agentes do capital comercial), os assentados também comercializam parcelas de sua produção para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); no caso do Leite, para a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR).

Na Tabela 17, é possível visualizar as formas de comercialização das famílias. Sendo assim, das 48 famílias visitadas, no trabalho empírico, apenas 13 não vendem sua produção para o PAA. Desse grupo de assentados, seis comercializam somente o leite, vendendo para COAPAR; quatro entregam sua produção para os atravessadores¹³² (ou intermediários); e 3 famílias não comercializam¹³³. Isso nos permitiu observar uma grande inserção das famílias na comercialização de seus produtos via PAA, sendo que 35 famílias (72%) acessam essa política pública.

Desse modo, apreendemos uma diversidade de caminhos na comercialização, compreendida como uma estratégia do assentado para fugir das ações dos atravessadores. Esse processo revela uma flexibilidade no processo de venda da produção, visto que, além dos atravessadores, os assentados vendem para o PAA e para a COAPAR. Como já informado, apenas quatro famílias visitadas vendiam sua produção apenas aos atravessadores. Por outro lado, 85% (41) das famílias analisadas comercializam para o PAA ou para a COAPAR.

¹³² As quatro famílias que vendem apenas aos atravessadores, estão com pendências com o INCRA, inviabilizando a venda ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

¹³³ Essas três famílias estão no Assentamento há pouco tempo, e ainda não conseguiram a regularização do INCRA, dessa forma, se encontram em situação irregular.

Tabela 17 – Comercialização das famílias visitas – Assentamento Primavera II

Formas de Comercialização	Famílias
PAA	5
COAPAR	6
Atravessador	4
PAA e Atravessador	11
PAA, COAPAR e Atravessador	19
Não Comercializam	3
Total	48

Fonte: Trabalho de campo 2014/2015 – Organizado pelo autor

A venda da produção camponesa ao PAA e à COAPAR tem diminuído a sujeição da renda da terra ao capital, por isso, entendemos essa flexibilidade como prática de resistência. Para Shanin (2008), que tem se dedicado aos estudos do modo de vida do campesinato, a flexibilidade é uma resposta às situações difíceis, e tem contribuído para sua reprodução social. Nas palavras do autor:

[...] podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso (SHANIN, 2008, p.25).

Nessa perspectiva, compreendemos, as várias formas de comercialização, como consequência da diversidade na produção, ambos de fundamental importância na reprodução da família camponesa. Para o Sr. José Muniz: “[...] *dentro do assentamento você tem que ter diversidade, não adianta você fica só na agricultura, você precisa ter o leite também. Ter leite e agricultura*” (Fev. 2014). Nesse sentido, tanto a venda da agricultura para o PAA, quanto o leite para a COAPAR, tem como objetivo fugir do processo de monopolização do território, mesmo que parcialmente.

A Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR):

[...] foi criada em dezembro de 2000 por um grupo de 24 famílias de assentados da região, conta hoje com 600 famílias cooperadas provenientes de 19 assentamentos localizados nos municípios de

Andradina, Castilho, Mirandópolis, Itapura, Ilha Solteira, Guaraçaí e Pereira Barreto. (LOPES, 2012, p.73).

A criação da COAPAR constitui exemplo da luta dos camponeses da região, para fugir das amarras do capital comercial e industrial, visto que ela (a luta) visa eliminar as ações dos atravessadores e das multinacionais, como a Nestlé, possibilitando aos agricultores camponeses se apropriar de uma parcela maior da renda. É importante destacar que a atividade leiteira, principalmente nos pequenos estabelecimentos, tem sido alvo dos mecanismos de monopolização do território pelo capital. Segundo Oliveira (2010, p. 31), a pecuária leiteira, no Brasil, está praticamente toda dominada pelo capital industrial. Portanto, para minimizar essa dependência, o MST, da região de Andradina (SP), criou a COAPAR.

Na época que se criou a COAPAR, a Nestlé dominava a comercialização do leite na região e esta empresa começou a financiar a aquisição dos tanques, mas seus valores eram descontados nos ganhos dos produtores. E devido ao seu alto valor passou a comprometer quase que a metade da renda dos camponeses, logo foi neste contexto de exploração da renda dos produtores da região que se criou a cooperativa. Além de buscar cumprir as exigências sanitárias de qualidade do Ministério da Agricultura, o objetivo da COAPAR foi também o de tentar eliminar a figura dos intermediários presentes nas indústrias, que agem no sentido de sujeitar ao máximo a renda camponesa. (LOPES, 2012, p.75).

A COOPAR é, também, resultado da luta dos camponeses que, por intermédio do MST, na região, tem adotado “uma política de incentivo à formação de cooperativas como forma de melhorar as condições de vida e permanência dos assentados na terra” (LOPES, 2012, p. 74). Nesse sentido, a cooperativa instalou, no Assentamento Primavera II, três tanques de resfriamento de leite, um em cada núcleo. O processamento do leite segue as normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura.

A Figura 28 ilustra o tanque de resfriamento de leite, da COAPAR, instalado no núcleo 1, do Assentamento Primavera II. A cooperativa busca o leite no assentamento a cada 2 dias.

Nessa perspectiva, analisamos, a seguir, a comercialização dos assentados por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e como esse programa tem contribuído no processo de territorialização dos camponeses.

Figura 28 – Tanque de resfriamento da COAPAR – Assentamento Primavera II



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2014. Fotos do autor.

5.2.1 Comercialização via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem contribuído para a territorialização dos assentados, por isso, nós o analisamos no cerne da resistência camponesa, identificando suas potencialidades e possíveis limites. Vale ressaltar que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi fundamental na formação do Mercado Institucional de Alimentos¹³⁴, constituindo-se política pública voltada à agricultura familiar. No Mercado Institucional, o governo é o único comprador e o objetivo é atender à demanda dos programas, como o PAA e PNAE.

¹³⁴ O Mercado Institucional foi criado pelo governo federal nos anos 2000, cujo objetivo é viabilizar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar. As principais políticas desse mercado são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (HESPANHOL, 2014).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹³⁵ criado em 2003, tem como objetivo incentivar a agricultura familiar, assim como enfrentar a miséria e a fome no Brasil. Desse modo,

[...] o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (MDS, 2014)¹³⁶.

O PAA é gerenciado por um Grupo de Gestor (GGPAA) formado pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, e da Educação; sua operacionalização é feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em parceria com os Estados e os municípios.

Assim, o PAA é coordenado por vários órgãos da sociedade civil e acompanhado pelo Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA)¹³⁷. A CONAB, responsável pela operacionalização do PAA, divide o programa em várias modalidades (Quadro 1). Cabe ressaltar que os recursos destinados às modalidades do PAA são oriundos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Desse modo, os camponeses do Assentamento Primavera II comercializam sua produção, ao PAA, pela modalidade *Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea*, com recurso proveniente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

135 “O PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

Pelo seu papel estratégico no combate à pobreza, o PAA é uma das ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria – BSM, em seu eixo Inclusão Produtiva Rural.” (MDS, 2015). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 02 de maio de 2015

¹³⁶ Ministério do Desenvolvimento Social e Combata à Fome (MDS). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 02 de maio de 2015

¹³⁷ O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. <http://www.planalto.gov.br/consea> - acesso em 24 de jun. 2014).

Quadro 1 – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Modalidade	Forma de acesso	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	-	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2015.

A comercialização da agricultura camponesa via Mercado Institucional é bastante recente, no entanto, seus resultados têm sido expressivos, e essa importância se evidencia nas falas dos assentados. No município de Mirandópolis (SP), essa forma de comercialização teve seu início no ano de 2009 (Quadro 2).

Quadro 2: Mirandópolis (SP): Assentados participantes no PAA de 2009 a 2014

2009		2010		2011		2012		2013		2014	
Nº	R\$	Nº	R\$	Nº	R\$	Nº	R\$	Nº	R\$	Nº	R\$
53	161.999,15	x	x	63	266.489,41	63	266.489,71	61	378.198,74	113	721.000,00

Fonte: Conab, 2015.

Analisando o Quadro 2, notamos um crescimento do número de assentados participantes do PAA. Entretanto, se compararmos o total de participantes, em 2014,

com o total de assentados nos municípios que é de 468 assentados¹³⁸, veremos que apenas 24,1% acessam esse Programa. Mesmo reconhecendo a importância desse Programa, entendemos que a burocracia para o acesso tem limitado a inserção de mais assentados. Portanto, a participação no PAA reforçou a necessidade de os assentados se organizarem, formando associações.

Como consta no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS): “Para participar da Compra com Doação Simultânea pela Conab, os agricultores familiares devem estar organizados em cooperativas ou associações. Essas organizações precisam encaminhar Proposta de Participação à Conab”. Dessa forma, a inserção nesse Programa, pelos assentados do Assentamento Primavera II, ocorre por meio das Associações¹³⁹, sendo elas: Associação Oriente dos Produtores Rurais do Assentamento Primavera (AOPRAP) e a Associação de Produtores Assentados da Água Fria (APRAF).

Ambas as associações foram formadas pelos assentados na intenção de comercializar sua produção, via PAA, e fugir aos poucos das ações dos atravessadores. A fala de Dona Silvani mostra isso muito bem: “*A gente abriu a associação em busca de ajudar o produtor, porque tava todo mundo sofrendo. Vendia pro atravessador, era bom também porque a gente vendia, mas não é o preço da CONAB*” (Jan. 2014). Além de estarem organizados em associações, os produtores devem apresentar a Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP)¹⁴⁰, só assim podem participar dessa modalidade. Portanto, cabe à associação encaminhar a proposta à Conab, após a chamada pública.

A Associação de Produtores Assentados da Água Fria (APRAF) foi formada em 2012, e conta com 10 assentados, todos do Assentamento Primavera II. No entanto, seu primeiro projeto do PAA só foi aprovado em 2014.

Notamos, no Quadro 3, que a APRAF, em seu primeiro projeto, entregou, em 2014, para a Conab, 36.537kg de produtos e, assim, a associação faturou R\$ 62.000,00, valor dividido entre os dez associados.

¹³⁸ O município de Mirandópolis possui 468 assentados, divididos em quatro assentamentos: Assentamento Esmeralda, Primavera II, São Lucas (Florestan Fernandes I) e Florestan Fernandes II.

¹³⁹ Além da AOPRAP e APRAF, no Assentamento Primavera II possui uma terceira associação, denominada de Associação dos Produtores Rurais do Assentamento de Lavínia. No entanto, associação está em processo inicial de formação e consolidação.

¹⁴⁰ Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP) é instrumento de identificação da agricultura familiar para ter acesso as políticas públicas do governo federal.

Quadro 3 – APRAF -Venda para o PAA, 2014

Produtos	Quantidade em Kg
Abóbora Paulista	5.285
Abóbora Seca	180
Abobrinha Brasileira	1.085
Banana Maçã	2.867
Batata Doce	1.790
Berinjela	4.051
Beterraba	402
Cenoura	380
Coco Verde	2.000
Feijão Comum	500
Jiló Redondo	8.325
Maxixe	50
Melancia	624
Pepino Japonês	400
Pimentão Verde	300
Quiabo	2.311
Raiz De Mandioca Com Casca	5.773
Tomate Cereja	214
Total	36.537
Valor pago a APRAF	R\$62.000,00

Fonte: CONAB, 2015. Transparência Pública do PAA Programa de Aquisição de Alimentos. Org. pelo autor.

Chama-nos a atenção a diversidade dos produtos entregues. O Sr. Cícero é um dos dez assentados associados à APRAF, e mediante sua fala, entendemos a importância do PAA:

Hoje eu produzo de tudo um pouco, banana, feijão gurutuba, limão, jiló, abobrinha, quiabo [...]. Agora, com esse projeto da CONAB já facilita mais. Eu por exemplo o meu projeto da CONAB, eu já fechei, numa etapa, rapidinho, num prazo de 45 dias eu já fechei o projeto. Eu tenho muita mercadoria, tenho uma alqueire e pouco de banana, tem muita banana madurando no pé. Você vai lá no bananal tem banana a rodo, tudo madurando, quer dizer não tem comércio, o comércio é muito pouco. E o que a CONAB oferece hoje é pouco também. R\$6200,00 não dá pra nada, rapidinho você fecha o projeto, a gente tem muita mercadoria. (Cícero, Fev. 2014).

Chamou-nos a atenção, também, no trabalho de campo, a elevada produtividade e diversidade da produção de alguns assentados, questão possível de ser verificada na fala do Sr. Cícero. Outra questão relevante e recorrente, em várias

falas, é a rapidez no fechamento do projeto: “[...] *Eu, por exemplo, o meu projeto da CONAB, eu já fechei, numa etapa, rapidinho, num prazo de 45 dias eu já fechei o projeto [...]*”.

Cada assentado possui uma cota por ano, sendo, em 2014, de R\$ 6.200,00¹⁴¹ para cada produtor, porém, a venda ao PAA não pode passar do valor. Por conta do alto índice de produção, muitos assentados atingem o valor em pouco tempo, dois, três meses, e já não podem mais entregar à Conab, ficando vulneráveis às ações dos atravessadores. Essa questão pode ser verificada na fala a seguir.

Se for pra mim fechar meu fi, é que eu fico regulando, mas eu fecho rapidinho. Eu fico mandando mercadoria pro CEASA, porque se não fecha rapidinho. É duas, três, mandada você fecha. Pra você ter uma ideia, eu colhi 135 saco de feijão agora no final do ano. Ai se eu mandar pra CONAB ele pega preço de R\$40,00 a caixa. Eu mandei para o CEASA pego faixa de R\$28,00. Mas eu tinha que mandar pro CEASA, porque se eu mandasse pra CONAB fechava a cota, e eu ficava com o feijão mesma coisa. Aí eu deixei pra banana, que a banana no CEASA é bem mais barata. Lá sai 30 livre. Então tem que deixar pra lá. Foi a melhor coisa que aconteceu, se tivesse desde o começo tinha ajudado bem (Flordenice, fev. 2014).

Para não fechar a cota do projeto rapidamente, muitos assentados procuram vender a produção, parte para a Conab e parte para atravessadores: “[...] *Eu fico mandando mercadoria pro CEASA, porque se não fecha rapidinho [...]*”. Desse modo, eles garantem a venda o ano todo. Esse processo mostra a flexibilidade dos camponeses, apontada por Shanin (2008), sendo característica do seu modo de vida.

Ainda sobre a cota do PAA, a fala do Sr. Aparecido Martins é reveladora: “*Tem aquele limite, chega aquele limite se as vezes tem a mercadoria você tem que parar, mesmo tendo mercadoria. Aí você tem que procurar um atravessador qualquer*” (Jan. 2014). Devido a esse teto imposto pela Conab, os assentados ainda continuam vendendo para os atravessadores. Mesmo diante desse limite, enfatizado pelos assentados, é notória a melhoria na vida dos assentados da Associação de Produtores Assentados da Água Fria (APRAF).

Ao contrário da APRAF, a Associação Oriente dos Produtores Rurais, do Assentamento Primavera (AOPRAP), teve seu primeiro projeto aceito em 2011, e se

¹⁴¹ A cota anual do PAA pode variar, de acordo com a modalidade. No caso dos assentados analisados a cota foi de R\$6.200,00 no ano de 2014, para a modalidade *Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea*.

encontra, atualmente, mais consolidada, evidenciando a importância da Associação¹⁴². Nesse particular, a fala da Sr.^a Silvani é importante.

Nós tem o projeto desde 2011, a associação nossa fez o projeto em 2011, fez 2012, fizemos em 2013, e já colocamos um na CONAB em 2014. Vem aumentando cada dia mais. Se a gente não montasse a associação, a gente não tava vendendo. Porque querendo ou não são R\$6.200 que o governo manda, e o pessoal fecha rapidão o projeto, porque tem produção. Nós começou vendendo o projeto, dentro de sete semana teve pessoas que pegou quase 5 mil (Silvani, jan. 2014).

Em 2014, a Associação Oriente dos Produtores Rurais, do Assentamento Primavera (AOPRAP), registrou 26 associados, todos assentados. Porém, os associados não se restringem apenas ao Assentamento Primavera II, ou seja, esse grupo de associados é composto por assentados do Assentamento Primavera II e do Assentamento São Lucas, ambos localizados no bairro rural da Terceira Aliança. Portanto, das 48 famílias visitadas no Assentamento Primavera II, 10 eram filiadas à APRAF, 21 à AOPRAP e 17 não eram filiadas a nenhuma associação.

A AOPRAP foi criada para viabilizar a comercialização entre os assentados e a Conab, dessa maneira, a associação monta os projetos e encaminha à Conab. Participaram do projeto, em 2014, 167 agricultores familiares; sendo 99 assentados, (dos assentamentos Primavera II e São Lucas) e 66 produtores tradicionais¹⁴³, do município de Mirandópolis (SP) e região. Devido a isso, a AOPRAP divide o projeto em dois, sendo um composto por agricultores familiares tradicionais e, o outro, somente com os assentados. Por meio do Quadro 4, observamos apenas à produção dos assentados participantes dos projetos.

Assim como a produção dos associados da APRAF, chama a atenção, no Quadro 4, a diversidade dos produtos e a quantidade entregues à Conab, pela AOPRAP, em 2014, sendo, ao todo, 282.092 kg de produtos. Desse modo, a associação faturou R\$ 656.500,00, dividido em 99 assentados.

¹⁴² É importante destacar que no ano de 2009 os assentados acessaram o PAA via o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirandópolis (SP), entretanto, houve irregularidades na comercialização, por isso os assentados decidiram não comercializar a produção via o sindicato. Por conta das irregularidades, os assentados não participaram do PAA no ano de 2010.

¹⁴³ Muitos produtores tradicionais participam da chamada pública via a AOPRAP.

Quadro 4 – AOPRAP - Venda para o PAA, 2014

Produtos	Quantidade em Kg
Abacaxi Havaí	2.320
Abóbora Paulista	41.952
Abóbora Seca	7.052
Abobrinha Brasileira	4.482
Abobrinha Italiana	1.181
Acerola	2.468
Alface Lisa	2.393
Banana Maçã	43.143
Berinjela	17.959
Coco Verde	2.171
Goiaba Vermelha	2.219
Jiló Redondo	18.014
Limão Taiti	4.776
Mamão Formosa	2.305
Manga Hadem	1.787
Manga Keity	1.395
Manga Palmer	1.408
Manga Tommy Atkins	7.793
Melancia	10.460
Milho (Em Espiga Com Palha, Verde)	950
Pepino Japonês	5.131
Pimenta Cambuci	1.681
Pimentão Verde	1.812
Quiabo	1.907
Raiz De Mandioca (A Vácuo, Sem Casca)	1.251
Raiz De Mandioca (Com Casca)	57.281
Tomate	2.008
Vagem (Feijão Corado)	23.651
Outros ¹⁴⁴	11.142
Total	282.092
Valor Pago A AOPRAP	R\$656.500,00

Fonte: CONAB, 2015. Transparência Pública do PAA Programa de Aquisição de Alimentos. Org. pelo autor.

¹⁴⁴ Outros: nabo (127), carambola (110), abobora japonesa (215), salsa (118), tangerina (169), maracujá (98), couve (139), chuchu (47), batata (155), almeirão (230), cenoura (231), conde (233), banana prata (416), batata doce (305), jaca (663), tomate (409), rúcula (312), laranja pera (360), rabanete (382), banana nanica (647), berinjela japonesa (850), cebolinha (797), maxixe (801), vagem manteiga (918), repolho branco (988), pimenta americana (721) e pepino caipira (701).

Segundo o Fundo Municipal de Assistência Social de Mirandópolis (FMAS), essa produção está beneficiando, apenas no município, mais de 1000 famílias por semana. O Quadro 5 mostra o nome das entidades beneficiadas.

Quadro 5 – Entidades beneficiadas pelo PAA – Mirandópolis (SP)

Município	Entidades	Categoria
Ilha Solteira (SP)	Associação Lar São Francisco de Assis	Abrigos / Casas / Albergues
Mirandópolis (SP)	Assoc. de Amigos do bairro Col. Verde e Bairro Adjacentes	Associações Comunitárias / Moradores
Mirandópolis (SP)	Associação Assistencial Elohin	Abrigos / Casas / Albergues
Mirandópolis (SP)	Associação de Assistência Madre Maria Teodoro	Instituições Religiosas
Mirandópolis (SP)	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mirandópolis	APAE E Similares
Lavínia (SP)	Associação de Promoção e Assistência de Lavínia	Associações Beneficentes / Assistência Social
Mirandópolis (SP)	Associação Mirandopolense de Assistência aos Idosos (AMAI)	Instituições de Amparo Ao Idoso
Mirandópolis (SP)	Associação São José de Mirandópolis	Associações Beneficentes / Assistência Social
Mirandópolis (SP)	Centro Comunitário Estelita Pereira	Associações Beneficentes / Assistência Social
Mirandópolis (SP)	Comunidade Associativa do Bairro Colina Verde	Associações Comunitárias / Moradores
Mirandópolis (SP)	Igreja Batista Nacional de Mirandópolis	Instituições Religiosas
Mirandópolis (SP)	União Espirita Bezerra De Menezes	Instituições Religiosas

Fonte: CONAB, 2015. Transparência Pública do PAA Programa de Aquisição de Alimentos. Org. pelo autor.

Por meio do PAA, a produção do Assentamento Primavera II beneficia instituições e organizações do município de Mirandópolis (SP) – Igreja católica e evangélica, centros comunitários, bairros rurais, fundo social, entre outros; assim como, entidades de municípios vizinhos. Esse é o caso da Associação Lar São Francisco de Assis, em Ilha Solteira (SP), a 110 km de Mirandópolis (SP), e a Associação de Promoção e Assistência de Lavínia (SP), município vizinho. Nesse

processo, o Programa de Aquisição de Alimentos atende, em média, mil famílias por semana, apenas no município de Mirandópolis (SP).

Para viabilizar a venda à Conab, a AOPRAP alugou um barracão (Figura 28), na cidade de Mirandópolis (SP), o que permite que a própria associação se encarregue de buscar a produção no assentamento e levá-la ao barracão, onde é fiscalizada por funcionários da prefeitura, representantes de bairros e instituições beneficiadas.

Até 2013, a entrega era feita diretamente às entidades beneficiadas, pela própria associação. Porém, a partir de 2013, a distribuição passou a ser responsabilidade da prefeitura municipal. A prefeitura, representada pelo fundo social, é também encarregada de cadastrar as pessoas beneficiadas, sendo assim, o Fundo Municipal de Assistência Social de Mirandópolis (FMAS) estabeleceu um critério de até dois salários mínimos para as famílias que serão beneficiadas com o Programa.

A figura 29 ilustra os produtos no barracão da AOPRAP, antes da distribuição até as entidades. Além do barracão (foto A), é possível notar variedades dos produtos, como, manga e abacate (B), banana (C), uva (D), abóbora (E), alface e cebolinha (F), jiló e carambola (G), feijão (H), berinjela (I) e conde (K).

Após o processo de triagem e fiscalização da qualidade dos produtos, realizado no barracão da AOPRAP, a produção agrícola camponesa é transportada para instituições e centros comunitários. Como a entrega é responsabilidade da prefeitura, as pessoas beneficiadas têm que fazer um cadastro no departamento social do município.

Figura 29 – Barracão da AOPRAP



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2014. Fotos do autor.

A distribuição da produção agrícola camponesa pode ser observada na Figura 30, sendo: entrega feita pelo caminhão da prefeitura no centro comunitário da igreja católica (A), recebimento dos produtos no centro comunitário do bairro aeroporto (C), entidade carente buscando a produção no barracão da AOPRAP (D), entrega dos produtos, no bairro rural Primeira Aliança (E).

Ainda na Figura 30 (foto B), é possível visualizar a sacola de uma mulher beneficiada pelo PAA, com produtos agrícolas dos camponeses. É possível perceber na fala, a satisfação, além da variedade dos produtos que chegam à cidade por meio do PAA.

Os legumes são ótimos, não tem falhas, não são legumes podres [...], e a gente tá muito grata com tudo, tem banana, uva, abóbora, quiabo, abacaxi, manga, laranja, limão, goiaba, tudo aqui de fruta tem. E a gente pega uma sacola [Figura 24, B] dessa e ir no mercado, com R\$30,00 não compra. Então a gente vem aqui pegar, porque a gente já evita de o final do mês de gasta R\$30,00. Tá ajudando em casa bastante (Entrevista, centro comunitário da igreja católica, jan. 2014).

Chama-nos atenção, também, a qualidade dos produtos dos assentados. Essa qualidade não é obra do acaso, pois, na agricultura camponesa, a produção destinada à venda é a mesma consumida pela família: *“[...] Eu mando pro PAA a mesma coisa que eu como aqui em casa, eu mando mercadoria boa. [...] a mercadoria estragada eu joga pro gado, pro porco, porque se paga bom, eu mando bom. [...]”* (Wilson, jan.2015). A fala da Sr.^a Silvani, segue o mesmo pensando: *“São mercadoria de primeira, é passado por uma fiscalização. [...] a gente sempre orienta, se for mercadoria ruim deixa pra lá, porque o governo paga bem, paga três vezes melhor que o mercado hoje [...]”* (Silvani, jan. 2014).

Diante das análises, cabe ressaltar a importante relevância social do PAA, entendida como política de soberania alimentar, uma vez que foram concebidos como parte do programa de combate à pobreza, no Brasil, o Programa Fome Zero, que veio promover o acesso à alimentação as pessoas em situações de insegurança alimentar e nutricional.

Figura 30 – Distribuição dos produtos



Fonte: Trabalho de campo realizado em 2014. Fotos do autor.

Por outro lado, o PAA também tem incentivado a produção da agricultura dos camponeses do Assentamento Primavera II, possibilitando-lhe a sua reprodução social e uma vida mais digna. A melhoria na vida dos assentados, a partir do PAA, é facilmente percebida nas falas dos assentados:

Foi a vida pra gente. Embora nós somos limitados, porque é R\$6.200,00 bruto, livre da uns 5 mil e pouco. Mas deu vida aqui. Deu vida tranquila. Coisa que seu sempre perdi e não perco mais. Manga por exemplo: dois pés eu colhi 4 caixa. Então é uma coisa, se não tivesse eu ia perde. Caju perdeu. Mas tinha água no poço, eu jogava 30 litros no pé. Rapaz o pé ficou amarelinho de caju, me deu até vontade de fazê uma roça. Carregou, e eu não mandei, ia mandar pra onde? Se tivesse o PAA eu tinha mandado pra lá. (José Pereira, jan. 2014).

Como já mencionado, a cota de R\$ 6.200,00 anual, de cada produtor, é sempre questionada pelos assentados, porém, mesmo com esse limite, o PAA é visto com bons olhos, pois tem contribuído efetivamente com a permanência na terra. Ao mencionar a comercialização ao PAA, os assentados enfatizam que o programa compra todo o tipo de alimento produzido, independentemente da quantidade. Esse processo, além de aumentar a renda, evita as perdas da produção, principalmente aquela produzida em pequena escala, como é o caso da manga e do caju, geralmente pertencente ao pomar. A fala, a seguir, aponta a importância do PAA, e também menciona o limite imposto pela Conab.

É um bom programa do governo, bom mesmo. [...] Eles mandam R\$6.200,00 pra gente vender por ano. Bom mesmo se fosse uns 20, 30 mil pra cada assentado. Aí tem como a gente trabalhar, aí não carecia mandar pra CEASA/SP, por que é defasado o preço da mercadoria lá, já o PAA o preço do projeto é fixo, então você sabe quanto vai ganha. Em São Paulo não. São Paulo você manda uma mercadoria hoje, tá na escuridão, não sabe quantos que vai ganhar lá. Se fosse o projeto do governo, esse projeto ai é muito bom. (Wilson, jan. 2014).

Compreendemos, por meio da pesquisa, que o PAA, programa do Governo Federal, permite aos camponeses do Assentamento Primavera II, extrair uma maior parte da renda contida em seus produtos. Dessa forma, eles escapam, mesmo que parcialmente, da monopolização do território pelo capital, que tem se apropriado do máximo da renda da terra; prática constante da usurpação, pelo capital, da renda gerada no território camponês, pelo domínio na circulação do produto. Nesse sentido, a fala, a seguir, ilustra com propriedade essa questão:

O negócio que tá vindo aí, pode melhorar mais. Planta umas manguinhas, uns limão [...] Uma caixa de feijão tá saindo R\$60,00 no PAA, o atravessador paga uns R\$35,00, tem vez que oferece R\$20,00. As vezes leva e carga e depois fala que vai trazer o dinheiro, vem trazer o dinheiro depois, dá um balão. Tem vez que sai até R\$5,00 a caixa. Esse negócio aí foi a melhor coisa, o PAA. (Jorge, jan. 2014).

Ao comparar os preços pagos pelos atravessadores e pelo PAA, fica nítido o quanto o capital comercial tem se apropriado da renda que deveria ficar com o camponês. Observamos, também, ao analisar a fala, uma percepção da melhoria da vida no campo com a venda ao PAA: *“O negócio que tá vindo aí, pode melhorar mais”*. O preço dos produtos comercializados ao PAA é determinado pela CONAB a partir dos preços dos CEASAs, por isso, os preços dos produtos estão acima do valor pago pelos agentes do capital comercial, no caso os atravessadores. A fala do Sr. Antônio também evidencia essa percepção, em relação à diferença do preço, entre os atravessadores e o PAA.

O preço é bem melhor né. Igual a banana mesmo, já dá um precinho bom, acho que R\$2,25 o quilo CONAB [...] Banana mesmo é uma faixa de R\$20,00 pro atravessador, pro cê vê a diferença que dá. Uma caixa de seus 20 quilos, 22 quilos né, CONAB vai dar 40 e pouco uma caixa. Pro atravessador metade do preço né. [...] O atravessador enfia no mercado, igual no PINA, outros CEASA de Araçatuba-SP, São Paulo. (Antônio, fev. 2014).

Notamos também, nas falas, uma segurança quando a venda é ao PAA, isso porque os assentados vendem já sabendo o valor da sua produção. Porém, quando a venda é para os atravessadores, além dos preços inferiores, muitos assentados não sabem quanto os atravessadores irão pagar. Ainda sobre a comparação das formas de comercialização, a fala do Sr. Wilson é elucidativa: *“Pro PAA é bem melhor, os feirante e atravessador ganham mais da metade sua, ele só vem aqui pegar, só vem buscar”* (Jan. 2015). Por isso, entendemos que o PAA¹⁴⁵ tem contribuído para a territorialização camponesa, proporcionando, ao trabalhador do campo, apropriar-se cada vez mais da renda contida em seu produto, fruto do seu próprio trabalho.

O surgimento de programas dessa natureza é resultado de vários debates e reivindicações populares, exigindo do Estado medidas para a erradicação da fome,

¹⁴⁵ Nas falas, muitas vezes, em vez de PAA, os assentados usam o termo CONAB como sinônimo.

e incentivando e aumento da renda nas pequenas propriedades camponesas, como é o caso do Assentamento Primavera II. Portanto, o Mercado Institucional de Alimentos, por meio do PAA, revela a presença do Estado na comercialização, criando uma cota de mercado para a os assentados, amenizando, dessa forma, o problema da comercialização da produção.

Esse mercado é também formado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), programa da mesma natureza do PAA, pois tem contribuído diretamente no fortalecimento da agricultura familiar camponesa, no Brasil; e possibilitado uma alimentação mais saudável aos alunos da educação básica, ampliando, assim o Mercado Institucional. Para Hespanhol (2014, p. 628):

O PAA e o PNAE são importantes na construção dos mercados institucionais para a agricultura familiar, possibilitando o acesso a novos canais de comercialização, diminuindo a influência dos intermediários, ao mesmo tempo em que favorecem ampliação da renda, viabilizando a reprodução social desses agricultores.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) “teve sua origem na década de 40. Mas foi em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, que o direito à alimentação escolar para todos os alunos do Ensino Fundamental foi assegurado” (FNDE)¹⁴⁶. No entanto, foi em 2009, que o programa teve grande avanço, devido à criação a Lei nº 11.947.

A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (de acordo com o Artigo 14).

Assim como o PAA, o PNAE tem um limite anual por família, porém, esse valor é superior ao do PAA, sendo de R\$ 20.000,00, em 2014. Mesmo com o limite anual superior ao PAA, e a determinação de, no mínimo, 30% do recurso destinado à merenda escolar ser da agricultura familiar, verificamos, na pesquisa, que nenhum dos assentados visitados acessou o PNAE. A ausência no acesso ao PNAE também foi confirmada pelas associações: APRAF e AOPRAP. Alguns fatores limitantes no acesso ao PNAE, pode ser analisado na falas do próprio assentado.

¹⁴⁶ Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>>. Acessado no dia 15/06/2014.

Nunca mandei pra merenda escolar não, mas é minha intenção é de produzir mais, e entra na merenda escolar. Só que a merenda escolar é assim, você tem que entrar, e tem que ter seguido, três vezes por semana, diretão. Tem vez que tá mexendo com outras coisas e não tem aquele produto. Às vezes tem ele, as vezes não tem, e pra fazer um projeto ai, eu tenho que comprar de outro pra manda, não pode falta. Então tem que planejar isso ai pra pode fazer essas coisas da merenda escolar. Eu posso entrar no projeto escolar com a banana, mas eles não pega só banana, por que tem outros que manda banana também. (Wilson, jan. 2014).

O volume da produção, exigido pelo PNAE, e a regularidade na entrega é apontado pelos assentados como um problema, por isso: “[...] *tem que planejar isso ai, pra pode fazer essas coisas da merenda escolar [...]*”.

A questão que se levanta não é a produtividade dos assentados, mas o volume de determinado produto. Vimos que os assentados têm uma diversidade na produção. No entanto, mesmo com a diversidade, a produção é de pequena escala, por isso, o receio dos assentados em não conseguir entregar a produção com regularidade. Outra questão é que o cardápio exigido pela nutricionista¹⁴⁷, muitas vezes, não leva em consideração a sazonalidade dos produtos.

Diante dos problemas enfatizados na fala, é possível compreender a ausência do acesso ao PNAE, no Assentamento Primavera II, e a preferência pelo PAA. Segundo o FNDE, a “[...] aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório”¹⁴⁸. Dessa maneira, assim como o PAA, a chamada pública é o meio legal na compra direta dos produtos da agricultura familiar. Cabe ressaltar, que, na chamada pública, deverá constar lista com os produtos e seus preços, e também as formas de entrega.

Portanto, entendemos que o PAA permite, ao camponês assentado, extrair uma maior parte da renda contida em seus produtos, escapando, parcialmente, do controle dos atravessadores. Entretanto, compreendemos, sobretudo a partir das falas, que essa cota (limite) ainda possibilita ao capital comercial sujeitar a renda da

¹⁴⁷ “O cardápio escolar deve ser elaborado por nutricionista, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais, atendendo as necessidades nutricionais específicas, conforme percentuais mínimos estabelecidos no artigo 14 da [Resolução nº 26/2013](#).”

Disponível em: <<http://www.fn.de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-funcionamento/execu%C3%A7%C3%A3o-alimentacao>>. Acesso: Jan. de 2015.

¹⁴⁸ Disponível em: <<http://www.fn.de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>> . Acesso: jan. de 2015.

terra. Portanto, a comercialização dos produtos ao PAA é prática fundamental para o camponês diminuir sua dependência em relação ao mercado, fugindo das amarras do processo de monopolização do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou compreender o processo de *territorialização camponesa*, via processo de luta pela terra e na terra, a partir da história narrada pelo próprio sujeito. Para isso, a análise alicerçou-se, teoricamente, em autores que debatem a questão agrária brasileira, assim como a recriação do campesinato, a partir do desenvolvimento contraditório do capital. Nessa corrente teórica, destacamos as obras de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1996; 2005; 2007; 2010).

A história de luta pela terra, no Brasil, é inerente à formação do território, desde o Brasil Colônia, agravando-se com a implantação da Lei de Terras, de 1850. Isso porque a Lei impediu o acesso à terra aos homens pobres e livres, assim como aos imigrantes e aos futuros escravos libertos (1888). Dessa maneira, a Lei de Terras contribuiu efetivamente com a manutenção do latifúndio, dando a ela um caráter capitalista-rentista. Logo, o meio de acesso à terra, pelos camponeses, era o enfrentamento ao latifúndio.

Entendemos que o latifúndio é excludente e injusto socialmente, e está presente em grande parte do território nacional. A exemplo desse processo, temos o município de Mirandópolis (SP). A questão agrária local, assim como no Brasil, é reflexo do processo de ocupação e apropriação das terras na região. A expansão das ferrovias e das fazendas de café, no início do século XX, foi responsável pela apropriação capitalista das terras e formação das grandes fazendas. Por meio da expansão do café a região presenciou o ordenamento territorial da Lei de Terras. Com a apropriação capitalista da terra, a região sofreu ações de grileiros. Entretanto, o latifúndio-agroexportador na região se consolidou com a pecuária e a expansão da cana, a partir do Proálcool, no início da década de 1980.

Concomitantemente à expansão da cana-de-açúcar na Mesorregião de Araçatuba (SP), eclodiu a luta pela terra, evidenciando o conflito entre camponeses e latifundiários. Esse conflito de classes, descortinado com a instituição da Lei de Terras, de 1850, tem levado, no município de Mirandópolis (SP), trabalhadores do campo e da cidade a lutarem pelo acesso à terra de trabalho e morada da vida. Esse processo de luta pela terra, não só em Mirandópolis (SP), mas em toda a mesorregião de Araçatuba (SP), tem contribuído com a recriação do campesinato, pois a luta pela terra levou à territorialização de 4.119 famílias camponesas, distribuídas em 46 assentamentos, na região. Em relação ao município de

Mirandópolis (SP), são 468 famílias assentadas, em 4 assentamentos. Sendo assim, cabe enfatizar que a territorialização do campesinato na Mesorregião muito se deve aos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A luta pela terra também evidencia a questão agrária e a questão camponesa, ainda não resolvida na região. Reflete, também, a complexidade e as contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo, posto que, além de expandir as relações tipicamente capitalistas, o capital possibilita, por meio das contradições, a (re)criação das relações não-capitalistas de produção, no caso, a (re)criação do campesinato e a sua reprodução social, essa última, por meio da luta para permanecer na terra.

A pesquisa foi movida pela busca da compreensão do processo de reprodução do campesinato, da persistência e intermitência dos camponeses assentados, assim como do entendimento das práticas de resistência, criadas e recriadas no processo de construção do território. No entanto, entendemos que a análise da luta pela terra e na terra só teria sentido se contadas por eles, sujeitos sociais históricos. Essa escolha de investigar aqueles que estão na terra do assentamento teve o propósito de evidenciar os caminhos da resistência, uma vez que os da desistência e abandono dos lotes são bastante conhecidos. Logo, nos interessava entender as estratégias da permanência, algumas feitas no limite, no intuito de contribuir para a eleição e efetivação de políticas públicas que possam somar esforços nessa longa jornada da luta camponesa para entrar e ficar na terra, em especial nos campos mirandolenses.

Embasados em Fabrini (2002), entendemos que a *Territorialização Camponesa* deriva do processo de *luta pela terra e para nela permanecer*. Desse modo, compreendemos, por meio da pesquisa, que a luta camponesa por sua territorialização é contínua.

Diante dos relatos e experiências, a pesquisa evidenciou trajetórias de exploração, expropriação e exclusão, histórias de idas e vindas, ocorridas nos meandros do desenvolvimento do capital. Além das lutas, as trajetórias revelam conquistas construídas coletiva e individualmente, movidas pelo sonho da terra. A ocupação e formação dos acampamentos à beira da estrada são entendidas como luta popular e de resistência, sendo importante no processo de recriação e criação do campesinato em Mirandópolis (SP). Nesse contexto de luta e resistência, os

camponeses transformaram o latifúndio improdutivo em território camponês. A luta do acampamento revela também o descaminho da reforma agrária, pois muitos trabalhadores viveram, vários anos, debaixo da lona preta, em situações de extrema miséria.

Com a conquista da terra, a luta é para não ser expropriado, a luta é para fugir das amarras do capital comercial. Para isso, os camponeses do Assentamento Primavera II criaram e recriaram práticas fundamentais para sua reprodução social, enquanto camponês.

A resistência camponesa, encontrada na luta pela terra, persevera no processo de permanência na terra, sendo fundamental para sua territorialização. A luta pela permanência na terra resulta da dificuldade encontrada pelos camponeses no processo de construção do território, entre elas, destacaram-se: a ausência de políticas públicas municipais voltadas ao assentado; as condições das estradas, necessárias a distribuição da produção; a expansão da produção de cana-de-açúcar pelo setor sucroalcooleiro; e descaso dos gestores públicos.

Diante dessas dificuldades, são desenvolvidos, no sítio, práticas de resistência que permitem a eles a permanência na terra, isto é, possibilitam a reprodução social, em consonância com sua territorialização. Destacamos o modo de vida camponês como a principal forma de resistência e, a partir desse modo de vida alicerçado no trabalho, terra e família, emergem outras práticas, como: a produção camponesa, baseada na diversidade; a autonomia, derivada do relativo controle do tempo e espaço, essa, por sua vez, não experimentada pelo trabalhador assalariado; e as solidariedades, tendo resultado na formação de parceiras entre os assentados. Outra prática de resistência importante é a flexibilidade dos camponeses no processo de comercialização, que resulta no acesso ao PAA.

No processo de territorialização camponesa, as políticas públicas, mesmo tímidas, têm contribuído de forma efetiva na reprodução da campesinato. Em particular, destacamos a importância do Mercado Institucional, principalmente com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ficou evidente a importância do PAA no Assentamento, pois o programa tem possibilitado aos camponeses assentados, se apropriar de uma parcela maior da renda, contido na produção, fruto do seu trabalho. Assim, se livrando parcialmente da monopolização do território pelo capital, em especial o capital comercial. No entanto, a pesquisa também evidenciou as dificuldades do acesso ao Programa Nacional de Abastecimento Escolar (PNAE),

que possui as mesmas naturezas do PAA, mas que demanda mais planejamento na aplicação, e também, engajamento do poder público municipal.

Ainda em relação ao PAA, cabe elucidar a sua importância para além dos assentados, já que tem contribuído, além da reprodução do campesinato por meio da venda da produção, no combate à fome e à miséria, no município de Mirandópolis (SP), atendendo mais de mil famílias por semana. O Pronaf é outra política importante no processo de permanência do homem na terra, e essa importância ficou explícita nas falas dos sujeitos.

Consideramos que as práticas apreendidas no processo de construção do território evidenciam a resistência do campesinato à expropriação e sujeição da renda da terra pelo capital. A luta revela os sonhos de permanência na terra. Dessa forma, a *luta pela e na terra* tem garantido a reprodução social do campesinato, no capitalismo. Entendemos que a pesquisa foi importante para enfatizar a luta e os desafios dos camponeses, elucidando, também, a importância da produção camponesa para a cidade, e compreendendo o modo de vida, baseado na tríade terra-trabalho-família. Diante da análise do processo de territorialização camponesa no Assentamento Primavera II, a pesquisa também, possibilitou entendermos o modo de vida camponês, e que temos muito a aprender com ele. Sendo assim, a citação de Shanin (2008, p. 28) é importante:

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos.

Portanto, é nesta permanente contradição - entre uma reprodução social bloqueada e a resistência à contrapelo - que os camponeses se recriam em Mirandópolis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. O conceito de classe camponesa em questão. In: **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n.21, p. 73-87, jul./dez. 2003.

_____. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. O Sentido da Terra Camponesa: Práticas de Distinção. In: **III Simpósio Internacional de Geografia Agrária - IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária “Jornada Orlando Valverde” Campesinato em Movimento**. Londrina, 2007.

_____. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses *versus* agronegócio. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. P (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

BINI, D. L. de C. O café e a formação sócio-espacial da Região Araçatuba (SP) no Início do século XX. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

BINI, D. L. de C.; COSTA, E. L.; DIAS, D. A lavoura canavieira na Noroeste Paulista: um estudo de caso no município de Clementina (SP). **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 5, n. 9, p.33-46, jan./jun. de 2011.

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BORGES, M. C. As fontes orais e a terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema. In: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas**. Três Lagoas, v.1 - n.º 1 - ano 1, novembro 2004

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

CALABI, D.; INDOVINA, F. **Sobre o uso do capitalista do território**. Tradutores: Liliana L. Fernandes e Moacyr Marques. São Paulo: USP, 1973.

CANDIDO, A. Formas de solidariedade. In: **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1. (Org.) Clifford Andrew Welch... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CARVALHO, H. M. A superação da subalternidade camponesa ao capital. In: **Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)**. Curitiba, dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/supera-da-subalternidade-camponesa-ao-capital>>. Acesso em: 22 de fev. 2015.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidade Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

Chamamento Público Proinf 2014: Ação Orçamentária de Apoio a Infraestrutura em Territórios Rurais. In: **Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial**. Brasília, setembro de 2014. Acesso dia 10 de fev. 2105.

COSTA, W. M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 1989.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Tese (doutorado) – FCT/UNESP, Presidente Prudente/SP. 2002

_____. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. P. (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

FALLEIROS, A. **Mirandópolis: Sua evolução no Século XX**. Gráfica Dom Bosco, Três Lagoas, 1999.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da F. F. L. C. H. da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Reforma Agrária**, Campinas: v.28, n. 1/3, p.1-12, jan./dez.1998.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra- MST (1979-1999)**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

_____. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Revista Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, 2007. v.4, n.2. p. 77-94, jul/dez. 2007.

_____. Acampamento. In: (Org). CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária (São Paulo. Online)**, [S.l.], n. 8, p. 73-98, jun. 2008.

GHIRARDELLO, N. **A beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HESPAÑHOL, R. Ap. de M. Estado e políticas públicas para a agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos. In: **Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Peru, 2013.

_____. O papel das associações de produtores rurais e dos Mercados Institucionais de Alimentos na reprodução social dos agricultores familiares. In: **XXII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (ENGA): Agentes, processos, conflitos e conteúdo do espaço agrário brasileiro**. Natal, novembro de 2014.

IANNI, O. **Origens agrárias no Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LINHARES, Y. M.; SILVA, F. C. T. A questão da agricultura de subsistência (1981). In: (org) Clifford Andrew Welch... [et al.]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, v. 1, 2009, p.117-134.

LOPES, D. E. **A questão agrária e as formas de resistência camponesa nos municípios de Andradina/SP e Castilho/SP**. Dissertação Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS, 2012.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. A aliança entre capital e propriedade da terra no Brasil: aliança do atraso. In: **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 52-92.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

NARDOQUE, Sedeval. **Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP**. 2002. 1v. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2002.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos Sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: v. 15, nº 43 Sept/Dec. 2001. p.185-206.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Texto para discussão em reunião da CPT nacional** – Goiânia 22/10/2003.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela - Paz e Terra, 2004.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana. F. A. **Novos Caminhos da Geografia**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

_____. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

_____. Não Reforma Agrária e Contrarreforma Agrária no Brasil do governo LULA. In: **Encuentro de Geógrafos de América Latina**, XIII, San José - Costa Rica, 2011.

_____. A mundialização da agricultura brasileira. **XII Coloquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosemeire A. de. A natureza da economia camponesa: divergências e convergências. In: **Terra e Território: A questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PINTO, M. N. **Retalhos da memória**. Campinas: Ed. Komedi, 2005.

PORTELLI, Alessandro. **O Que Faz a História Oral Diferente**. Tradução: Maira T. J. Ribeiro. 1997.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis, Vozes, 1977.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática, 1993 (1980).

ROSA, M. C. Ocupações de terras. In: (Org). CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SCHREINER, D. F. Memórias da luta pela terra: De sem-terra migrantes às ocupações coletivas. In: **Espaço Plural**. Ano X. Nº 20. 1º Semestre 2009. p 94-102.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. P (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENEZES, Marilda Aparecida. **Migrações Rurais no Brasil**: velhas e novas questões. NEAD, 2006. Disponível em: www.nead.org.br.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 2008.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O Camponês e o Trabalho: analisando a importância do excedente social. In. **Revista Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente, vol. 11, n. 1, 30 de junho de 2010.

STEDILE, J. P. Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850. In: STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil**: O debate tradicional: 1550 – 1960. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2011.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo: Editora Annablume/FAPESP, 2002.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Tradução de Oswaldo C. C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOORTMANN, Klass. Com Parente Não se Negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, nº 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

WOORTMAN, K. Migração, família e campesinato (1990). In: (org) Clifford Andrew Welch... [et al.]. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, v. 1, 2009, p.217-238.

ANEXO A

QUESTIONÁRIO – ASSENTAMENTO PRIMAVERA II

1. Nome:_____.

1.1. Lote:_____1.3. Nome do Sítio:_____.

1.2. Quem está respondendo o questionário? () Dono do lote () Filho do dono do lote.

2. Município de origem: _____ - Estado:_____.

2.1 Se for do Município de Mirandópolis, informar o bairro:_____.

2.2. Seus pais eram ou são agricultores? () sim () não .

2.3. Antes de residir neste Município/região, o Sr. já morou em outro local? () Sim. () Não. **Se sim**, Qual(is) município(s):_____.

2.4. Em qual atividade trabalhou antes do acampamento/assentamento?

() Corte da cana () Meeiro () Indústria () Boia-fria () Arrendando terras () Outros: Qual:_____.

2.5 Quantas pessoas moram no lote? _____.

3. O Sr. têm filhos? () sim. () não. **Se sim**, Quantos?

Nº		Homens	Idade		Mulheres	Idade
1						
2						
3						
4						
Mais de 4						

3.1. Quantos filhos do Sr(a). trabalham no lote?_____.

Em que regime/período de trabalho:() integral (), parcial, () férias, fins de semana e feriados, () Outro. Qual?_____.

3.2. Alguém da família trabalha fora do Lote? () Sim () Não. Quais Atividades:_____.

3.1. Se sim, como é aplicada a renda obtida nesse trabalho externo?

() em despesas pessoais e domésticas.

() é investido na propriedade e nas atividades agropecuárias.

() em despesas pessoais e domésticas e também investido na propriedade e nas atividades agropecuárias.

() Outras formas. Quais?_____.

4. Alguém da família é contemplado com o programa Bolsa Família? () Não () Sim.

4.1 A renda obtida por meio do Bolsa Família é aplicada como:

() em despesas pessoais e domésticas.

() é investido na propriedade e nas atividades agropecuárias.

() em despesas pessoais e domésticas e também investido na propriedade e nas atividades agropecuárias.

() Outras formas. Quais?_____.

5. Participa de Associação? () Sim () Não. Qual o nome da Associação?_____.

6. Participa de cooperativa? () Sim () Não. Qual o nome da Cooperativa_____.

7. Pra quem vende a produção?

() PAA () PNAE () Atravessador () Feira () Direto ao consumidor () Mercado

8. O Sr(a) emprega trabalhadores? () não () sim. **Se sim**, em que fase?____De qual tipo:() permanentes () temporários () parceiros () agregados () vizinhos () mutirão () outros.Quais?_____Quantos?_____.

Acesso as políticas públicas

9. O Sr(a) teve acesso ao PRONAF? () Sim () Não.

9.1 O Sr(a). encontrou algum tipo de dificuldade para acessar o PRONAF?

() Não () Sim. **Se sim**. Quais?

() excesso de documentação, () dificuldade posta pelo banco, () falta de informações, () falta de assistência técnica, () outras.

9.2. Além do financiamento do PRONAF, o Sr(a). utiliza, ou utilizou recentemente outro tipo de financiamento agropecuário?() Sim, () Não. Se sim. Qual?_____.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

10. O Sr.(a) conhece o PAA? () Sim, () Não.
- 10.1. E o PNAE, o Sr(a). conhece? () Sim, ()
- 10.2. Já entregou alimentos ao PAA? () Sim, () Não. Se sim, quantas vezes:
- 10.3.O Sr.(a) entrega(ou) alimentos ao PNAE? () Sim, () Não. Se sim, quantas vezes:
- 10.4. Têm ou teve interesse em entregar alimentos ao PAA? () Sim, () Não.
- 10.5. Por que não aderiu ao PAA? Ou o que o impediu de participar do programa?
() Não possui DAP, () Volume pequeno de recursos obtido na venda de produtos ao programa, () Outros. Quais? _____.
- 10.6. Desde quando o senhor entrega produtos ao PAA? _____.
- 10.7. Como o Sr(a). avalia o PAA ? () Ótimo, () Bom, () Regular, () Ruim, () Péssimo, () Nunca utilizou, não tem conhecimento.
- 10.8. Como o Sr(a). avalia o PNAE ? () Ótimo, () Bom, () Regular, () Ruim, () Péssimo, () Nunca utilizou, não tem conhecimento.

ANEXO B

28/8/2014

Dnn9734



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2002.

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que menciona, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 2º da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos [arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964](#), e [2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993](#), os seguintes imóveis rurais:

I - "Fazenda São José da Barra", com área de dois mil, novecentos e dezoito hectares e cinquenta e dois ares, situado no Município de Ilha Solteira, objeto do Registro nº R-2-17.200, Fichas 1/2, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pereira Barreto, Estado de São Paulo (Processo INCRA/SR-08/nº 54190.000572/2002-06);

II - "Fazenda Santa Isabel", com área de mil, vinte e três hectares e sessenta e seis ares, situado no Município de Castilho, objeto do Registro nº R-13-6.975, fls. 1/2, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Andradina, Estado de São Paulo (Processo INCRA/SR-08/nº 54190.000396/2002-02);

III - "Fazenda Jangada", com área de seiscentos e cinquenta e seis hectares e vinte ares, situado no Município de Sud Mennucci, objeto da Matrícula nº 2.840, Ficha 01, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pereira Barreto, Estado de São Paulo (Processo INCRA/SR-08/nº 54190.000337/2002-25);

IV - "Fazenda Ipê", com área de novecentos e setenta e oito hectares, setenta e cinco ares e trinta e quatro centiares, situado no Município de Castilho, objeto do Registro nº R-1-11.292, fls. 01, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Andradina, Estado de São Paulo (Processo INCRA/SR-08/nº 54190.000262/2002-83);

V - "Fazenda Retiro", com área de dois mil, oitocentos e vinte e quatro hectares, quarenta e nove ares e oitenta centiares, situado no Município de Mirandópolis, objeto da Matrícula nº 362, Fichas 1 a 4, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mirandópolis, Estado de São Paulo (Processo INCRA/SR-08/nº 54190.000362/2002-18);

VI - "Fazenda Santa Maria da Lagoa", com área de mil e duzentos e dez hectares, situado no Município de Ilha Solteira, objeto do Registro nº R-6-11.343, Ficha 01, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pereira Barreto, Estado de São Paulo (Processo INCRA/SR-08/nº 54190.000854/2002-03);

VII - "Fazenda Lagoão", com área de mil, setecentos e sessenta e seis hectares e sessenta ares, situado no Município de Itapura, objeto da Matrícula nº 18.453, Fichas 1/2, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pereira Barreto, Estado de São Paulo (Processo INCRA/SR-08/nº 54190.000341/2002-94);

VIII - "Fazenda Santa Maria", com área de novecentos e cinquenta e cinco hectares e quinze ares, situado no Município de Sud Mennuci, objeto do Registro nº R-7-1.756, Ficha 2v, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da

28/8/2014

Dnn9734

Comarca de Pereira Barreto, Estado de São Paulo (Processo INCRA/SR-08/nº 54190.000406/2002-00);

IX - "Fazenda Santa Cristina", com área de novecentos e oitenta e seis hectares e setenta e oito ares, situado no Município de Murutinga do Sul, objeto do Registro nº R-3-23.213, fls. 01, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Andradina, Estado de São Paulo (Processo INCRA/SR-08/nº 54190.000265/2002-17);

X - "Fazenda Santo Antônio", com área de oitocentos e sessenta e seis hectares, setenta e sete ares e quatro centiares, situado no Município de Guaraçaí, objeto do Registro nº R-3-10.313, fls. 2v, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mirandópolis, Estado de São Paulo (Processo INCRA/SR-08/nº 54190.000853/2002-51);

~~XI - "Fazenda Floresta", com área de novecentos e vinte e oito hectares e noventa ares, situado no Município de Araçatuba, objeto da Matrícula nº 15.940, Fichas 1 a 4, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo (Processo INCRA/SR-08/nº 54190.000329/2002-80); e~~

XI - "Fazenda Floresta", com área de novecentos e vinte e oito hectares e noventa ares, situado no Município de Araçatuba, objeto das Matrículas nºs 15.939, Fichas 1 a 3, Livro 2, e 15.940, Fichas 1 a 4, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo (Processo INCRA/SR-08/nº 54190.000329/2002-80). [\(Redação dada pelo Decreto de 8 de novembro de 2005\)](#)

XII - "Fazenda Primavera I", com área de mil, oitocentos e seis hectares, nove ares e oitenta e seis centiares, situado nos Municípios de Mirandópolis e Lavínia, objeto da Matrícula nº 10.008, Fichas 1/2, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mirandópolis, Estado de São Paulo (Processo INCRA/SR-08/nº 54190.000426/2002-72).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes nos imóveis referidos no art. 1º e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA fica autorizado a promover as desapropriações dos imóveis rurais de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter as áreas de Reserva Legal e preservação permanente previstas na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de novembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
José Abrão

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 22.11.2002